



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS**



JOSEMERY ARAÚJO ALVES

**TURISMO, RECURSOS DE USO COMUM E CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS EM PIPA- TIBAU DO SUL/RN: UMA
PERSPECTIVA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DE OSTROM**

Campina Grande/PB
Junho de 2018

JOSEMERY ARAÚJO ALVES

TURISMO, RECURSOS DE USO COMUM E CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS EM PIPA- TIBAU DO SUL/RN: UMA PERSPECTIVA
À LUZ DOS PRINCÍPIOS DE OSTROM

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor (a) em Recursos Naturais.

Área de concentração: Sociedade e recursos naturais

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Márcia Maria Rios Ribeiro

Co-orientadora: Prof(a). Dr(a). Livia Izabel Bezerra de Miranda

Orientadora no exterior: Prof(a). Dr(a). Sofia Coelho Bento

Campina Grande/PB
Junho de 2018

JOSEMERY ARAÚJO ALVES

**Turismo, recursos de uso comum e conflitos socioambientais em Pipa- Tibau do
Sul/RN: uma perspectiva à luz dos princípios de Ostrom**

BANCA EXAMINADORA

Márcia Maria Rios Ribeiro

Orientadora- Universidade Federal de Campina Grande

Lívia Izabel Bezerra de Miranda

Co-orientadora- Universidade Federal de Campina Grande

Sofia Coelho Bento

Orientadora no período sanduíche no exterior- Universidade de Lisboa

Doralice Sátyro Maia

Examinadora externa- Universidade Federal da Paraíba

Simone Rosa da Silva

Examinadora externa- Universidade de Pernambuco

Iana Alexandra Alves Rufino

Examinadora interna- Universidade Federal de Campina Grande

Vera Lucia Antunes de Lima

Examinadora interna- Universidade Federal de Campina Grande

APRESENTAÇÃO

Pipa não foi o lugar que nasci, mas o destino que escolhi para desfrutar meus momentos de paz e tranquilidade, lugar místico e cheio de encanto. É nesse ambiente que gradativamente tenho construído uma história, momentos importantes da minha vida aconteceram na paradisíaca praia.

Nesse lugar casei, comemorei datas importantes, levo meu filho e toda família para se banhar nas águas calmas e deslumbrar as paisagens encantadoras e únicas.

Frequento Pipa assiduamente desde 2006 e a partir daí passei a admirar e conhecer seu povo, sua história, sua magia. No entanto, acompanho também os vários obstáculos e empecilhos que faz esse destino decair em meio ao cenário competitivo nacional e se tornar um lugar preocupante para as famílias nativas.

Os problemas urbanos chegaram na localidade com traços interioranos, ao mesmo tempo, considerada globalizada perante o contexto turístico.

Diante a visualização do conflito socioambiental e da angústia em ver a desordem e falta de planejamento do local, conduzida pelo olhar de pesquisadora e emoção de uma amante do lugar, mergulhei sem medo nessa aventura de conhecer as entrelinhas e os caminhos percorridos por Pipa, desde o desbravamento até os dias atuais.

Nessa trajetória, não só acadêmica, sobretudo de amadurecimento pessoal, tive a oportunidade de conhecer figuras emblemáticas de Pipa, fazendo em um primeiro momento uma etnografia por meio de relatos de vivência com os nativos, especialmente, com os moradores mais antigos, a história viva de Pipa contada pelos seus protagonistas.

Em seguida, as peças do quebra-cabeça foram sendo identificadas e a coleta de dados da pesquisa passou a ser realizada com lideranças e/ou representantes de associações e ONG's com reconhecido trabalho na praia da Pipa. Outro momento sublime da pesquisa, conhecer pessoas que nutrem um sentimento de amor e cuidado pela praia.

O tempo foi passando e me vejo mais envolvida e comprometida com os rumos futuros do desenvolvimento turístico desse lugar, sabendo que posso ser uma formiguinha no processo, mas com muita vontade de fazer algo para contribuir.

Assim, todo o esforço, empenho e tempo dedicado à realização dessa pesquisa, tiveram um impulsionador maior, o desejo de colaborar e resgatar esse destino, para que as gerações futuras tenham condições de vivenciar a experiência mágica que é conhecer esse patrimônio natural da humanidade. Adiante e rumo a um planejamento mais sustentável e

com integração de uma população que luta e acredita em dias melhores para o paraíso chamado Pipa.

Sejam bem vindos a viagem de uma turismóloga que passeia pelos campos da engenharia ambiental, desenvolvimento urbano e sociologia, junto com três peças-chave que acreditaram que esse roteiro poderia ser viável. Obrigada Márcia Rios, Lívia Miranda e Sofia Bento por embarcarem nesse percurso e contribuírem, com os diversos olhares, para apresentação de resultados verdadeiramente interdisciplinares dessa pesquisa.

Dedico esse trabalho ao meu filho, Theo Alves, que me fez entender o verdadeiro sentido da vida.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus por todas as coisas, sem a presença dele, forte e permanente, não teria conseguido êxito nessa etapa. A cada obstáculo, Deus sempre me mostrava como seria capaz.

Agradeço a toda minha família. Em especial, aos meus pais, José e Fátima, que me ensinaram que a educação é nosso maior bem, a base que precisava para voar. Meus irmãos, Júnior, Roberto e minha tia Branca, juntos constituímos o verdadeiro núcleo familiar, pessoas que estiveram presentes em cada etapa da minha vida, acompanhando cada conquista.

Meu esposo, Leonardo, meu maior incentivador nesse doutorado, esteve comigo em todos os momentos, desde a seleção, coleta de dados e debates constantes sobre o tema da tese. Planejou sua vida atrelada aos meus projetos profissionais, e juntos, vivemos o desafio do doutorado sanduíche em Lisboa, sendo capaz de deixar seus anseios pessoais para viver intensamente o compromisso de uma verdadeira família.

Ao meu filho, Theo Alves, maior dádiva que poderia alcançar, chegou em 2014 junto ao início do doutorado, e durante essa jornada, sem dúvidas, foi minha maior motivação para seguir meu compromisso. Finalizo o doutorado com a certeza que a maternidade nos dá forças para alcançar o que achamos não ser capazes. Seu nascimento, em meio a tantas turbulências, provou que fé, disciplina, foco e determinação são decisivos para vencer.

Às minhas queridas amigas do doutorado, Cleide, Esther, Tacyana e Luciana, vocês tornaram esse trajeto mais feliz e agradável, e em meio a tantas angústias, sempre estávamos nos apoiando quando alguém pensava que não seria capaz. São presentes de Deus.

À minha estimada orientadora, Márcia Rios, exemplo de profissional comprometida e ética, você me inspira. Mostrou que é um ser humano admirável ao aceitar me orientar na metade do doutorado, ainda mais, sendo em outra área de formação antes não explorada. Foi além de professora, tornou-se amiga e conselheira em muitos momentos difíceis. Apoiou como uma mãe todos meus planos, inclusive, apostou e embarcou no meu sonho do doutorado sanduíche. Posso dizer que tive uma verdadeira parceira nessa jornada.

À minha co-orientadora, Livia Miranda, grata por seu olhar tão atento e as perspectivas de reflexão que trouxe para a pesquisa, desde a qualificação, com suas ponderações sempre pertinentes.

À minha co-orientadora no exterior, Sofia Bento, por me receber na Universidade de Lisboa e proporcionar uma experiência acadêmica memorável, além dos ensinamentos que tive a oportunidade de vivenciar.

Aos moradores de Pipa, especialmente, os que compartilharam relatos e contribuíram para o levantamento de dados, sempre cordiais e hospitaleiros, dedicando tempo e atenção com a pesquisa.

À CAPES, por disponibilizar bolsa de estudo para o doutorado sanduíche no exterior.

À UFRN, pelo afastamento para o doutorado e fornecer condições propícias para me envolver integralmente a esse desafio. Em especial, as amigas de trabalho, Kelsiane e Isabelle, incentivadoras desde o início da seleção no programa de pós-graduação em Recursos Naturais, acompanhando e aconselhando em vários momentos dessa trajetória.

À todos que estiveram presentes nas fases que compreenderam esses 4 anos, desde os incentivos para seleção até vencer os demais obstáculos durante o doutorado.

ALVES, Josemery Araújo. Turismo, recursos de uso comum e conflitos socioambientais em Pipa- Tibau do Sul/RN: uma perspectiva à luz dos princípios de Ostrom [tese]. Campina Grande: Programa de pós-graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande; 2018.

RESUMO

A pesquisa retrata um conflito de cunho ambiental, social, econômico e político propagado na praia da Pipa, pertencente ao município de Tibau do Sul, no estado do Rio Grande do Norte, fazendo parte do Pólo Turístico Costa das Dunas. Tem-se como objetivo geral “Analisar os conflitos socioambientais relacionados à utilização dos recursos de uso comum (*common-pool resource* – CPR) pelo turismo em Pipa- Tibau do Sul/RN, à luz dos princípios de Ostrom (1990), visando disponibilizar alternativas de autogestão para melhor condução do desenvolvimento mais sustentável do destino”. As técnicas de investigação usadas na pesquisa envolvem: observação direta e participante, documentos pessoais, registros fotográficos, entrevistas semiestruturadas, relatos orais, com anotações e principais observações adquiridos dos investigados na pesquisa. Foram delimitados como alvo do estudo, lideranças e/ou empreendedores locais, relacionados com associações/ grupos e/ou ONG's, incluindo nativos e forasteiros considerados cidadãos pipenses pelos longos anos de vivência na praia. Remetendo ao conflito socioambiental em Pipa, percebe-se o surgimento do cenário discordante por volta da década de 1990, em decorrência das novas relações de poder entre os agentes produtores do turismo. Emerge juntamente com uma especulação desenfreada de capital externo, suscitando uma grande onda de urbanização e transformações na destinação turística. Dentre os principais impactos sociais, percebe-se mudança radical nos novos hábitos de vida, com modificação do território e das antigas moradias. Além das alterações nas atividades econômicas tradicionais, evidências de degradação, aculturação, prostituição, tráfico de drogas, dentre outras questões que influenciam negativamente a vida da comunidade local. Com a observação *in loco*, percebe-se que fortes lideranças, que já foram muito engajadas e envolvidas com associações e ONG's, passaram por crises de resistência e alguns desistiram de permanecer na lutar como reflexo do descrédito do setor público em apoiar as propostas e ações dos movimentos. Os princípios de governança de Ostrom foram analisados no contexto do desenvolvimento turístico de Pipa, e apesar das limitações existentes, há pressupostos que demonstram a viabilidade da autogestão como mecanismo de preservação e mediação para os conflitos existentes. Não trata-se de uma proposta de fácil execução, tendo em vista o histórico de desbravamento e exploração desordenada, obstante, a comunidade apresenta ferramentas concretas de reverter o cenário, desde que, continuem se integrando e ultrapassem a vertente do individualismo, passando a focar verdadeiramente no bem coletivo. Assim, é necessário ampliar as possibilidades de participação, envolvendo a população nas decisões que visam o desenvolvimento do destino turístico, com valorização e integração desse grupo que pode fazer a diferença. Portanto, a tese alcançou os objetivos delimitados e com os instrumentos de coleta de dados consegue-se de forma bem sucedida responder às questões impostas, sendo possível a análise do conflito socioambiental com diretrizes para nortear a autogestão dos recursos de uso comum vinculados ao turismo. Como contribuição, a pesquisa estrutura um plano de ação para que a comunidade possa se integrar e agir, visando ter maior autonomia sobre os bens naturais.

Palavras-chave: Turismo. Conflitos. Governança. Ostrom. Autogestão. Pipa.

ALVES, Josemery Araújo. Tourism, resources of common use and social-environmental conflicts in Pipa- Tibau do Sul / RN: a perspective in the light of Ostrom principles [thesis]. Campina Grande: Programa de pós-graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande; 2018.

ABSTRACT

The research portrays an environmental, social, economic and political conflict propagated on the beach of Pipa, belonging to the municipality of Tibau do Sul, in the state of Rio Grande do Norte, being part of the Costa das Dunas Tourist Pole. The objective of this study is "to analyze the socio-environmental conflicts related to the use of common-pool resource (CPR) by tourism in Pipa- Tibau do Sul / RN, in the light of Ostrom's (1990) principles, in order to make available self-management alternatives to better manage the more sustainable development of the destination." The research techniques used in the research involve: observation direct and participant, personal documents, photographic records, semi-structured interviews, oral reports, with annotations and main observations acquired from those investigated in the research. The study focused on local leaders and / or entrepreneurs related to associations / groups and / or ONGs, including natives and outsiders considered to be Pipa citizens for the long years of living on the beach. Referring to the socio-environmental conflict in Pipa, we can see the emergence of the discordant scenario around the 1990, as a result of the new power relations between the producers of tourism. It emerges along with a rampant speculation of external capital, provoking a great wave of urbanization and transformations in the tourist destination. Among the main social impacts, one can notice a radical change in the new habits of life, with modification of the territory and the old houses. In addition to changes in traditional economic activities, evidence of degradation, acculturation, prostitution, drug trafficking, among other issues that negatively influence the life of the local community. With in loco observation, it is clear that strong leaders, who have already been very involved and involved with associations and ONGs, have experienced resistance crises, and some have given up remaining in the fight as a reflection of the public sector's discredit in supporting proposals and actions movements. Ostrom's governance principles were analyzed in the context of Pipa's tourism development, and despite the existing limitations, there are assumptions that demonstrate the feasibility of self-management as a mechanism of preservation and mediation for existing conflicts. This proposal is not easy to implement, given the history of exploration and disorderly exploitation, however, the community presents concrete tools to reverse the scenario, as long as they continue to integrate and go beyond the strand of individualism, focusing on truly in the collective good. Thus, it is necessary to increase the possibilities of participation, involving the population in the decisions that aim at the development of the tourist destination, with valorization and integration of this group that can make the difference. Therefore, the thesis reached the delimited objectives and with the instruments of data collect it is possible to successfully respond to the issues imposed, being possible the analysis of the socio-environmental conflict with guidelines to guide the self-management of resources of common use linked to tourism. As a contribution, the research structures a plan of action so that the community can integrate and act, aiming to have greater autonomy over natural assets.

Keywords: Tourism. Conflicts. Governance. Ostrom. Self management. Pipa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Componentes da sustentabilidade territorial.....	40
Figura 2- Estratégias, normas e regras para governança.....	58
Figura 3- Configurações sociais, econômicas e políticas.....	60
Figura 4- Ciclo das destinações turísticas.....	67
Figura 5- Triângulo do conflito.....	71
Figura 6- Roda do conflito.....	74
Figura 7- Caminho para resolução do conflito.....	75
Figura 8- Dinâmica perversa do turismo nas Costas Nordesteiras.....	82
Figura 9- Fases de desenvolvimento turístico de Pipa- Tibau do Sul/ Brasil.....	100
Figura 10- Parâmetro dos moradores sobre passado e presente.....	120
Figura 11- Percepção dos moradores sobre o crescimento do turismo.....	121
Figura 12- Prospecção sobre o futuro de Pipa na visão dos moradores.....	122
Figura 13- Vertente política, econômica e simbólica-cultural envolvidas no conflito.....	129
Figura 14- Protagonistas do conflito em Pipa.....	130
Figura 15- Levantamento das ONG's e associações atuantes na praia da Pipa.....	150
Figura 16- Motivos do enfraquecimento das representações.....	151
Figura 17- Preocupação com a disseminação do turismo de massa.....	159
Figura 18- Projeto da praia da Pipa.....	162
Figura 19- Divulgação da 17ª Semana do Meio Ambiente de Pipa e Tibau do Sul.....	164
Figura 20- Redes sociais como ferramenta de debate.....	167
Figura 21- Conjuntura sobre regras específicas, particulares e diferentes.....	171
Figura 22- Ponderações sobre as leis locais.....	176
Figura 23- Omissão no controle e fiscalização dos recursos naturais.....	181
Figura 24- Percepções sobre o conflito em Pipa.....	185
Figura 25- Preocupação com os impactos do turismo.....	197
Figura 26- Opressão sobre as ações.....	200
Figura 27- Espaço de shows Pipa <i>Open Air</i>	202
Figura 28- Empenho da comunidade.....	203
Figura 29- Causas e consequências provenientes da falta de estratégias de planejamento.....	206

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1- Vista aérea da praia da Pipa/RN.....	98
Fotografia 2- Vila de pescadores da Pipa em 1979.....	101
Fotografia 3- Avenida Baía dos golfinhos na década de 1990.....	108
Fotografia 4- Praia do Madeiro em 1994.....	110
Fotografia 5- Largo de São Sebastião na Praia da Pipa- Brasil.....	113
Fotografia 6- Reflexos do fim da tarde na Praia do Centro- Pipa.....	119
Fotografia 7- Lixo nas ruas da praia da Pipa.....	127
Fotografia 8- Placas de proibição.....	139
Fotografia 9- Fechamento do acesso à praia das Minas.....	139
Fotografia 10- A estrada de acesso a Pipa, à esquerda, parte do Santuário Ecológico e a Baía dos Golfinhos.....	153
Fotografia 11- Vista aérea do Santuário Ecológico da Pipa.....	157
Fotografia 12- População acompanhando a soltura de filhotes de tartarugas em direção ao mar.....	163
Fotografia 13- S.O.S. Baía dos Golfinhos.....	199
Mapa 1- Localização de Pipa/RN, Brasil.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Elementos para sucesso e/ou fracasso na gestão dos recursos.....	57
Quadro 2- Delineamento dos Princípios de governança.....	61
Quadro 3- Governança dos destinos turísticos.....	65
Quadro 4- Esquema das etapas e procedimentos.....	90
Quadro 5- Identificação dos investigados no mapeamento etnográfico.....	93
Quadro 6- Caracterização dos atores entrevistados na pesquisa.....	94
Quadro 7- Possíveis coalizões dos grupos envolvidos no conflito.....	134
Quadro 8- Posições, interesses e necessidades dos grupos da pesquisa.....	135
Quadro 9- Progressão conflito em Pipa.....	141
Quadro 10- Conflitos e alianças entre os grupos.....	143
Quadro 11- Demonstrativo Sistemas Sócio Ecológicos (SEE) Pipa.....	174
Quadro 12- Monitoramento e fiscalização dos órgãos públicos.....	179
Quadro 13- Sanções ambientais.....	183
Quadro 14- Avaliação quantitativa e qualitativa dos princípios de Ostrom para o SSE estudado.....	192
Quadro 15- Síntese dos Princípios de Ostrom na praia da Pipa.....	193
Quadro 16- Ponderações sobre ação coletiva.....	197
Quadro 17- Reflexões sobre a destinação turística.....	204
Quadro 18- Envolvimento da comunidade no desenvolvimento turístico.....	205
Tabela 1- Anos de moradia em Pipa.....	146

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Nativos x forasteiros investigados.....	144
Gráfico 2- Naturalidade dos forasteiros.....	145
Gráfico 3- Profissão dos entrevistados.....	147
Gráfico 4- Representação dos entrevistados.....	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM- Amazonas

AMAPIPA- Associação dos moradores e amigos da Pipa

APA- Área de Proteção Ambiental

ASPIPA- Associação de surf da Pipa

ASTHEP- Associação dos Hoteleiros de Tibau e Pipa

BA- Bahia

CE- Ceará

CEP- Comitê de Ética em Pesquisa

CPR- Recursos de Uso Comum

DT- Destino Turístico

E- Entrevistados

EDUCAPIPA- Associação Educacional Comunitária do município de Tibau do Sul

F- Forasteiros

FLIPAUT- Festival Literário Alternativo da Pipa

HUAC- Hospital Universitário Alcides Carneiro

IAD- Institutional Analysis and Development

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IDEMA- Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente

INSPIRA- Instituto para a Salvaguarda das Paisagens Inspiradoras e dos Refúgios Ambientais

MTUR- Ministério do Turismo

N- Nativos

NE- Nordeste

NEP- Núcleo Ecológico de Pipa

ONG- Organização Não-Governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

PE- Pernambuco

PEMP- Parque Estadual Mata da Pipa

PNT- Plano Nacional de Turismo

PRODETUR- Programa de Desenvolvimento do Turismo

REFAUTS- Reserva Faunística Costeira de Tibau do Sul

RJ- Rio de Janeiro

RN- Rio Grande do Norte

RS- Rio Grande do Sul

S.O.S.- Código universal de socorro

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SES- Sistemas Socioecológicos

SMA- Semana do Meio Ambiente

SP- São Paulo

TAMAR- Tartaruga Marinha

TR- Turismo Residencial

UFCG- Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
PARTE I: REFERENCIAL TEÓRICO	
2 REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE TURISMO, GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS COMUNS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.....	26
2.1 PRESSUPOSTOS DOS ESTUDOS DO TURISMO.....	28
2.1.1 Turismo, aspectos socioespaciais e seus desdobramentos.....	32
2.1.2 Territórios turísticos.....	36
2.1.3 Sustentabilidade e fenômeno turístico.....	38
2.1.4 Desenvolvimento sustentável <i>versus</i> crescimento.....	43
2.1.5 Planejamento do turismo no contexto atual.....	47
2.2 ELINOR OSTROM E SEUS FUNDAMENTOS.....	50
2.2.1 A teoria dos <i>common-pool resources- CPR</i>	52
2.2.2 Autoorganização das comunidades: casos empíricos de Ostrom.....	54
2.2.3 Gestão dos bens comuns e os Princípios de governança de Ostrom.....	57
2.2.4 Governança e autogestão de destinos turísticos.....	63
2.3 CONFLITOS EM ÂMBITO GERAL.....	69
2.3.1 Resolução de conflitos.....	72
2.3.2 Conflitos socioambientais.....	76
2.3.3 Dimensões ambientais, sociais, econômicas e os conflitos decorrentes do turismo.....	78
PARTE II: A PESQUISA	
3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....	84
3.1 DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DA PESQUISA.....	87
3.2 CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES PESQUISADOS.....	92
PARTE III: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	
4 TURISMO E OS IMPACTOS EM PIPA- TIBAU DO SUL/RN: O ESTUDO DE CASO.....	96
4.1 DESENVOLVIMENTO DAS FASES DA DESTINAÇÃO TURÍSTICA.....	99
4.1.1 Primeira fase.....	100
4.1.2 Segunda fase.....	104
4.1.3 Terceira fase.....	107
4.1.4 Quarta fase.....	110
4.1.5 O desenvolvimento do turismo na visão dos moradores.....	115
4.2 DESDOBRAMENTO DO PROBLEMA CENTRAL À ESTRUTURAÇÃO DO CONFLITO.....	125
4.2.1 Os agentes protagonistas do conflito e possíveis coalizões.....	130

4.2.2 Progressão do conflito socioambiental em Pipa.....	136
4.3 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL RELATIVAS AO TURISMO EM PIPA.....	144
4.3.1 Associações e ONG's atuantes na praia da Pipa.....	149
4.3.2 Projetos voltados para preservação ambiental na praia da Pipa.....	162
4.4 PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA DE OSTROM NO CONTEXTO TURÍSTICO DE PIPA.....	171
4.4.1 Limites claramente definidos.....	172
4.4.2 Congruência entre as regras de apropriação e provisão com as condições locais.....	175
4.4.3 Arranjos de escolha coletiva.....	177
4.4.4 Acompanhamento/Monitoramento.....	178
4.4.5 Sanções graduadas.....	181
4.4.6 Mecanismos de resolução de conflitos.....	183
4.4.7 Reconhecimento mínimo dos direitos de organização.....	186
4.4.8 Entidades aninhadas.....	188
4.4.9 Autogestão e o turismo em Pipa.....	189
4.5 DIRECIONAMENTOS DE AÇÃO COLETIVA NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO.....	195
4.5.1 “Iniciativas locais” como alternativa para planejamento mais sustentável do turismo.....	198
4.5.2 Encaminhamentos pautados na realidade local.....	207
CONCLUSÕES.....	218
REFERÊNCIAS.....	222
APÊNDICES.....	237
ANEXO.....	242

1 INTRODUÇÃO

O turismo vem desempenhando papel significativo na economia brasileira, considerado como uma atividade com prospecções positivas, sendo um importante fator para o desenvolvimento econômico e social. É detentor de uma série de reflexos provenientes de sua implementação nos destinos, podendo ser acompanhada de benefícios, mas também, de uma série de impactos negativos emanados da maneira que é explorado, despertando para o surgimento de conflitos refletidos nos campos social, cultural, ambiental, econômico e político.

Podem ser verificados impasses decorrentes das relações de poder, ocupação irregular do solo, degradação ambiental, desajustes sociais provenientes das falhas e/ou inexistência de planejamento, colocando em evidência a busca prioritária pelo crescimento econômico. Infelizmente, o turismo ainda tem acontecido de maneira desordenada em algumas partes do país, sendo objeto de indagações pelo modelo que tem sido adotado. O turismo litorâneo, por exemplo, tem um significativo destaque quando se refere à região Nordeste brasileira, com destinos turísticos consolidados e que refletem um cenário em ascensão, porém, acompanhado de uma série de questões problemáticas.

No Rio Grande do Norte, os primeiros vestígios de desenvolvimento turístico começaram a ser vislumbrados por intermédio das belezas naturais e da faixa costeira, composta por muitas praias, separadas em litoral Norte e Sul (exemplos: Genipabu, Barra de Maxaranguape, Maracajau, Pirangi, Tabatinga, Baía Formosa, Barra de Cunhaú, Pipa). Inicialmente, a atividade ganhou impulso pelo segmento litorâneo, explorando as belezas peculiares do estado, tais como dunas, falésias, tabuleiros, parrachos de corais, lagoas e piscinas naturais.

Nos principais destinos do turismo litorâneo no RN, vale mencionar que Natal e Tibau do Sul, notadamente Pipa, despontam pela demanda de visitantes. Por sua notável repercussão turística, Tibau do Sul foi classificada pelo Ministério do Turismo (MTUR) como um dos 65 destinos indutores mais relevantes do desenvolvimento turístico regional no país. Foi escolhido juntamente com Natal (capital do estado), como os dois destinos do Rio Grande do Norte com competitividade perante o cenário nacional, demonstrando sua significância turística (BRASIL, 2012).

A escolha do local de estudo deve-se ao fato da representatividade turística de Tibau do Sul, notadamente Pipa, perante o cenário estadual, nacional e internacional, sendo mundialmente reconhecida como uma praia paradisíaca e de belezas exóticas.

Pipa-Tibau do Sul/RN é o recorte espacial delimitado para o presente estudo por considerar que o desenvolvimento do turismo não está condizente com os princípios de sustentabilidade. Os recursos de uso comum que até então, eram acessíveis e utilizados coletivamente, passam a ter limitação e restrição. Decorrentes das novas características adquiridas pela antiga vila de pescadores de Pipa, pondera-se a maneira como esses recursos estão sendo explorados no contexto de crescimento voltado ao turismo.

Recursos de Uso Comum que tem como sigla original em inglês o termo “*common-pool resource- CPR*” trata-se de algo de acesso livre, de difícil controle pelas características naturais, então, “como consequência do acesso ilimitado, o CPR normalmente sofre elevados níveis de degradação ambiental e uma baixa rentabilidade, o que se denomina problema do CPR.” (CASTILLO e WOODWARD, 2014, p.58). “Os *commons* são espaços e recursos naturais coletivos, apropriados e gerenciados por grupos definidos, segundo modalidades e regras definidas.” (LAURIOLA, 2009, p.5).

O presente estudo retrata um conflito de cunho ambiental, social, econômico e político propagado na praia da Pipa, pertencente ao município de Tibau do Sul, no estado do Rio Grande do Norte, fazendo parte do Pólo Turístico Costa das Dunas.

Portanto, tem-se como objetivo geral norteador da pesquisa “**Analisar os conflitos socioambientais relacionados à utilização dos recursos de uso comum (*common-pool resource – CPR*) pelo turismo em Pipa- Tibau do Sul/RN, à luz dos princípios de Ostrom (1990), visando disponibilizar alternativas de autogestão para melhor condução do desenvolvimento mais sustentável do destino**”. Para tanto, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- Entender o papel e participação da comunidade na atividade, por meio da contextualização histórica do processo de desenvolvimento turístico de Pipa até os dias atuais;
- Investigar a evolução/progressão do conflito socioambiental, decorrente do processo de utilização dos recursos de uso comum relacionados à atividade turística na praia da Pipa;
- Compreender as formas de organização social da comunidade pipense perante a ação coletiva dos recursos de uso comum;
- Verificar a aplicabilidade dos princípios de governança de Ostrom como mecanismo para análise do contexto turístico em Pipa, no intuito de vencer os obstáculos atuais em prol de uma cooperação voltada a preservação dos bens de uso comum;

- Fornecer diretrizes para uma autogestão pautada nas atividades vinculadas ao turismo, partindo de “iniciativas locais” como alternativa para reestruturação e planejamento mais sustentável do turismo.

Nesse sentido, a pesquisa utilizou os princípios de governança buscando alternativas que possibilitem controle e manutenção dos recursos naturais, considerando os diferentes interesses que se manifestam sobre os usos e apropriações do espaço. Tais princípios institucionais são direcionados as ações focadas na gestão dos “bens coletivos” ou “bens de uso comum”, sendo eles relacionados às: fronteiras definidas; coerência entre as regras de apropriação; arranjos coletivos que permitem a participação na tomada de decisões; monitoramento efetivo dos beneficiários; sanções crescentes para quem não respeita os acordos coletivos; mecanismos de solução de conflitos; reconhecimento do direito de organização; iniciativas articuladas (OSTROM, 1990).

Como resultado de suas pesquisas, Ostrom comprova a importância dos comuns e demonstra, por meio de exemplos empíricos, formas eficientes de autogestão dos bens comuns que evidenciam possibilidades de desenvolvimento sustentável das comunidades. Assim, dentre os princípios de Ostrom, percebe-se um enfoque relacionado à resolução de conflitos, podendo ser adaptados para análise da problemática levantada no estudo.

O caso analisado não se enquadra como um agrupamento cooperativista como os analisados por Ostrom, mas acredita-se na potencialidade de uma organização e planejamento centrado na comunidade.

A investigação pautada nos princípios de Ostrom possibilitou traçar um panorama geral sobre o cenário turístico de Pipa, com intuito de levantar medidas e estratégias mais viáveis para melhorar a autogestão dos recursos de uso comum, tendo como foco de atuação a comunidade envolvida no processo. Como contributo efetivo da pesquisa, é apresentado um estudo de uma localidade em amplo desenvolvimento- a praia da Pipa, com aplicação diferenciada dos exemplos empíricos apresentados por Ostrom. A pesquisadora apresenta a maioria dos casos de comunidades que tem a ação coletiva dos recursos de uso comum centrada em um grupo coeso, com características semelhantes.

Acredita-se que a validação dos princípios dará direcionamentos mais concretos sobre possibilidades de um desenvolvimento turístico centrado nos critérios de sustentabilidade e desenvolvimento endógeno, fornecendo uma sólida base de conhecimento científico aplicado aos recursos de uso comum relacionados à atividade turística.

No caso proposto, dá-se destaque a proposição de uma autogestão moderada pela comunidade. No entanto, composta por um grupo bastante heterogêneo, envolvendo nativos e forasteiros que compartilham do mesmo espaço e sentem-se pertencentes ao lugar.

Logo, tais princípios de governança já foram testados em estudos com significativa representatividade mundial, notadamente aplicado em comunidades rurais relacionadas à agricultura, pesca e extrativismo. Sua validação em um destino turístico litorâneo brasileiro será uma das inovações da tese. Assim, tem-se uma aplicação diferenciada dos exemplos empíricos apresentados por Ostrom, destacando a análise de um contexto que envolve não apenas uma estrutura de liderança (como apresentado na teoria central), e sim, a gestão de uma atividade diretamente influenciada por agentes distintos: poder público, mercado e comunidade.

Os pontos enunciados destacam o ineditismo da tese, sendo a originalidade assegurada pelo fato de buscar, por intermédio da abordagem teórico-conceitual de Ostrom, ferramentas que possam auxiliar a comunidade a se organizar e direcionar ações pautadas em ações coletivas. Contribuindo assim, para um desenvolvimento mais próximo dos princípios da sustentabilidade, tendo em vista a necessária fase de reestruturação do destino turístico. Optou-se pela concepção teórica, conceitual e metodológica pautada em Ostrom para nortear a pesquisa, por acreditar que os princípios, em sua ampla dimensão, atendem aos aspectos de resolução de conflitos e iniciativas de autogestão necessárias para os apontamentos do caso em estudo.

Nesse arcabouço, tem-se o direcionamento para hipótese geral da pesquisa, que medita sobre o controle da exploração desenfreada do turismo, pautada em um plano de gestão dos recursos comuns voltadas a um desenvolvimento mais sustentável e participativo.

Diante o cenário turístico brasileiro, percebe-se que a maioria dos destinos tem sido geridos pela iniciativa privada e pública, ficando muitas vezes a comunidade a mercê desse processo. No entanto, é possível citar casos reais e exitosos onde a base comunitária é a principal condutora do planejamento e desenvolvimento do turismo, podendo mencionar os casos: Prainha do Canto Verde/CE, Comunidade de Curral Velho/CE, Silves/AM, Praia do Aventureiro (Ilha Grande)/RJ, Diogo Lopes/RN.

Pautado em tais aspectos, acredita-se que Pipa pode se reinventar no sentido de rejuvenescer diante seu ciclo de vida de destinação turística. Deve ter um olhar mais responsável e ações que busquem manter o bem estar da sociedade, preservação das belezas naturais e controle do crescimento desordenado da atividade. Assim, tentar alcançar um

equilíbrio mais próximo dos pilares para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, foi possível levantar alguns questionamentos que nortearam a condução da pesquisa:

- Como amenizar os conflitos ambientais e sociais gerados em Pipa pelas diferentes formas de apropriação e aspirações diversas sobre a atividade turística?
- A teoria dos princípios de governança de Ostrom (1990) pode ser aplicada no contexto do turismo em Pipa?
- Como a comunidade pode se organizar para conduzir o desenvolvimento do turismo de Pipa de maneira menos impactante?
- A ação coletiva da comunidade (representada pelas diversas atividades turísticas) poderia ser o caminho para reestruturação do destino turístico?
- Como as associações, grupos e Organizações Não-Governamental (ONG's) podem estabelecer mecanismos de planejamento para manutenção e preservação do turismo?
- Quais expectativas de novos caminhos para o desenvolvimento do turismo pautado nos direcionamentos da comunidade?

Trabalhou-se com questões envoltas do turismo, conflito, sustentabilidade, planejamento e princípios de Ostrom, visando fornecer subsídios para uma autogestão centrada nas particularidades de um destino litorâneo. Colaborando então, para a geração de conhecimentos técnico-científicos voltados para um desenvolvimento do turismo mais convicto aos aspectos de responsabilidade socioambiental da praia de Pipa/RN.

O trabalho foi segmentado em três partes, contemplando o referencial teórico, procedimentos metodológicos e apresentação dos resultados.

A parte I, com a delimitação teórica, intitulado reflexões teóricas sobre turismo, gestão sustentável dos recursos comuns e conflitos socioambientais, remete as concepções teóricas que consubstanciaram a formatação para a análise do objeto de estudo. Encontra-se o estado da arte com pressupostos sobre o turismo, apontando o levantamento dos principais trabalhos que se deteram a análise de realidades de turismo costeiro nordestino. A partir daí, foi possível identificar limitações anteriores, com lacunas que precisavam progredir, fortalecendo as decisões que comprovam a relevância da presente pesquisa.

Contemplando o capítulo 2, estão dispostos, 2.1.1 a 2.1.5, uma gama de temas relacionados ao turismo, tais como: Turismo, aspectos socioespaciais e seus desdobramentos; Territórios turísticos; Sustentabilidade e fenômeno turístico; Desenvolvimento sustentável *versus* crescimento, Planejamento do turismo no contexto atual. O subtópico 2.2 enuncia a pesquisadora Elinor Ostrom e seus fundamentos, com perspectivas que englobam a teoria dos *common-pool resources- CPR*; auto-organização e autogestão das comunidades, com casos

empíricos de investigação; abordagem teórica sobre os princípios de governança e a gestão dos bens comuns; assim como, enfoque sobre governança vinculada as destinações turísticas. Finalizando o referencial teórico, foi retratado no componente 2.3 temas relativos aos conflitos, aspectos de resolução; conflitos socioambientais; aspectos ambientais, sociais e econômicos relacionados ao surgimentos dos impasses no campo do turismo.

A parte II compreende as etapas de investigação, contendo os pressupostos epistemológicos que nortearam a pesquisa. Nesse sentido, o capítulo 3 dispõe os procedimentos metodológicos que foram norteadores para levantamento dos dados, destacando as abordagens adotadas, tipo de pesquisa, suporte teórico, técnicas de investigação e instrumentos secundários. No tópico 3.1 destaca a descrição das etapas da pesquisa, contendo os procedimentos metodológicos adotados para cada objetivo e seus respectivos direcionamentos. Em seguida, a subseção 3.2 remete a identificação dos atores investigados na pesquisa, contendo a apresentação do levantamento por meio de mapeamento etnográfico e caracterização dos demais sujeitos entrevistados, com suporte de entrevistas semi-estruturadas.

Na parte III, encontra-se a apresentação e discussão dos resultados empíricos da pesquisa. Deste modo, o capítulo 4 é intitulado como turismo e os impactos em Pipa- Tibau do Sul/RN: o estudo de caso.

Integrando o tópico 4.1 encontra-se a discussão sobre o desenvolvimento das fases turísticas da destinação. Para isso, foram contempladas as quatro principais etapas (4.1.1 a 4.1.4) que envolvem desde o descobrimento do turismo, até os dias atuais, retratando os fatos que marcaram cada trajetória. Por fim, são apresentados no item 4.1.5 os resultados que remetem a percepção dos moradores sobre o processo de desenvolvimento do turismo.

O item 4.2 traz detalhes do conflito socioambiental decorrentes do turismo, apresentando desde a fundamentação central até sua formação. Foi segmentado nos subitens 4.2.1 que abrange os agentes protagonistas, poder público, mercado e comunidade, bem como, as possíveis coalizões existentes. O ponto 4.2.2 traça a progressão do conflito, com quadro inspirado no cap-net (2008) que permitiu estabelecer as etapas de formação do conflito e as principais alianças estabelecidas pelos grupos.

A seção 4.3 compreende as principais formas de organização social vinculadas a atividade turística em Pipa. São apresentados alguns gráficos que representam a porcentagem de nativos e forasteiros investigados; a naturalidade dos estrangeiros e anos de moradia em Pipa, profissão e as principais representações que fazem parte, comprovando o grau de envolvimento dessas pessoas com o contexto investigado. No item 4.3.1 tem o levantamento

das principais associações e ONG's atuantes no contexto de Pipa, apresentando fatos que dão representatividade a esses organismos no combate do conflito socioambiental. O tópico 4.3.2 contempla a demonstração de projetos que vem sendo executados visando manter e preservar a praia, demonstrando iniciativas de significativa relevância ambiental e social.

O 4.4 remete a governança dos recursos de uso comum, traçando a perspectiva de Ostrom para fundamentar a importância da gestão e de regras para conduzir a ações futuras da destinação. Tem-se a segmentação apresentando o detalhamento dos oito princípios de Ostrom, fazendo o paralelo de cada norteador da pesquisadora com as características locais, e por fim, um quadro geral, apontando as diretrizes que podem ser adotadas para uma autogestão do turismo, pautada na iniciativa da comunidade.

Englobando a última abordagem da investigação, apresenta-se o tópico 4.5 com direcionamentos de ação coletiva para reestruturação da destinação estudada. Assim, apresenta-se a percepção da comunidade quanto aos aspectos relativos à ação coletiva. O item 4.5.1 denota casos de iniciativas locais detectadas no campo de estudo, apresentando expectativas para reestruturação e norteadores para um planejamento mais centrado na sustentabilidade. Por fim, o item 4.5.2 integra encaminhamentos, condizentes com a realidade local, demonstrando ações de autogestão que podem ser adotados na tentativa de mudar o cenário detectado.

À guisa de conclusões, remete-se as principais constatações levantadas na pesquisa. Além disso, expõe perspectivas para a destinação turística, centradas na análise da pesquisadora e encaminhamentos para outros estudos. Ademais, encontra-se o rol com todas as referências bibliográficas dispostas ao longo do trabalho, bem como, os apêndices dispostos à consulta.

PARTE I: REFERENCIAL TEÓRICO

2 REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE TURISMO, GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS COMUNS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

O turismo tem provocado impactos que variam de acordo com a intensidade dos fluxos de visitantes, mas que normalmente envolve ocupações irregulares, exclusão da população nativa dos centros turísticos, inflação nos preços, devastação dos recursos ambientais, ineficiência no fornecimento dos serviços básicos para a população local.

Cruz (2006) reforça a capacidade econômica do turismo de gerar renda, riqueza e dinamizar as oportunidades de trabalho, considerando que em paralelo, pode suscitar práticas inflacionárias, notadamente em escala local, contribuindo para acender questões que envolvem tráfico de drogas e prostituição.

Apesar dos reflexos negativos enunciados, é inquestionável que no cenário atual o turismo apresenta-se como uma significativa ferramenta para alavancar o setor econômico. “Com uma economia cada vez mais desafiante e com a necessidade de diversificar a oferta de produtos e serviços dentro de um mercado competitivo, o turismo surge como uma alternativa que complementa o setor produtivo das localidades que o promovem.” (CARDOZO et al., 2016, p.89).

Pensando em manter maior equilíbrio entre pontos negativos e positivos provenientes do turismo, torna-se urgente a implantação de medidas planejadas focadas nos direcionamentos da sustentabilidade. Román e Font (2014, p.442) fortalecem que “a aplicação de padrões sustentáveis na indústria turística se justifica como um fator chave de competitividade de destinos ante um mercado que demanda cada dia mais produtos e serviços ambiental, social e economicamente sustentáveis.”

A tendência mundial alerta para a maior consciência em relação à busca de desenvolvimento, prevalecendo ajustes econômicos e políticos mais condizentes com a análise de impactos negativos e benefícios, ampliando o discurso sobre a necessidade de planejar as ações de maneira responsável.

O planejamento se apresenta como uma ferramenta básica quando se trata do desenvolvimento de ações que envolvem o turismo, mas ainda se seu objetivo é organizar formas participativas de gestão. Se a organização de um empreendimento isoladamente necessita de ações planejadas, quando se trata de toda a comunidade o processo resulta como indispensável, pois são muitos os interesses em jogo, mas além da existência de diversos investimentos que exigem múltiplos estudos para que as facilidades sejam organizadas de acordo com a realidade local (CARDOZO et al., 2016, p.99).

Mesmo sendo uma atividade tão consolidada no cenário brasileiro, infelizmente ainda percebem-se estratégias frágeis quando trata-se das questões em torno do desenvolvimento do turismo. É válido mencionar que a utilização desregrada dos recursos naturais “pode causar uma degradação do valor turístico do destino, inclusive em relação à beleza cênica, levando a sua queda econômica” (SILVA e SIERRA, 2013, p.808). Dessa forma, a sustentabilidade turística deve envolver o planejamento e atenção especial com os aspectos ambiental, econômico e sociocultural simultaneamente, sendo fundamental prever ações menos impactantes para manutenção da atividade.

Em relação ao planejamento e gestão dos espaços turistificados, não devem se deter “às ações dos agentes de mercado mediadas pelas ações do Estado, sob o risco de estarem contemplando apenas a atividade econômica do turismo e deixando fora das suas proposições todas as demais dimensões sociais que o fenômeno turístico abarca.” (FRATUCCI, 2014, p.95).

Assim, o desenvolvimento sustentável do turismo deve ser tido de maneira mais responsável e em consonância com os limites dos recursos naturais. É válido reforçar que as ações dos homens têm suscitado severos reflexos negativos, e quando fala-se de turismo, esses impactos tem atingido praticamente toda a humanidade (BENI, 2003).

É uma atividade que notadamente utiliza o meio ambiente, então “deve e pode ser importante alternativa de desenvolvimento sustentável – calcado no tripé social, econômico e ambiental, atentando, assim, para uso racional dos recursos naturais sem comprometer sua capacidade de renovação e conservação.” (GRIMM et al., 2013, p.27).

No campo do turismo geraram-se novas expectativas por parte das comunidades locais para receber diretamente os benefícios gerados pela atividade. O que se pode observar na grande maioria dos destinos turísticos é que o modelo turístico empresarial não gerou vantagens satisfatórias que anteriormente prometera em termos de desenvolvimento social nas comunidades (NÓBREGA, 2012, p.55).

Em determinadas situações, torna-se necessário reduzir o consumo dos recursos naturais para asseverar sua viabilidade econômica a longo prazo (OSTROM, 1990). Por sua notável repercussão nas pesquisas que aponta a autogestão como ferramenta viável para o desenvolvimento sustentável das comunidades, a opção teórica adotada está consubstanciada aos princípios de Ostrom, no que diz respeito à forma de desenvolver o turismo litorâneo.

Taibi (2016) crítica a imposição capitalista que ultrapassa os limites ambientais, sendo possível obter autorizações de ocupação que deveriam ser negados em decorrência das fragilidades naturais.

As construções irregulares visando atender anseios mercadológicos, em áreas de proteção ambiental, deveriam ser firmemente proibidas, fiscalizadas e controladas. No entanto, ainda é uma constatação em muitos destinos turísticos, sobretudo em zonas costeiras, levando a conflitos que envolvem a dicotomia preservação *versus* exploração. Nesse ínterim, os conflitos surgem em virtude da existência de diferentes interesses, que culminam em impasses de expressões distintas, envolvendo grupos que podem ser em alguns momentos aliados, em outros rivais, já que disputam os mesmos objetivos.

Em meio aos desdobramentos dos conflitos, é possível evidenciar os motivados por aspectos socioambientais, vinculados em muitos momentos à prática desordenada da atividade turística. “A magnitude e diversidade dos conflitos ambientais e afins riscos são complexos e têm implicações significativas para a estabilidade do natural, sociais, políticas e contextos econômicos e locais.” (BOB e BRONKHORST, 2010, p.24).

Os mecanismos de resolução dos conflitos surgem como elementos para mediar o diálogo, na busca de alternativas compatíveis que possam atender as exigências e aspirações dos envolvidos, tentando equilibrar os processos de perda e ganho. “Já a resolução dos conflitos leva a considerar os fatores contextuais que os promovem bem como mecanismos para a satisfação das necessidades daqueles envolvidos.” (VARGAS, 2007, p.198).

A seguir, apresenta-se uma fundamentação mais detalhada acerca das temáticas enunciadas sucintamente nesse tópico, visando englobar a abordagem que relaciona o turismo e suas várias interfaces, se detendo, sobretudo, a concepção de Ostrom para respaldar a análise do objeto de estudo.

2.1 PRESSUPOSTOS DOS ESTUDOS DO TURISMO

O estudo tem como ponto de partida uma ampla investigação dos trabalhos desenvolvidos em destinos turísticos, como a praia da Pipa e/ou relacionados ao tema proposto. Assim, conseguir apontar como a presente pesquisa avança em relação ao que já foi investigado anteriormente e as contribuições pretendidas. É válido destacar que a praia da Pipa tem sido alvo de análises de significativa importância, a maioria por sua vez, retratando o turismo como tema alvo.

Muitos estudos remetem as transformações socioespaciais decorrentes da exploração turística, como apresentado por Araújo (2002), no qual aponta as novas territorialidades visualizadas no contexto examinado. Trata assim, das mutações de Pipa ao longo dos anos,

deixando de ser vila de pescadores para se tornar território turístico, tendo influência significativa nas novas relações socioespaciais.

No sentido de entender o contexto de reterritorialização, desencadeado pelo desenvolvimento do turismo em Pipa-Tibau do Sul/RN, e as novas constituições do território turístico envolvendo as dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais, Gonçalves (2010) discorre sobre o conflito latente que envolve atores do poder público, privado, terceiro setor e comunidade. A pesquisadora supracitada averigua que estão motivados, principalmente, pelas intensas relações de poder e contradições geradas pelo processo desordenado de crescimento da atividade turística, suscitando novas territorialidades e impactos sentidos principalmente na população nativa.

Ainda trazendo o cenário de transformações decorrentes do turismo, Brandão (2013) apresenta os territórios transformados em decorrência da inserção do turismo nas praias da Pipa (RN), Porto de Galinhas (PE) e Praia do Forte (BA). Faz um estudo comparativo em importantes zonas turísticas para demonstrar as semelhanças e diferenças que envolvem o desenvolvimento do turismo costeiro no nordeste brasileiro. Tal tese apresenta uma crítica ao atual modelo adotado pelos gestores público e privado, que priorizam os aspectos mercadológicos sem medir as consequências. Conduz a reflexão sobre as bases desenvolvimentistas do turismo que deveriam ser centradas na valorização da comunidade e das raízes locais.

Remetendo aos impactos socioambientais relacionados à exploração desenfreada do turismo, é possível citar as pesquisas de Firmino (2006) que discorre sobre o desenvolvimento do turismo na zona costeira nordestina, trazendo questões conflitantes da atividade turística na praia dos Carneiros (Tamandaré/PE) e o estudo de Grande (2009), remetendo aos impactos sociais provenientes do turismo no caso de Tibau do Sul/RN, notadamente, a praia da Pipa. Em contextos espaciais diferentes, os trabalhos apresentam questões conflitantes que envolvem apropriação da zona costeira pelo turismo, dificuldades de implantar os princípios do desenvolvimento sustentável, impactos sociais e ambientais decorrentes do turismo.

Tratando sobre conflitos decorrentes dos impactos do turismo, Xavier (2008) apresenta a influência da atividade sobre as relações de posse e propriedade da terra em Pipa, tendo como base o ciclo de Butler para demonstrar o estágio que o destino turístico encontrava-se na época da pesquisa. Pondera que o modelo de Butler, escolhido para retratar a pesquisa, aponta que o destino, no ano do estudo, encontrava-se na fase de “crescimento”, a partir daí consegue “analisar o desenvolvimento turístico por que passou e as mudanças sociais e culturais que atingiram a população local.” (XAVIER, 2008, p.15). Nessa

perspectiva, é possível prosseguir e investigar as mudanças decorrentes desse período, apontando em qual fase o destino encontra-se na atualidade.

Ainda em relação ao cenário conflituoso relacionado ao contexto de desenvolvimento do turismo, Silva (2011) apresenta sua influência sobre a atividade pesqueira. Levanta a discussão sobre o ângulo da substituição da vocação natural, ou seja, a pesca pelo turismo, evidenciando o predomínio da atividade turística em Tibau do Sul e como isso desencadeou novos hábitos na vida local.

Outra investigação que tem um olhar diferenciado sobre o local de estudo é o de Aires (2012), que traz uma retrospectiva histórica de Pipa. Remete, em forma de narrativa, como a localidade tornou-se destino turístico reconhecido internacionalmente e como os moradores foram envolvidos na atividade.

Em virtude da internacionalização do destino turístico, grupos de pesquisadores tem se debruçado nas pesquisas sobre os efeitos da atividade na antiga vila de pescadores, como professores da Universidade de Alicante/ Espanha. Esse grupo apresenta uma análise do modelo de turismo residencial (TR), as chamadas “segundas residências”, identificando a participação e os impactos sociais emanados de tal prática (ALEDO et al., 2013 e LOLOUM, 2015). Aledo et al. (2013, p.16) destacam o processo e resultados do estudo realizado em Pipa, discutindo o “modelo de turismo residencial implantado neste território mediante a identificação e evolução dos seus impactos sociais.”

Sobre o modelo de turismo residencial internacional explorado no Brasil, Loloum (2015) também se debruça na sua pesquisa de doutoramento para o contexto de Pipa. Faz uma análise etnográfica das relações sociais em Pipa relacionadas aos padrões de propriedades costeiras, focados em reflexões das segundas residências e conflitos associados às questões da terra.

Cabe salientar que houve uma difusão exagerada dos condomínios de luxo na praia da Pipa, comercializadas prioritariamente para o público estrangeiro. Como consequências das crises financeiras enfrentadas no cenário nacional e internacional, houve um decréscimo no mercado imobiliário, acarretando a falência de muitos imóveis, ocasionando diversos impactos socioespaciais.

Dessa forma, tal aspecto despertou interesse de averiguação de Nunes (2016) sobre as consequências das segundas residências no mercado de hospedagem de Tibau do Sul – RN, e atualmente, tem se debruçado na pesquisa de doutoramento que envolve o caso dos condomínios abandonados e em ruínas em Pipa/Tibau do Sul e Óbidos, fazendo um comparativo do cenário do Brasil e de Portugal.

Em relação aos recursos de uso comum e turismo, é válido destacar que poucos trabalhos têm sido desenvolvidos com essa amplitude, sendo identificado um grupo de estudo da Universidade Federal do Paraná que tem desenvolvido pesquisas concomitantes a essa, trazendo a abordagem de Ostrom, tendo como tema central “Cultura de trabalho coletivo e uso comum de recursos: o desenvolvimento do turismo na comunidade menonita de Witmarsum, Palmeira-PR” (SOARES, 2016). Trata especificamente do segmento do turismo cultural como foco de investigação da tese, em fase de elaboração. Nessa conjuntura, é possível citar também os apontamentos de Schmidt et al. (2016) que remetem a ação coletiva relativa ao turismo rural sustentável implementado no Paraná (Brasil), detectando as principais vantagens e desvantagens desse tipo de ação. A pesquisa pondera que “tais ações coletivas resultam em incentivos e ganhos adicionais, mas também trazem riscos, desafios e custos para os participantes.” (Op. cit., p.250).

Nos casos enunciados, a abordagem a partir de Ostrom trata de comunidades tradicionais e sua relação com o turismo rural, enquanto que esse estudo está pautado no turismo residencial costeiro, sendo a comunidade mais complexa e heterogênea. O grupo de pesquisadores, ora citados, bem como, os investigadores da presente tese, estão em consonância de postura teórica em relação a possibilidade de associação dos princípios de Ostrom à realidade turística brasileira, outrora não abordado. Assim, estão sendo concomitantemente estudados casos originais que se referem a aplicabilidade dos princípios de Ostrom a cenários de desenvolvimento turístico, deixando bem claro que ambas as pesquisas tem linhas de atuação metodológicas e objetivos completamente diferentes, o que válida o critério de ineditismo que estão sujeitos as teses de doutorado.

Portanto, confirma-se que a presente tese apresenta um caminho inovador, partindo do que já foi apresentado e posicionando o destino turístico no momento atual, demonstrando o diagnóstico de Pipa que o caracteriza como um destino litorâneo com sérios problemas, sociais e ambientais, que colocam em risco a própria continuidade da atividade, identificando o estágio presente de degradação dos recursos de uso comum.

Partindo dessa análise, apresenta-se possibilidades e alternativas de como a comunidade, nesse caso, difusa e composta por vários segmentos, podem se organizar para melhor conduzir o desenvolvimento do turismo de forma mais sustentável, propondo alternativas de intervenção.

Os caminhos da tese envolvem a análise dos impactos socioambientais por meio da insatisfação dos moradores em relação ao desgaste promovido pelo turismo, estudando a viabilidade de fortalecimento de agrupamentos e/ou associações, compostas por nativos e

forasteiros (lideranças que representam os variados segmentos: restaurantes, hospitalidade, receptivo, esporte, meio ambiente), envolvidos com as causas ambientais e sociais.

Pretende assim, investigar como em uma sociedade, complexa e heterogênea, pode-se construir valores comuns e como essa identidade pode ser fortalecida para construir consensos capazes de minimizar os impactos do turismo em PIPA. Considera-se então, a ação coletiva de grupos em busca de objetivos comuns relativos ao controle e preservação dos recursos, sociais e ambientais, tão impactados pelo turismo na praia da Pipa.

2.1.1 Turismo, aspectos socioespaciais e seus desdobramentos

O turismo se apropria e domina os espaços para desenvolver-se, por conseguinte, ao estudar o fenômeno torna-se relevante tratar da abordagem socioespacial por entender que muitas transformações são provenientes da sua prática. Assim, Cruz (2006, p.338) enaltece duas características intrínsecas do turismo “uma delas é o fato de o turismo ser, antes de qualquer coisa, uma prática social. A outra é o fato de ser o espaço seu principal objeto de consumo.”

Considerando a relação entre os aspectos sociais e espaciais, é possível tecer algumas ponderações sobre a atividade turística, já que as destinações passam por adaptações estruturais como uma condição para se adequar as exigências do turismo. Suscita alterações que variam desde infra-estrutura, até mesmo, aspectos de ordem social, tais como mudanças dos hábitos e costume de vida da população receptora para atender os anseios do fluxo de visitantes (ALVES e AZEVEDO, 2013).

Balastrieri (2006, p.305) analisa que “é no espaço de origem da demanda que se originam os fluxos turísticos, mas é no espaço de destino que se concretiza, produzindo novas territorialidades.” Dessa forma, serão levantados conceitos que abordam o território como categoria de análise, compreendendo que território e espaço assumem significados diferentes, apesar da forte ligação que os envolve, sendo o primeiro projetado a partir do espaço.

Refletindo sobre tais aspectos, Saquet (2010, p.13) traz uma análise que considera o território como sendo associado a “recorte espacial apropriado e dominado militar e estrategicamente, como uma parcela ou porção do espaço. Já o espaço é um conceito mais amplo, vinculado à organização societal, ou seja, envolvendo relações de poder, efetivadas especialmente entre diferentes nações.”

Haesbaert (2005, p.6774) exalta que “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.” Corroborando, Balastrieri (2006) reforça que os espaços apropriados passam a ser territórios, configurando-se como expressão de poder tanto no aspecto político quanto no sentido simbólico, vigorando as relações sociais no contexto inserido.

Em relação às concepções acerca do poder, Fernandes e Coriolano (2015) ponderam que estão vinculados às relações de força, não sendo restrito ao Estado. Por isso, a sociedade civil também é imponderada para estabelecer poder. Nessa conjuntura, a configuração horizontal adotada pelas gestões é vista como nova orientação para inclusão dos sujeitos sociais.

Legitimando tal perspectiva, Saquet (2010) destaca que o entendimento de poder está frequentemente vinculado ao Estado, todavia, também está ligado a outras relações, tais como o aspecto social, o que possibilita entender o território como uma combinação de fatores materiais e imateriais.

Como se percebe, o fenômeno turístico envolve uma gama de fatores, tendo reflexos sentidos diretamente nas novas configurações territoriais e sociais. A falta de ordenamento do turismo em determinadas zonas faz com que a gestão dos territórios pareça mais complexa, ou pelo menos, a ineficiência mostra-se mais evidente:

Apesar das políticas incentivadas pelo Estado de gestão para a zona costeira, as ações locais ainda parecem insuficientes. O estudo da evolução dos sistemas espaciais, na escala municipal, pode contribuir com informações sobre a dinâmica das formas e estruturas espaciais, fundamentais para a equidade de um planejamento territorial que leve em conta a qualidade de vida dos habitantes e a preservação do meio ambiente (PANIZZA et al., 2009, p.14).

Fontoura e Andrade (2008, p.9) abordam que na atualidade, “o turismo deixou de ser um usuário passivo dos territórios para tornar-se um agente condicionador de seu ordenamento.” Foi exatamente isso que aconteceu no local de estudo- Pipa, o processo turistificador condicionou um novo ordenamento territorial para atender as exigências emergentes do mercado.

A maneira inconsequente, relacionada muitas vezes a forma que o turismo vem sendo executado, ocasiona impactos e consequências severas nas localidades, tais como (ALVES, 2010, p.50):

- Falta de um planejamento prévio, com subsídios para envolver os diversos agentes ligados com a atividade;

- Problemas que começam aparecer, constantemente, em função do aumento do fluxo de visitantes, que interfere diretamente na vida dos residentes, tais como acúmulo de lixo, aumento dos engarrafamentos, escassez de água;
- Inflação nos preços dos produtos, especulação imobiliária e exclusão dos autóctones;
- Concentração de renda nas mãos de uma minoria;
- Exploração demasiada dos recursos naturais.

Nesse contexto, Balastri (2006, p.309) pondera que “em áreas de praias quase desertas, de rara beleza cênica, de baixa densidade populacional, ocupadas eventualmente por pequenas aldeias de pescadores, impõem novas territorialidades que estão modificando radicalmente o mapa e a paisagem regional.” Tal perspectiva pode ser constatada em várias localidades da costa litorânea brasileira que despontaram para o turismo, inclusive o local objeto do estudo.

Ao tratar das categorias de análise em torno do território e turismo, encontra-se um vasto leque de relações que levam a reflexão sobre o ordenamento, uso e ocupação do solo nos destinos.

A produção do espaço pelo turismo pode ser compreendida pela inter-relação entre agentes sociais, atuando em um espaço específico. Assim, “operado pelos agentes sociais envolvidos com o turismo, concretiza-se em um fenômeno socioespacial complexo, que tem como face mais visível uma atividade econômica extremamente dinâmica e impactante na contemporaneidade do nosso mundo social.” (FRATUCCI, 2014, p.91).

As transformações socioespaciais para se adequar as exigências turísticas, ocasiona o que autores denominam de desterritorialização. Haesbaert e Ramos (2004) trabalham na perspectiva centrada em matrizes econômicas, política e/ ou cultural, atrelados aos aspectos sociais, como norteadoras na condição do processo de desterritorialização.

Oliveira (2006, p.27) traz à tona as concepções de desterritorialização e reterritorialização, podendo “afirmar que desterritorialização refere-se ao movimento de abandono do território e que reterritorialização trata-se de um movimento de construção do território.”

De acordo com Gonçalves (2010), o turismo envolve desde ações de desterritorialização e posterior, reterritorialização, suscitando apropriações do espaço por agentes externos, sendo as implicações sentidas intensamente pela comunidade, despertando

sentimentos diversos que vão da resistência à identificação, tendo os aspectos econômicos priorizados em todo processo.

Balastrieri (2006, p.308) cita algumas características que evidencia o modelo de apropriação territorial pelo turismo:

- **Do ponto de vista locacional:** está comprometido com a articulação local-global, sendo planejado para a atuação em larga escala, embora no discurso oficial esteja vinculado ao chamado “desenvolvimento” regional;

- **Do ponto de vista econômico:** é alimentado basicamente por capitais externos, com contrapartida de capitais nacionais, prometendo geração de emprego e de renda, captação de divisas, voltando-se principalmente para a demanda turística internacional, ofertando incentivos à iniciativa privada, inclusive isenção de tributos, em muitos casos;

- **Do ponto de vista técnico:** resulta de um planejamento imposto em escala federal, baseado na racionalidade e na funcionalidade, necessitando de infra-estrutura pesada a cargo do setor público que tem privilegiado as empresas corporativas outorgando-lhes benefícios de toda sorte, desde incentivos fiscais até a logística a fim de favorecer a viabilidade dos projetos;

- **Do ponto de vista ambiental:** promete a sustentabilidade em suas diversas dimensões, em particular na esfera ecológica, que via de regra é desconsiderada, como por exemplo, através de construção de equipamentos sobre geossistemas litorâneos frágeis, tais como sistemas dunares e manguezais;

- **Do ponto de vista social,** trata-se de um modelo de turismo segregador e excludente, tanto para a demanda de menor poder aquisitivo, quanto para a população anfitriã, que frequentemente é alijada do processo por não apresentar qualificação profissional adequada, sendo mobilizada eventualmente como força de trabalho para postos não especializados e, portanto, mal remunerados.

Em virtude dos retornos financeiros deixados pelo turismo, infelizmente, ainda relaciona-se prioritariamente aos fatores econômicos, sendo tratado como atividade promissora. Entretanto, deixando em segundo plano a abordagem ampla que envolve o fenômeno, tais como a vertente social, ambiental e cultural.

Então, em muitas situações, o turismo tem se apropriado e transformado os espaços, alterando sensivelmente o contexto local, refletindo sobretudo nos aspectos sociais já que os retornos econômicos acabam sendo dominantes do contexto. Por isso, a imposição dos novos

espaços, para atender aos anseios da demanda turística e setor privado, contribuindo para constituição dos territórios turistificados.

2.1.2 Territórios turísticos

Em realidades como a investigada na pesquisa, onde vilas de pescadores são dominadas por novos agentes hegemônicos do turismo, a desterritorialização é acompanhada de impactos severos, prioritariamente sentidos pela população autóctone.

O crescimento urbano, vinculado ao desenvolvimento turístico, tem impulsionado os impasses ambientais e debates socioespaciais, culminando em ocupações desordenadas. (PANIZZA et al., 2009).

Os anseios do setor imobiliário, privado e o aumento desregrado do turismo têm suscitado ocupações bruscas de áreas ambientais, causando dicotomias em relação ao crescimento *versus* preservação. Isso tem instigado impactos decorrentes da falta de equidade entre os aspectos econômicos, ambientais e sociais vinculados à atividade.

O Brasil tem nas diversidades territoriais uma ampla oferta de destinos turísticos, que apesar das crises econômicas enfrentadas pelo país, tem permanecido forte, com adaptações para se ajustar aos novos mercados (CAMPOS e MAIA, 2015).

A atuação humana, relativa à formação dos destinos para o turismo, ocasiona transformações socioespaciais, estando diretamente ligada a intervenção do Estado, do setor privado e/ou das relações que envolvem residentes e turistas. Essa estruturação espacial remete a adaptação dos lugares para atender as demandas requeridas pelo turismo, influenciando assim, mudanças que envolvem desde a conjuntura espacial, até as relações sociais dos autóctones (ALVES, 2010).

O uso do território pelos novos agentes econômicos, forasteiros e antigos moradores torna-se conturbado, suscitando em conflitos de diferentes magnitudes, englobando reflexos nas dimensões que envolvem o fenômeno turístico. Por isso, Cruz (2006, p.342) reforça que “o desenvolvimento do turismo deve ser um projeto construído coletivamente e não uma resposta a interesses particulares, de grupos sociais específicos.” Dessa forma, torna-se importante conhecer as características envolvidas das territorialidades do turismo para proceder com o planejamento.

Percebe-se desta forma que a relação entre turismo, espaço e território depende imprescindivelmente dos fluxos e fixos, ou seja, da estrutura composta pelo equipamento turístico e pela mobilidade provisória do homem de seu território

original, gerando uma desterritorialização e criando um novo território em outro lugar, um território turístico (FONTOURA e ANDRADE, 2008, p.5).

De acordo com Knafou (1999, p.70-71), existem três maneiras de turistificar os lugares, podendo as causas estar vinculadas aos “turistas, ao mercado e/ou planejadores e promotores territoriais.” Em relação à produção dos espaços para o turismo, normalmente é rodeado de alguns acontecimentos.

Em um primeiro momento, há a presença de visitantes em virtude de determinadas potencialidades turísticas, como consequência, dá-se a articulação do mercado. Esse começa agir para tornar o lugar com condições de receptividade, dando prosseguimento ao circuito de estruturação do turismo, por meio do fornecimento de aparato legal para fortalecer a atividade, tendo o direcionamento do setor público.

O processo de turistificação inicia-se quando os agentes de produção do turismo começam a explorar trechos privilegiados da localidade, em função da estruturação da atividade, provocando uma nova configuração territorial.

Dado que o uso do termo “espaço turístico” tem estado diretamente relacionado com as questões e as políticas de ordenamento e de gestão do desenvolvimento turístico, é mais indicado que passemos a substituí-lo pela categoria de território do turismo, visto que ela inclui não apenas as ações do Estado (poder público), mas também contempla as ações dos demais agentes produtivos do turismo (FRATUCCI, 2014, p.95).

Em conformidade com o autor citado, o território do turismo configura-se no conjunto dos territórios dos diversos atores envolvidos com o turismo (seja agente do mercado, poder público, turistas, empregados da atividade e população local).

Assim, é necessário considerar, no planejamento e gestão desses territórios, como “condição *sine qua non* a contemplação das relações e interações que se estabelecem entre os territórios de cada agente social, pois é a partir delas que se estabelece o território do turismo, em sua concretude e totalidade.” (FRATUCCI, 2014, p.92).

O espaço turístico envolve a integração dos turistas no ambiente da sociedade receptora, envolvendo novas experiências (FONTOURA e ANDRADE, 2008, p.8). Aos poucos, o turismo vai se apropriando e tendo efeitos radicais, como é possível citar o caso da implantação das chamadas “segundas-residências”. Essas alteram significativamente o contexto local, atingindo desde as condições de moradia até escassez dos serviços básicos para a população, se transformando em um espaço de conflito. Remetendo ao turismo residencial, Aledo et al. (2013, p.4) definem turismo residencial como “o conjunto de práticas sociais e significados que acompanham a produção das segundas residências- junto as

infraestruturas, serviços e espaços vinculados a dita produção- cujo uso está majoritariamente ligado a esfera do lazer.”

O turismo acarreta mudanças em várias magnitudes, inclusive na configuração das paisagens litorâneas, “atualmente, a incorporação de novos espaços pelo turismo possui uma forma linear, ao longo da costa e na proximidade do mar, o que tem levado a uma transformação radical da paisagem.” (PANIZZA et al., 2009, p.14). Dessa forma, torna-se possível constatar uma apropriação da faixa costeira, com significativas transformações espaciais para atender as principais demandas da atividade, ou seja, o segmento de turismo litorâneo.

Clementino (2010, p.199) atribui que a exploração turística tem caráter impactante sobre a costa litorânea, destacando sobremaneira:

a) Em termos ambientais, principalmente em relação à capacidade (ou à incapacidade) dos poderes públicos de regularem o uso do solo e estabelecerem uma política urbana compatível com as exigências do novo ordenamento territorial;

b) No aspecto social, a atividade desorganiza a sociabilidade das localidades costeiras e inaugura um mercado de terras ávido e muito especulativo, gerador de conflitos e tensões.

A nova lógica turística impõe a construção dos megaempreendimentos com diversas opções de entretenimento e serviços. Com isso, conseguem atender as necessidades dos turistas em várias esferas para mantê-los no mesmo lugar, “subordinados a esta lógica desenham novas funcionalidades territoriais, desestruturando a organização social local, imprimindo, portanto, novos valores ambientais e socioculturais, desenhando de maneira arbitrária e autoritária novas territorialidades.” (BALASTRERI, 2006, p.307).

Portanto, é relevante refletir que a introdução do fenômeno turístico em destinações deve integrar fatores relacionados à estruturação e planejamento, tentando minimizar os impactos negativos e voltados a um desenvolvimento mais próximo da sustentabilidade.

2.1.3 Sustentabilidade e fenômeno turístico

A sustentabilidade traz à tona questões fundamentais e relevantes voltadas à continuidade das gerações futuras. Por isso, muito tem se discutido sobre a degradação e a utilização desenfreada dos recursos dispostos na natureza, influenciando significativamente nos problemas de ordem global. Constata-se que o século XX é acompanhado pelos avanços

nas ciências e tecnologias, que marcadamente culminaram em superações e avanços diante as limitações da natureza.

Ao tratar de sustentabilidade e turismo, torna-se fundamental rever algumas concepções e avanços no que diz respeito à base teórica, por entender que pouco tem avançado quando visualizamos as práticas de desenvolvimento da atividade. Um dos grandes desafios nos estudos sobre sustentabilidade é conseguir um equilíbrio entre as relações da natureza e sociedade, justamente por considerar a complexidade do fenômeno turístico.

Então, torna-se complicado estudá-lo apenas sob a ótica de atividade econômica, sendo alvo de muitas especulações, limitando o escopo de abrangência quanto aos demais aspectos fundamentais que o envolvem.

Ao tratar de sustentabilidade, é válido ressaltar que devem ser consideradas ações nas cinco dimensões, sendo elas a social, política, cultural, econômica e ambiental. “A noção de sustentabilidade reflete uma inter-relação necessária de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento.” (CÂNDIDO, VASCONCELOS, SILVA, 2010, p.91).

A conscientização e o padrão de consumo são bases fundamentais para formatação de um pensamento mais responsável com as questões ambientais, priorizando sobremaneira a relação entre produção e desgaste ambiental. Tentar diminuir a necessidade preeminente de consumismo exagerado, em prol de um futuro com melhores condições de sustentabilidade.

Alguns pontos importantes devem ser levados em consideração na tentativa de buscar balancear a sustentabilidade territorial e desenvolvimento turístico, em conformidade com Santos (2014, p.70) que cita:

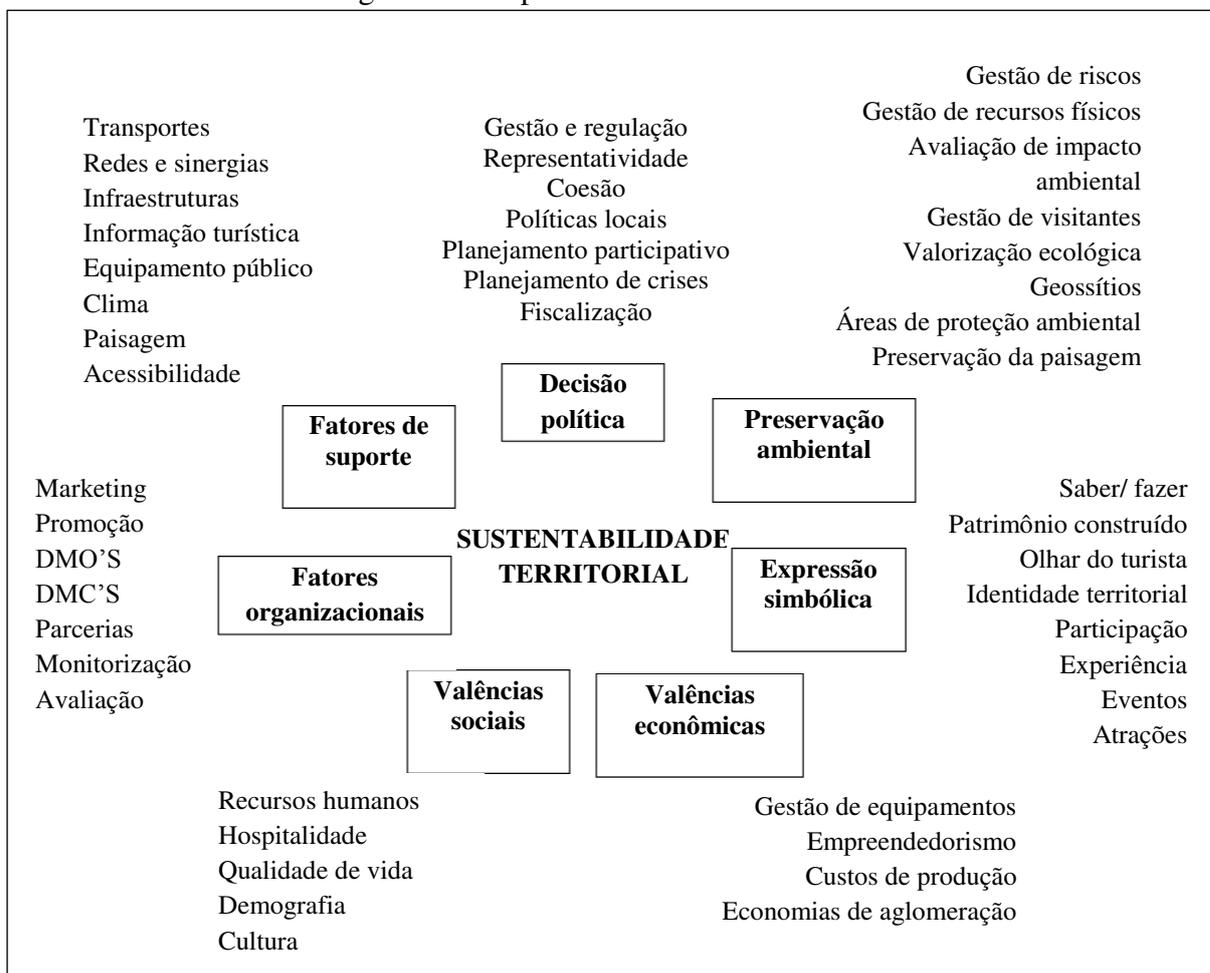
- 1) Alteração dos padrões de consumo;
- 2) Exigência de responsabilidade e ética a quem fornece os serviços;
- 3) Apoio das organizações de consumidores;
- 4) Exigência de uma gestão eficiente do meio ambiente;
- 5) Identificação dos ciclos de vida que produzem os bens e fornecem os serviços

Com esse direcionamento, a ação responsável voltada aos princípios da sustentabilidade devem envolver mudanças de paradigmas e atuação diferenciada de todos os agentes envolvidos com o mercado turístico. Dessa forma, é necessário alterar desde as opções/oferta de produtos diferenciados, contando com parceiros que adotam práticas responsáveis em seus estabelecimentos. Tal conduta contribui para ampliar a valorização dos recursos culturais, sociais e humanos envolvidos da prática turística.

Além disso, é fundamental a tomada de decisões consistentes e responsabilidade por parte dos consumidores, ou seja, o turista deve ter hábitos compatíveis com a consciência ambiental e social. Só assim, torna-se viável pensar em um desenvolvimento posterior com maior igualdade dos parâmetros sustentáveis.

Santos (2014) defende que a sustentabilidade territorial deve está pautada em decisões políticas, preservação ambiental, elementos de suporte e organizacionais, além dos aspectos sociais, econômicos e de expressão simbólica, conforme figura 1.

Figura 1- Componentes da sustentabilidade territorial



Fonte: Santos (2014, p.71).

Percebe-se ainda um distanciamento entre os pressupostos e a aplicabilidade das concepções teóricas em torno da sustentabilidade, sendo alvo de ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que se visualiza um discurso de supervalorização, muitas ações não são acompanhadas nessa direção. Dessa forma, há um intenso debate crítico sobre as questões que rodeiam a viabilidade da sustentabilidade em seu sentido amplo. Por considerar que de

maneira geral, a própria realização de uma atividade econômica envolve o desgaste e consumo desenfreado, como é o caso da atividade turística.

O mercado tem utilizado irrestritamente a concepção de sustentabilidade em suas ações de *marketing* como ferramenta para induzir uma boa imagem do empreendimento. Iniciativas como essa fazem despertar para a banalização do conceito, já que não há muito comprometimento no que é divulgado, e verdadeiramente, é realizado.

O discurso político também estimula a análise divergente entre efeitos e resultados, considerando que o termo sustentabilidade acaba sendo utilizado indiscriminadamente, sem responsabilidade social ou real comprometimento com as causas ambientais e sociais.

Diante dessa constatação, Román e Font (2014) esclarecem que é preciso considerar a necessidade de uma transformação mais profunda para que o turismo possa, de fato, contribuir favoravelmente para a sociedade e seu entorno.

Quando há associação da sustentabilidade e do turismo, as contrariedades tornam-se ainda mais evidentes pelas características de execução da atividade, já que a base prioritária do próprio conceito remete a manutenção dos recursos naturais sem comprometer as gerações futuras. Na prática, sabe-se que o turismo utiliza intensamente os elementos naturais para atender os anseios e expectativas dos consumidores. Assim, há uma necessidade de repensar tais conceitos, pois “não é suficiente para o turismo ser sustentável: deve ser responsável e em harmonia com o seu ambiente.” (BARQUÍN et al., 2012, p.352).

Bacal et al. (2007, p. 179) conceituam o turismo sustentável como sendo “aquele que, com base no planejamento e estruturação de suas práticas, considera a conservação ambiental, a autenticidade cultural e ainda a inclusão social, buscando sempre a qualidade dos serviços prestados, viabilizando a perenidade da atividade.” Nesse sentido, Shoeb-Ur-Rahman e Shahid (2012) avaliam o turismo sustentável como uma tentativa de menor impacto sobre o meio ambiente e as características culturais, ao mesmo tempo, atuando de maneira responsável na geração de empregos, renda e sensíveis a manutenção dos sistemas naturais.

Indiscutivelmente, ainda percebe-se um distanciamento no que diz respeito essas concepções e a maneira que o turismo tem sido implementado em muitas destinações turísticas brasileiras, notadamente, nas zonas costeiras.

De tal modo, o discurso em torno da sustentabilidade do turismo denota uma utopia longe da realidade vigente, indo de encontro ao entrave da aplicabilidade, considerado como algo de difícil alcance ou até impossível.

Os impactos do turismo acabam sendo sentidos prioritariamente pelos agentes sociais locais culminando em variação de comportamentos que envolve desde “sensações de

estranhamento, identificação, resistência e/ou pertencimento. Priorizando o caráter econômico desse fenômeno, secundariza-se seu valor simbólico, da experiência, do subjetivo dos sujeitos.” (GONÇALVES, 2010, p.15-16).

Pode-se entender o turismo como um fenômeno universal que tem a união de várias atividades para se transformar em apenas uma. E para sua boa execução, é preciso à interação de todos os envolvidos no processo, tentando diminuir os impactos negativos no espaço sociocultural e ambiental (ALVES, 2010).

O turismo é segmentado em múltiplos campos de atuação, proporcionando uma abrangência de áreas e serviços que estão presentes em diferentes setores da sociedade, sendo possível destacar que:

De modo equivocado, por vezes, sugere-se que o turismo sustentável seja simplesmente outro tipo de turismo, sinônimo de ecoturismo e antítese do turismo de massa. Mas o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser aplicado a qualquer segmento do turismo e em qualquer escala, desde o turismo de massa e seus grandes *resorts* até aquele desenvolvido em pequena escala e em lugares ambientalmente frágeis, de ecossistemas únicos e natureza preservada (BRASIL-MTUR, 2007, p.21).

O turismo sustentável age no sentido de garantir a integridade natural e econômica do meio ambiente, com exploração controlada dos recursos naturais e culturais, simultaneamente, buscando manter o potencial para as gerações futuras com equilíbrio entre procura e oferta, correspondente ao mercado turístico atual (POPESCU, 2014).

A sustentabilidade ambiental diz respeito à utilização das paisagens para práticas dos diversos segmentos do turismo com preservação dos recursos naturais, tentando manter o equilíbrio entre capacidade de carga, proteção dos ecossistemas e reserva preservada. Ou seja, trata-se da viabilidade do desenvolvimento turístico respeitando os limites da natureza.

A sustentabilidade econômica no turismo está relacionada à distribuição mais justa dos rendimentos gerados, com menor desigualdade entre os repasses para os atores envolvidos. Percebe-se que apesar de uma alta empregabilidade no setor, grande parte dos envolvidos na atividade são marginalizados, ocupando cargos inferiores, com baixo retorno sobre a lucratividade, sendo a renda concentrada nas mãos de poucos.

Já a sustentabilidade sociocultural envolve “a contínua necessidade de mecanismos de mediação entre as partes interessadas no desenvolvimento da comunidade, da sociedade, tanto com relação aos diferentes grupos de interesses internos, quanto com relação aos grupos de interesse externos.” (BRASIL, MTUR, 2007, p.35). Assim, envolve manutenção e resgate dos aspectos culturais atrelados à valorização da sociedade diante às manifestações artísticas.

Corroborando, Scótolto e Panosso Netto (2015, p.47) colocam que “é imprescindível que os recursos naturais e culturais locais sejam preservados a fim de tornar o desenvolvimento local sustentável e, assim, oferecer qualidade de vida à população local”.

Shoeb-Ur-Rahman e Shahid (2012, p.63) contribuem com a discussão afirmando que a dimensão básica da sustentabilidade envolve as três rodas citadas:

A abordagem econômica aponta maximizar o rendimento, mantendo constante ou crescente estoque de capital. A abordagem ecológica sugere a manutenção da flexibilidade e salubridade dos sistemas biológicos e físicos. Por último, a abordagem sócio-cultural implica a manutenção da estabilidade nos sistemas sociais e culturais. Estes três são frequentemente referidos como o *triple bottom line*, e são usadas para pesar o sucesso de um projeto de desenvolvimento particular.

As transformações referentes à estruturação de um turismo mais sustentável ainda esbarram em muitos entraves, infelizmente ainda percebe-se o lucro como motivação principal em detrimento da manutenção do meio ambiente social, natural, cultural e tradicional (POPESCU, 2014).

Por isso, torna-se tão relevante conscientizar o consumidor/turista sobre seu papel no contexto geral que envolve a prática turística, ou seja, “consumir o produto turístico é também conhecer os lugares onde foi criado, as pessoas responsáveis pela sua produção, o saber/fazer, a cultura por detrás do produto.” (SANTOS, 2014, p.74).

A sustentabilidade suscita uma série de questões que precisam ser levadas em consideração, com desafios e obstáculos para serem analisados com cautela, visando ultrapassar os limites impostos. Dessa maneira, construir uma ciência econômica verdadeiramente embasada com a responsabilidade necessária no processo de produção de bens e serviços.

Portanto, fala-se em uma ruptura da economia convencional voltada ao crescimento, em detrimento de uma abordagem ampla e conectada aos princípios que rodeiam o desenvolvimento mais sustentável.

2.1.4 Desenvolvimento sustentável *versus* crescimento

O termo “desenvolvimento sustentável” vem sendo amplamente discutido desde a década de 80 com sua apresentação no relatório de *Brundtland*, objeto do documento “*Nosso Futuro Comum*”, lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU). “A ideia de uma crise ambiental passou a ser cada vez mais difundida, até o ponto em que ficou claro que a

principal causa da crise estava relacionada ao modelo de desenvolvimento vigente.” (CONTI e ANTUNES, 2012, p.213).

No entanto, percebe-se ainda um distanciamento entre o debate e as ações práticas relacionadas aos princípios da teoria da sustentabilidade no que diz respeito aos impactos ambientais, equidade social, distribuição de renda, crescimento econômico, participação da sociedade no processo decisório e a própria definição ainda é alvo de muitas indagações.

Desenvolvimento sustentável também pode ser um conceito vago. Sustentável em que sentido? Sustentável para quem? No meu entendimento, o desenvolvimento que queremos é aquele sustentado nas sólidas bases da justiça social, mas seria possível construir uma sociedade mais justa por meio do turismo? Naturalmente não. Todavia, pode-se fazer do desenvolvimento do turismo um instrumento a favor do alcance deste objetivo, mas para isso seria necessário conduzir o processo de desenvolvimento do turismo segundo a premissa da busca por justiça social. Mas essa não tem sido a tônica da ação dos sujeitos hegemônicos da política e da economia. Por isso, não é, também, evidentemente, a tônica do desenvolvimento do turismo (CRUZ, 2006, p. 340).

O desenvolvimento local sustentável pode ser entendido como uma alternativa para viabilizar o crescimento econômico, ao mesmo tempo, considerando o desenvolvimento, objetivando melhoria na qualidade de vida das pessoas por intermédio da inclusão, se detendo também aos aspectos sociais e políticos (CÂNDIDO, VASCONCELOS E SILVA 2010).

Conti e Antunes (2012, p.214) corroboram que na lógica do desenvolvimento local “se destaca o pressuposto da organização da sociedade civil em nível local para a viabilização de empreendimentos comunitários e a gestão sustentável dos recursos comuns.”

Nessa dimensão, Hanai (2012) pondera que o turismo, por representar a base econômica de muitas localidades, teria também condições de promover projeções para o desenvolvimento, sendo a população autóctone favorecida com o processo.

O desenvolvimento sustentável da atividade turística precisa ser tido de maneira mais responsável e em consonância com os limites dos recursos naturais. Infelizmente, percebe-se que grande parte dos discursos políticos são voltados aos reflexos da atividade turística, sendo tratados os números quantitativos como maiores motivadores para o incremento da atividade.

“O turismo pode (e deve) contribuir com o desenvolvimento econômico, entretanto é preciso superar a ideia que concebe o mero crescimento econômico como sinônimo de progresso.” (SONAGLIO, 2017, p.81). Destinam atenção prioritária para o crescimento econômico, exaltando números e estímulo desenfreado ao turismo de massa, desconsiderando, muitas vezes, a capacidade de carga das destinações.

Sabe-se que mesmo o turismo sendo “uma atividade que inter-relaciona aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais, teve seu desenvolvimento quase que exclusivamente pautado pelo viés econômico, que levou ao processo de massificação do turismo, o chamado turismo de massa.” (QUARESMA e CAMPOS, 2006, p.143).

Destarte, vêm à tona as conceituações em torno de crescimento e desenvolvimento, havendo uma significativa diferenciação entre os significados, quando existe “crescimento econômico não significa que esteja havendo desenvolvimento. O processo de desenvolvimento é um sistema que se desdobra em estruturas físicas, econômicas, sociais e demográficas que se inter-relacionam no contexto global.” (ALVES, 2010, p. 57).

Portanto, crescimento está prioritariamente ligado à acumulação econômica, enquanto que desenvolvimento está vinculado à melhoria das condições de vida e bem-estar da população, com condições mais igualitárias e propícias a diminuição das desigualdades sociais.

Hanai (2012, p.204) alerta que “o desenvolvimento sustentável não nega o crescimento, mas se refere à necessidade de mudar a qualidade do crescimento”. É comum perceber uma supervalorização quanto à dimensão econômica, de maneira imediatista, em detrimento das demais vertentes. Isso culmina na fragilidade do sistema político, que volta o planejamento e atuação para o eixo das questões econômicas como prioridade das estratégias de governo.

O desenvolvimento sustentável questiona o modelo capitalista de crescimento econômico, não sendo um posicionamento contrário, mas resistente ao modo como a coisa acontece, com apropriações desiguais, destruição desenfreada, distribuições injustas, degradação em prol da acumulação de riquezas.

Chou (2013, p.226) destaca que o crescimento veloz do turismo ocasiona “um aumento na receita de renda das famílias e do governo através dos efeitos multiplicadores, melhorias na balança de pagamentos e o crescimento do número de políticas governamentais para o turismo promovido.” Ao remeter ao montante econômico gerado pelo turismo os números não deixam dúvidas sobre a significância da atividade:

Porém também contribuem para que as ações e políticas públicas e privadas direcionadas para o desenvolvimento do turismo privilegiem tal dimensão econômica do fenômeno, ou seja, a atividade, e deixem de contemplar as outras dimensões que ele também impacta, seja a social, a cultural, a ambiental ou a política (FRATUCCI, 2014, p.91).

A aspiração por crescimento induz o setor público a perder o controle da situação, ao mesmo tempo em que cresce a pressão de empresários, *trade* turístico e demais interessados na atividade, tornando o conflito mais complicado e longe de controle. Com o passar do tempo, o processo continua e aumenta a dependência, trazendo saturação do destino e destruição de seus recursos de base (SHOEB-UR-RAHMAN e SHAHID, 2012).

É possível atentar que à medida que o turismo absorve características de massa, os autóctones tendem a se afastar, acarretando em muitas situações, sentimento de antipatia em relação à atividade (ALVES, 2010). Por conseguinte, o desenvolvimento sustentável do turismo deve ser uma preocupação latente, e esse tipo de turismo precisa ser cautelosamente pensado antes de qualquer ação que induza seu crescimento.

Corroborando, Fratucci (2004, p.92) ressalta que o olhar, “ainda hoje hegemônica, que vê o turismo apenas pelo prisma economicista, impede que o seu desenvolvimento contribua plenamente para um processo sustentável gerador de melhorias na qualidade de vida das sociedades envolvidas, sejam elas receptoras ou emissoras de visitantes.” Acredita-se que a partir do momento em que houver uma verdadeira adoção das questões sustentáveis no turismo, isso poderá ser tido como um diferencial capaz de mudar paradigmas e promover melhorias sociais e ambientais permanentes.

É possível minimizar os impactos negativos, com estratégias de planejamento que tornem os segmentos turísticos socialmente mais acessíveis, ambientalmente aceitos, economicamente viáveis e com efeitos multiplicadores para as sociedades envolvidas. Nesse sentido, Bacal et al. (2007, p.176) complementam esclarecendo que “a atividade turística é apresentada como um dos setores que podem gerar crescimento econômico conjugado ao desenvolvimento social, em particular nos países emergentes”. Evidencia-se oportunidade para lugares como o Brasil, que apresenta singulares características com potencial para vários segmentos do turismo.

Os estudos em torno do turismo apontam ações indispensáveis vinculadas ao seu desenvolvimento, considerando que seus diversos segmentos requerem atenção especial para o planejamento e as fases que o constituem, a fim de ampliar os benefícios e reduzir os impactos maléficos provenientes de tais atividades. Scótolto e Panosso Netto (2015, p.37) colocam que o desenvolvimento de um local de potencialidade turística:

Está sujeito aos tipos de estratégias que são implantadas e às características de cada local. Considerando que cada região (em esfera macro ou micro), cada país, cidade, vilarejo ou comunidade possui características próprias que devem ser consideradas no âmbito do planejamento turístico, seria ousado afirmar que o turismo sempre é gerador de desenvolvimento local.

No entanto, é possível constatar que de maneira geral poucos destinos tem sistematizado planos, estratégias e políticas para verdadeiramente implantar um desenvolvimento sustentável do turismo (ROMÁN e FONT, 2014).

É consensual que o turismo proporciona significativas transformações nas localidades com reflexos diretos na economia. Contudo, para ser possível um desenvolvimento satisfatório, torna-se evidente a necessidade de elementos básicos, desde os recursos naturais e culturais, além de infraestrutura e estratégias públicas voltadas a estruturação da atividade (NÓBREGA, 2012).

Diante do conceito de desenvolvimento sustentável, não admite-se tratar de planejamento urbano sem considerar suas dimensões ambiental e social, estando estritamente interligados. Mas não são raros os lugares que desenvolvem uma estrutura turística pautada exclusivamente nas aspirações e desejos dos turistas, deixando de lado, ou mesmo excluía, uma parcela significativa da população.

2.1.5 Planejamento do turismo no contexto atual

O planejamento do turismo visa direcionar ações indispensáveis para o desenvolvimento da atividade, “por intermédio desse processo é que são delimitados os objetivos, as metas almejadas, expectativas, e principalmente, os caminhos que deverão ser conduzidos para alcançar os resultados esperados.” (ALVES e AZEVEDO, 2013, p.32). Dessa forma, o planejamento mostra-se como caminho fundamental no processo de estruturação da atividade turística, devendo ser considerado como mecanismo capaz de minimizar os efeitos negativos provenientes de uma prática desordenada.

Cardozo et al. (2016) defendem que o planejamento do turismo é uma alternativa que procura entender o contexto da localidade, como potencialidades e limitações, para em seguida, montar estratégias para agir em favor da melhoria do destino.

Por meio deste instrumento de desenvolvimento se pode aumentar as chances para que todos os envolvidos possam desfrutar os benefícios da atividade turística. Assim, se ressalta a importância da participação e cooperação dos atores políticos e sociais para chegar a um resultado satisfatório mediante o turismo (CARDOZO et al., 2016, p.90).

Sabe-se que é um grande desafio para a gestão turística balancear a utilização e manutenção dos recursos naturais, mas essa deve ser uma condição fundamental para o desenvolvimento das atividades de lazer e turismo.

Uma alternativa é traçar metas de planejamento estratégico eficiente e com base nos princípios da sustentabilidade, tendo algumas ferramentas como norteadores, tais como plano de manejo e gestão ambiental.

De acordo com Silva e Sierra (2013, p.808), pensar na gestão ambiental de destinos turísticos implica “a organização do território e a preservação dos recursos naturais, a fim de harmonizar a proteção do meio ambiente e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento do turismo como atividade socioeconômica em localidades com potencialidade turística.”

Infelizmente, é possível visualizar que muitas localidades desenvolvem a atividade sem planejamento turístico, despreocupados com a proteção ambiental, sem capacitação profissional e exclusão produtiva das comunidades autóctones do circuito do turismo (BACAL et al., 2007).

Ainda é perceptível que a participação da população no processo de planejamento e estratégias para o desenvolvimento sustentável da atividade é bastante limitada, rodeando basicamente as determinações das diretrizes de desenvolvimento endógeno, mas a interação, de fato, é reduzida. Confirmando tal constatação, Conti e Antunes (2012, p.216) alertam que “ao mesmo tempo em que a gestão busca avançar em mecanismos de participação, a maioria das suas ações ainda acontece de uma maneira impositiva e descolada da realidade local, o que desencadeia uma série de conflitos.”

Nesse sentido, Hanai (2012, p.224) reforça que:

Para se consolidar como atividade responsável e ambientalmente adequada, é necessário o planejamento turístico integrado ao desenvolvimento regional, envolvendo a participação ativa da população local, tanto no processo de definição dos objetivos, como na elaboração de instrumentos, procedimentos e de indicadores para análise da sustentabilidade e gestão do desenvolvimento local do turismo sustentável.

Beni (2003, p.10) defende que “o planejamento participativo recupera a participação social da sociedade, de modo que o cidadão contribua na elaboração das eco estratégias desde a informação até a execução da ação proposta.” Por isso, Barquín et al. (2012) reforçam que novidades na execução do turismo estão surgindo como mecanismo de capacitação, fornecendo a comunidade local condições de tomar decisões e gerenciar as ações da atividade, em nível local, tendo como consequência, maior autonomia para optar ou não pelo turismo.

Como reflexo do isolamento e exclusão dos autóctones do processo turístico, os habitantes do lugar muitas vezes se revoltam e passam a ignorar a presença daqueles que são “de fora”. Dessa forma, grupos de pesquisadores e planejadores reforçam “a importância do desenvolvimento de um turismo responsável com a participação das comunidades locais, especialmente nos países pobres e em desenvolvimento.” (BARQUÍN et al., 2012, p.353).

Destarte, o planejamento turístico precisa estar sempre atento para a relação do turismo com a comunidade, tendo consciência da necessidade de suas inter-relações. Investir em discussões ambientais que visem minimizar os impactos, provendo estratégias mais adequadas para enfrentar os dilemas, tendo o planejamento como importante instrumento nesse processo.

Então, torna-se necessário considerar que no contexto de planejamento turístico é imprescindível existir integração e participação, envolvendo tanto os responsáveis pelo planejamento propriamente dito, como os demais atores interessados no processo (SOARES et al., 2013). Scótolto e Panosso Netto (2015,p.44) alertam que ainda assim:

Os parâmetros que definem até onde é possível chegar com a atividade turística sem que haja degradação do meio físico, social, histórico e cultural não são facilmente mensuráveis. Portanto, estudos minuciosos sobre o destino são fundamentais para que o turismo seja planejado de forma a gerar benefícios econômicos e a promover o desenvolvimento local de forma sustentável.

Percebe-se que gradativamente, as localidades têm despertado sobre a significância da sustentabilidade no planejamento dos destinos turísticos, alertando para necessidade de implantação de políticas, planos e programas que priorizem tecnologias mais sustentáveis, atreladas ainda a maior consciência da população.

Vale refletir que “desenvolvimento do turismo não tem nada de natural ou fácil, como em geral se supõe. Ao contrário, é uma rota bastante complexa, que não pode se desenvolver sem boas estruturas de governança.” (ALBAN, 2008, p.4-5). O tão esperado planejamento pautado nos direcionamentos de sustentabilidade dos destinos turísticos deve está centrado, sobremaneira, nas ações de governança, séria e comprometida, com os recursos de uso comum.

2.2 ELINOR OSTROM E SEUS FUNDAMENTOS

Elinor Ostrom é uma reconhecida pesquisadora que trata da possibilidade de haver uma relação amistosa entre homem e natureza, priorizando os caminhos da sustentabilidade para melhor governança dos recursos de uso comum (*Common-Pool Resources- CPR*). Ostrom desenvolveu também “o IAD, Institutional Analysis and Development, ferramenta que conferiu poder explicativo para suas pesquisas empíricas.” (BAIARDI, 2011, p. 207).

Em virtude de seu reconhecimento científico, Ostrom se destaca historicamente como primeira mulher a receber o prêmio de ciências econômicas, no ano de 2009. Sobre a premiação do Nobel de economia, dedicado a Elinor Ostrom, Baiardi (2011, p.204) pondera que as devidas investigações vinculadas “ao modo como a apropriação de bens materiais e imateriais por uma pequena minoria podem prejudicar o conjunto da sociedade serviram de inspiração direta e indireta a vários movimentos defensores da mais ampla liberdade nesse grande ecossistema digital que é a internet.”

Nesse sentido, a cientista política optou por um “caminho atípico, marcadamente trans e pluridisciplinar, alimentado por pesquisas empíricas, evidenciando os aspectos “comunitários” do comportamento humano, se contrapondo marcadamente aos modelos ortodoxos do *homo economicus*.” (LAURIOLA, 2009, p.4). O prêmio é o reconhecimento de novos direcionamentos das ciências econômicas para validação dos experimentos que mostram alternativas econômicas além do mercado, ou seja, Ostrom evidencia que a sociedade também pode ser condutora de reflexos positivos.

A pesquisadora foi percussora dos estudos que tratam de bens coletivos e de uso comum, analisando empiricamente a discordância existente em relação a antigas proposições, como a de Hardin (1968), a “tragédia dos comuns”. A teoria citada abordava que os recursos de uso comum sofrem influência negativa pelo uso desenfreado dos humanos, refletindo em graves desgastes ambientais, sugerindo como alternativa viável para melhor gestão dos recursos naturais, a privatização ou poder centralizado. Adotava a postura que os usuários de recursos nunca se autoorganizariam para manter seus recursos, sendo os governos os protagonistas e responsáveis por atribuir soluções (HARDIN, 1968).

No entanto, pesquisas em várias áreas do conhecimento trouxeram à tona que, em alguns momentos, acabava sendo potencializadores na destruição dos recursos, enquanto em outros casos, os próprios usuários de recursos investiram seu tempo e dedicação no intuito de alcançar a sustentabilidade dos Sistemas Socioecológicos- SES (OSTROM, 2009).

A teoria de Olson y Hardin, que apontavam a incapacidade da gestão coletiva de explorar e usar os espaços comuns, de maneira sustentável, foi o impulsionador para as pesquisas de Ostrom que comprovaria o equívoco, evidenciando casos exitosos de junção de forças dos interesses pessoais e coletivos, visando o uso comum dos recursos sustentáveis (SANTANA, FONTES FILHO e ROCHA, 2015).

Elinor Ostrom (1990) mostra-se contrária a teoria de Hardin e Olson, demonstrando empiricamente a possibilidade de sustentabilidade na gestão dos bens comuns, com interesse em orientar sobre encaminhamentos para melhor resolução de problemas (PÉREZ, 2014). A autora supracitada (1999, p.279) reforça “a previsão de que os usuários dos recursos são levados inevitavelmente para destruir CPR baseia-se num modelo que assume que todos os indivíduos são egoístas, livres de norma, e maximizadores de resultados de curto prazo.” Debruçou-se cientificamente, por muitos anos, para apresentar os resultados dessa constatação.

Mostrava ter consciência que usuários de recursos, não seguindo regras predefinidas, acabavam incidindo em uso excessivo e sem cautela dos Recursos de Uso Comum, gerando impactos negativos que contribuiria para seu esgotamento, sendo necessário o estabelecimento de um sistema de governança eficaz (OSTROM et al., 1999).

Apesar de pensamentos antagônicos, Ostrom e Hardin compartilhavam interesses em comum, a resolução de conflitos, dedicando suas pesquisas acadêmicas no intuito de entender e minimizar os problemas em torno dos bens comuns (PÉREZ, 2014). Assim, em contradição ao pensamento de Hardin, Ostrom demonstra que “um conjunto de bens comuns a vários indivíduos não é necessariamente mal gerido pelos seus utilizadores e que a privatização ou regulação por entidades externas não são as únicas, nem as soluções mais eficientes, para a gestão sustentável dos recursos.” (SIMÕES, MACEDO e BABO, 2011, p.1).

Portanto, Ostrom (1990) contestou a teoria de Hardin (*The tragedy of the commons*) e mostrou que a eficiente gestão dos bens comuns não necessariamente precisa estar vinculada as entidades públicas e privadas. Defende que os vários indivíduos envolvidos com a utilização dos bens comuns têm condições de gerir, preservar e manter os recursos, a depender da organização desempenhada na governança dos bens sustentáveis.

Vollan e Ostrom (2010) analisam que os dilemas sociais nem sempre suscitam em tragédias, ao contrário, as pesquisas tem mostrado que os homens podem deixar de lado benefícios próprios, em curto prazo, em função de cooperar para uma produção compartilhada com benefícios coletivos a longo prazo.

Para evidenciar suas concepções, a obra que trata da governança dos comuns para evolução das instituições centradas na ação coletiva, traz significativas constatações que serão consideradas no presente estudo, sendo segmentada a discussão em três momentos (OSTROM, 1990, p.2):

1º) “Criticar os fundamentos de análise política tal como se aplica a muitos recursos naturais;

2º) Apresentar exemplos empíricos de esforços exitosos e desafortunados de regulação e administração desses recursos, e

3º) Iniciar um esforço para desenvolver melhores instrumentos a fim de compreender as capacidades e limitações das instituições de autogoverno.”

Como legado, Ostrom forneceu bases atualizadas que evidenciam constatações socioambientais, centradas em práticas acadêmicas, reflexão sobre a ação social e compromisso com a democracia (PÉREZ, 2014).

2.2.1 A teoria dos *common-pool resources*- CPR

Ao tratar dos recursos comuns alguns aspectos os caracterizam, tais como direito de acesso coletivo, sem se deter ao uso individual e não deve ser excludente, ou seja, o uso de um não limita a utilização do outro.

Os recursos podem ter duas vertentes caracterizados “por “*subtractability*” ou rivalidade- em que a colheita de um recurso por uma pessoa reduz a quantidade deixada para os outros; e possibilidade de “exclusão” que se refere aos altos custos ou dificuldades associados com exclusão de outros indivíduos dos benefícios do recurso.” (SJAH e BALDWIN, 2014, p. 2450).

De forma geral, bens de fácil exclusão e alta rivalidade são tipicamente objeto de propriedade privada, enquanto bens de difícil exclusão e baixa rivalidade são tipicamente públicos. Ao lado destes, tradicionalmente objeto de maior atenção pela análise econômica, há duas outras categorias: os bens de fácil exclusão e baixa rivalidade, denominados tipicamente de *toll goods*, bens a pedágio, e os de difícil exclusão e alta rivalidade, tipicamente representados pelos recursos comuns, ou *common pool resources* (CPRs). É sobre estes últimos, tradicionalmente negligenciados ou abordados com superficialidade pela teoria econômica que Ostrom concentra seus esforços analíticos (LAURIOLA, 2009, p.4-5).

Em decorrência da relevância do tema, muitos estudos têm se detido a investigar a caracterização, gestão e fatores que incidem em melhor gerenciamento dos recursos de uso comum (CASTILLO e WOODWARD, 2014). “Nós usamos o termo Recursos de Uso

Comum (CPRs) para se referir aos sistemas de recursos, independentemente do direito de propriedade envolvidos.” (OSTROM et al., 1999, p.278).

Em relação aos Recursos de Uso Comum (*Common Pool Resource- CPR*), Elinor Ostrom ainda revela que:

Desde que o conjunto de princípios e de regras de propriedade coletiva estejam bem definidos, sejam aceites e respeitados por todos, consegue-se evitar a sobre-exploração dos bens comuns. Trata-se assim de um regresso às origens da gestão comunitária e do ideal de cooperação. Esta abordagem reforça a cooperação, evita o individualismo e procura o bem-estar social da comunidade. A contribuição de Ostrom é no domínio da equidade, da cooperação e da governança (SIMÕES, MACEDO e BABO, 2011, p.1).

Assim, torna-se necessário esclarecer as diferenças em torno dos “sistemas de recursos” e “unidades de recursos” por serem à base do estudo de Ostrom. Os sistemas de recursos são mais abrangentes, enquanto que as unidades de recursos se refere ao que é adquirido como produto do sistema geral. “A distinção entre o recurso como acervo e a exploração de unidades de uso como um fluxo resulta especialmente útil em relação com os recursos renováveis, donde é possível definir um ritmo de reabastecimento.” (OSTROM, 1990, p.30). Conforme a autora citada (1990, p.31), “as unidades de recursos não se usam de maneira conjunta, mas seu sistema sim é susceptível de ser usado de maneira conjunta.” Dessa maneira, os sistemas de recursos- CPR (todo) proporcionam subtrair unidades de recursos por diferentes pessoas, enquanto as unidades de recursos (partes) são o que é extraído dos sistemas.

Assim, os sistemas de recursos podem se esgotar/destruir em consequência do uso descontrolado/insustentável das unidades de recursos, ultrapassando o limite necessário para reposição e manutenção.

É possível mencionar que “uma quantidade significativa de trabalhos acadêmicos tem explorado as características e os desafios associados com a CPRs. No entanto, a utilização de CPR sustentável é possível e tem sido conseguido em outras áreas.” (CHOW e WEEDEN, 2012, p.1). Os caminhos traçados pelos usuários em relação à maneira que vão usar os recursos são fundamentais para entender o sucesso ou fracasso dos sistemas comuns.

Nesse contexto, Ostrom (1999, p. 279) define que os usuários de um CPR incluem:

(I) Aqueles que sempre se comportam de maneira estreita, no caminho de interesses próprios e nunca cooperam em situações de dilema;

(II) Aqueles que não estão dispostos a cooperar com os outros, a menos com a certeza de que eles não vão ser explorados por oportunista;

(III) Aqueles que estão dispostos a iniciar a cooperação recíproca na esperança de que os outros vão retomar a confiança; e

(IV) Talvez alguns genuínos altruístas que sempre tentam obter retornos mais elevados para um grupo.

Considerando os tipos de usuários preexistentes, as localidades que pretendem melhor conduzir seus recursos de uso comum devem estabelecer o sistema de autogestão mais apropriada. Detendo-se as diferenças, interesses e relações que podem ser traçadas para um planejamento mais convicto as peculiaridades locais.

A questão norteadora dos estudos de Ostrom conduz a pensar como um grupo “em uma situação de interdependência pode organiza-se e governar-se a si mesmo para obter benefícios conjuntos ininterruptos, apesar de que todos se vêm tentados a furtrar, evitar responsabilidades ou atuar de maneira oportunista.” (OSTROM, 1990, p.29). Em consonância com esse direcionamento, pretende-se encontrar uma estratégia plausível de aplicabilidade no cenário turístico de Pipa. Para isso, serão levantados alguns casos empíricos que demonstram a viabilidade, por meio de casos exitosos, além de apontar causas que podem levar ao insucesso.

2.2.2 Autoorganização das comunidades: casos empíricos de Ostrom

Ostrom expõem que apesar das particularidades e significativas diferenças apresentadas nos sistemas de recursos comuns, dos casos estudados em suas pesquisas, é possível verificar semelhanças significativas, mesmo considerando os ambientes complexos que estão dispostos. “Em contraste com a incerteza causada por esses ambientes, as populações nesses locais permaneceram estáveis durante longos períodos de tempo. Os indivíduos têm compartilhado um passado e esperam compartilhar um futuro.” (OSTROM, 1990, p.88).

A referida pesquisadora se dedica a explicar elementos que levam a entender as limitações e capacidade de ação das comunidades em gerir seus recursos comuns. Apresenta pontos fortes de casos exitosos, se detendo as dificuldades de realidades distintas e desafios para os indivíduos contornar os oportunismos (OSTROM, 1990).

Ostrom apresenta “dezenas de casos de cooperação precedidos de institucionalizações que deram certo em bacias hidrográficas, em florestas, em áreas de pesca, em superfície de terra etc.” (BAIARDI, 2011, p. 211). Assim, constata a possibilidade de

aplicabilidade da corrente teórica em contextos diversos. “A análise detalhada dos estudos de caso pode melhorar a apreciação da capacidade humana em moldar e remodelar as situações na qual os indivíduos devem tomar decisões e assumir as consequências das ações tomadas no dia-a-dia.” (OSTROM, 1990, p.185). A descrição dos casos em realidades distintas evidenciam a possibilidade de estratégias sustentáveis, perspectivas de atuação coletiva, planejamento participativo e resultados promissores em relação à utilização de recursos escassos, sendo tomadas medidas que priorizam retornos em longo prazo.

Dessa forma, alguns exemplos empíricos entre os vários casos estudados e apresentados na obra de Ostrom (1990) serão detalhados a seguir:

- **Torbel (Suíça):** local com 600 habitantes onde as regras de gestão relativas à criação de animais e extração de madeira da floresta eram rígidas e bem traçadas, organizados em associação onde todos tinham voz ativa e participavam conjuntamente da definição de estratégias, fiscalização e arbitragem de multa para os que descumprissem as normas. Torbel tem se mantido produtivo por muitos séculos e evitado grandes desgastes dos recursos naturais, em decorrência do controle rígido. Os residentes de Torbel e de outras aldeias suíças, “proprietários de terras comuns, gastam tempo governando-se. Muitas das regras que usam, no entanto, mantêm seus custos de monitoramento e outros custos de transação relativamente baixos e reduzem o potencial de conflito.” (OSTROM, 1990, p.65).

- **Aldeias de Hirano, Nagaike e Yamanoka (Japão):** trata-se de aldeias japonesas que tem o cultivo de arroz e hortaliças, além da criação de cavalos como principais características das aldeias. Historicamente essas aldeias eram governadas pelas famílias, que elegiam um representante (chefes da família) para ter os direitos políticos nas assembleias. Assim, o direito de acesso às terras comuns era concedido às famílias, e não aos indivíduos, e mesmo que as famílias fossem numerosas, não teriam mais vantagens por isso. Involuntariamente, gerando um controle da população das aldeias. “Cada aldeia também elaborou seus próprios sistemas de supervisão e castigo.” (OSTROM, 1990, p.65).

- **Instituições de irrigação das Huertas (Espanha):** em virtude da quantidade de chuva em regiões semiáridas, a agricultura só podia se desenvolver com um sistema de irrigação eficaz que levasse água ao cultivo dos agricultores. A escassez de água é um forte elemento para surgimento de conflitos entre dependentes desse recurso. Sobre Valência, há a descrição como a água é gerida para atender de forma justa as demandas das aldeias envolvidas, bem como, os padrões de supervisão e responsabilidade, segmentados em funções. Os casos de Murcia, Orihuela, Alicante também são debatidos no livro.

- **Comunidade de irrigação nas Zanjeras (Filipinas):** nesse caso agricultores se uniram em busca de alternativas de irrigação para áreas que não eram irrigadas, dando acesso então a uma porção de terra irrigada, favorecendo as medidas de conservação por parte dos beneficiários. Essa estratégia possibilitou retorno positivo sobre o trabalho realizado, aumentando os esforços coletivos para garantir o abastecimento até o final do sistema de irrigação, tendo todos acesso ao recurso.

Ao comparar as comunidades investigadas, Ostrom verificou que, “aquelas que são capazes de obter sucesso de longo prazo no manejo dos recursos, apresentam no seu comportamento alguns princípios de governança. Este conjunto de princípios, para obter o bem coletivo, deve abordar também um conjunto de problemas comuns.” (IMBIRISSÚ e OLIVEIRA, 2015, p.15). Logo, os casos demonstrados evidenciam a possibilidade de autoorganização e gestão sustentada pela atuação coletiva, tendo o grupo local como condutor das normas, limites, sanções, monitoramento.

Consequentemente, surgem resultados satisfatórios que atendam as necessidades da comunidade, com impactos menos agravantes aos recursos naturais. “Esses casos demonstram claramente a viabilidade (mas obviamente não a probabilidade) de instituições sólidas de autogoverno para gerenciar situações complexas de CPR.” (OSTROM, 1990, p.103).

“Os fundamentos da escolha do objeto de pesquisa de Elinor Ostrom, conviria indicar que, no âmbito das ciências sociais, seu interesse precípua foi o de buscar contribuir para a construção da tese de que os bens tidos como comuns devem ser vistos como tal.” (BAIARDI, 2011, p. 211). Incumbidos da percepção que os bens comuns são de todos, cada um tem um papel fundamental na sua manutenção e preservação, cabendo então, uma gestão mais responsável e participativa quando fala-se dos aspectos apropriados pela atividade turística.

Algumas constatações de Ostrom, destacadas por Soares e Sahr, tratam dos motivos que levam ao sucesso e/ou fracasso da autogestão dos recursos de uso comum:

Quadro 1- Elementos para sucesso e/ou fracasso na gestão dos recursos

AUTOGESTÃO DOS RECURSOS DE USO COMUM	
ELEMENTOS PRINCIPAIS PARA O SUCESSO	FATORES PRINCIPAIS PARA O FRACASSO
<ul style="list-style-type: none"> • Organização local pelos usuários do recurso de uma instituição, sem interferência de agentes externos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de instituição robusta que controle o uso do recurso comum de forma igualitária para todos;
<ul style="list-style-type: none"> • Confiança existente entre os usuários; 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa confiança entre usuários;
<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade da participação de todos os usuários na organização em torno do recurso. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de normas e regras, e quando essas existem, pode ser a falta de monitoramento sobre o seu cumprimento, gerando conflitos entre os usuários e também a perda de confiança na instituição.

Fonte: Adaptado de Soares e Sahr (2016, p.113).

É possível destacar que os estudos evidenciam maiores chances de sucesso na governança dos bens comuns quando são gerenciados por comunidades locais que tem o sentimento de preservação intrínseco as suas ações. Corroborando, Rodrigues (2008, p.3) coloca que “Ostrom observou que muitos dos sistemas são manejados com bastante sucesso em regimes de auto-gestão por comunidades locais – distintamente do que ocorre em propriedades privadas ou em áreas administradas pelo Estado.”

Sjah e Baldwin (2014, p. 2449) expõem que os indivíduos podem obter sucesso na gestão dos recursos de uso comum “por meio da elaboração de instituições autônomas, mas observam que os governos também têm um papel importante a desempenhar para o trabalho dessas instituições autônomas.” Isso sugere um novo modo de governar, centrado não apenas no poder público, e sim, nos demais agentes vinculados à atividade, considerando a sociedade como elemento importante, que deve ter condições e incentivo para agir.

É válido mencionar que os casos hídricos relacionados aos estudos de Ostrom, mostram a organização em associações, comitês, conselhos, e não necessariamente, em cooperativas. Isso evidencia que o caso de Pipa, tendo a autoorganização conduzida por Associações e ONG’s, pode ser um caminho pertinente para gestão dos recursos comuns.

2.2.3 Gestão dos bens comuns e os Princípios de governança de Ostrom

Diante da intensidade dos atuais problemas ambientais, há uma recorrente necessidade de pensar sistemas de gestão ambiental que possam minimizar os agravos e agir, visando a melhor eficiência dos recursos naturais. Focados então, nos princípios da sustentabilidade como norteadores para as ações voltadas à manutenção e preservação dos bens de uso comum.

O arcabouço teórico de Ostrom estabelece passos para eficiente gestão de bens comuns, demonstrando mecanismos que podem servir para amparar a cooperação entre as sociedades (SIMÕES, MACEDO e BABO, 2011).

Na maioria das vezes, visualiza-se que a gestão dos recursos de uso comum é rodeada por ações imediatistas ao invés de planejamento a longo prazo, voltadas a medidas efetivas no que se refere a sustentabilidade dos recursos naturais. Por isso, Ostrom (2007, p.15181) reforça que “precisamos reconhecer e compreender a complexidade de desenvolver métodos de diagnóstico para identificar combinações de variáveis que afetam os incentivos e ações de atores sob diversos sistemas de governo.”

No contexto da governança dos recursos, há distinção na definição de estratégias, normas e regras:

Figura 2- Estratégias, normas e regras para governança

ESTRATÉGIAS

São planos de ações que os indivíduos adotam principalmente para razões prudenciais para alcançar resultados preferenciais em função da expectativa de outras estratégias prováveis.

NORMAS

Representam preferências relacionadas às prescrições sobre ações ou resultados que não estão focados principalmente em retornos relevantes de curto prazo para si.

REGRAS

São declarações linguísticas semelhantes às normas, mas as regras realizam um adicional, sanção atribuído se ações proibidas são tomadas e observado por um monitor. Para as regras existir, qualquer situação particular deve ser ligada a uma situação de elaboração de regras e algum tipo de monitorização e sancionamento deve existir.

Fonte: Ostrom (2008, p.12).

Os dilemas sociais que rodeiam os recursos de uso comum podem está pautado na teoria da ação humana, onde os indivíduos que enfrentam dilemas “aprendem com a experiência e adotam uma norma de cooperação condicional, atingindo níveis de cooperação que aumentam ao longo do tempo se um número suficiente de cooperadores condicionais estão presentes.” (VOLLAN e OSTROM, 2010, p.924). Os autores ressaltam que quanto

maior a participação dos indivíduos cooperando, melhores serão as benfeitorias em relação ao uso dos recursos comuns. Em contrapartida, se a cooperação do grupo for baixa, conseqüentemente, terão menos benefícios.

Ostrom (1990) leva a reflexão sobre alguns impasses em torno da ação coletiva na gestão dos sistemas de recursos. Isso porque na maioria das vezes, os apropriadores estão habituados a dar mais importância a resultados imediatos, e não os retornos a longo prazo, como deve ser o direcionamento dos mecanismos de planejamento. Nesse momento, as lideranças precisam ser atuantes e esclarecer sobre a necessidade de planejar, ampliando as possibilidades de conservação e utilização dos recursos por mais tempo.

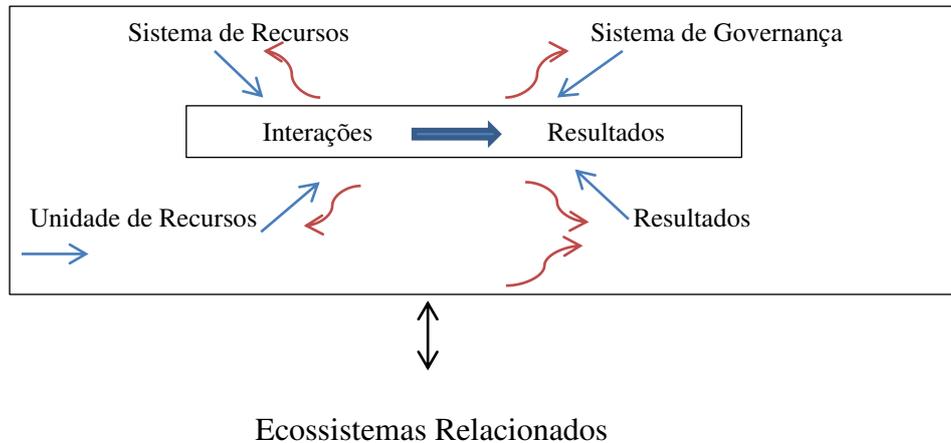
Os recursos naturais estão fortemente ameaçados, estando incluídos em sistemas complexos, “a sustentabilidade a longo prazo depende de regras que correspondam aos atributos do sistema de recursos, unidades de recursos e usuários.” (OSTROM, 2009, p.421). A imposição e exclusão dos usuários do processo de elaboração das normas são indícios de colapso do sistema. Por isso, os apropriadores devem ter plena convicção das suas ações e consciência dos seus atos.

Os “Sistemas Sócio-Ecológicos (SES), também chamados de sistemas socioambiental” (OSTROM, 2007, p.15181), e são constituídos por vários subsistemas e variações internas sendo:

SES complexo, subsistemas como um sistema de recursos (por exemplo, uma pesca costeira), unidades de recursos (por exemplo, lagostas), os usuários (pescadores) e os sistemas de governança (organizações e regras que governam a pesca naquela costa) são relativamente separáveis, mas interagem para produzir resultados ao nível do SES, que por sua vez afetam esses subsistemas e seus outros componentes SESs maiores ou menores (OSTROM, 2009, p.419).

A suposição de colapso de recursos até pode ser considerada, quando são grandes sistemas que não tem unificação dos usuários para seguir regras de utilização. No entanto, não aceitável para contextos onde líderes locais desempenham normas de autogestão e o gerenciamento acontece pelos apropriadores de maneira consciente e eficaz. A seguir, um quadro de multi camadas para analisar um Sistema Sócio-Ecológico na concepção de Ostrom (2007, p. 15182).

Figura 3- Configurações sociais, econômicas e políticas



Em conformidade com a figura 3, o estudo das interações torna-se importante considerando que faz parte do processo que suscita em resultados significativos. Portanto, compreender as interações e relacionamentos é um processo importante na investigação do conflito socioambiental analisado no estudo. Considerando a perspectiva de Anderies et al. (2004) sobre a robustez dos SES, envolvendo configurações institucionais, é necessário refletir sobre o que fazer para deixar os sistemas sócio-ecológicos de Pipa mais resistentes.

O entendimento porque alguns SES obtêm êxito e outros não, devem ter uma análise centrada no todo, de maneira complexa, exigindo conhecimento das variáveis específicas, ou seja, como as partes estão conectadas ao contexto geral, além de ponderar o âmbito social, econômico e políticos que estão inseridos (OSTROM, 2009). A autora ainda ressalta a importância do conhecimento científico no sentido de melhorar esforços para sustentar os Sistemas Sócio Ecológicos, mas reconhece que as ciências ambientais e sociais têm se desenvolvido de forma independente, prejudicando alguns avanços. Aponta assim, para importância da interdisciplinaridade nos estudos em torno dos recursos de uso comum.

Barquín et al. (2012, p.346) também reforçam que “o estudo das questões ambientais e a busca da sustentabilidade através do turismo exigem uma perspectiva interdisciplinar com visão integradora.” De tal modo, pretende-se estabelecer comunicação entre áreas distintas do conhecimento, no intuito de ampliar a abordagem e apresentar novas constatações pertinentes ao objeto de estudo, mostrando avanços no debate científico.

É levado em consideração que a compilação dos pressupostos teóricos e empíricos de Ostrom podem ter uma maior disseminação no contexto brasileiro, com indicação de novos paradigmas (BAIARDI, 2011). Dessa maneira, almeja-se incluir o embasamento das

categorias teóricas delimitadas por Ostrom à conjuntura turística, com destaque para utilização dos recursos de uso comum em zonas costeiras.

De acordo com Dietz et al. (2003, p.1908), a efetiva governança dos comuns é mais fácil de ser atingida quando é levado em consideração alguns aspectos:

- Os recursos e uso por humanos podem ser monitorados, e a informação pode ser verificada e compreendido com custo relativamente baixo;
- As taxas de variação em recursos, as populações de utilizadores de recursos, tecnologia, e as condições econômicas e sociais são moderadas;
- Manter comunidades frequentemente em comunicação face-a-face e em redes sociais- às vezes chamado de capitalismo social, pois aumenta o potencial de confiança, permite as pessoas se expressar e ver as reações emocionais para desconfiança, diminuindo o custo de monitoramento de comportamento e induzindo ao cumprimento da regra;
- *Outsiders* podem ser excluídos a custo relativamente baixo de uso do recurso;
- Usuários apoiam o monitoramento e a execução efetiva das regras.

Sobre os mecanismos de governança dos recursos, Ostrom (1990) apresenta oito princípios institucionais, denominados também como “princípios de governança” que auxiliam as comunidades a ter maior controle sobre as ferramentas de autogestão. “Ela apresenta um conjunto de oito princípios de *designer*, no qual, as comunidades que apresentam estão mais suscetíveis a alcançar seus objetivos, mas não é necessário que se tenham todos os princípios para ser considerado um caso de sucesso.” (IMBIRISSÚ e OLIVEIRA, 2015, p.16).

Os pressupostos teóricos expostos por Ostrom, denominados como “princípios de governança”, estão detalhados no quadro 2.

Quadro 2- Delineamento dos Princípios de Governança

1. Limites claramente definidos
Indivíduos ou famílias que têm direitos de retirar unidades de recursos do CPR devem está bem definidos, assim como os limites do recurso.
2. Congruência entre as regras de apropriação e provisão com as condições locais
As regras de apropriação que restringem o tempo, o local, a tecnologia e/ou a quantidade de unidades de recursos estão relacionadas às condições locais e às regras de provisão que exigem trabalho, material e/ou dinheiro.
3. Arranjos de escolha coletiva
A maioria dos indivíduos afetados pelas regras operacionais pode participar da sua modificação.
4. Acompanhamento/Monitoramento
Os supervisores que monitoram ativamente as condições do CPR e o comportamento dos apropriadores são responsáveis por eles ou são apropriadores.
5. Sanções graduadas
Apropriadores que violam as regras operacionais recebem sanções graduadas (dependendo da gravidade e do contexto da infração) por outros apropriadores, por funcionários responsáveis por esses apropriadores, ou por ambos.

6. Mecanismos de resolução de conflitos
Apropriadores e seus funcionários têm acesso rápido a instâncias locais de baixo custo para resolver conflitos entre os apropriadores, ou entre estes e os funcionários.
7. Reconhecimento mínimo dos direitos de organização
Os direitos dos apropriadores de criar suas próprias instituições não são questionados por autoridades governamentais externas.
<i>Para CPRs que formam parte de sistemas mais amplos</i>
8. Entidades aninhadas
As atividades de apropriação, provisão, monitoramento, execução, resolução de conflitos e governança são organizadas em várias camadas de entidades incorporadas.

Fonte: Ostrom (1990, p.90).

Soares e Sahr (2016) fortalecem que os princípios mencionados fazem parte das estruturas das comunidades pesquisadas, apontando situações exitosas no que tange o trabalho com recursos de uso comum, tendo a cooperação entre seus membros como um elemento fortemente presente. É válido destacar que a adoção de uma ou mais das seguintes variáveis influenciam diretamente nos resultados obtidos (OSTROM, 1990. p.188):

- 1- O número total de pessoas que tomam as decisões;
- 2- O número mínimo de participantes necessário para atingir um benefício coletivo;
- 3- A taxa de desconto em uso;
- 4- As similaridades de interesses; e
- 5- A presença de participantes com liderança substanciais ou outros aspectos positivos.

Seguir o maior número de diretrizes fortalecem a estrutura organizacional, dando maior autonomia a comunidade e controle de gestão dos recursos:

Quando os indivíduos enfrentam as regras que satisfazem esses critérios, pode estabelecer um compromisso seguro. O compromisso consiste em seguir as regras sempre e quando (1) os indivíduos em situação semelhante adotarem o mesmo compromisso, e (2) os benefícios líquidos antecipados a longo prazo, a ser obtido por esta estratégia, sejam maiores do que os de longo prazo para indivíduos que seguem estratégias dominantes de curto prazo. (OSTROM, 1990. p.186):

Remetendo aos casos onde os indivíduos adotam regras e estratégias em ambientes complexos e instáveis, é possível identificar alguns direcionamentos comuns. Assim, acredita-se que tais indivíduos definam regras a seguir (OSTROM, 1990. p. 185-186):

- Definam um conjunto de apropriadores que estão autorizados para usar CPR (1 princípio de desenho),
- Se relacionem com os atributos específicos do CPR e da comunidade de apropriadores que usam o CPR (2 princípio de desenho),
- São concebidos, pelo menos em parte, por apropriadores locais (3 princípio de desenho),

- Os indivíduos são monitorados perante os apropriadores locais responsáveis (4 princípio de desenho), e
- São sancionados usando punições graduais (5 princípio de desenho).

As pesquisas em torno do legado de Ostrom (1990, 1999, 2007, 2008, 2009), podem ser classificadas em: ampliação dos princípios (TEBET et al., 2018), aplicação em várias situações (YU et al., 2016; NAGENDRA et al., 2014; PÉREZ, 2014; VOLLAN e OSTROM, 2010), modificação dos princípios (LANCASTER et al, 2015), incluindo o seu uso para sistemas de larga escala (TYSON, 2017), a mensuração do atendimento aos princípios, seja quantitativamente (GARI et al., 2017 e COX, 2010) e/ou qualitativamente (ANDERIES et al., 2004; DIETZ, 2003). No âmbito brasileiro, os princípios foram testados por Cardozo et al. (2015), para o caso de comunidades étnico-rurais do estado do Paraná; por Santana et al. (2015) para gestão local de recursos de uso comum no turismo; para ações coletivas no turismo rural sustentável (SCHMIDT, 2016); cooperativismo e turismo (SOARES e SAHR, 2016).

Com base nos princípios de governança apontados por Ostrom, investiga-se a viabilidade em destino turístico brasileiro- a praia da Pipa, fazendo uma reflexão sobre os mecanismos de governança para autoorganização plausíveis de análise nesse contexto.

2.2.4 Governança e autogestão de destinos turísticos

A governança é um aspecto característico da descentralização política no Brasil, visando favorecer a interação entre setor público e sociedade na busca de maior eficiência nas ações. O conceito é mais amplo que governo, pois envolve maior gama de agentes envolvidos, não necessariamente apenas os políticos, como no sistema público. A governança diz respeito à maneira como a gestão e o poder serão atribuídos, envolvendo novas disposições para o planejamento, incluindo os sujeitos sociais, podendo ser representados por associações, comitês e grupos que passaram a ter mais diálogo com o ambiente público.

As transformações são acompanhadas por perspectivas de melhor estruturação dos setores, seja na área pública ou privada, tendo que modificar o modo de agir para se adequar ao contexto social e econômico vigente.

De acordo com Hall (2011), a teoria e a formulação das políticas apresentam uma relação estreita, um elemento exercendo influencia sob o outro. De tal modo, conhecer as bases teóricas e a contextualização da governança torna-se fundamental para o entendimento

da teoria. Segundo o autor supracitado, o debate sobre governança está cada vez mais presente nas políticas públicas de turismo e nas questões em torno do planejamento, assim, ao tratar da totalidade das concepções teóricas sobre governo, reporta a dois significados: um referente à adaptação do Estado contemporâneo ao ambiente econômico e político, retratando as relações do Estado e dos atores políticos; o segundo entendimento diz respeito ao aspecto conceitual e teórico do Estado na coordenação dos sistemas socioeconômicos, vigorando nesse sentido, as relações de rede e parcerias público-privadas.

A totalidade de regras envolve a capacidade de agir dos atores, bem como, conduzir a responsabilidade pelos atos (NÓBREGA, 2012, p.81). Os processos de governança devem ser previstos como um mecanismo interligado a participação dos diversos atores envolvidos, sendo a política a condutora das ações, mas pautado sobremaneira na visão dos agentes que fazem parte do processo.

Tratando sobre governança, Queiroz e Rastrollo-Horrillo (2015, p.53) dizem que pode ser uma estratégia para o planejamento turístico considerando-a “como um modelo de governo útil para identificar como implementar um exercício efetivo da sustentabilidade nos destinos turísticos.”

No atual cenário mundial, pensar em inovações sustentáveis que atrelem planejamento e preservação, torna-se condição primordial para gestão das localidades com potencialidade para desenvolver o turismo. É fato que as ações públicas vinculadas ao turismo tem um peso relevante no processo de fortalecimento e desenvolvimento de destinos turísticos, contribuindo desde a estruturação, divulgação e comercialização (ALVES e AZEVEDO, 2013).

Contar ainda com a colaboração do mercado e comunidade no planejamento turístico é uma estratégia decisiva ao desenvolvimento e reformulação dos destinos turísticos. Considerar também que a união de forças irá fomentar e fortalecer os produtos e serviços de maneira geral.

Levando em consideração as características do turista moderna, os gestores precisam estar atentos as novas aspirações e exigências, tendo uma conduta de gestão centrada nos princípios de conservação, preservação e valorização, sejam dos aspectos ambientais, sociais e culturais.

Considerando que a atividade pode ser uma aliada que utiliza elementos preexistentes e os transforma em matéria prima para sua prática, a promoção da atividade como um segmento econômico a ser explorado deve coincidir com a realidade local, dependendo de um planejamento adequado que corresponda as expectativas de todos os envolvidos na prática do turismo. Quer dizer que se deve pensar no desenvolvimento do turismo a partir do compromisso de organismos

públicos, instituições privadas, setores do *trade* e população local de onde se oferece a atividade como uma alternativa econômica e sociocultural (CARDOZO et al., 2016, p.89).

Na governança do turismo, a participação dos sujeitos torna-se fundamental, em caso contrário, a implementação das decisões públicas pode culminar em uma aplicação bilateral de técnicas que acabam não surtindo os efeitos esperados. Apesar de ser uma tarefa complexa na visão da administração pública, os gestores devem atentar prioritariamente para ações que considerem o bem comum e as aspirações da população, para em seguida, idealizar a estruturação da localidade como destinação turística (ALVES e AZEVEDO, 2013).

Algumas dimensões teóricas para a governança dos destinos turísticos são enunciados no quadro 3:

Quadro 3- Governança dos destinos turísticos

DIMENSÕES	DELIMITAÇÃO	FATORES CHAVES
Quem?	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação de atores; - Participação da variedade de atores (públicos, privados, outras organizações, os cidadãos). 	<ul style="list-style-type: none"> - Legitimidade e representatividade - Capacidade de motivar a participação dos diversos atores - Metas coletivas
O que?	<ul style="list-style-type: none"> - De acordo com as áreas de atividade (planejamento, <i>design</i> de produto, promoção e comercialização); - De acordo com o modo de participação no processo de tomada de decisão; - Variável: dependendo da atividade, os papéis dos atores irão mudando. 	<ul style="list-style-type: none"> - Formação - Compromisso - Recursos financeiros - Tempo para participar - Recursos Tecnológicos
Como?	<p>Transparência e prestação de contas: participação no ciclo da política turística (identificação da localização, desenho, implementação e avaliação).</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de fazer cumprir as regras; - Mecanismos de controle de sanções; - Capacidade de prestação de contas; - Instrumentos: redes e coordenação múltiplos níveis (nacional, regional, local), gestão do destino; - <i>Web site</i>, fóruns, conselhos, planejamento; - Aspectos normativos; - Agências de controle - Votação, consultas populares; - Calendário anual de atividades.

Fonte: Queiroz e Rastrollo-Horrillo (2015, p.53).

As dimensões teóricas apontadas envolvem delimitações e fatores chaves importantes no processo de governança de destinações com potencialidade turística, podendo servir de base para implantação nas localidades. Em relação à atividade turística brasileira, é possível destacar um importante marco para o desenvolvimento institucional: a criação do Ministério do Turismo (MTUR). Atrelado à implantação do MTUR, percebe-se a implementação de várias políticas e planos voltados ao fortalecimento das regiões turísticas, dentre eles, o Programa de Regionalização do Turismo. Um dos seus direcionamentos é a

institucionalização de instâncias de governança para decisões atreladas ao planejamento do turismo.

À adoção de uma gestão pública descentralizada e participativa visa promover a interação com as instâncias de governança instituídas para acompanhar as ações do turismo. “O modelo da gestão descentralizada deve comportar, ainda, os princípios da publicidade, da transparência e do controle social como direcionadores estratégicos imprescindíveis para o amadurecimento do setor turístico brasileiro.” (BRASIL- PLANO NACIONAL DO TURISMO, 2013-2016, p.54).

Com o Plano de Regionalização do Turismo, houve um avanço na tentativa de gestão participativa, começando a vigorar nos pólos turísticos a concepção de instâncias de governança. Tais instâncias são mecanismos de descentralização do poder e de maior autonomia para a gestão dos pólos turísticos, ampliando a possibilidade de desenvolvimento para os estados brasileiros. Aleixo et al. (2011, p.5) reforçam que “a criação das instâncias de governança é o incentivo para o turismo enquanto atividade econômica, reconhecendo-o como forma de promoção e de desenvolvimento social e cultural para todo o Estado.”

Dessa forma, a governança surge no contexto como uma estratégia na busca de equidade entre os pilares do turismo sustentável- econômica, ambiental, social e política. No entanto, verifica-se que tais direcionamentos ainda são falhos e ineficientes. O que tem gerado uma série de complicações e desdobramentos quanto ao planejamento e desenvolvimento da atividade turística, ocasionando grandes dificuldades de gerenciamento das partes envolvidas.

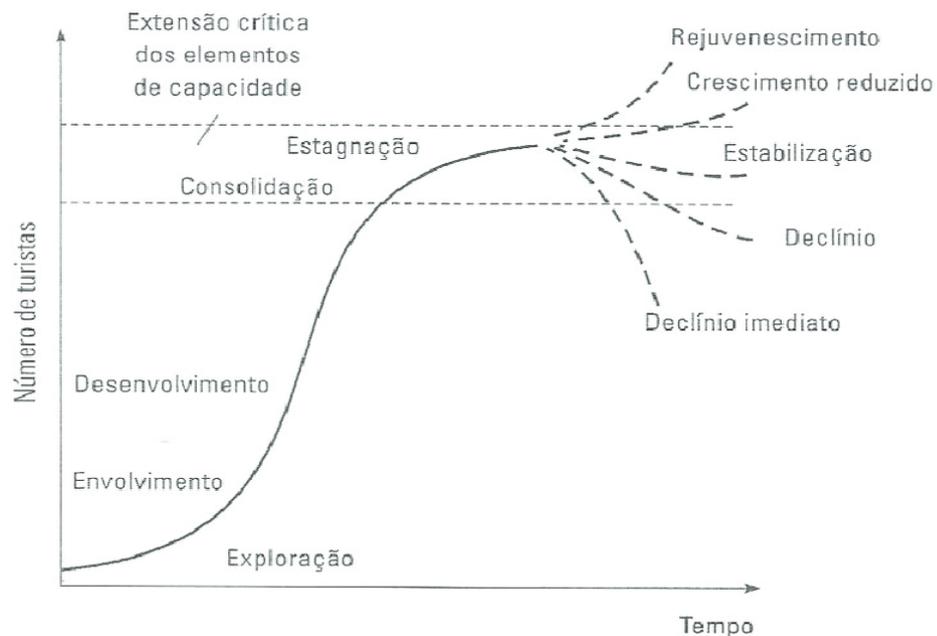
Para que o turismo brasileiro realmente avance, é necessário criar também boas e apropriadas estruturas de governança. Estruturas que venham a regular as ações dos agentes públicos, privados e não governamentais envolvidos com toda a cadeia produtiva do setor e seus destinos. Essas estruturas, como constatado, não são de fácil desenvolvimento. Ao contrário, são arranjos institucionais bastante complexos e para os quais não existe um padrão dominante. Não existe alternativa, porém, se não apreender a desenvolvê-las e adotá-las (ALBAN, 2008, p.23).

Por isso, Ostrom (2007, p.15181) alerta para o fato de que “infelizmente, a preferência por soluções simples para problemas de governança complexos continua forte.” Atrelado a isso, sabe-se que os interesses pessoais e as interferências políticas podem implicar em falta de eficiência da governança. Por outro lado, é preciso acreditar que esse é um caminho para a mudança de mentalidade dos atores relacionados ao desenvolvimento da atividade turística.

Pensar no coletivo e estratégias voltadas a sustentabilidade da atividade poderá trazer maiores resultados positivos para gestão dos recursos de uso comum. Ao tratar do

desenvolvimento dos destinos turísticos, é possível analisar suas fases tendo como base o ciclo de Butler (1980) que considera distintas etapas e sugerem implicações diferenciadas. Torna-se então, possível detectar estágios que incidem sobre a existência dos destinos, tais como “exploração, desenvolvimento, consolidação, estagnação”, nesse momento, a destinação pode cair no declínio ou se reinventar.

Figura 4- Ciclo das destinações turísticas



Fonte: Butler (1980).

É válido mencionar que o modelo de Butler tem uma notável influência nos estudos de desenvolvimento dos destinos, por tratar a evolução desde a fase de descoberta até a fase de pós-estagnação, momento onde o destino pode deixar de ser atrativo ou rejuvenescer por intermédio da introdução de novos elementos (CHAPMAN e LIGHT, 2016).

Blanco (2011) reflete que Ostrom (2009) tratava a produtividade do sistema de recursos como um efeito curvilíneo sobre o processo de autoorganização da comunidade. Pondera ainda que a literatura sobre turismo considera a relação curvilínea para analisar as etapas de desenvolvimento dos destinos turístico, como exposto por Butler (1980) na apresentação do modelo de ciclo de vida das destinações.

A partir dos princípios de governança de Ostrom (2011) se observa a possibilidade de desenvolver o turismo nas comunidades de forma coletiva e cooperada, com a participação dos indivíduos envolvidos diretamente com a prática turística. Considerando uma gestão e planejamento institucionalizado de modo participativo, proporcionando soluções locais aos conflitos, aumentando a confiança entre os

usuários, e propiciando a distribuição dos benefícios do turismo de maneira equilibrada e igualitária para os indivíduos envolvidos nesta prática de ação coletiva (CARDOZO et al., 2016, p.99).

Respaldo na discussão de vários autores, Blanco (2011, p.41) reflete sobre a superexploração do CPR para atividade turística, enaltecendo que “à medida que o destino evolui, a demanda por CPR para o turismo aumenta até se tornar suficientemente grande para induzir os agentes a usar excessivamente recursos, gerando resultados claramente subótimos de estagnação da destinação.”

As determinações em torno da autoorganização pode ser um indicativo para promover o turismo, de maneira responsável e integrado, tendo a participação dos usuários interagindo em busca de medidas mais propícias ao desenvolvimento sustentável da atividade. Assim, Wu e Tsai (2016) defendem que as medidas focadas na conservação e regeneração sócio-econômica devem está pautadas, prioritariamente, na capacitação da comunidade, e não vinculadas a anseios relativos ao crescimento do turismo. Isso acaba sendo uma consequência, já que a conscientização da população irá proporcionar caminhos estratégicos na condução do turismo sustentável.

No entanto, sem capacitação das comunidades locais para garantir as oportunidades, o desenvolvimento do turismo pode não contribuir para seus meios de subsistência, mas ameaçá-los ainda mais. Capitais humanos, físicos e sociais são necessários para que as comunidades locais em geral estejam envolvidas no desenvolvimento do turismo e se adaptem às mudanças que implicam os novos regulamentos. A capacitação também deve atender às diversas necessidades dos atores dos diferentes subsistemas. Além disso, o fortalecimento da capacidade deve ser alvo de contribuição para a transformação das interações sociais-ecológicas através da gestão baseada na comunidade (WU e TSAI, 2016, p.72).

Por isso, as iniciativas ambientais voluntárias são consideradas como aliadas no contexto atual. Na concepção de Blanco (2011, p.36), “CPR natural são insumos para o processo produtivo de empresas de turismo, mas o mais importante, o uso recreativo (não-extrativista) destes recursos naturais é parte do produto que vendem.” Pensar em alternativas de autogestão vinculadas as ações coletivas de grupos diferentes, voltadas ao contexto geral do turismo pode resultar “em incentivos e ganhos adicionais, mas também trazem riscos, desafios e custos para os participantes.” (SCHMIDT et al., 2016, p.250).

A identificação dos conflitos, realização de prognóstico e planejamento voltados às características peculiares de cada comunidade, são passos fundamentais no sentido de uma autoorganização centrada na sustentabilidade dos bens comuns. Nesse intuito, será dada ênfase na conjectura que envolve os conflitos socioambientais, bem como, averiguar as circunstâncias instigadas pela atividade turística.

2.3 CONFLITOS EM ÂMBITO GERAL

As questões ambientais, na maioria das vezes, são retratadas de maneira interdisciplinar, pela própria configuração das diversas áreas de interesse que vem estudando os recursos naturais.

Espontaneamente, há uma relação contraditória entre preservação e apropriação do espaço para as atividades humanas. Isso tem se mostrado como uma causa agravante para o surgimento de conflitos.

O Cap-net (2008, p.19) traz uma definição para conflitos, esclarecendo que “é um fato da vida e vem e vai como a vida segue em frente. O conflito é parte de um processo para a razão que pode surgir de tal variedade de condições objetivas e subjetivas que exigem resolução sobre bases sustentáveis.”

Os conflitos apresentam desdobramentos e impactos significativos para os atores envolvidos. De acordo com Pignatelli (2010, p.21), o conflito surge “quando os indivíduos ou os grupos, conscientes e deliberadamente procuram sujeitar, destruir ou derrotar um rival ou defender-se destes propósitos.”

O desdobramento de um conflito acontece quando partes diferentes defendem interesses incompatíveis. De acordo com Mayer (2000), há alguns motivos que conduzem as pessoas a se engajar no conflito, podendo ser por necessidades que podem ser atendidas pelo conflito em si ou por considerar que os anseios são incompatíveis com as dos outros, suscitando em interesses divergentes e conseqüentemente, ocasionando uma situação de discórdia.

Nesse ínterim, percebe-se que as necessidades humanas, os interesses individuais e os desejos são características que incintam o surgimento de muitas situações conflituosas.

Bob e Bronkhorst (2010, p.10) reforçam que independente da forma assumida pelos conflitos, “é provável ter diversos impactos (embora a diferentes escalas geográficas) que podem incluir danos físicos para ambos os seres humanos e os recursos naturais, o impacto sobre os níveis de produtividade e o desenvolvimento econômico em geral.”

Pautado em tal constatação, observa-se que os reflexos danosos dos conflitos são amplamente difundidos entre as partes envolvidas, sendo importante tratar minuciosamente as causas e efeitos no sentido de melhor compreensão da situação.

Dessa maneira, Pignatelli (2010, p.21) expõe três elementos fundamentais que caracterizam os conflitos: “é um tipo de relação com certas características e enquadramentos

diversos; entre partes de diferentes escalas; por motivos também muito variados”. Nessa perspectiva, Carpio e Meneses, (2006, p.8-9) destacam algumas características dos conflitos:

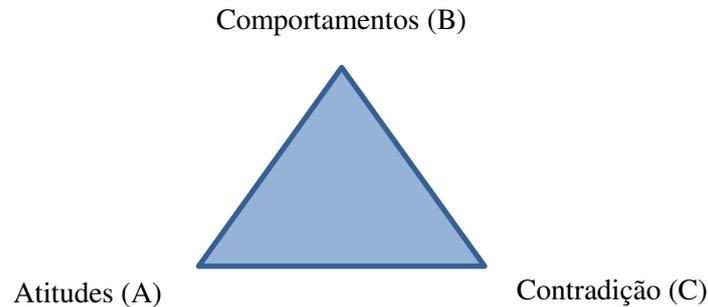
- É algo natural;
- Envolve um problema de poder;
- Intervenção de duas ou mais pessoas;
- Não é necessariamente o problema central;
- Sempre é visível;
- Pode originar pela escassez de posições ou de recursos;
- É de múltipla casualidade;
- Devem ser envolvidos com a ação, ser dinâmicos, envolvem um custo, todos os conflitos são diferentes e devem necessariamente ter um fim;
- Contraposição de interesses.

Portanto, é possível entender o conflito como sendo “um tipo de relacionamento. Sabe-se, contudo, que as relações sociais traduzem um determinado tipo de interdependências que ultrapassam as vontades individuais e que estruturam as construções identitárias dos indivíduos.” (PIGNATELLI, 2010, p.19).

Para melhor compreensão, é válido distinguir a diferença entre dilema, disputa, crise e conflito. Para Galtung (1996 *apud* PIGNATELLI, 2010) quando trata-se de dilema, implica que uma pessoa aspira duas coisas ambíguas, sendo excludentes. Já a disputa envolve uma complexidade maior, por apresentar pelo menos duas pessoas com o mesmo desejo, sendo capaz de destruir o outro em busca do seu objetivo. Por sua vez, a crise pode ser considerada uma circunstância transitória, enquanto que o conflito propriamente dito normalmente é longo ou permanente, em virtude das divergências de interesses dos personagens envolvidos (SANTOS, 2009).

Em consonância com Pignatelli (2010), mesmo se tratando de processos complexos, os conflitos apresentam elementos permanentes, podendo evidenciar em forma de triângulo (ver figura 5).

Figura 5- Triângulo do conflito



Fonte: Pignatelli (2010).

Dessa maneira, as bases do conflito estão centradas em três elementos como: atitudes- influenciadas diretamente pelas emoções; comportamentos- muitas vezes são conduzidos pelos ataques destrutivos; contradição- relacionadas às metas conflitantes.

Por diversos motivos as pessoas podem se envolver em um conflito, sendo as necessidades, os interesses e comportamentos alguns exemplos de elementos indutores para seu surgimento. Mayer (2000) coloca cinco abordagens que podem ser usadas na tentativa de satisfazer as aspirações por meio de abordagens: baseadas no poder, em direitos, em jurros, em princípios, em manipulação.

Em conformidade com o Cap-Net (2008, p.27-28), os conflitos podem despontar de diferentes maneiras, envolvendo níveis geográficos e sócio-políticos. Em geral, existem quatro tipos de conflito:

- Intrapessoal (o que ocorre dentro de nós mesmos);
- Interpessoal (que ocorre entre duas ou mais pessoas);
- Intragrupo (o que ocorre dentro de um grupo); e
- Intergrupos (a que ocorre entre dois ou mais grupos).

No conflito socioambiental constatado na praia da Pipa, pode ser identificado como de tipo intergrupo, por envolver participantes de grupos e interesses distintos. Para tanto, o analista da situação deve contar com apoio de vários elementos que possam facilitar a compreensão da trajetória dos impasses.

É possível constatar distintas formas de manejo dos conflitos, tendo em vista estratégias pré-definidas, podendo suscitar na gestão de conflitos, resolução de conflitos e a transformação de conflitos. Para Vargas (2007, p.196), “estas três visões e estratégias se entendem e funcionam melhor quando se interpretam como complementares e não

excludentes, podendo-se afirmar que as três são formas de intervenção e que cada uma tem o seu lugar no ciclo de vida do conflito.”

Sabe-se que a condução dos conflitos envolve preparo e dedicação, tendo em vista a complexidade dos fatos, requerendo assim, ferramentas viáveis que possibilitem manejo e intervenção dos casos (CARPIO e MENESES, 2006).

Entende-se assim, que os conflitos envolvem uma gama de análises possíveis, e no presente estudo será dado ênfase no método de resolução como recurso importante para o caso abordado na pesquisa.

2.3.1 Resolução de conflitos

Todo conflito supõe uma resolução, ou seja, a expectativa de acordo entre as partes envolvidas. Nesse sentido, trata-se de uma tentativa de apaziguar situações divergentes originadas de questões adversas, podendo envolver pessoas ou grupos.

O conflito pode ser compreendido como a manifestação em relação a determinadas insatisfações. “Assim, as causas do mesmo estão nas necessidades subjacentes das partes e a sua resolução está em criar o entorno ou desenvolver as ações para sua satisfação. A resolução (*conflict resolution*) advoga a criação de processos que permitam a erradicação dos conflitos.” (VARGAS, 2007, p.194).

Assim, Suárez et al. (2015, p.30) consideram que dentre as teorias de conflito a negociação é relevante “tendo ciência que os conflitos ambientais são gerados, entre outras razões, pela justaposição de posturas e interesses das partes interessadas e envolvem a ameaça de colisão e/ou violação dos direitos humanos que devem ser garantido pelo Estado.”

Dentre os aspectos considerados na metodologia de resolução de conflitos, Carpio e Meneses (2006, p.7) ressaltam a importância dos aspectos relativos a posições, interesses e necessidades, considerando que:

- As posições: são expressas como determinadas posturas, onde a argumentação fixada é oposta a outra opinião também rígida e diferente sobre a mesma matéria.
- Os interesses: são o que as partes do conflito estão tentando obter.
- As necessidades: pode ser interpretado com um duplo foco, por um lado compreende como algo que uma pessoa é requerida para satisfazer enquanto que por outro lado, estes podem reforçar os indivíduos envolvidos em um conflito ao ponto de motivá-los a encontrar uma solução.

Em consonância com Carpio e Meneses (2006, p.7), “segundo os especialistas em resolução de conflitos, a raiz inicial de um conflito está na forma cultural de argumentar a própria defesa unilateralmente, em um esforço para descrever como eles percebem as partes de determinada situação.”

Por meio de algumas técnicas, torna-se possível chegar a um consenso sobre acordos para minimizar ou resolver impasses que suscitaram em conflitos. De acordo com Vieira e Ribeiro (2010), em conjunto com a identificação das fontes de conflito e de sua intensidade, é importante definir que tipo de conflito está sendo analisado, a fim de determinar possíveis alternativas de resolução.

Importante frisar que os estudos “têm mostrado que a resolução de conflitos ambientais é mais eficiente quando a comunidade é envolvida como um agente ativo no processo decisório.” (RAMIRES JÚNIOR et al., 2015, p.120). A comunidade, por ser diretamente impactada, mostra-se como uma peça chave para condução da negociação.

Em conformidade com Santos (2009, p.196) a técnica de resolução de conflitos:

Pressupõem uma reavaliação de posições e de perspectivas que permitam às partes em confronto, a percepção da possibilidade e da capacidade de realização dos seus interesses e de concretização dos seus objetivos próprios, através de processos não violentos e de formas não conflituais de relação, pressuposto este que inclui, necessariamente, a revisão do próprio tipo de relacionamento.

A resolução do conflito pode envolver alguns métodos, como coloca o Cap-net (2008): litígio, resolução alternativa de litígio, negociação, facilitação, mediação e arbitragem.

No caso estudado, “a arbitragem é possível e, em particular, a participação de mediadores é muito bem-vinda, justamente para a transformação do conflito de soma zero em um conflito onde todas as partes ganham. Assim, processos de mediação e negociação são recomendados.” (VARGAS, 2007, p.194).

Para resolução do conflito torna-se importante conhecer todo o trajeto e conjuntura, incluindo sua origem e desdobramentos dos personagens, para entender as causas que motivaram a evolução do cenário. Assim, a roda do conflito (figura 6) identifica forças relevantes para o acompanhamento de tal situação.

Figura 6- Roda do conflito



Fonte: Mayer (2000).

Em conformidade com Mayer (2000), a roda do conflito apresenta cinco forças motivadoras que caracterizam sua raiz, sendo motivadas pelos seguintes aspectos: comunicação, emoções, valores, estruturas e a história, impulsados por uma necessidade central que norteia tais ações.

Portanto, torna-se indispensável à compreensão de cada fonte para acompanhar a evolução da situação conflitante. A falta e/ou ineficiência na comunicação, motivada por vários aspectos, geram situações embaraçosas e mal entendidas, ocasionando equívocos e atitudes rivais. As emoções podem ser consideradas termômetros para enfrentar as crises, variando sobremaneira na forma das interações entre os atores envolvidos. Os valores estão intrinsecamente relacionados com as crenças que cada um carrega, sendo decisores para muitas medidas e atitudes vinculadas a condução dos conflitos. Em relação às estruturas, essas podem envolver a aproximação dos atores, contato com as informações, trâmites legais, conhecimento das composições organizacionais e as questões políticas. Outra força fundamental para compreensão do conflito é a história, permitindo que se tenha embasamento para entender os caminhos da evolução dos problemas.

Dessa forma, torna-se importante conhecer as causas que ocasionaram o conflito, ou seja, “o seu contexto social, político, econômico ou cultural e as situações de desigualdade de poder, dominação e/ou dependência que o alimentam.” (VARGAS, 2007, p.194). Corroborando Suárez et al. (2015, p.33) expõem que:

Nesse sentido, ao abordar um conflito ambiental e procurar solução para este, é essencial considerar os elementos que constituem o conflito- os recursos que estão em jogo, o poder ou domínio sobre eles, os interesses e os direitos humanos em tensão, e as percepções e concepções dos atores acerca do ambiente, a fim de poder identificar as estratégias idôneas para conciliar essas diferenças e dar preponderância

para garantia dos direitos humanos em jogo, frente a interesses particulares dos atores.

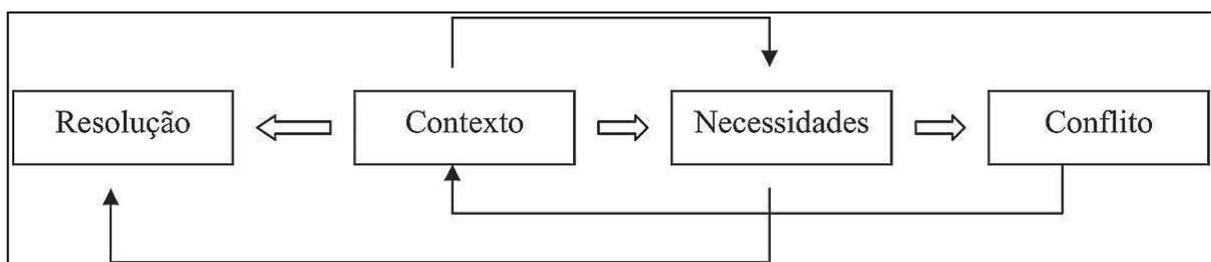
É possível retratar três importantes dimensões que fazem parte do processo de resolução de conflitos- cognitivas, emocionais e comportamentais (MAYER, 2000):

- Cognitiva: envolvem as percepções e crenças vinculadas as interações com as diferentes partes do sistema;
- Emocionais: relacionada ao sentimento sobre o conflito, intensidade e a energia depositada;
- Comportamentais: diz respeito ao que as pessoas irão ou não fazer para resolução do conflito.

O consenso das três dimensões mencionadas é relevante para conseguir caminhar para resolução final do conflito. Corroborando, Vargas (2007, p.195) expõe que nesse processo de proposição de estratégias é possível envolver desde “atividades como a facilitação, as consultas com terceiros, os espaços de diálogo, como formas de adensar o nível de comunicação e informação entre as partes.”

O caminho para resolução do conflito pode ser melhor compreendido no figura 7, exposto por Vargas (2007, p.196):

Figura 7- Caminho para resolução do conflito



Fonte: Vargas (2007).

Na situação analisada na pesquisa, uma condição indispensável é a vontade política. Assim, “partindo deste princípio, poderemos admitir situações conjunturais em que as condições mínimas não se verificam, não permitindo a respectiva resolução, sendo necessário, se possível, recorrer a instrumentos e técnicas de gestão de conflitos.” (SANTOS, 2009, p.194). O conflito, discutido no estudo, tem como entrave para resolução as posições e aspirações de grupos com interesses adversos, sendo difícil alcançar um consenso para as decisões.

2.3.2 Conflitos socioambientais

Ao passar dos anos, é possível constatar um domínio cada vez maior das pessoas em relação aos recursos naturais, sendo explorado desenfreadamente em virtude de interesses mercadológicos. Esse aspecto tem trazido várias consequências danosas ao meio ambiente, com destruição de importantes ciclos biológicos, desmatamento, invasão de áreas de proteção ambiental, extinção de mata nativa, dentre outros problemas que tem suscitado em conflitos socioambientais.

Ao tratar desses aspectos, pode-se considerar que “a associação entre o ambiente e os conflitos é variada e complexa. As causas dos conflitos ambientais variam em todo o mundo e suas manifestações diferem consideravelmente.” (BOB e BRONKHORST, 2010, p.10). Assim, as razões vão se modificando em consonância com o contexto e os elementos envolvidos. Em relação às características dos conflitos socioambientais, Carpio e Meneses (2006, p.32-33) estabelecem alguns direcionamentos:

- Desacordos em relação aos dados disponíveis ou informações importantes incompletas;
- Os níveis de comunicação entre os atores são quantitativamente e qualitativamente pobres;
- Percepções existentes dos atores contra a outra parte e o conflito mesmo são muitas vezes imprecisas e estereotipadas;
- Inicialmente pode-se dizer que os interesses das partes envolvidas no conflito são aparentemente incompatíveis;
 - Atitudes e posições dos atores são reativas e conflitantes;
 - O comportamento dos atores é combativo;
 - Há uma clara rejeição do diálogo entre as partes interessadas;
 - Não existe um processo padrão para o tratamento destes conflitos.

Dessa forma, Suárez et al. (2015, p.40) esclarecem que os conflitos ambientais podem influenciar na geração de “mudanças na concepção sobre o meio ambiente e na forma de relacionar-se com ele, pois desde o surgimento de ditos conflitos torna visível a problemática em sua verdadeira dimensão e complexidade, de modo perceptível a necessidade e relevância da sua resolução.”

É plausível averiguar que a natureza dos conflitos socioambientais apresenta diversas causas, algumas até se aproximam, mas outras são completamente distantes. Por isso, torna-se

relevante apresentar perspectivas pluralistas que reconheçam os diversos enfoques dos atores e os efeitos das causas dos conflitos, para assim, ser possível compreender mais amplamente os impactos envolvidos dessas questões (VARGAS, 2007).

Os conflitos socioambientais envolvem uma série de impactos negativos, envolvendo desde o modo de vida das comunidades a alterações significativas nos recursos naturais dispostos. Quando se fala em impactos socioambientais, refere-se a:

Grandes mudanças que ocorrem na natureza e na sociedade. Se o homem muda o curso de um rio, provoca um impacto ligado mais a natureza com resultados para a sociedade. Se uma comunidade recebe turistas em maior proporção que o número de habitantes, causa impacto mais na sociedade, mas com rebatimentos na natureza. Daí, porque Natureza e Sociedade podem ser vistas como uma unidade, a separação é apenas para estudos (VASCONCELOS e CORIOLANO, 2008, p.262).

Vargas (2007, p.198) reforça tal perspectiva explicitando que “o uso dos recursos naturais e os conflitos socioambientais são um cenário de importantes repercussões para o futuro das nossas sociedades devido às mudanças que promovem em termos dos sistemas ecológicos e das propostas de desenvolvimento social.” De fato, os interesses contraditórios envolvendo aspectos sociais, mercadológicos e preservação do meio ambiente têm gerado impasses que resultam em conflitos de magnitude maior, trazendo efeitos agressivos para todos os envolvidos.

A interferência em um conflito socioambiental induz a necessidade de estabelecer formas mais adequadas de enfrentar o problema, definindo quais meios deverão ser utilizados e o papel que os membros e/ou instituições desempenharão, considerando as características e os atores do conflito (CARPIO E MENESES, 2006). Dessa forma, o conflito de ordem socioambiental envolve as condições do contexto:

Isto é, a formação sócio-histórica, as condições de governança e governabilidade, de poder, a legitimidades do Estado e das instituições, etc. que levam à falta de satisfação das necessidades e ao terreno do conflito. Este pode ser resolvido na medida em que se criem as condições (contexto) que melhorem e satisfaçam as necessidades reclamadas (VARGAS, 2007, p.196).

A utilização desenfreada dos recursos naturais e abuso em relação à maneira desregrada que a atividade é desempenhada, em muitos destinos, ocasiona naturalmente o surgimento de conflitos que levam em consideração os interesses daqueles que são envolvidos diretamente com a realização do turismo.

Bacal et al. (2007, p.175) analisam o caso brasileiro onde diversas localidades “empreendem uma espécie de corrida desenvolvimentista que não tem como prioridade a

proteção da natureza, da cultura e/ou do bem-estar das comunidades envolvidas, configurando o turismo como destruidor dos lugares que o fazem existir”, suscitando assim, uma série de consequências danosas.

Uma consideração relevante sobre conflitos socioambientais é a “debilidade na implementação das políticas e esquemas de gestão disponíveis para a regulação do uso e acesso dos recursos naturais. Devem-se considerar também as dinâmicas sociais e econômicas que dizem respeito aos recursos naturais, cada vez mais complexas.” (VARGAS, 2007, p.198). Torna-se fundamental pensar em estratégias mais enérgicas no que diz respeito ao manuseio dos recursos de uso comum, prevendo caminhos mais eficientes de controle e preservação, respeitando os limites da natureza e as verdadeiras necessidades humanas.

Dessa maneira, a gestão ambiental é um artifício para ações mais significativas de proteção e manutenção dos recursos naturais. Bob e Bronkhorst (2010, p.24) ressaltam que a gestão e proteção ambiental “devem equilibrar necessidades e interesses do ambiente, pessoas e especialmente dos mais vulneráveis. Abordagens com alvo, flexível, bem informada e contextual para a gestão de recursos humanos e resolução de conflitos são necessárias.”

É possível constatar vários conflitos de ordem socioambiental despontando em função da exploração desordenada de atividades econômicas, podendo citar o caso do turismo. A atividade tem gerado reflexos severos, atingindo sobremaneira os recursos naturais que deveriam ser os bens mais resguardados, e principalmente, reconhecimento da importância do equilíbrio social, econômico e ambiental como direcionamentos básicos para o turismo se desenvolver. Considerando tais aspectos, serão abordadas discussões que estão relacionadas ao surgimento de conflitos provenientes da prática do turismo.

2.3.3 Dimensões ambientais, sociais, econômicas e os conflitos decorrentes do turismo

A questão ambiental envolve as relações entre sociedade e natureza, sendo a problemática em torno das questões ambientais evidenciada, principalmente, devido a degradação demasiada e o consumismo proveniente da era moderna, decorrentes dos significativos avanços tecnológicos.

A conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em 1972, em Estocolmo, foi um marco na discussão sobre os impactos ambientais, debatendo ações necessárias para uma mudança de mentalidade da população, com o desenvolvimento da proposta de educação ambiental e trazendo a interdisciplinaridade como foco da nova abordagem (LEFF, 2000).

A interdisciplinaridade envolta das questões ambientais diz respeito a evolução dos paradigmas na busca de integração de áreas diferentes das ciências, no caminho de formalizar um saber ambiental. Dessa forma, o estudo de um objeto com intersecção de várias áreas apresenta-se como um importante mecanismo para a produção de conhecimento de maior complexidade, implicando inter-relação entre disciplinas distintas que interagem entre si na geração de constatações científicas inovadoras.

Deve-se ponderar que os conflitos que envolvem o ambiente estão diretamente relacionados aos aspectos políticos, sociais, econômicos e ecológicos. Apesar disso, ainda são limitados os estudos ou estratégias de intervenção que adotam uma abordagem integrada e interdisciplinar para tratar das especificidades dos conflitos ambientais (BOB e BRONKHORST, 2010).

Fica evidente a necessária conexão de áreas do conhecimento e pesquisas interligando as várias concepções que rodeiam os conflitos, notadamente, os de cunho ambiental. Barquín et al. (2012, p.348) reforçam que “as questões ambientais transcendem os limites de qualquer disciplina e exigem novas abordagens, metodologias e alternativa ou complementar teorias para construir uma nova disciplina: a nova ciência ambiental.” Assim, a grande conquista da interdisciplinaridade nesse campo transita na concepção de um saber ambiental, com adoção de medidas mais eficazes para preservação dos recursos naturais.

A utilização intensiva dos bens comuns tem estado entre as preocupações da sociedade atual, suscitando novos debates que envolvem economistas e ambientalistas, tendo como ponto de partida para análise o uso indiscriminado do meio ambiente para atender anseios das atividades econômicas (TOMIO e ULLRICH, 2015).

Ao analisar a natureza e sua apropriação como recurso e matéria para as economias, pode-se constatar uma divergência nas suas relações. À medida que a natureza satisfaz ao ritmo normal, com todos os processos biofísicos, há um aumento da eficiência do ciclo ecológico. Obstante, o crescimento econômico envolve uma apropriação dos recursos naturais, em prol de acúmulo de renda, impactando no sistema natural em virtude da eficiência econômica que rodeia seus objetivos primários.

É verdade que nos últimos anos percebe-se maior preocupação da população em relação aos problemas ambientais, por outro lado, o ser humano tem utilizado de maneira cada vez mais intensa os recursos naturais. É possível constatar que o turismo tal como outras atividades econômicas, envolve:

Uso/ exploração de muitos recursos naturais no seu desenvolvimento e pode-se dizer que na maioria dos casos, a viabilidade do turismo depende diretamente do ambiente e dos ecossistemas. Esta dependência não ocorre apenas na perspectiva de uso (transformação e fabricação) para obter "matérias-primas" e produtos como em outras atividades, mas em preservar estes para criar "valor" ao "atrativo turístico" (TOMIO e ULLRICH, 2015, p.178).

Tal atitude retrata uma dicotomia, mostrando assim, uma evidente postura sobre o consumismo, decorrente da globalização e da tecnologia, concomitante ao momento em que o discurso sobre preservação e manutenção dos bens naturais é muito recorrente.

O homem tem a tecnologia como ferramenta capaz de transformar o mundo, no entanto, esse recurso pode conduzir tanto a benefícios como malefícios, podendo ser refletido na própria humanidade e no ambiente (desmatamento, poluição, descontroles, etc.). Os avanços tecnológicos tem contribuído para encurtar distâncias, facilitar os deslocamentos e ampliar a gama de possibilidades de se fazer turismo. A ascensão da classe econômica também contribui significativamente para que as pessoas tenham mais acesso as atividades turísticas, passando a fazer parte da vida de muitas pessoas. O turismo tem um significativo destaque na conjuntura atual, considerando que:

Deslocamentos para lazer, as viagens de férias, o entretenimento associado à viagem, tem feito milhares de pessoas se movimentarem no mundo, principalmente pela existência de meios de transportes rápidos, fáceis e com uma rede que conecta quase sem restrições a maior parte do mundo organizado pelo capital (AZEVEDO et al., 2013, p.11).

É notável que as mudanças de valores e melhores condições econômicas tem impulsionado o desenvolvimento do turismo, já que as sociedades passaram gradativamente a valorizar o tempo livre, que é refletido nas questões de lazer, entretenimento e realização de viagens turísticas. Com isso, percebe-se uma classe social mais exigente e aspirante de segmentos do turismo que atendam suas demandas e aspirações, bem como o nível mais criterioso de exigência pela oferta de atividades variadas.

Quando versa sobre os aspectos socioeconômicos, são citados impactos provenientes diretamente do turismo e também os efeitos indiretos, que reluzem sobre o retorno induzido nos vários setores, por meio da injeção de recursos financeiros que movimentam a economia e faz com que haja maior circulação de renda. Talvez essa seja uma das grandes linhas impulsionadoras do turismo, já que as justificativas mais utilizadas para sua promoção dizem respeito aos retornos econômicos que proporcionam para os destinos.

A circulação de divisas decorrentes do turismo pode conduzir ao desenvolvimento social das localidades onde estão inseridas, considerando os empregos criados, ampliação de

oportunidades de capacitação, maior arrecadação de impostos, melhoria na infra-estrutura, acessibilidade. O retorno econômico não diz respeito apenas aos recursos financeiros, mas também as benfeitorias e progressos nos espaços, promovidas por intermédio da atividade.

Entretanto, em muitos casos, os impactos sociais e ambientais não são considerados no planejamento do turismo, causando significativos prejuízos tanto às sociedades como aos recursos naturais. Bacal (2007, p.180) destaca que “enquanto os efeitos econômicos do turismo são amplamente estudados em quase todos os países, as consequências no âmbito sociocultural têm sido bastante negligenciadas.”

Grimm et al. (2013, p.37) expõem a importância do envolvimento dos seres humanos com os aspectos naturais “refletir sobre integração do homem e natureza, numa inter-relação vivencial com o ecossistema, costumes e a história local, deve ser balizado pelo envolvimento do turista nas questões relacionadas à conservação do meio ambiente.”

O turismo se apropria dos aspectos naturais para proporcionar lazer e entretenimento aos seres humanos, podendo destacar uma crescente parcela da população que valoriza e utiliza os serviços turísticos. Dessa maneira, vem gradativamente adquirindo relevância no âmbito global, sendo uma prática bastante incentivada nas sociedades modernas.

É possível constatar que “turismo e meio ambiente são interdependentes. O ambiente físico fornece lotes de atrações para os turistas. Assim, a difusão do turismo surge com alguns óbvios benefícios e custos em termos de meio ambiente, sociedade, cultura e assim por diante.” (SHOEB-UR-RAHMAN e SHAHID, 2012, p.57).

Dentre as segmentações do turismo, pode-se destacar as de vinculação com os aspectos da natureza, ou seja, que tem o ambiente como protagonista no processo de desenvolvimento das atividades. É válido destacar que as novas condições urbanas têm levado uma parcela significativa da sociedade à busca incessante de maior contato com os recursos naturais durante os períodos de tempo livre.

O turismo está vinculado a uma série de elementos, sejam eles culturais, de lazer, esportes, gastronomia, de aspiração social cada vez mais evidente, gerando atividades econômicas específicas para atender as necessidades de mercado e como consequência, geram mudanças no meio urbano (IGARZA e CAMPDESUÑER, 2012). Assim, o turismo utiliza a natureza como espaço propício para a prática de várias atividades de lazer, criando uma gama de variações e possibilidades, sendo possível destacar o segmento litorâneo como um dos nichos de maior impulso turístico na Região Nordeste do Brasil.

Sobre o assunto, Oliveira (2007, p.194) avigora dizendo que no nordeste brasileiro “seu litoral é um grande receptor de investimentos turísticos mundiais. Os estados que

compõem a região apresentam um grande potencial ou vocação turística, haja vista seus inúmeros atrativos.” Refletindo sobre a utilização dos recursos naturais na atividade turística, Tomio e Ullrich (2015, p.173) colocam que:

O turismo é uma das áreas em que ocorre o uso de recursos naturais, com intenções econômicas e sociais. Entre as opções para sua prática se destacam os segmentos que envolvem recursos naturais, como o ecoturismo e o turismo de natureza, que buscam e utilizam espaços naturais que permitem o desenvolvimento de atividades de lazer em contato com a natureza. Nestes segmentos, os recursos naturais são tratadas como "matéria-prima" transformada em produto de consumo para os turistas. O uso desses recursos naturais também implica valores sociais além dos econômicos.

Percebe-se a instalação do turismo costeiro em áreas que deveriam ser protegidas pelo seu intenso valor como patrimônio da humanidade. Entretanto, acabam sendo privatizados e destruindo os recursos de uso comum, causando além de impactos naturais, o sentimento de revolta pela destruição demasiada de tais recursos, resultando no surgimento de conflitos que se desdobram em muitas comunidades turísticas.

Vasconcelos e Coriolano (2008) analisam que um dos principais impactos maléficos do turismo em zonas costeiras trata-se da implantação de infraestrutura, bem como, a ausência de suporte básico, tais como projeto de destinação adequada de esgotos e resíduos sólidos provenientes dessas instalações turísticas. Alban (2008, p.7) também leva a reflexão sobre a dinâmica perversa que envolve a instalação dos complexos turísticos nas praias das costas nordestinas, constatando que “na grande maioria dos casos, a infraestrutura chega, viabiliza o *boom* turístico, mas não o sustenta. De tal modo, logo em seguida vem a saturação e a degradação social e ambiental dos complexos.” (ver figura 8).

Figura 8- Dinâmica perversa do turismo nas Costas Nordesteiras



Fonte: Alban (2008).

Diante do cenário que se formou em torno do turismo no Brasil, em virtude da valorização e incremento da demanda turística, prioritariamente no segmento litorâneo, é possível constatar os crescentes impactos socioespaciais que rodeiam a atividade, sendo elementos que devem ser considerados para traçar uma gestão mais sustentável dos destinos.

PARTE II: A PESQUISA

3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Tratando-se da investigação complexa que envolve o turismo, não há uma única modalidade de investigação. “Para alcançar os resultados desejados da pesquisa do turismo, métodos alternativos devem ser considerados e usados conjuntamente, desde experimentos e pesquisas através de observação participante, histórias e etnografias, bem como o estudo de caso.” (BEETON, 2005, p.37).

No processo construtivo da pesquisa, percebeu-se a necessidade de conhecer a realidade do sujeito investigado, sendo uma pesquisa de caráter qualitativo. Assim, considera-se que “as abordagens qualitativas oferecem um grande potencial, ajudando-nos a compreender as dimensões humanas da sociedade, o que inclui as implicações sociais e culturais do turismo.” (MARUJO, 2013, p.13). Esse enfoque é interessante como ferramenta para auxiliar deste o desenvolvimento de teorias, análise de programas e possíveis encaminhamentos para intervenção (BAXTER e JACK, 2008).

Os métodos qualitativos têm por princípio o processo indutivo, baseado na descoberta e na compreensão das ações humanas em suas diferentes perspectivas culturais, evidenciam-se as técnicas mais familiares pertencentes a essa abordagem em que a análise dos significados e das práticas cotidianas mostra-se tão essencial quanto as narrativas e os discursos dos sujeitos pesquisados (ALVES, 2011, p.600).

De natureza aplicada, o método científico norteador da pesquisa é o indutivo, nesse sentido, “o argumento passa do particular para o geral, uma vez que as generalizações derivam de observações de casos da realidade concreta.” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p.127). Nesse sentido, o método observacional foi o meio técnico adotado na investigação.

Por entender que as pesquisas explicativas “são mais complexas, pois, além de registrar, analisar, classificar e interpretar os fenômenos estudados, têm como preocupação central identificar seus fatores determinantes.” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p.53). Portanto, esse é o nível do estudo que serviu como suporte.

Para tanto, serão utilizados os procedimentos técnicos referentes a pesquisa bibliográfica e documental, com definição de estudo de caso para analisar o objeto delimitado. O trabalho tem como suporte teórico autores consolidados nos estudos da temática, tratando de conceitos fundamentais para compreensão do assunto proposto. A análise documental mostrou-se relevante na pesquisa, permitindo confrontar os dados primários com a análise detectada no plano diretor, Pipa planejada, teses, dissertações, artigos, informações de sites e reportagens veiculadas.

Ao atingir um montante intensivo de informações levantadas, “tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador.” (MARTINS, 2004, p.292).

A pesquisa qualitativa permite a utilização de uma série de fontes de dados, podendo explorar o contexto estudado por meio de várias ferramentas de conhecimento. Inclui-se desde elementos secundários, à coleta de informações primárias, envolvendo visitas *in loco*, relatos orais, fotografias, entrevistas, observação direta e participante, possibilitando levantar um grande acervo para investigação etnográfica. “Cada fonte de dados é uma peça do ‘quebra-cabeça’, com cada peça contribuindo para a compreensão do pesquisador de todo o fenômeno.” (BAXTER e JACK, 2008, p.554).

Deste modo, as técnicas de investigação usadas na pesquisa envolvem: observação direta e participante, documentos pessoais, entrevistas semiestruturadas, relatos orais, com anotações e principais observações adquiridos dos investigados na pesquisa. Tem-se então, o método etnográfico como norteador.

A etnografia possibilita interagir com o outro por meio de vivência *in loco* e diálogos com os moradores locais, por isso, foi adotada na pesquisa como recurso para coleta de dados qualitativos. Silveira e Córdova (2009, p.41) descrevem as principais características específicas da pesquisa etnográfica:

- O uso da observação participante, da entrevista intensiva e da análise de documentos;
- A interação entre pesquisador e objeto pesquisado;
- A flexibilidade para modificar os rumos da pesquisa;
- A ênfase no processo, e não nos resultados finais;
- A visão dos sujeitos pesquisados sobre suas experiências;
- A não intervenção do pesquisador sobre o ambiente pesquisado;
- A variação do período, que pode ser de semanas, de meses e até de anos;
- A coleta de dados descritivos, transcritos literalmente para a utilização no relatório.

Sabe-se que a observação participante é uma das bases centrais da investigação em torno do campo etnográfico (COLE, 2005). Dessa forma, a observação participante durante a pesquisa “realizada através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos, tem se tornado uma técnica imprescindível nos estudos do turismo.” (ALVES, 2011, p.606-607). Nesse tipo de técnica, obtêm-se muitos informantes-chaves, pessoas com vivência ampla que retratam elementos fundamentais para construção de uma linha lógica dos acontecimentos.

O método está intimamente relacionado com estudos de caso aprofundados, enfatizando um exame holístico em um cenário particular. As informações coletadas por uma variedade de técnicas são registradas. Um diário ou livro de registro é usado quase sempre para manter registros das observações e das conversações [...] A observação dos participantes envolve duas atividades simultaneamente: participação e coleta de dados (COLE, 2005, p.65).

A possibilidade do pesquisador interagir como membro da população investigada tem a intenção de “ganhar a confiança do grupo, ser influenciado pelas características dos elementos do grupo e, ao mesmo tempo, conscientizá-los da importância da investigação.” (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p.75). Por intermédio dessa técnica, é possível extrair informações que vão além do que é obtido nas entrevistas, já que o pesquisador acaba adquirindo um contato mais próximo e de confiança com os atores que fazem parte do universo estudado, considerando que “as relações do pesquisador no campo influenciarão fortemente a exatidão e a veracidade dos dados coletados.” (COLE, 2005, p.65).

Considerando a proposição de Yang et al. (2013), mesmo não sendo alvo direto da pesquisa, teve-se a preocupação em conhecer os demais elementos que compõem o ciclo turístico, tais como pesquisadores, turistas, empresários e pessoas envolvidas com o setor público, observando a vivência e interagindo com esses de maneira natural. Essa visão holística contribuiu para construção de análise macro, compreendendo vários eixos vinculados ao turismo.

É válido destacar que o envolvimento e imersão do pesquisador no contexto estudado possibilitou interagir com os atores investigados, sendo esses capazes de apontar novos direcionamentos necessários no processo de pesquisa. Por isso, Beeton (2005) esclarece que ao longo do estudo de campo o método pode passar por pequenos ajustes para adquirir maior profundidade, atender a complexidade de relações e as inesperadas informações adicionais.

O estudo, com abordagem qualitativa, teve suporte de pesquisas em fontes secundárias, pautado em dados de trabalhos desenvolvidos em Tibau do Sul e na praia da Pipa, retratando fatos sobre o destino turístico estudado. Contou ainda com visitas *in loco*, durante todo o período de desenvolvimento da pesquisa, englobando os anos de 2014 a 2017, possibilitando melhor dimensionamento da investigação e oportunidade de contato com a realidade local. Destaca-se maior permanência em campo durante os meses de dezembro 2016 a março de 2017, quando foi possível aplicar as técnicas elencadas para coleta de dados primários.

Destaca-se que durante os meses de abril a setembro de 2017, durante período de doutorado sanduíche na Universidade de Lisboa/Portugal, foi possível continuar acompanhando o local de estudo com suporte da ciberetnografia, tendo o recurso das redes sociais como fonte de informações e análise constante do cenário estudado.

A investigação central da pesquisa trata dos recursos de uso comum vinculados ao desenvolvimento do turismo, que tem como consequência a incidência de muitos impactos socioambientais instaurados na praia da Pipa. São tratados sob a ótica dos princípios institucionais de Ostrom, no intuito de encontrar diretrizes de autogestão que possam ser melhor aplicável ao contexto analisado, conforme apresentado a seguir.

3.1 DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DA PESQUISA

Diante a abrangência de possibilidades que envolvem a investigação turística, torna-se necessário ultrapassar o reducionismo de estudar o turismo apenas como atividade econômica (RITCHIE et al., 2005). Por entender que o turismo é “um fenômeno multidimensional e, por isso, pode ser analisado a partir de diversos pontos de vista. Nos estudos turísticos, qualquer metodologia deve ser selecionada em função dos objetivos de investigação e do tipo de análise que o investigador deseja realizar.” (MARUJO, 2013, p.13). Assim sendo, visando alcançar os objetivos delimitados no estudo, foram traçadas algumas etapas metodológicas para conseguir analisar os impactos socioambientais decorrentes da prática intensiva do turismo. Logo, verificar a viabilidade de uma atuação conjunta de atores na busca de um desenvolvimento mais sustentável.

Em um primeiro momento, a pesquisa apresenta uma contextualização histórica das quatro principais fases que envolvem o processo de desenvolvimento turístico de Pipa. Deste modo, entender como se deu o início da atividade e seus desdobramentos, principalmente, a participação da comunidade nesse processo, tendo como recorte temporal de análise o período de 1960 até os dias atuais.

É relevante reconstituir a linha de evolução dessas etapas do turismo, sendo a linha cronológica considerada uma importante ferramenta de informação para detectar o que deixou de ser feito e o que pode ser pensado. Situar-se no passado, para visualizar o presente e o futuro, faz parte da metodologia da tese, justificando assim, a necessidade de estudos interdisciplinares e recursos metodológicos diversos. Como base para coleta de dados primários, utilizou suporte de relatos de vida, documentos pessoais e registros fotográficos que permitiram contrastar o passado com o presente.

Em seguida, para levantamento dos principais impactos sociais e ambientais decorrentes da utilização desenfreada dos recursos naturais relacionados ao turismo, apresenta-se a progressão do conflito. Portanto, foi possível traçar as particularidades do cenário estudado para caracterizar a atual situação e estabelecer possíveis encaminhamentos para melhor gestão do destino. Investigou-se o desdobramento do problema central, o momento em que o conflito surgiu, os participantes envolvidos, produção do espaço por agentes com diferentes interesses que se manifestam sobre os usos dos recursos e suscitaram novas territorialidades turísticas. Dessa forma, tem-se como suporte para análise levantamento bibliográfico, dados secundários, visitas *in loco* e observação participante.

A identificação dos principais impactos sociais e ambientais que envolvem o destino turístico dão sustentação para compreender a situação de maneira geral e auxiliou na reflexão sobre a forma que os bens de uso comum estão sendo utilizados, percebendo a necessidade de entender como se dá a organização dos grupos diante a articulação para a atividade turística.

Compreender o processo de estruturação dos grupos, para detectar como podem se articular de maneira mais planejada com as atividades relacionadas ao turismo, é o direcionamento para o terceiro objetivo específico da pesquisa. Para conhecer as formas de organização social da comunidade pipense, perante a ação coletiva dos recursos de uso comum relacionados ao turismo, foram realizadas visitas *in loco*, observação participante, levantamento das associações e ONG's, ativas e/ou desarticuladas. Dessa forma, foi possível identificar os representantes (lideranças ou empreendedores locais) para serem entrevistados no estudo de campo.

A análise de conteúdo das entrevistas está pautada, em um primeiro momento, na transcrição da fala dos atores investigados. Posteriormente, parte-se para discussão das informações consubstanciado pelo arcabouço teórico como norteador para os resultados apresentados na pesquisa. Hall e Valentin (2005, p.191) esclarecem que “a análise de conteúdo é freqüentemente usada como uma pesquisa complementar em estudos multi-métodos que empregam diversos métodos para aumentar a validade dos resultados.”

No quarto objetivo específico, foram validados os oito princípios institucionais identificados por Ostrom (1990) para análise do conflito socioambiental da praia da Pipa, fazendo uma relação entre os aspectos apontados pela pesquisadora e as características da realidade local. Buscou-se então, ver a aplicabilidade dos princípios institucionais de Ostrom no contexto turístico em Pipa, no intuito de ultrapassar impasses atuais e conseguir avançar no sentido de uma cooperação dos usuários voltados a manutenção/preservação dos bens comuns.

Para viabilizar os resultados do objetivo supracitado, têm-se no arcabouço teórico de Ostrom (1990,1999 e 2009) os direcionamentos a serem investigados, contando com auxílio de visitas *in loco*, observação participante, análise documental, entrevistas semiestruturadas com moradores representados por lideranças e empreendedores locais.

A avaliação quantitativa e qualitativa dos princípios de Ostrom para o SSE estudado-Pipa deu-se com base no estudo de Gari et al. (2017), no qual foi usada a pontuação de 0 a 1 para identificar a frequência ou ausência de princípios de governança de Ostrom, em estudos de caso aplicados em todo o mundo. Os valores foram intuitivamente atribuídos a essas opções (RP = 0,25; SP = 0,5; MP = 0,75), excluindo-se Nenhum Dado (ND) e Não Aplicável (N / A), tem-se então, a seguinte referência:

- Ausente (A): 0 (falhou)
- Raramente Presente (RP): 0,25 (frágil)
- Às vezes Presente (SP): 0,5 (fraco)
- Maioria das vezes Presente (MP): 0,75 (bem sucedido)
- Presente (P): 1

Enfim, partindo do princípio que o destino turístico foi intensamente explorado sem preocupação ambiental e encontra-se em fase de estagnação, torna-se crucial fazer-se um planejamento multidimensional. Com suporte das ferramentas, levantadas em campo, disponibiliza-se encaminhamentos de autogestão para que a própria comunidade possa gerir, de forma coletiva, os recursos de uso comum intrinsecamente relacionados à atividade turística, correspondente ao último objetivo delineado na pesquisa.

Com base no entendimento sobre questões fundamentais que culminaram no surgimento e desenvolvimento do conflito, aponta-se às iniciativas locais como aliados para o desenvolvimento do destino turístico. Logo, contribuir para diminuir as discordâncias e fortalecer as estratégias que favoreçam a gestão dos recursos de uso comum, com encaminhamentos de alternativas para minimização do conflito e disponibilização de mais opções para o planejamento sustentável da atividade turística. Assim, será apresentado no quadro 4 um esquema resumo das etapas e principais abordagens utilizadas para alcançar os objetivos propostos.

Quadro 4- Esquema das etapas e procedimentos

<p align="center">“Analisar os conflitos socioambientais relacionados à utilização dos recursos de uso comum (<i>common-pool resource</i> – CPR) pelo turismo em Pipa- Tibau do Sul/RN, à luz dos princípios de Ostrom (1990), visando disponibilizar alternativas de autogestão para melhor condução do desenvolvimento mais sustentável do destino”</p> <p align="center">↓</p>		
OBJETIVOS	PRESSUPOSTOS	RECURSOS
1- Entender o papel e participação da comunidade na atividade, por meio da contextualização histórica do processo de desenvolvimento turístico de Pipa até os dias atuais;	Diagnóstico do local de estudo com construção de linha cronológica do passado para situar o presente e futuro, contextualizando as fases de desenvolvimento turístico de Pipa-RN, desde seus primórdios (década de 1960), passando pelo momento do <i>boom</i> turístico e o contexto atual, para entender como a comunidade se inseriu e faz parte da atividade turística.	-Levantamento bibliográfico (GONÇALVES, 2010; BRANDÃO, 2013; ALEDO et al., 2013; SILVA, 2011; ARAÚJO, 2002; AIRES, 2012; XAVIER, 2008; SOARES, 2013, GRANDE, 2009) - Dados secundários - Documentos pessoais - Registros fotográficos
2-Investigar a evolução/progressão do conflito socioambiental, decorrente do processo de utilização dos recursos de uso comum relacionados à atividade turística na praia da Pipa;	Entender como a atividade se fixou sem maior controle pelos órgãos administrativos em detrimento da vida dos habitantes locais, e como decorrência, as principais contradições que visualiza-se na realidade contemporânea. Com isso, perceber posições, interesses e necessidades dos atores envolvidos e delinear a progressão do conflito até os dias atuais.	-Levantamento bibliográfico (PIGNATELLI, 2010; MAYER, 2000; CAP-NET, 2008; SUÁREZ et al., 2015; VARGAS, 2007; CARPIO e MENESES, 2006; BOB e BRONKHORST, 2010) - Dados secundários - Visitas <i>in loco</i> - Observação participante
3- Compreender as formas de organização social da comunidade pipense perante a ação coletiva dos recursos de uso comum;	Detectar formas de organização social como alternativa para estruturação e planejamento mais sustentável do turismo, tendo como base o desenvolvimento endógeno e a participação ativa da comunidade.	- Visitas <i>in loco</i> - Levantamento das associações e ONG's ativas e/ou desarticuladas - Observação participante - Entrevistas semiestruturadas com moradores (lideranças e empreendedores locais-relacionados com associações/ONG's e/ou grupos turísticos)
4- Verificar a aplicabilidade dos princípios de goernança de Ostrom como mecanismo para análise do contexto turístico em Pipa, no intuito de vencer os obstáculos atuais em prol de uma cooperação voltada aos bens comuns;	Empregar os princípios institucionais de Ostrom (1990) na análise do contexto socioambiental e turístico de Pipa, buscando compreender como se dá a gestão dos recursos de uso comum. Considerar estratégias de desenvolvimento de acordo com as características locais no que condiz ao planejamento da atividade turística.	- Levantamento bibliográfico (OSTROM, 1990,1999 e 2009; DIETZ et al., 2003; SIMÕES et al., 2011; YU et al., 2016; NAGENDRA et al., 2014; PÉREZ, 2014; VOLLAN e OSTROM, 2010). - Visitas <i>in loco</i> - Análise documental - Entrevistas semiestruturadas com moradores (lideranças e empreendedores locais-relacionados com associações/ONG's e/ou grupos turísticos) - Observação participante - Síntese dos princípios no SSE

		estudado (GARI et al., 2017)
5- Fornecer diretrizes para uma autogestão pautada nas atividades vinculadas ao turismo, partindo de “iniciativas locais” como alternativa para reestruturação e planejamento mais sustentável do turismo.	Pautado na investigação realizada e na validação dos princípios de Ostrom, propor estratégias de autogestão e atuação participativa da comunidade. Assim, contribuir para novos direcionamentos na gestão dos recursos de uso comum na praia da Pipa, voltados ao desenvolvimento mais sustentável do turismo.	- Análise documental - Entrevistas semiestruturadas com moradores (lideranças e empreendedores locais-relacionados com associações/ONG's e/ou grupos turísticos) - Observação participante - Implicações das abordagens e técnicas aplicadas na pesquisa

Fonte: Elaboração própria.

A escolha dos princípios de Ostrom foram definidos como delineadores da pesquisa, em função do significativo arcabouço teórico deixado pela autora. Tem destaque na academia em decorrência das “abordagens transversais aos diferentes objetos e enfoques da sociologia ambiental, como inspiradoras de novas formas de compreender a auto-organização de comunidades locais ou usuários de recursos naturais renováveis e coletivos de diferentes ecossistemas.” (BERNADINO, 2014, p.95).

Em relação à utilização dos princípios de Ostrom, Totti e Azevedo (2013, p.45) expõe que:

No sistema de recursos de uso comum qualquer intervenção sofrida, melhoria ou degradação pode, a princípio, atingir a todos os seus usuários de forma simultânea. Pensando em termos de ganhos, todos se beneficiam com a melhoria da qualidade do sistema (isto é, um “jogo de soma positiva”) ou, em caso de degradação, todos perderiam (isto é, “jogo de soma negativa”), ainda que de maneira diferenciada; havendo ou não contribuído, respectivamente, para este ganho ou perda.

Os dados levantados são investigados no sentido de validação dos princípios de governança de Ostrom como mecanismo para sugerir estratégias de autogestão dos recursos de uso comum vinculados ao turismo, com ênfase na possibilidade de traçar alternativas mais viáveis ao desenvolvimento turístico de Pipa, centrado nas representações locais. Os princípios de Ostrom podem então, disponibilizar alternativas sobre possíveis encaminhamentos para melhoria no uso dos recursos coletivos (CHOW e WEEDEN, 2012).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES PESQUISADOS

Tem-se como universo da pesquisa moradores de Pipa, pessoas representativas na atividade turística, ligados aos setores de restauração, artesanato, lazer, hospedagem, eventos, meio ambiente, ONG's, pesquisadores.

Assim, foram delimitados como alvo do estudo, lideranças e/ou empreendedores locais, relacionados com associações/ grupos e/ou ONG's, incluindo nativos e forasteiros considerados cidadãos pipenses pelos longos anos de vivência na praia.

A pesquisa passou pela análise e aprovação do comitê de ética em pesquisa (CEP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - Hospital Universitário Alcides Carneiro (HUAC), autorizando a condução do estudo.

De tal modo, a fase empírica do trabalho pode ser apresentada por dois grupos, sendo constituídos por 40 pessoas em sua totalidade:

- **GRUPO 1**

A primeira parte da pesquisa envolve o reconhecimento intensivo do campo, por meio de relatos orais, onde optou-se pelas entrevistas de vida com os antigos nativos que apresentam a história viva de Pipa e forasteiros fixados há muitos anos na localidade. Nessa etapa, por meio de observação participante foi possível empregar o método etnográfico, sendo os depoimentos verbais captados utilizando bloco de anotações e análise reflexiva. No total, ouviu-se 20 pessoas, em sua grande maioria, constituídos de nativos, com direcionamentos de questionamentos não estruturados, sendo formulados instantaneamente pela pesquisadora, dependendo das características de envolvimento e áreas de atuação dos sujeitos.

Com isso, além das análises sobre a contextualização turística do destino, entendeu-se também fatos importantes para compreender os principais impactos socioambientais, as relações conflituosas envolvendo poder público, privado e a própria comunidade.

Vale ressaltar que todos os investigados da pesquisa terão a identidade resguardados, seguindo rigorosamente as orientações do comitê de ética em pesquisa. Por isso, o quadro 6 será apenas ilustrativo com a denominação da letra "N" (nativos) e "F" (forasteiro) como prefixo, seguido de ordem numérica, para reconhecimento do mapeamento etnográfico dos autores apontados ao longo da análise.

Quadro 5- Identificação dos investigados no mapeamento etnográfico

IDENTIFICAÇÃO ADOTADA NA PESQUISA PARA RELATOS ORAIS			
NATIVOS		FORASTEIROS	
N1	Nativo (a)	F1	Forasteira (30 anos vivendo em Pipa)
N2	Nativo (a)	F2	Forasteira (5 anos vivendo em Pipa)
N3	Nativo (a)	F3¹	Forasteira (50 anos frequenta Pipa)
N4	Nativo (a)	F4	Forasteira (15 anos vivendo em Pipa)
N5	Nativo (a)	F5	Forasteira (13 anos vivendo em Pipa)
N6	Nativo (a)	F6	Forasteira (15 anos vivendo em Pipa)
N7	Nativo (a)	F7	Forasteira (10 anos vivendo em Pipa)
N8	Nativo (a)	F8	Forasteiro (30 anos vivendo em Pipa)
N10	Nativo (a)		
N11	Nativo (a)		
N12	Nativo (a)		

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, superada essa etapa, foram identificados os demais atores (grupo 2) que fariam parte da próxima fase empírica.

• GRUPO 2

A segunda etapa direcionou para a realização de entrevistas semiestruturadas com a amostragem selecionada, notadamente, moradores considerados atuantes/lideranças nas causas turísticas, ambientais, sociais e culturais.

Para compor a totalidade dos atores, inicialmente foram entrevistados os nomes apontados na fase etnográfica. Em seguida, os próprios investigados sugeriam outros membros relevantes para serem analisados no contexto turístico de Pipa, totalizando 20 entrevistados.

Mantêm-se o anonimato em consonância com as exigências do Comitê de Ética da Pesquisa. Portanto, para os entrevistados, a denominação dá-se pela letra “E”, como prefixo, seguido pela ordem numérica, conforme apresentado no quadro 6.

¹ F3 se apresenta como uma antiga veranista que frequenta Pipa há 50 anos e na atualidade, também é moradora da localidade.

Quadro 6- Caracterização dos atores entrevistados na pesquisa

IDENTIFICAÇÃO NA PESQUISA	PROFISSÃO	NATURALIDADE	TEMPO DE MORADIA EM PIPA	TIPO DE REPRESENTAÇÃO
E1	Empresário (a)	São Paulo- SP	6 anos	ONG
E2	Empresário (a)	São Paulo- SP	28 anos	Associação
E3	Empresário (a)	Caicó- RN	8 anos	Associação
E4	Produtor cultural	Rio de Janeiro- RJ	30 anos	ONG
E5	Biólogo (a)	São Paulo- SP	10 anos	Projeto ambiental/ Associação
E6	Ambientalista	Belo Horizonte- MG	17 anos	ONG
E7	Vendedor (a) e estudante	Pipa- RN	35 anos	Associação
E8	Administrador (a)	São Paulo- SP	12 anos	Empreendedor local do turismo/ associação
E9	Produtor (a) cultural	Estrangeiro (Itália)	12 anos	ONG
E10	Publicitário (a)	Rio Grande do Sul- RS	19 anos	Empreendedor local/ ONG
E11	Psicólogo (a)	São Paulo- SP	8 anos	ONG
E12	Turismólogo (a)	Parelhas- RN	13 anos	Empreendedora local/ Liderança comunitária
E13	Professor (a)	Pipa- RN	56 anos	Liderança comunitária
E14	Artista Plástica	Rio de Janeiro- RJ	15 anos	Associação
E15	Empresário (a)	São Paulo- SP	36 anos	Empreendedor local/ Organização turística
E16 ²	Educador (a)	Tibau do Sul- RN	27 anos	ONG
E17	Artista Plástico	Recife- PE	14 anos	Associação
E18	Empreendedor (a) individual	Portugal	18 anos	Associação
E19	Biólogo (a)	São Paulo- SP	20 anos	ONG
E20	Jornalista	Rio de Janeiro- RJ	14 anos	ONG

Fonte: Elaboração própria.

Finalizado o processo de coleta de dados em campo, passou-se a fase de transcrição das entrevistas, identificação das categorias de análise, apresentação e discussão dos resultados dispostos.

² E16 mencionou que frequenta a praia da Pipa desde criança.

PARTE III: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

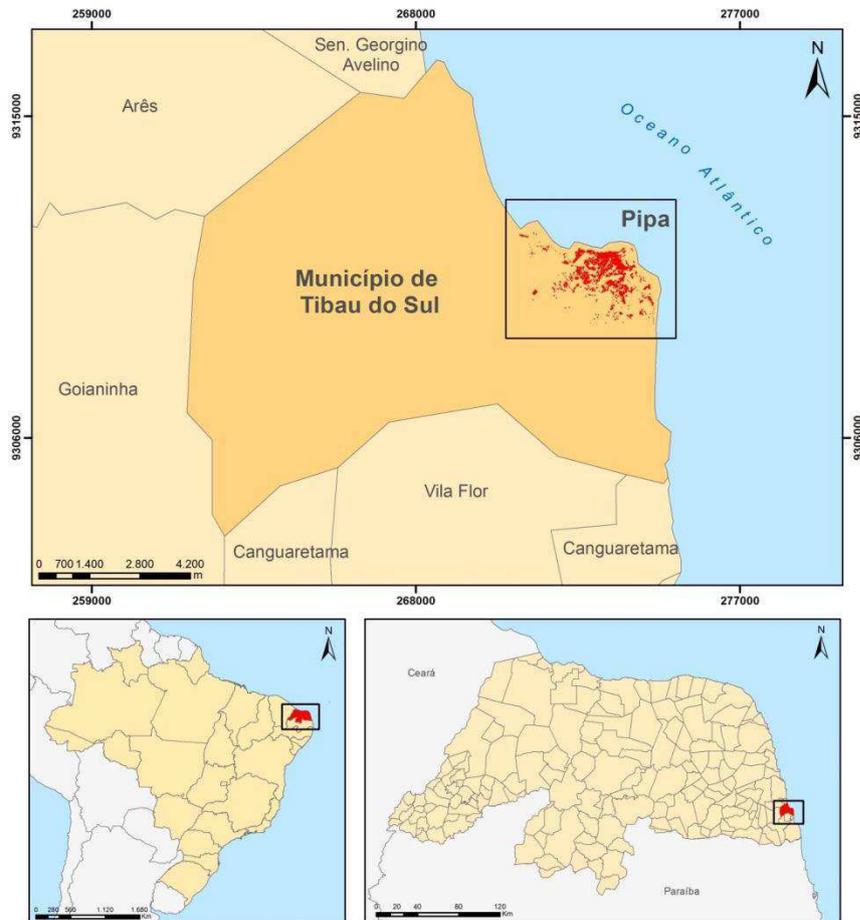
4 TURISMO E OS IMPACTOS EM PIPA- TIBAU DO SUL/RN: O ESTUDO DE CASO

Conflitos de ordem social, cultural, ambiental, econômico e político geralmente refletem algum grau de incompatibilidade entre sociedades e autoridades locais. O turismo pode estimular o desenvolvimento de aspectos tradicionais, e na medida do progresso da atividade, as comunidades locais acabam se beneficiando de diversas formas, com melhorias em infra-estrutura, oferta de empregos, conservação de alguns locais históricos (HAIJA, 2011). Todavia, na maioria das vezes também é acompanhado por invasão de desbravadores das belezas naturais, especulação imobiliária, aumento das condições de moradia, exclusão do processo de desenvolvimento turístico, destruição dos recursos ambientais, entre outros aspectos negativos.

No intuito de preservar a biodiversidade e controle ecossistêmico, o art. 2 do código de meio ambiente de Tibau do Sul (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL, 2008, p.6) delimita os bens naturais de interesse, sendo: “as praias; dunas; falésias; aquíferos; matas ciliares; o ar; o conforto sonoro; biodiversidade; recifes de corais e de arenito; áreas de desova de tartarugas marinhas; aves silvestres locais e os animais cetáceos marinhos; campos dunares; laguna de guaraíras; Chapadões.”

A presente pesquisa se propõe estudar um destino consolidado de turismo litorâneo no Brasil, a praia da Pipa, pertencente ao município de Tibau do Sul, distante cerca de 80km de Natal, capital do Rio Grande do Norte (Mapa 1). O acesso à Pipa acontece pela BR 101 e RN 003. Tem uma população estimada de 13.895 pessoas para o ano de 2017, integrando além da sede municipal, os distritos de Pipa e Sibaúma, dentre as outras comunidades que fazem parte da delimitação de Tibau do Sul: Piau, Bela Vista, Manimbu, Umari, Cabeceiras, Munim e Pernambuco (IBGE, 2010). O abastecimento de água à população de Tibau do Sul /RN, compreendendo a praia da Pipa, acontece por meio da exploração de poços tubulares, pertencente à Bacia Hidrográfica Jacu (CAERN, 2016, p.2).

Mapa 1- Localização de Pipa/RN, Brasil



Fonte: Nunes (2016, p.100).

Regularmente a praia da Pipa tem sido eleita por revistas, blogs e sites especializados em turismo (Tripadvisor, Guia Quatro Rodas, Viagem e turismo, Exame, Melhores Destinos) como uma das 10 praias mais bonitas do Brasil.

Em decorrência de suas belezas naturais, o destino apresenta uma característica peculiar, a fixação de turistas que tornaram-se novos moradores e empresários locais, contribuindo para mudanças no cenário da antiga vila de pescadores.

Com a chegada dos novos residentes e estruturação turística para receber os visitantes, surgiram também novas questões problemáticas, tais como: aumento do número de turistas sem estudo da capacidade de carga, degradação ambiental, afastamentos dos autóctones em detrimento dos novos moradores com maior poder aquisitivo, reordenamento territorial com os empreendimentos inovadores tomando o lugar das moradias dos nativos, suscitando novas relações de poder.

“Tá crescendo muito, uma cidade que era de férias, que era de veraneio, e tá se tornando uma cidade para ficar rica ou para ganhar muito dinheiro, e era uma

cidade que eu vinha para passar as férias e descansar, ou os alternativos virem aqui viver uma vida alternativa desde os hippies, os músicos, os artistas, mas junto vem também os empresários, com eles vem o desejo de vender o paraíso, num é?!” (Depoimento de E20).

O domínio de agentes hegemônicos do turismo que se apropriaram e controlam destinações com grande potencialidade turística, como a praia da Pipa, suscitou discórdias com o grupo político local que além de detentores do poder, eram os antigos controladores da atividade econômica. Incluindo ainda, a população local que também faz parte de toda conjuntura formada, conduzindo assim, a antagonismos em relação à utilização dos recursos de uso comum.

Fotografia 1- Vista aérea da praia da Pipa/RN



Fonte: Arquivo digital do @pipafotos, autoria de Gustavo Mitilene Cordeiro (Besouro Branco, 2017).

Em consonância com o Plano Nacional de Turismo (PNT), poderia ser mais evidente o apoio ao desenvolvimento das regiões turísticas, com promoção do planejamento e execução dos planos estratégicos (BRASIL, 2013-2016). Nessa conjuntura, há o fortalecimento da praia da Pipa como destinação turística de significativa importância. No entanto, paralelamente, intensifica-se um conflito de ordem socioambiental em meio ao cenário local, com reflexos que atingem a localidade, moradores, setor público, privado e o meio ambiente.

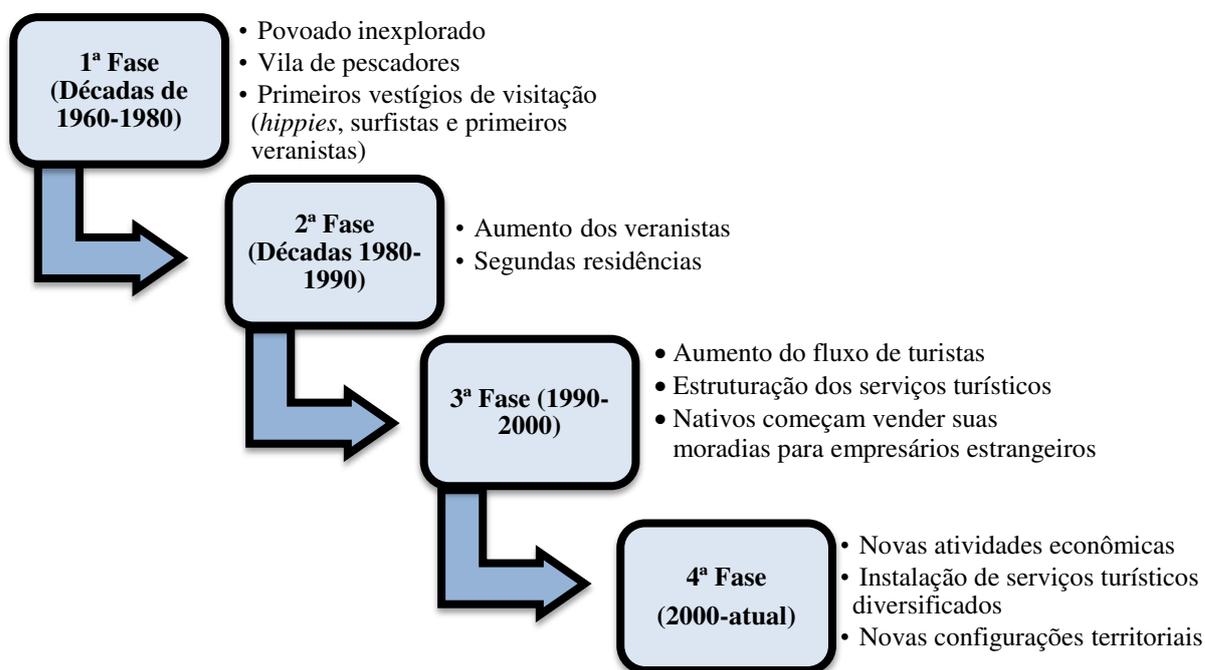
4.1 DESENVOLVIMENTO DAS FASES DA DESTINAÇÃO TURÍSTICA

Ao tratar do desenvolvimento turístico em Pipa/RN- Tibau do Sul é possível traçar uma segmentação em fases, para melhor compreensão dos caminhos traçados até o cenário atual. Vasconcelos e Coriolano (2008, p.263) relatam que para analisar os impactos socioambientais, é importante compreender “previamente a história da ocupação, dos modos de vida local, do conhecimento e da percepção dos atores locais, antes da chegada da atividade turística, para que possamos comparar como era antes com o que somos agora.”

Em campo, procurou-se realizar um trabalho etnográfico na intenção de averiguar a percepção dos nativos sobre a introdução do turismo na antiga vila de pescadores, buscando compreender como estão inseridos na atividade e entender as principais transformações socioespaciais que a destinação vem passando ao longo dos anos. Com isso, foi possível tomar nota dos depoimentos e extrair análises significativas sobre o processo turístico na praia da Pipa, desde seus primórdios.

É válido ressaltar, que a observação participante possibilitou também o convívio com gestores públicos, empresários e turistas, ampliando a abordagem e entendimento sobre a temática discutida. Assim, pode-se distinguir quatro importantes fases do desenvolvimento turístico de Pipa que são detalhadas (Figura 9) para melhor entendimento da trajetória inicial até o cenário atual que tem suscitado conflitos de interesses.

Figura 9- Fases de desenvolvimento turístico de Pipa- Tibau do Sul/ Brasil



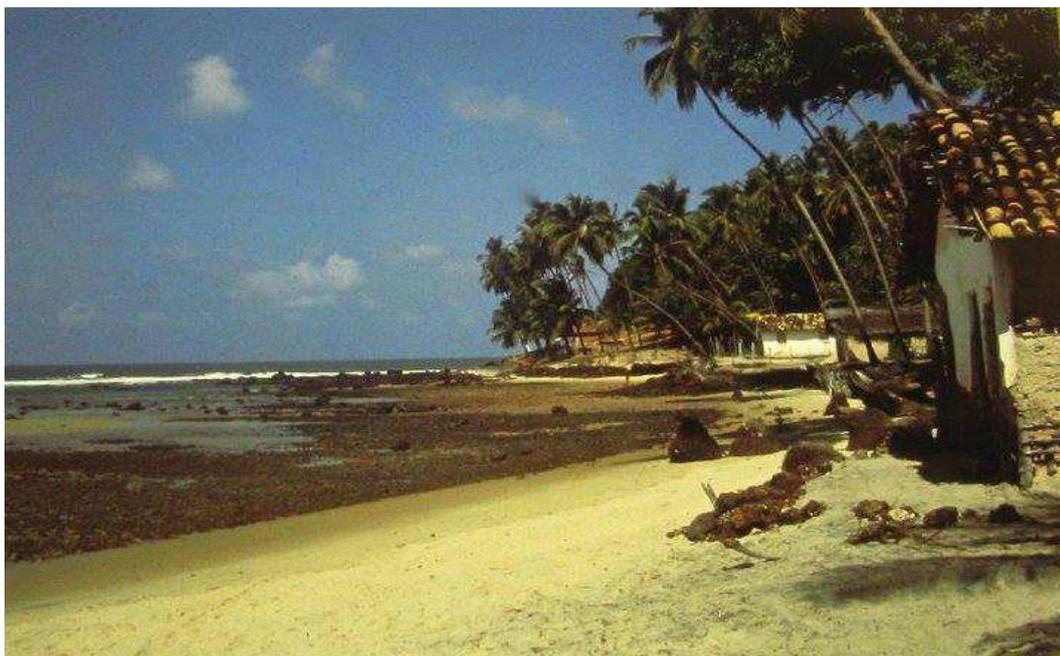
Fonte: Elabora o própria.

4.1.1 Primeira fase

A primeira fase remete as décadas de 1960-1980 quando o povoado inexplorado passa a ser alvo de visita o de aventureiros, *hippies* e surfistas em busca de beleza exótica e natureza exuberante.

Nesse período, Pipa caracterizava-se como verdadeira vila de pescadores, tendo a pesca, a agricultura e o artesanato como principais atividades econômicas. As casas eram simples, ruas sem pavimenta o, difícil acesso e as praias quase desertas.

Fotografia 2- Vila de pescadores da Pipa em 1979



Fonte: Museu Digital da Pipa- acervo de Alberto Alves (2014).

De acordo com Gonçalves (2010, p.16), nesse momento inicial é possível constatar que os primeiros turistas foram os surfistas, “quando se verificava uma integração entre visitante e o residente, marcado por relações não-mercantis, nas quais os aventureiros se hospedavam nas casas dos pescadores e a área era totalmente territorializada pelos moradores locais.”

As belezas naturais despertaram interesse de muitos visitantes, que inicialmente se instalavam nas próprias casas dos pescadores, por não haver estabelecimentos de hospedagem. Segundo relato de uma nativa (N1), considerada a primeira a receber surfistas em sua residência, na época, não tinha consciência dos serviços turísticos que estava ofertando, tais como hospedagem domiciliar e preparo das refeições para os turistas, apenas praticavam as ações como um gesto de acolhimento, discorrendo que:

“Depois dos surfistas, começaram a chegar os ônibus de gente para fazer piquenique e essas pessoas também almoçavam na minha casa (entre 20 e 30 pessoas). A fama da praia foi aumentando devido a divulgação boca-a-boca entre os surfistas e depois foi ganhando dimensão. A antiga residência atualmente funciona um restaurante que pertence a família. Assim, ela julga-se como uma das primeiras cozinheiras de Pipa a fazer comida para os visitantes. Narrou a história dela desde que chegaram os primeiros surfistas.” (Depoimento de N1).

Diante do exposto, percebe-se que passados alguns anos é que tais atividades deixaram de ser informais e passaram a ser vislumbradas como negócio, enverando algumas famílias para empreender no segmento de restauração.

Mesmo que de maneira involuntária, o acolhimento dos nativos com os primeiros turistas fez uma diferença como fator de atratividade, tendo além das características naturais encantadoras, as oportunidades de acolhimento e contato amigável com aqueles que chegavam para desbravarem o destino.

“Eu já vinha antes quando não vinha ninguém. Eu conheço Pipa desde os anos 60 que eu já vinha com meus pais quando era criança. Aí o meu conhecimento aqui sempre era assim de vim. E na adolescência eu namorei um sufista e isso me fez vim muita vezes com ele e criei afinidade pela cidade, pelo lugar, pelas pessoas e foi isso.” (Depoimento de E12).

O nativo (N2) relatou as lembranças de quando chegaram os primeiros turistas, especificamente veranistas. Essas pessoas vinham principalmente de Goianinha (políticos, juízos, advogados) e adquiriram um respeito e admiração muito grande dos nativos, que acabavam convidando para apadrinhar e até escolher os nomes dos seus filhos.

Os nativos recebiam com hospitalidade os veranistas que habitavam o vilarejo, notadamente entre os meses de dezembro e fevereiro, e sempre os prestigiavam com mimos do lugar (frutas, farinha, verduras) e também eram presenteados com artigos trazidos pelas famílias. Nessa época, também havia uma relação amistosa entre visitantes e visitados, onde os veranistas com maior poder aquisitivo contribuía com as famílias menos favorecidas e os ajudavam de maneiras diferentes. Ofertavam empregos temporários, alimentos e até mesmo, ouviu-se relatos de doação de terras de veranistas para nativos que viviam em condições financeiras muito precárias:

“Os veranistas quando chegavam para passar suas férias traziam oportunidades de emprego (ajudantes, cozinheira, caseiro) para os locais.” (Depoimento de N3).

“Lembro que foi um veranista que deu um terreno para meu pai na beira da praia para viver com minha família (e quando morreu, a mãe vendeu e comprou outro lote mais afastado da praia). A miséria era grande, muito difícil sobreviver. Talvez por isso, os veranistas ajudavam os nativos, seja com empregos ou donativos que deixavam para os ajudantes quando iam embora.” (Depoimento de N4).

De acordo com a pesquisa de campo é notável a influencia de famílias tradicionais de Goianinha (antiga sede municipal de Pipa), que tinham a praia como seu reduto para prática de atividades de lazer nos períodos de férias. Detinham a posse das propriedades mais

luxuosas da localidade na época, sendo as casas de veraneio as principais opções para amigos que frequentavam o local.

Segundo alguns nativos, os primeiros veranistas demonstravam uma posição de superioridade diante os nativos, que acabavam sendo tratados de maneira diferenciada e ficavam acanhados perante os visitantes.

“Recorda que ainda adolescente, foi embora de Pipa para estudar em Natal, e lembra-se do preconceito que sofreu dos veranistas, que se sentiam superiores. Enfrentava as críticas e dizia que iria estudar no mesmo lugar que eles também estudavam.” (Depoimento de N6).

Conforme verificado em campo, poucos jovens nessa época tinham a oportunidade de migrar de Pipa para estudar em Natal, capital do estado. As dificuldades eram enormes, os nativos viviam em condições financeiras muito inferiores aqueles que veraneavam em Pipa, mas isso não permitiria a falta de respeito pelos jovens locais. Nos relatos orais, ficou evidente as lembranças de como os filhos dos poderosos agiam para atingir com palavras e gestos os jovens nativos filhos de famílias humildes.

Passados alguns anos, esses visitantes começam a se apropriar do espaço, comprando terrenos e construindo suas imponentes casas de veraneio na beira mar, contrastando com a arquitetura principal, constituída na maioria das vezes, por casas de palha e cabanas.

Um nativo (N6) recorreu a história para explicar que Tibau do Sul foi desmembrado de Goianinha, por volta da década de 1960, momento em que Pipa começou a ter mais autonomia, já que as famílias tradicionais de Goianinha tinham a localidade como seu reduto, uma praia “deles”. De fato, percebe-se a influência muito forte desses veranistas, já que as casas mais imponentes e bem localizadas da praia do centro até hoje pertencem aos descendentes dessas famílias.

Com o desbravamento da vila de pescadores para a atividade turística, foi um fato corriqueiro a venda das casas e terrenos para os estrangeiros, logo no início da chegada dos primeiros veranistas e surfistas. Essa comercialização aconteceu de maneira banal, sendo narrado como se dava muitas comercializações de terrenos, hoje supervalorizados.

“Meu sogro já foi dono de muitas terras, mas antigamente os nativos não sabiam como lidar com o assédio e não imaginavam a valorização que estava por vir, por isso, trocavam terrenos por coisas de baixo valor.” (Depoimento de N1).

Nessa época, os nativos foram facilmente seduzidos porque não tinham ideia da potencialidade turística que Pipa iria alcançar em anos vindouros, demonstrando a maneira exploratória que o turismo começou a ser inserido. Um nativo, jovem liderança da Pipa, que desde criança está envolvido com os projetos sociais, ambientais e de cunho turístico, reconhece que:

“Foi o turista que os fez despertar para as belezas do local, o que eles achavam comum tinha um valor diferenciado como patrimônio, “abrindo os olhos” dos nativos para as características turísticas do lugar, despertando assim, para valorização dos bens e atrativos naturais.” (Depoimento de N2).

Ainda de acordo com a percepção do nativo supracitado, mesmo fazendo parte da mesma localidade, Pipa e Tibau do Sul apresentam características muito distintas, e por isso:

“Considera que Pipa teve mais destaque como destinação turística, atribuindo a receptividade e hospitalidade como diferencial, sendo mais forte em Pipa.” (Depoimento de N2).

Alguns relatos destacaram uma relação amistosa entre Pipa e Tibau de Sul (sede municipal), mas afirmam que a população de Pipa apresentou uma postura mais hospitaleira para o turismo, talvez por isso, tenha adquirido uma representatividade maior que a própria sede municipal.

4.1.2 Segunda fase

É possível destacar que “o fluxo turístico trouxe a essas comunidades receptoras um grande número de visitantes que se identificou com estes lugares, e que passou a frequentá-los com mais assiduidade.” (VASCONCELOS e CORIOLANO, 2008, p.266). Aos poucos, ainda na década de 1980, percebe-se um aumento acentuado do número de veranistas, instalação de segundas residências e relatos das primeiras transformações socioespaciais. A comunidade começa então a ser beneficiada com algumas melhorias que iriam contribuir para mudanças significativas, tais como foi destacado em um relato:

“O momento que chegou energia elétrica na praia (1980) e os benefícios advindos com esse marco.” (Depoimento de N3).

Gradativamente, a praia da Pipa passou a ser escolhida como destino de veranistas e turistas, concretizando um fluxo de visitante mais acentuado. Nesse momento, caracterizado na pesquisa como 2ª fase, as casas de veraneio passaram a ser as principais opções de hospedagem para turistas que sempre frequentavam o local.

Assim, Pipa passa a ser visitado pelos veranistas que começam a compartilhar o território dos nativos, com a propagação das casas de veraneio. As belezas naturais despertam o interesse de empresários, que passaram a enxergar o fluxo de visitantes como possibilidade de novos negócios (GONÇALVES, 2010). Nesse sentido, Brandão (2013, p. 175) destaca que “entre as décadas de 1980 e 1990, consolidou-se a prática da segunda residência em Pipa, cujos imóveis eram negociados, na maioria dos casos, para antigos visitantes estrangeiros e de outros estados do Brasil.” É possível destacar que:

A grande maioria dos projetos do turismo residencial depende fortemente da apropriação privada da paisagem e dos recursos naturais; dunas, lagoas, rios, praia e restingas precisam ser envolvidos no interior dos empreendimentos, pois o “turista residencial” necessita ter um contato direto com esses ativos; qualquer projeto que não incorpore esses elementos no seu portfólio irá perder em competitividade (SILVA, 2010, p.189).

Em conformidade com E19, os nativos já deslumbravam possíveis negócios e optaram por vender suas casas nas áreas mais nobres e migrar para a região mais afastadas, nas proximidades da mata. Por isso, os poucos moradores que não foram seduzidos e permanecem vivendo na rua principal, são vistos como símbolo de resistência.

Em decorrência de tais características, as áreas de belezas naturais privilegiadas começam a ser redefinidas para o mercado imobiliário, ampliando os desajustes ambientais e sociais. Tratando sobre turismo residencial (TR), Aledo et al. (2013, p.4), convidam a pensar:

Sobre o espaço social e a economia política do lazer juntamente com representações e ideologias que o justificam. O estudo da produção da relevância do TR- as residências, as infra-estruturas e serviços anexos- não pode ser reduzido a um enfoque meramente técnico destinado a maximizar a eficiência do produto ou seu ordenamento no espaço.

Vários entrevistados forasteiros relembram o momento que conheceram Pipa, ainda nas décadas de 1980 e 1990 e decidiram se fixar:

“O povo era hospitaleiro demais e eu me apaixonei [...] Então foi criando um vínculo de bem querer com o lugar, um lugar maravilhoso, paradisíaco mesmo, que imagina isso com mais vamos dizer originalidade né, era muito legal, muito tranquilo. Aí passei 1 ano, 2 anos aqui, quando eu comprei esse espaço aqui, só uma birosquinha e botamos um restaurante aqui, primeiro bar restaurante da Pipa foi

meu, assim com esse foco dos estrangeiros, pessoas de fora né, na década de 80.” (Depoimento de E4).

Na praia da Pipa, Araújo (2002) pondera que na mesma proporção que ocorreu a ocupação dos trechos pelos empreendimentos turísticos, vai dando-se também a erradicação da vegetação local para dar espaço às aspirações do mercado.

Em algumas destinações brasileiras, percebe-se os empreendimentos turísticos se estruturando em decorrência de uma demanda que começa a tomar forma. Ou seja, a partir do momento em que se constata o aumento da procura de visitantes em determinados lugares ou atrativos específicos, a iniciativa privada passa a enxergar a situação como oportunidade de mercado, idealizando estruturas que serão fundamentais para dar suporte ao turismo.

“A Pipa cresceu sem planejamento. Começou pela vila de pescadores e foi chegando os surfistas e foi se hospedando na casa de um morador porque aqui não tinha pousada, não tinha hotel, as pessoas que faziam comida eram daqui e essas pessoas foram acolhendo os surfistas e eles foram levando o nome de Pipa para o resto do país e do mundo, e foi assim que foi vindo essa demanda toda.” (Depoimento de E13).

O problema é que na maioria das vezes, o mercado turístico se estrutura de maneira desorganizada, priorizando a mão de obra barata e/ou serviços de familiares como artifício para sustentação dos estabelecimentos.

Em alguns casos, percebe-se notadamente a falta de qualificação e o despreparo para manutenção desses equipamentos, além de dificuldades financeiras, talvez por isso, poucos nativos conseguiram ter espaço nos negócios turísticos. Em um primeiro momento, o nativo foi absorvido, mesmo sem preparo, pelo mercado de trabalho, mas à medida que o destino foi progredindo e atraindo mais pessoas de fora, em sua maioria, capacitados, os nativos foram gradativamente excluídos dos postos de trabalho.

“Alguns próprios empresários cederem capacitações conjuntas porque ele vai depender dessa mão de obra, só tinha essa mão de obra. Só que depois que a cidade começa a desenvolver, começa a atrair outras pessoas porque agora já tem uma cara de cidade, o que necessita, o básico para morar lá.” (Depoimento de E11).

A população nativa acaba tendo grande dificuldade de participar desse processo, conforme analisado por Aledo et al. (2013, p.15-16) no qual os residentes em Pipa tem “uma participação cidadã fraca, falta de capital econômico que os impede de competir com o capital

nacional e internacional e falta de formação e empreendedorismo confinando-os a posições subalternas e os baixos salários dentro de turismo.”

Em campo, foi possível constatar poucos nativos que se destacam nos negócios turísticos como N3:

“Que nasceu e cresceu em Pipa e hoje é proprietária, junto com o esposo, de uma barraca de praia, restaurante e pousada com 10 chalés.” (Depoimento de N3).

“Em meio a uma situação muito precária, vislumbrou a chegada dos visitantes como oportunidade de negócio, começou a vender cocada e assim, passou a ter uma renda melhor e vida mais tranquila financeiramente. Até hoje continua com a mesma atividade, mas a filha quem comercializa diretamente nas areias da praia, tendo uma freguesia muito boa em virtude da qualidade do seu produto.” (Depoimento de N4).

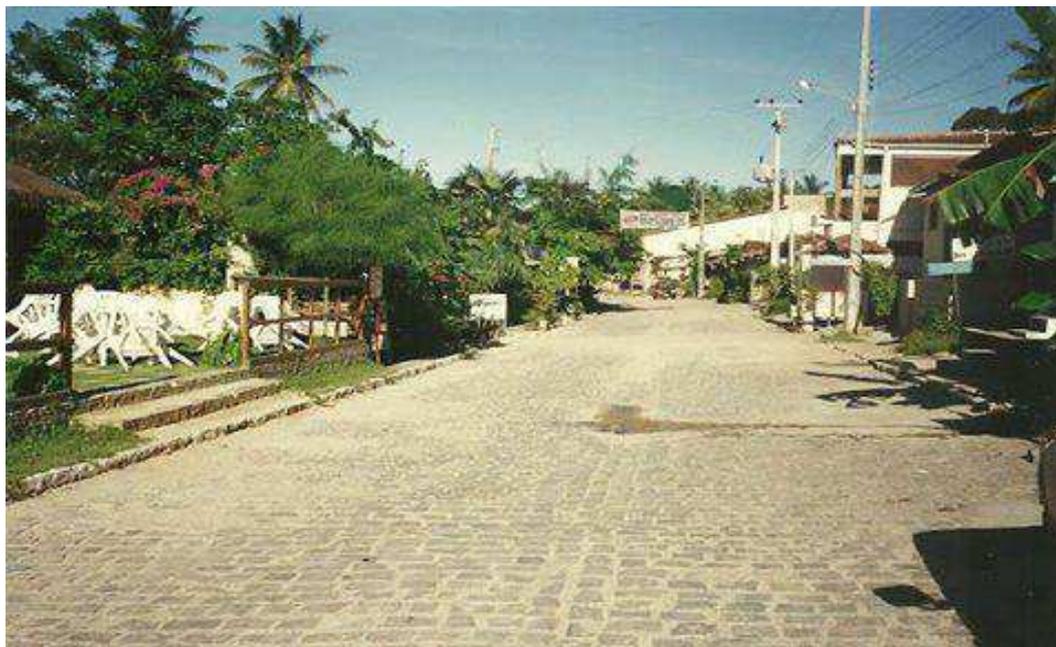
De fato, durante essa época, a demanda de veranistas e novos visitantes começa incitar a população local e empreendedores forasteiros, sob a perspectiva de vislumbrar negócios de amplitude turística.

4.1.3 Terceira fase

Na década de 1990, nota-se um incremento significativo no desenvolvimento da atividade turística, e aos poucos, Tibau do Sul (predominantemente Pipa) passam a ser destino consolidado de visitação de estrangeiros de várias nacionalidades, além dos brasileiros de outras localidades.

Em conformidade com o ciclo de Butler (1980), essa fase caracteriza-se como de crescimento acelerado, sendo possível constatar uma demanda considerável de turistas. Nesse período, a vila de pescadores já apresenta características completamente diferentes, com saneamento básico, melhorias nas vias de acesso e modificação no estilo arquitetônico, conforme pode ser verificado no registro fotográfico.

Fotografia 3- Avenida Baía dos golfinhos na década de 1990



Fonte: Museu digital da Pipa (2014).

Por volta de meados da década de 1990, dar-se a instalação de equipamentos turísticos de maior porte, tais como hotéis, pousadas e restaurantes, retratando as diversas nacionalidades que passam a circular em Pipa.

“A influência do estrangeiro fez mudar muitos hábitos dos nativos e percebe-se uma desvalorização das antigas manifestações culturais em decorrência da aculturação.” (Depoimento de N2).

É válido destacar que o rápido crescimento contribuiu para um aumento substancial de capital. No entanto, “o contraste com a pobreza estrutural na região tem gerado muita controvérsia sobre a distribuição dos benefícios econômicos e custos ambientais e sociais, na governação e qualidade da democracia local.” (ALEDO et al., 2015, p.231-232).

Nessa época, percebe-se a grande atração do público internacional, confirmado nas considerações de Nunes (2016, p.103) “a partir dos anos 1990, o município de Tibau do Sul começou a receber turistas, majoritariamente, internacionais. A sua maioria eram vindos de Portugal e de Espanha.” Seguidos dos portugueses e espanhóis, o público europeu passou a frequentar assiduamente a praia da Pipa, como pode ser confirmado no trecho a seguir:

“Porque já existia um turismo, mas começar a vim um turismo de massa do gringo foi a partir daí.” (Depoimento de E10).

Depois do *boom* turístico, os nativos que não se renderam a especulação imobiliária das décadas anteriores e mantiveram suas propriedades, tomaram consciência da valorização do seu local de origem, passaram a enxergar com maior propriedade o mercado e aproveitaram melhor as oportunidades.

“O pipense permanece morando na praia, mas afastado do centro, já que na maioria das vezes venderam seus imóveis ou trocaram por outras oportunidades. Alguns vivem inclusive com a renda de aluguéis ou ainda são proprietários de pequenos negócios (apesar de identificar que poucos nativos são donos de hotéis ou empreendimentos de maior porte).” (Depoimento de N2).

“Lembra que sempre seus pais tiveram terreno na “rua de cima”, região mais periférica onde a maioria dos nativos se refugiaram depois que venderam seus terrenos “na rua de baixo”, nas proximidades da praia. Esses terrenos foram negociados já no auge do desenvolvimento turístico, diante de uma grande especulação imobiliária, o que possibilitou os investimentos para empreender nos negócios turísticos.” (Depoimento de N3).

Portanto, é possível constatar que os nativos permanecem em Pipa, mas foram gradativamente afastados para o lado mais periférico da praia, conhecido como “rua de cima”, deixando as “ruas de baixo” e terrenos com vista para o mar para os novos empreendedores que adquiriram os imóveis e transformaram a dinâmica socioespacial do lugar.

Em conformidade com outros destinos litorâneos nordestinos, “a praia é transformada em mercadoria nobre, levando a importantes modificações socioespaciais nas áreas litorâneas. Essas novas formas de ocupação do território provocam o surgimento de novos atores e a expulsão dos antigos habitantes.” (CLEMENTINO, 2010, p.201).

Foram também discutidos os impactos do crescimento desordenado do turismo, apontando sérios problemas de mobilidade resultantes do caos proveniente do turismo.

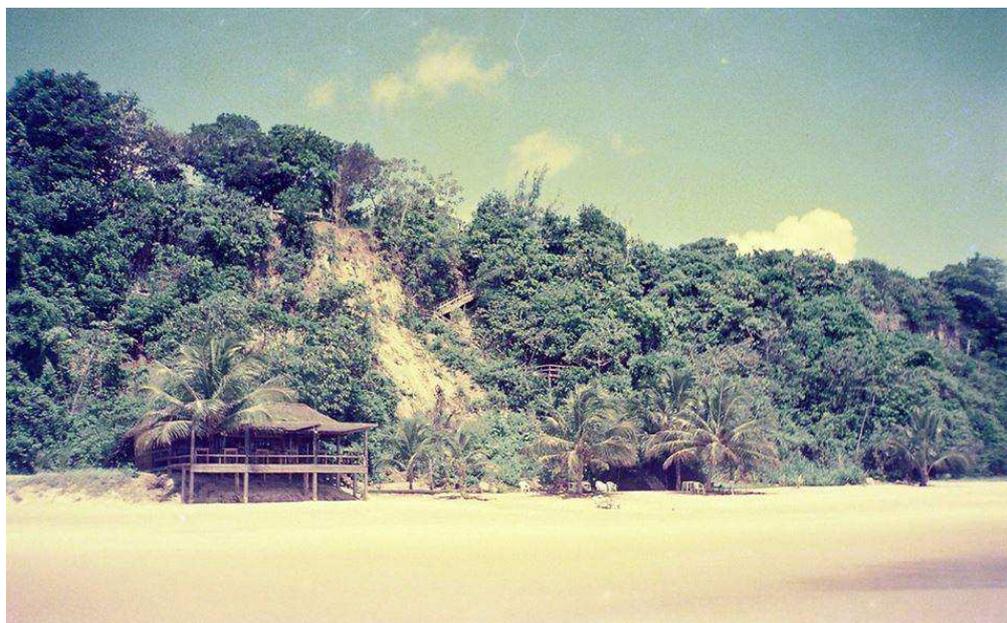
“As ruas foram sendo erguidas irregularmente para abrigar os nativos que migraram da parte central para as periferias, desenhando um novo recorte geográfico até difícil de ser compreendido. As ruazinhas estreitas na entrada vão se alargando para abrigar várias construções, mas completamente desestruturadas quando fala-se em acessos.” (Depoimento de N8)

Araújo (2002, p.138-139) reflete que o crescimento da destinação Pipa foi acompanhado de:

Instalação de equipamentos turísticos, transformando a configuração espacial e dando um novo dinamismo ao local. Algumas residências, hotéis, pousadas, áreas de

camping, vão se expandindo para áreas sem quaisquer dos itens de infra-estrutura, como por exemplo, luz, esgotos ou arruamento. Os “cinturões de pobreza” aparecem expostos na paisagem, expressando as contradições e conflitos entre os “antigos” e os “novos” moradores, contradições estas, expressas no modo de pensar e viver nesta localidade.

Fotografia 4- Praia do Madeiro em 1994



Fonte: Museu digital da Pipa- acervo de Fernando de Goes Filho (2017).

Com o passar dos anos e a introdução massiva de estrangeiros de outras nacionalidades, começou haver um sentimento mais distante por parte dos nativos. Os mais velhos narram a dificuldade de comunicação e de aceitar os hábitos tão estranhos daqueles que chegam e querem demonstrar poder e domínio sobre o que consideram como propriedade adquirida.

4.1.4 Quarta fase

Na 4ª fase, caracterizada a partir dos anos 2000, o destino turístico Pipa já está consolidado, sendo reconhecido mundialmente pelas belezas exóticas, com estrutura receptiva sofisticada e diversificada, sendo povoada por várias nacionalidades.

Poucos nativos se mantiveram como proprietários dos empreendimentos turísticos diante a concorrência dos grandes investidores estrangeiros. Muitos turistas que visitam o local se encantam e passam a residir em Pipa, transformando-se em investidor local e ampliando as dificuldades de (re)inserção territorial dos nativos.

“Pipa passa por constantes ciclos de visitantes, começou com surfistas, veranistas, turistas internacionais, portugueses (houve uma época que Pipa passou a ser destino exótico devido à divulgação no país de uma artista famosa na praia e a ampla veiculação na mídia), espanhóis, argentinos, franceses, e todas essas nacionalidades vem acompanhadas com a implantação de negócios. Vale destacar que há interesse em cativar o mercado americano, que nunca chegou em massa em Pipa.” (Depoimento de E15).

A nova conjuntura de ocupação do solo (até mesmo em áreas protegidas), associado a disputa com os novos estabelecimentos hoteleiros, substituição de atividades tradicionais e escassos investimentos de recursos públicos para estruturação do destino turístico, suscitou em uma gama de impactos negativos na sociedade local e no próprio território (ALEDO et al., 2013).

“A substituição das antigas atividades econômicas, notadamente a pesca e agricultura, por empregos no turismo (de baixa escala, devido a falta de capacitação), existindo poucos pescadores que continuaram com o ofício.” (Depoimento de N5).

Outras alternativas econômicas surgem e “do ponto de vista social, a população nativa vai sendo expropriada de seus espaços, da sua cultura, das suas tradições e, até mesmo, do mercado de trabalho.” (ARAÚJO, 2002, p.123). Vale destacar que a população nativa sentiu diretamente os impactos do crescimento desordenado da atividade e tiveram que se adaptar a nova conjuntura proveniente do turismo. De acordo com Gonçalves (2010, 32-33):

As residências dos nativos foram substituídas pela criação de comércios, bares, pousadas e hotéis, ocasionando o processo de desterritorialização de várias famílias. A vila de pescadores de outrora foi transformada pelo turismo, reorganizando o espaço, criando novas ruas e ruelas, gerando novos comportamentos e costumes e diante desse cenário novos agentes começaram a atuar no território e se (des)integrando com grupos sociais locais, que tiveram que criar novos espaços para sua (re)territorialização, já que antigos territórios se (des)integraram a dinâmica do turismo.

Nessa época, visualiza-se um “boom turístico”, momento mais intenso em que os novos moradores começam invadir Pipa, comprar as propriedades dos nativos e transformar a dinâmica socioespacial do lugar, dando início ao processo de desterritorialização. Nesse sentido, a desterritorialização “pode indicar exclusão, privação e precarização do território tanto no sentido material quanto no simbólico.” (OLIVEIRA, 2006, p.38).

Fontoura e Andrade (2008, p.9) abordam que na atualidade, “o turismo deixou de ser um usuário passivo dos territórios para tornar-se um agente condicionador de seu ordenamento.” Foi exatamente isso que aconteceu no local de estudo- Pipa, o processo turistificador condicionou um novo ordenamento territorial para atender as exigências emergentes do mercado.

“Pipa tá cheio de condomínio, Pipa não suporta mais condomínios, não dá [...] A semana passada surgiu uma discussão que era as pessoas que moram lá e não estão encontrando casas para morar, porque todas as construções agora são condomínios para gente de fora. Isso mais pra gente que quer morar lá de fora, porque o nativo tem a casinha dele.” (Depoimento de E19).

Mesmo afastado para as periferias, o nativo permanece vivendo e compartilhando o território com os forasteiros, sendo as novas construções habitacionais dedicadas aos condomínios de luxo.

“Sempre morei onde tinha praia e sempre vi esses lugares acabarem, destruídos por pessoas de fora em “coloio” com a ignorância dos de dentro, sempre, que não percebem o que vai acontecer, pensam que é um emprego e acabam sendo expulsos, porque o custo de vida acaba expulsando eles para as favelas periféricas.” (Depoimento de E20).

Balastrieri (2006) analisa que o turismo tem se apropriado de praias de belezas especiais, notadamente vilas de pescadores, para introduzir novas territorialidades provocando mudanças significativas no mapa e paisagens naturais. De acordo com Silva (2010, p.190), é possível constatar que “o território litorâneo já foi impactado, seja pelas transformações físicas, legais, seja pela valorização nos preços do solo.”

Fotografia 5- Largo de São Sebastião na Praia da Pipa- Brasil



Fonte: Arquivo digital do @pipafotos, autoria de Gustavo Mitilene Cordeiro- Besouro Branco (2017).

Essas manifestações impulsionaram as discordâncias entre o modo de vida dos antigos nativos e as características adquiridas pelos novos moradores da destinação que tornou-se turística.

Corroborando, Brandão (2013) expõe o surgimento de novas lógicas territoriais para dar suporte ao turismo, sendo tido como lugar de atração de migrantes que culminou em um processo de (des-re)territorialização da população local que tiveram que se adaptar a nova vivência no modo e hábitos de vida.

Nesse ínterim, Gonçalves (2010) coloca que o desenvolvimento do turismo em Pipa ocasionou em algumas áreas ações de desterritorialização e reterritorialização, provocando conflitos e discórdia entre os que estavam e os que chegaram. Em relação ao problema da ordenação, uso e ocupação do solo em Pipa, tem os efeitos refletidos em muitos aspectos, sendo reforçado por Gonçalves e Fonseca (2012, p.21):

A desterritorialização se materializa espacialmente através da segregação socioespacial, mas não se resume nisso, implica também na imposição de uma nova cultura e valores (gastronomia, linguagem, vestimentas, estilo de vida, diversões e transgressões) e em novos conflitos decorrentes da disputa de poder no âmbito das relações políticas entre os empresários migrantes do setor turístico e correlatos e o poder político local tradicional.

É importante mencionar que o desenvolvimento turístico trouxe progresso e melhoria nas condições infraestruturais da praia, sendo na década de 2000 contemplado com recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR). Brandão (2013, p.195) destaca dentre as ações executadas, “obras de pavimentação da Avenida Baía dos Golfinhos com paralelepípedos, esgotamento sanitário, melhorias no fornecimento de água e energia elétrica, além da recuperação da via que liga Tibau do Sul ao povoado.”

É válido ressaltar que a chegada de novos investidores ocasionou uma reestruturação na ordem territorial em Pipa, acompanhado de uma especulação imobiliária exorbitante, que seduziu os nativos a saírem do seu espaço e migrar para outros mais acessíveis.

Atualmente, poucos nativos permanecem residindo nas suas antigas moradias, e os que resistem, se deparam com um cenário completamente diferente de outrora. Portanto, é possível analisar que “este novo fenômeno tem gerado importantes transformações sobre a comunidade local e seu entorno.” (ALEDO et al., 2013, p.19).

Ao ouvir os nativos, fica claro no discurso que nos primórdios do turismo sentiam-se acuados perante os estrangeiros, e muitos até foram sediados a venderem ou negociarem seus imóveis de maneira desvalorizada, situação bem diferente da atual, onde os nativos sentem-se “donos da praia” e até querem vantagens diferenciadas em função dos novos moradores.

Os nativos que reconhecem que o espaço é de propriedade deles, ainda querem manter alguns privilégios, como por exemplo, criticam a maneira desordenada de construções, mas defende a sua própria edificação irregular como um direito adquirido, podendo ser evidente no discurso de N5 que “reclama da falta de fiscalização, mas exalta que os órgãos públicos polemizaram a construção do seu muro de arrimo para defender a invasão do mar”.

“2008 foi um divisor de águas, ano de muitas conquistas e lutas pelo desenvolvimento sustentável do destino, com ações ferrenhas do NEP (núcleo ecológico de Pipa), cadeia produtiva do turismo, publicação do plano diretor e idealização do “Pipa Planejada” voltado para o desenvolvimento da praia para os próximos 20 anos.” (Depoimento de N2).

Apesar da elaboração do plano citado, contando inclusive com participação da comunidade, as medidas e estratégias não foram adotadas. A exploração desenfreada e sem planejamento coloca em risco a manutenção da atividade turística em virtude dos impactos irreversíveis, afetando diretamente os bens de uso comum, notadamente com a degradação dos recursos naturais.

“Pipa já esteve no topo, o que é uma pena o estado atual de declínio, analisando que sempre houve desunião.” (Depoimento de E15).

“Decadente, essa é a palavra mais correta que eu tenho pra lhe dizer, tá caindo muito.” (Depoimento de E16).

Durante essa fase, verifica-se nos discursos uma mudança do perfil do público frequentador, deixando de ter um fluxo prioritariamente europeu, para se destacar como destino indutor de turismo nacional.

“Teve uma mudança grande a partir de 2006/2007, com a crise na Europa a gente começou a sentir uma mudança e depois 2010, com a crise, eu acho, o público de Pipa mudou muito né, hoje a gente tá vendo um público mais de massa, mudou o poder aquisitivo do pessoal também, o pessoal tem menos poder aquisitivo, mas mais gente e começou a aparecer os problemas que tu vê em qualquer lugar quando começa a crescer.” (Depoimento de E10).

Os reflexos provenientes do turismo variam de acordo com o modelo adotado e na praia da Pipa percebe-se a inexistência de planejamento efetivo, tendo um cenário que foi desenhado aleatoriamente, sem tanto afinco no sentido de promover um processo justo de desenvolvimento turístico, caminhando para estagnação.

Considerando o ciclo de vida dos destinos turísticos (BUTLER, 1980), a localidade investigada encontra-se em um momento delicado, podendo ser visualizado *in loco* manifestações do grau de saturação. Logo, o destino precisa rejuvenescer, com implantação de novas medidas estratégicas, ou correrá grande risco de sucumbir diante a concorrência de outros destinos costeiros mais estruturados.

Por isso, a necessidade de adequar-se ao novo contexto e se reinventar para permanecer atrativo para turistas e principalmente, para a população local que tem sentido drasticamente os efeitos da prática desordenada da atividade. Logo, remete a necessidade de reinvenção para permanecer atrativo como destino turístico.

4.1.5 O desenvolvimento do turismo na visão dos moradores

Com as etapas de desenvolvimento do turismo apresentadas, é possível compreender melhor o processo de transformação socioespacial que fez com que a antiga vila de pescadores adquirisse características de destinação turística. Importante também compreender a avaliação dos moradores sobre o desenvolvimento do turismo, no passado e presente, bem

como, expectativas futuras da localidade em consonância com o modelo de crescimento adotado.

De maneira geral, foi possível constatar que os moradores estão satisfeitos com a introdução do turismo, e apontam as oportunidades que a atividade trouxe como principal razão para essa aceitação.

“Antigamente a subsistência era muito difícil, tendo na pesca e agricultura as principais fontes de renda. O turismo veio acompanhado de oportunidades e progresso, muitas melhorias são visualizadas por causa do desenvolvimento da atividade, e não são apenas expectadores, também fazem parte desse contexto, seja como novos empreendedores ou prestadores de serviços.” (Depoimento de N5).

Constatam-se efeitos reversos da substituição das atividades econômicas para identidade dos nativos, incluindo depressão, alcoolismo e submissão a novos empregos sem dispor de habilidades específicas. Sobre o turismo, N7 também exaltou que trouxe coisas boas, e entre as coisas ruins, narrou o desinteresse dos nativos em seguir com o ofício de pescador, já que a atividade disponibilizou outras oportunidades de trabalho.

“Ninguém pesca mais em Pipa, 1%, a galera está alugando casas que dá mais dinheiro e menos trabalho, pescar é uma vida dura, então as pessoas trocam por uma vida, vão ser locadores de imóveis e alcoólatras, quase sempre, porque param de trabalhar, perdem a razão de ser, ganhar dinheiro, mas perdem a alma, o ser humano não aprende, eu acho que faz parte da espécie humana cair no conto, no canto da sereia, do progresso está chegando, empregos.” (Depoimento de E20).

De acordo com N8, aos poucos os nativos foram se inserindo na nova atividade econômica e hoje o turismo em Pipa tem um leque maior de opções além do “sol e mar”, provavelmente se referindo as demais segmentações que tem se destacado, tais como aventura, eventos e gastronômico.

“Do ponto de vista dele foi bom para o desenvolvimento, já que antes viviam na miséria e hoje não trabalha quem não quer, se referindo as oportunidades que o turismo trouxe de emprego. Por outro lado, veio acompanhado também de coisas ruins, como as drogas.” (Depoimento de F8).

“Foi muito bom pelo lado econômico, já que antigamente a forma de subsistência daquelas pessoas se dava por meio de escambo, a troca de alimentos entre agricultores e pescadores.” (Depoimento de N8).

Permite constatar que os nativos em alguns momentos se contentam com o que lhes é disposto, por ter um parâmetro de comparação do passado, que reinava um estado de miséria e falta de oportunidades. Portanto, por muito tempo se contentaram com o que era disposto.

“Então a abundância do lugar também permite que dê pra viver de outras formas, não tanto porque é abundante, mas é abundante perto da vida que eles conheceram lá há 20, 30 anos atrás.” (Depoimento de E11).

Ao questionar N12 sobre a chegada do turismo, diz que “foi ótimo, porque trouxe muito progresso e fez com que os nativos saíssem da miséria.” Reflete que já se acostumou com a bagunça e barulho dos turistas, que se aglomeram principalmente durante a noite na avenida principal, onde encontra-se sua residência. No entanto, não se relaciona com os turistas (não entende a fala deles), por isso não consegue se comunicar.

Apesar de N12 avaliar positivamente o turismo, pode ser considerado um símbolo de resistência na localidade, já que não foi seduzido as facilidades do turismo, ressaltando que durante 50 anos foi pescador e até hoje continua praticando a agricultura. Ainda permanece com atividades no roçado perto da mata da Pipa, ressaltando que muita gente já tentou comprar as terras que planta no roçado, mas nunca teve interesse em vender.

“Só os nativos utilizam a mata que eles preservaram ao longo dos anos.” (Depoimento de N12).

N11 foi o único nativo a narrar que não gosta do turismo porque os de fora não valorizam o local e falta oportunidade para os nativos. Antigamente vivia da pesca e agricultura, e analisa que hoje só há chance de trabalho nos hotéis e restaurantes.

No contexto geral, as pessoas percebem as oportunidades que surgiram em virtude do desenvolvimento do turismo, exaltando prioritariamente os pontos positivos. Obstante, há uma parcela minoritária, principalmente os nativos mais idosos, que são saudosos aos tempos remotos e lembram-se da vida que tinham, com um ritmo diferente do atual.

Também encontra-se discursos que rebatem que Pipa de antigamente era melhor do que na atualidade, ressaltando as melhorias significativas que as pessoas passaram a ter acesso depois da introdução do turismo.

Mesmo que de maneira não devidamente apropriada, o turismo trouxe incontestável progresso no que tange a qualidade de vida e acesso a itens básicos que numa realidade anterior não havia. Isso significa que o turismo proporcionou significativos retornos à

localidade inserida, mesmo que para isso, tenha sucumbido às antigas características de vila de pescador.

“E tem nativo de todo tipo, e tem gente de fora de todo tipo né, é bem misturado, mas o que eu me dei conta outro dia, o que acontece, a vinda de gente de fora pra cá, melhorou muito a vida dos nativos. A gente fazia reuniões ali no book shop antigamente e você vê muito “porque aqui era bom antigamente”, aí sai um nativo mais coroa, que saiu, estudou e voltou, e diz “pois aqui o povo passava fome, aqui as crianças morriam de doença, a miséria aqui era grande, eu não sei de que vocês estão falando”. É muito bonito colocar culpa nos outros, quando vocês que venderam as terras todas...” (Depoimento de E14).

Apesar da maioria dos nativos apontarem o turismo como fator positivo para a localidade, também reconhecem os impactos negativos, tais como descaracterização, isolamento dos nativos entre si- já que se distanciaram geograficamente e diminuiu o contato com vizinhos e amigos, desterritorialização, perda de costumes tradicionais (danças, lendas, introdução de elementos trazidos pelos “de fora”).

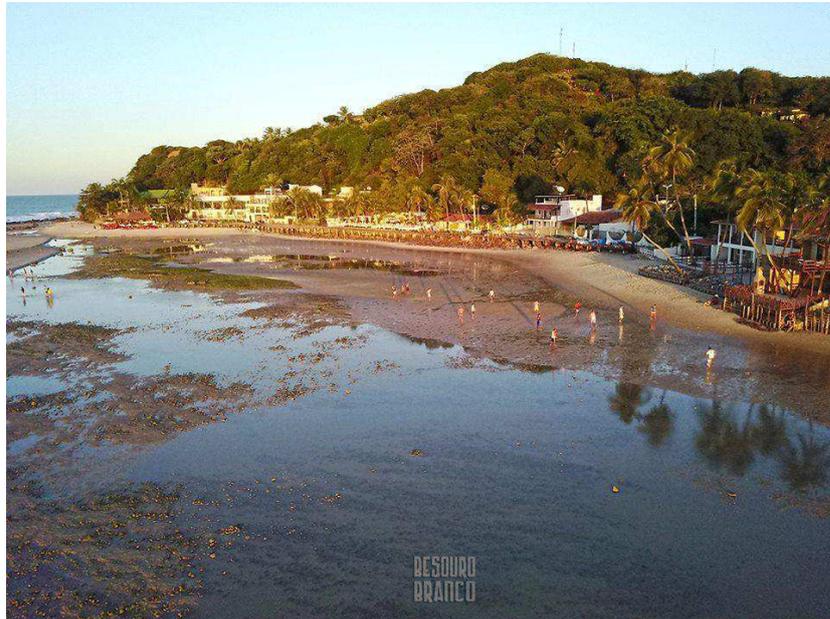
“Mudou muito pra mal. Não no sentido de desorganização, porque eu acho que as pessoas começaram a renderem nos seus negócios, a dar mais emprego para pessoas e isso é importante, a gente tem que pensar também que as pessoas tem que trabalhar. Então quanto mais os comércios, funcionários né... pousada, melhor, ótimo para a cidade, mas que isso seja com planejamento, com regras de uma cidade. E o que falta é isso né, um planejamento.” (Depoimento de E1).

Corroborando, E15 fala do descaso do poder público, mencionando uma fase crítica do município decorrente de vários problemas de gestão, por isso:

“Espera que o privado se una e imponham ao setor público o que realmente almejam. Trabalhar juntos seria o caminho mais acertado.” (Depoimento de E15).

Como reflexos negativos, N11 ainda desabafa que “não podem contar com o poder público, não há fiscalização e na Pipa tudo pode.” O nativo acaba sentindo na pele os efeitos do turismo, citando o elevado custo de vida que são submetidos, talvez por isso, tenha mencionado que gostaria que Pipa voltasse a ser “o paraíso de antes”.

Fotografia 6- Reflexos do fim da tarde na Praia do Centro- Pipa



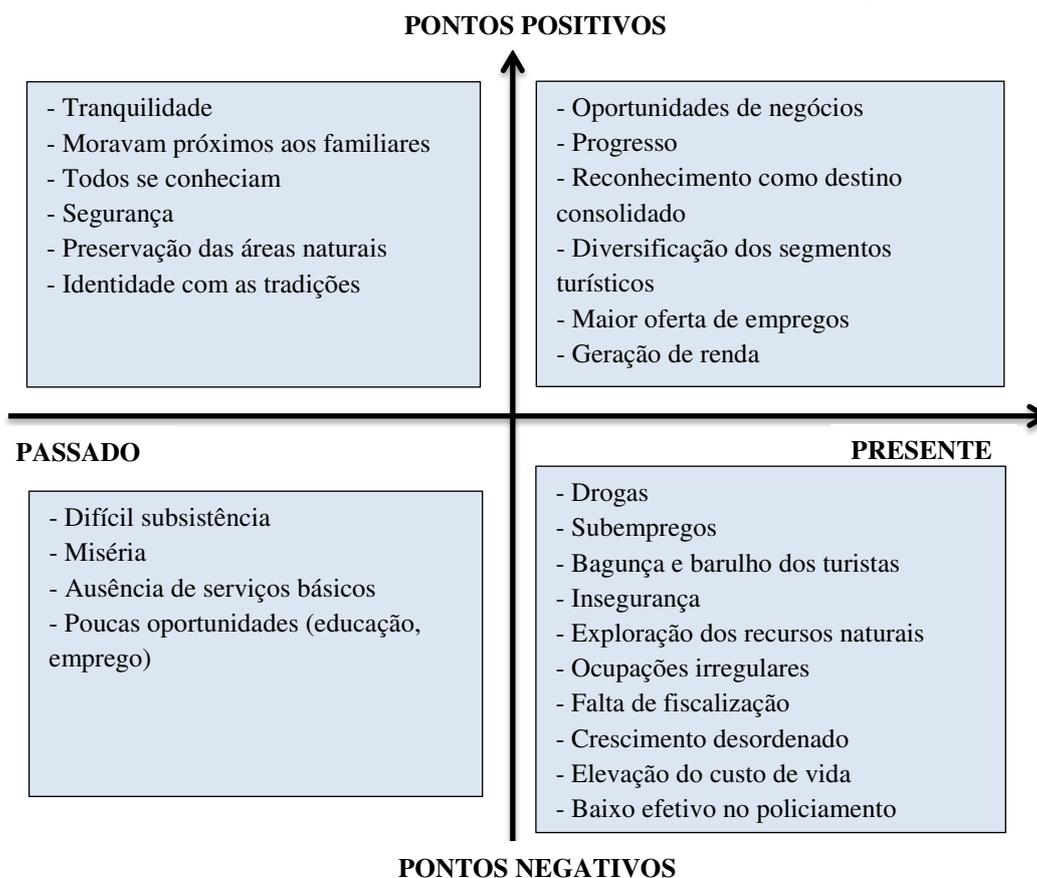
Fonte: Arquivo digital do @pipafotos, autoria de Gustavo Mitilene Cordeiro- Besouro Branco (2017).

Alguns relatos denotam que há preocupação evidente por estruturação turística, deixando de lado as prioridades básicas para atender a população, como narrado a seguir:

“Mas você vai dá o bom hotel, melhor culinária, e o lado social comunitário vai tá preparado para receber esse turismo? Ele vai tá com estrutura? Como é que você vai... ah você vai capacitar, você vai capacitar, mas aí a gente fala o lado à questão da saúde, da educação da nossa cidade, é muito fácil chegar aqui um SENAI, SEBRAE e montar um belo carro daquele ali e capacitar 20 pessoas, 30 e depois ir embora, mas o problema da Pipa não é isso, o problema da Pipa tá aí, a cidade está completamente abandonada.” (Depoimento de E7).

Em suma, apresenta-se um panorama que evidencia os principais pontos positivos e negativos, situados no passado e presente, que destacam os reflexos da atividade turística no contexto da praia da Pipa:

Figura 10- Parâmetro dos moradores sobre passado e presente



Fonte: Elaboração própria.

Um fato marcante no contexto atual é a disseminação de entorpecentes na localidade. Muitos moradores associam a introdução das drogas motivadas principalmente pelo fluxo do turismo, sendo a falta de controle e impunidade fatores agravante para seu alastramento:

“A verdade é que há mais de 12 anos as drogas infiltraram na cidade de forma avassaladora e de todos os tipos, comprometendo a segurança dos moradores, dos visitantes e aumentando a violência em todos os pontos da cidade e em qualquer horário. E para piorar, isso é mantido em segredo para não vazar na internet e não comprometer o turismo. O que acaba vazando da mesma forma.” (Depoimento de E6).

“Quando a peste da droga chegou aqui né, que ela tá no mundo inteiro, mas aqui veio combater um pouco porque nós temos um efetivo da polícia militar muito eficiente, deveria ser melhor se eles tivessem também o apoio do governo e até mesmo da comunidade.” (Depoimento de E7).

Analisando sobre o aspecto econômico, a maioria dos investigados apontam a atividade turística de maneira positiva. Contudo, as consequências negativas ficam evidentes

na maioria dos apontamentos, sendo perceptível que a atividade encontra-se em um momento delicado, precisando ser repensada.

Sobre à ótica dos impactos ambientais, os moradores avaliam que o turismo tem se desenvolvido de maneira acelerada e sem medidas de proteção ambiental.

Figura 11- Percepção dos moradores sobre o crescimento do turismo

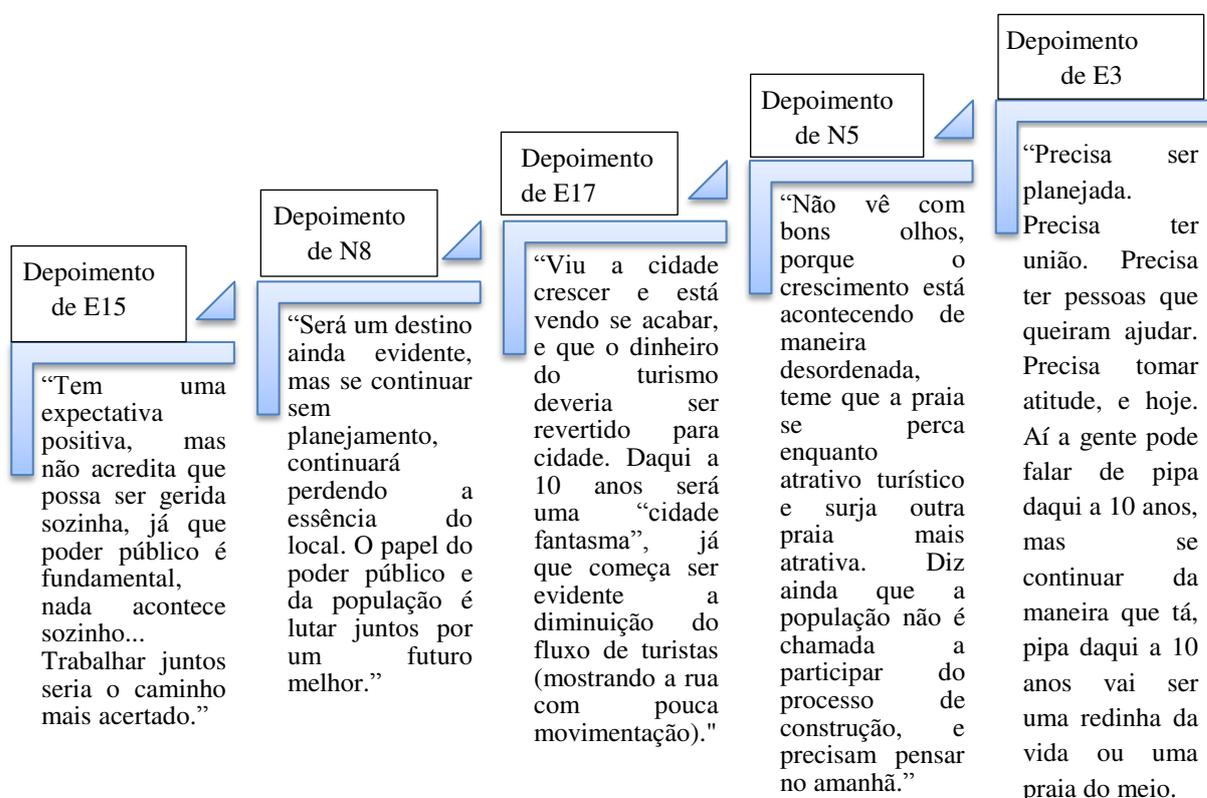
	<p>“Por exemplo, há poucos anos, começaram a chegar ônibus de turismo na praia do Madeiro, vários ônibus diários. Vários ônibus trazem turistas por um dia para fazer passeios de lancha. Não me parece que foi feito qualquer estudo de impacto ambiental, simplesmente mais e mais pessoas chegam a cada ano. Não se sabe qual seria um limite de número de pessoas diário aceitável. Mais e mais pousadas se constroem e abrem-se ruas a cada ano, desmatando cada vez mais, sem reflorestamento, sem proteger espécies. Muito mais lixo se vê nas praias e nas ruas. (Depoimento de F5).</p>
<p>CRESCIMENTO DO TURISMO NA VISÃO DOS MORADORES</p>	<p>“De forma caótica. Totalmente desordenado, sem respeito nenhum pelo meio ambiente.” (Depoimento de E18).</p> <p>“O filme se repete, é do mesmo jeito que as espécies, muitas espécies estão em extinção, os paraísos também estão em extinção. É uma característica do ser humano vir passar férias num lugar lindo e dizer “oh vou destruí-lo”, inconscientemente, vou fazer um condomínio, vou construir um mega hotel, é uma curiosidade do ser humano, ele tem o desejo de destruir.” (Depoimento de E20).</p>
	<p>“O Turismo está meio que desordenado, crescendo muito, porém sem infra-estrutura.” (Depoimento de F2).</p>

Fonte: Elaboração própria.

E5 pondera sobre o absurdo que tem acontecido, a maneira que estão utilizando as praias, principal atrativo da Pipa. Em relação ao desenvolvimento turístico, aponta o caos e desordem das praias, com a infinidade de barracas e ambulantes.

Sobre futuro, os moradores também fazem algumas ponderações ao serem questionados como visualizam Pipa daqui à 10 anos:

Figura 12- Prospecção sobre o futuro de Pipa na visão dos moradores



Fonte: Elaboração própria.

Essa análise resume a percepção dos moradores sobre os rumos futuros de Pipa, e serve como reflexão para começar a pensar de maneira diferente e mais atuante.

Mesmo não sendo o alvo principal da pesquisa, sentiu-se a necessidade de ouvir todos os atores envolvidos no *trade* turístico, para assim, conseguir ter uma visão geral das mais diversas opiniões. Portanto, durante a estadia *in loco*, foi possível conversar com turistas, moradores estrangeiros, empresários, gestores municipais e os primeiros veranistas.

Dessa forma, ouviu-se também antigos veranistas, descendentes das tradicionais famílias que frequentavam Pipa desde os primórdios. No discurso ainda visualiza-se um tom de mérito dessas pessoas como desbravadores de Pipa, mostrando a imponência que possuíram em épocas remotas, sendo inclusive os facilitadores de obras significativas. F3 cita, por exemplo, que foram os funcionários da fazenda do seu pai que fizeram à abertura da primeira estrada que dava acesso a ligação entre Goianinha e Pipa, facilitando o tráfego de pessoas até a praia.

Esses descendentes, como narrado por F3, reconhecem o ímpeto dos nativos quando fala-se em defesa da praia, lembrando inclusive, que em muitos momentos a justiça era feita

com as próprias mãos, e os moradores não ficavam calados diante injustiças e apropriações do espaço pelo estrangeiro.

Nesse sentido, E5 destaca o envolvimento dos nativos e união em ações como o fechamento da praia das minas, na qual a população fez o fechamento da praia para evitar o tráfego de automóveis e quadriciclos, já que é um local de preservação ambiental.

Avaliando como expectador, a estrangeira F1 que vive na localidade desde a década de 1980, deu uma visão geral sobre os pipenses na atualidade:

“Os filhos dos nativos hoje são mais conscientes em relação aos estudos, situação diferente dos seus pais, que poucas oportunidades tiveram nesse sentido. Relatou que os nativos aceitam os turistas, mas estão insatisfeitos com o comportamento mal educado, as condições trazidas por eles, como exploração, destruição dos recursos naturais, sendo indispensável pensar o turismo de maneira mais organizado, planejado e com regulamentação sobre o uso.” (Depoimento de F1)

Com a dimensão alcançada pela atividade, atualmente os nativos visualizam com propriedade a dimensão que o turismo tomou e visualizam vantagens diante o cenário. Mesmo perante uma crise nacional, com índices de desemprego altíssimos, o discurso dos nativos é quase unânime em reconhecer que os pipenses não trabalham se não quiser, narrando que oportunidades não faltam. Inclusive, lembram que a mão de obra local acaba sendo escassa porque muitos jovens preferem viver de recursos advindos de aluguéis de imóveis, do que trabalhar.

Por isso, muitas oportunidades surgem para as pessoas da redondeza, encontrando vários postos de trabalhos preenchidos por moradores das cidades circunvizinhas e até mesmo estrangeiros, como pondera N5.

“Acha que a chegada do turismo foi bom porque todo mundo até hoje ganha dinheiro e tem suas próprias coisas, situação muito diferente de antigamente. Por isso, analisa que muitos nativos não querem trabalhar, querem viver só de renda, e assim, tem que vim gente de fora que quer trabalhar.” (Depoimento de N1).

Em virtude disso, F6 narra que os jovens dos distritos circunvizinhos acabam tirando proveito da situação, e apesar da carência de oportunidades em determinados vilarejos, visualizam o deslocamento para a destinação turística como uma perspectiva de progressão profissional, diante as opções ofertadas pelo mercado de trabalho da localidade.

Sobre os pontos positivos do turismo, é inegável que essa atividade mudou a dinâmica do lugar, trazendo progresso e desenvolvimento. Foi um fato que aconteceu sem

planejamento, e talvez, sem expectativas de tanto crescimento. No início, os nativos não imaginavam a dimensão que o destino turístico iria tomar, mas é fato que a maioria reconhece que os benefícios foram mais abrangentes que os impactos negativos.

Com o passar do tempo, atrelado a falta de planejamento, os reflexos negativos começam a tomar uma amplitude cada vez maior, sendo motivo constante de preocupação daqueles que tem um sentimento de apego e amor pelo lugar que nasceram ou adotaram para viver. Como decorrência, iniciam-se entraves entre os agentes com interesses divergentes, conduzindo aos conflitos.

4.2 DESDOBRAMENTO DO PROBLEMA CENTRAL À ESTRUTURAÇÃO DO CONFLITO

Comunidades que tem o turismo como sua principal atividade econômica acabam tendo um desenvolvimento que reflete em desdobramentos de conflitos sociais, por otimizar o surgimento de grupos e subgrupos, emergindo em conflitos ambientais, além de influenciar na segmentação de novas estruturas sociais e mudanças culturais (YANG et al, 2013).

Em conformidade com o Plano Nacional de Turismo, é indiscutível a potencialidade turística do Brasil, mas vale ressaltar que oferece simultaneamente “oportunidade e desafio para a execução de ações de proteção ao meio ambiente e de promoção do seu uso economicamente sustentável, com respeito aos costumes regionais, viabilizando grandes avanços na inclusão social e na distribuição da riqueza.” (BRASIL, 2013-2016, p.52).

No caso de Pipa, a maneira como estão utilizando a praia, as falésias, os tabuleiros e o território de maneira geral tem ocasionado impactos negativos de grande dimensão, seja na esfera social e/ou ambiental. Os reflexos são sentidos na degradação ambiental, com desgaste da flora e fauna, poluição dos mananciais, esgotos sem tratamento, impactos na vida marinha. Além dos problemas enunciados:

“Outros gargalhos são os resíduos sólidos (sem descarte adequado) e vegetação nativa explorada inadequadamente.” (Depoimento de N8).

Dentre os principais impactos sociais, percebe-se uma mudança radical nos novos hábitos de vida, com modificação do território e das antigas moradias. Além das alterações nas atividades econômicas tradicionais, evidências de degradação, aculturação, prostituição, tráfico de drogas, entre outras questões que influenciam negativamente a vida da comunidade local.

O impulso na atração de turistas culmina em uma série de preocupações vinculadas prioritariamente a gestão ambiental. No município de Tibau do Sul, o art. 51 do plano diretor (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL, 2008, p.30-31), propõe algumas medidas direcionadas à gestão ambiental, como as seguintes ações:

- Incorporar a proteção do patrimônio natural e paisagístico no planejamento e ordenação do território;
- Criar instrumentos para viabilizar a gestão do meio ambiente;

- Promover a integração dos procedimentos legais e administrativos de licenciamentos e das ações de fiscalização do município com as ações dos órgãos ambientais do estado e da União;
- Fiscalizar as atividades ou empreendimentos que não controlem ou promovam o assoreamento dos recursos hídricos;
- Implantar processo de avaliação de impacto ambiental;
- Criar o sistema municipal de meio ambiente como integrante do sistema de planejamento e do sistema nacional do meio ambiente.

Apesar dos direcionamentos apontados pelo Plano Diretor (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL, 2008) e PNT (2013-2016), a gestão local apresenta dificuldades na condução da atividade turística, suscitando em conflitos ambientais de diferentes magnitudes e envolvendo atores, direta e indiretamente, vinculados ao turismo e meio ambiente.

“Quanto ao meio ambiente, este tem sido agredido em toda a extensão e sem nenhum perfil de administrador competente e interessado na solução dos problemas.” (Depoimento de E6).

Nesse sentido, E15 discorre sobre a utopia que existe em relação a alguns aspectos como meio ambiente e sustentabilidade, e que o caminho seria uma base sólida, ou seja, a escola, com a formação do cidadão. Pondera que sozinhos não conseguem resolver o problema, e o caminho seria estreitar parcerias, quebrar o círculo vicioso, já que falta consciência e essência, se referindo ao estilo político predominante no país, onde as pessoas acabam fazendo vista grossa para o erro com medo de represálias, no sentido de ser prejudicada de alguma forma.

O crescimento desordenado, atrelado ao desrespeito à gestão dos recursos naturais e falta de planejamento, tem levado a um grande problema ambiental. Algumas ponderações podem ser levantadas para melhor entendimento do contexto, como expõe Rodrigues (2008, p.8):

Conflitos entre a instituição administradora e a prática-cotidiana de seus agentes/técnicos, e destes com os moradores locais se dão, sobretudo, no que se refere à percepção do ambiente e da prioridade atribuída às iniciativas voltadas à sustentabilidade socioeconômica e cultural das comunidades locais.

Desse modo, Silva e Oliveira (2013, p.76) ressaltam que “a intensa exploração da paisagem gera conflitos entre empreendedores e nativos, porém o crescimento da atividade ainda é uma política dominante nessa área, havendo a necessidade da tomada de medidas para conservação e preservação dos recursos naturais.” Alguns exemplos narrados pelos moradores evidenciam isso, tais como:

- Comércio desordenado de ambulantes nas ruas (sem ter nenhum tipo de regulamento ou taxa de controle);
- Uso indiscriminado dos recursos naturais, com armação de barracas e guarda-sol em locais que deveriam ser reserva natural;
- Intenso tráfego de lanchas e barcos na baía dos golfinhos;
- Som alto nas proximidades de moradias e estabelecimentos de hospedagem;
- Inúmeras construções irregulares, com obras erguidas em áreas de preservação natural;
- Privatização de trechos de praias, em virtude do domínio de grandes empreendimentos hoteleiros;
- Destruição da mata nativa;
- Esgotos e lixo jogados ao mar;
- Falta de banheiros públicos e lixeiras no trecho das praias urbanas.

Fotografia 7- Lixo nas ruas da praia da Pipa



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

“Agora tá de um jeito que eu nunca vi tão alto, não é possível que possa piorar, a questão mesmo do lixo, a questão das construções, das praias invadidas de barracas, isso aí eu nunca vi tão ruim.” (Depoimento de E14).

N3 discorre sobre fenômeno atual visualizado *in loco* que mostra a invasão da praia por ambulantes, com barracas e cadeiras de sol para aluguel. Segundo a nativa, são constituídas de forasteiros que estão invadindo a praia sem nenhuma regularização e/ou autorização, por isso, iniciaram mobilização para desapropriação dessas praias. Isso evidencia que a população de alguma forma tem se mobilizado em busca de controle e preservação do seu patrimônio natural.

Corroborando, Vasconcelos e Coriolano (2008) mencionam que além dos problemas vinculados a desmatamentos, distribuição precária de rede de água e esgotos, outro forte agravante refere-se as edificações em áreas de falésias e dunas.

Na visão dos entrevistados, não há um posicionamento contrário sobre o turismo propriamente dito, mas a maneira que tem sido conduzido. Nesse sentido, E17 pondera que a renda proveniente da atividade deveria ser revertida para a cidade e se continuar seguindo os mesmos caminhos, daqui a alguns anos poderá ficar uma “cidade fantasma.”

Um fator agravante para o desmembramento do conflito trata-se do modelo de desenvolvimento turístico dominante em Pipa, “destinada a favorecer a acumulação de capital ou lucros do capital privado (lógica global) internacional sobre a distribuição social dos benefícios (lógica local).” (ALEDO et al., 2013, p.35).

Conforme Mayer (2000), para entender o desdobramento do conflito torna-se fundamental compreender os sentimentos, atitudes, crenças e valores dos atores envolvidos, para identificar as relações e sentimentos gerados entre ambos. Tendo como base tal concepção teórica, na praia da Pipa, percebe-se a influência das forças que representam a raiz do conflito como elementos decisivos na análise.

Considera-se que a comunicação entre os atores envolvidos não acontece de maneira amistosa, ocasionando maiores entraves na condução dos debates e ações. As emoções também são evidenciadas quando trata das posições antagônicas dos atores em Pipa, considerando o sentimento de insatisfação dos nativos quanto ao crescimento desordenado de seu lugar de origem. Os valores estão intrinsecamente relacionados às crenças dos envolvidos no conflito, culminando em atitudes que serão manifestadas ao longo do conflito. As estruturas formadas são elementos decisores na condução do conflito, podendo está vinculado aos recursos, informações, parâmetros legais, dentre outros. E por fim, a história é uma

vertente indispensável quando pretende-se entender a causa do conflito, sendo indispensável conhecer a trajetória e desdobramentos do surgimento até o momento atual, sendo a cronologia uma importante fonte de análise para o contexto envolvido.

Assim, remetendo ao conflito socioambiental em Pipa, percebe-se o surgimento do cenário discordante por volta da década de 1990, em decorrência das novas relações de poder entre os agentes produtores do turismo. Emerge juntamente com uma especulação desenfreada de capital externo, suscitando uma grande onda de urbanização e transformações na destinação turística. Pode-se considerar que as relações de poder “são fundamentais para definir os modos da apropriação material da natureza, onde se confrontam representações, valores, racionalidades e ideias que legitimam ou deslegitimam essa apropriação.” (CARNEIRO e ASSIS, 2013, p.20).

A divulgação do destino turístico Pipa trouxe além dos turistas, investidores com aplicação de recursos em “segundas residências” (na qual passam a maior parte do tempo fechadas), tendo como principais impactos especulação imobiliária desenfreada, com supervalorização do metro quadrado, inibindo a população local a voltar adquirir imóveis ou terrenos nas imediações da praia.

Logo, é possível constatar particularidades na vertente econômica, política e simbólica-cultural que consubstanciam o conflito:

Figura 13- Vertente política, econômica e simbólica-cultural envoltas no conflito



Fonte: Elaboração própria.

Em virtude de tais aspectos, percebe-se apropriação do espaço por grupos hegemônicos, com disputa de predomínio de poder entre Estado e Mercado, com exclusão da população local do processo de desenvolvimento econômico.

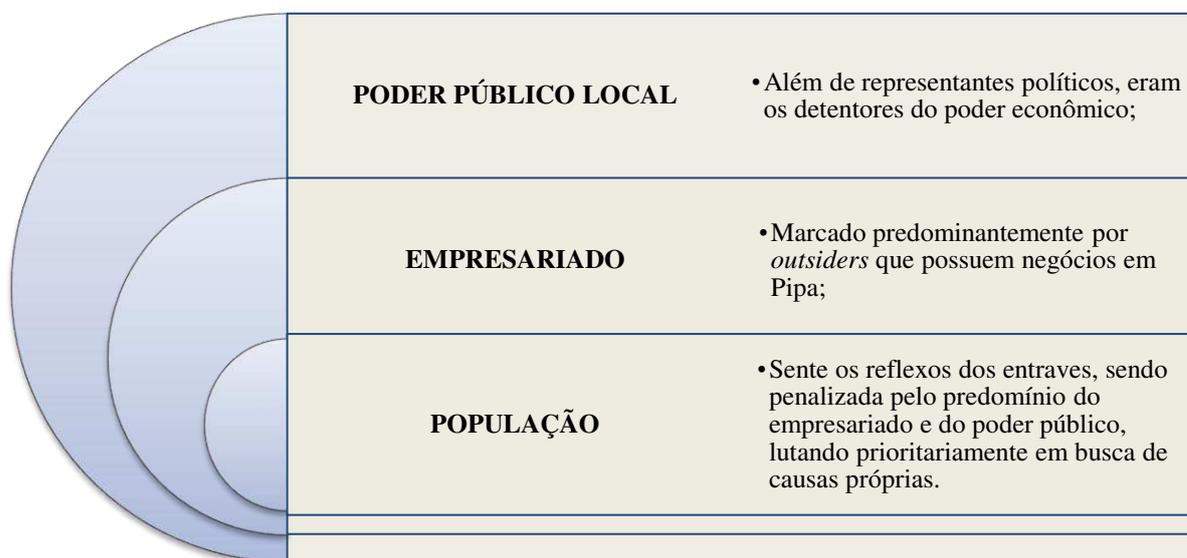
4.2.1 Os agentes protagonistas do conflito e possíveis coalizões

O conflito pode ser analisado como um processo ativo, com desdobramentos no espaço e tempo que conduz a determinados efeitos e causas (PIGNATELLI, 2010). Remetendo ao caso de Pipa, o conflito torna-se evidente a partir do momento em que novos moradores, representando notadamente o setor privado, começam a confrontar o poder público em busca de ações mais efetivas de crescimento acelerado do turismo. Ao mesmo tempo em que os políticos locais passam a sentir a pressão e ameaça do novo grupo dominante, ocasionando uma série de divergências de interesses.

Em decorrência de tais fatores, a população local é impactada diretamente, sendo afastada das suas residências e cada vez mais distanciada do processo de desenvolvimento turístico.

O conflito socioambiental em Pipa agrupa três grandes agentes do desenvolvimento local: Mercado, Poder Público e População. Ressalta-se também o papel do agente múltiplo, aquele que muitas vezes acumula papéis em diferentes grupos. Os conflitos de poder podem ser verificados no âmbito político, entre:

Figura 14- Protagonistas do conflito em Pipa



Fonte: Elaboração própria.

No período de maior exploração turística da Pipa, diversos foram os agentes que impulsionaram transformações que refletem sobre a vida de relações, “tais agentes foram: o

Estado, os agentes econômicos – entre os quais os promotores imobiliários – e a sociedade civil.” (BRANDÃO, 2013, p.163).

O Mercado é representado por dois grupos distintos: empresários nativos e de outras localidades. Os empresários do local são aqueles que nasceram e sempre viveram em Pipa, já os empresários de outras localidades são os que residem no município, de origem nacional e estrangeiros, podendo ser segmentados entre os que adotaram o lugar com afetividade, respeitam e se preocupam com sua conservação, e os empresários capitalistas que visam o lucro a curto prazo, não respeitam a legislação ambiental e excluem a população nativa do processo de desenvolvimento endógeno.

O Poder Público é constituído por políticos do lugar, que por muito tempo detinham também o monopólio do setor privado, sendo empresários e gestores dos primeiros empreendimentos turísticos do município. Ao longo dos anos, foram diminuindo o monopólio diante os novos empresários que chegavam e investiam recursos significativos no setor do turismo, perdendo espaço no setor privado.

No entanto, os representantes públicos passaram a ter uma atuação discordante com as aspirações do mercado, com cobranças abusivas de taxas e pouco investimento em promoção e desenvolvimento do turismo, ocasionando insatisfação dos empresários, que apesar das transições de poder municipal, reclamam que não há mudanças no cenário.

No discurso de N5 fica evidente a insatisfação do setor privado diante a ineficiência do setor público, alegando falta de compromisso e exploração desenfreada do turismo. Isso mostra que mesmo não havendo um conflito eminente, onde as partes brigam diretamente pelos seus direitos, há manifestação de um conflito latente, onde os grupos estão insatisfeitos e desacreditados na atuação pública, mas por algum tempo estiveram acomodados em relação à luta direta. Os investigados apontam que o conflito entre poder público, privado e população:

“É real, todos os dias, todos os dias, mas o que mata uma cidade como essa aqui é a politicagem, é o apadrinhamento político.” (Depoimento E7).

Gonçalves (2010, p.17-18) esboça dificuldades de relacionamento e rivalidade entre os atores mencionados:

Os empresários do turismo (que são *outsiders*, procedentes de outros estados brasileiros e de outros países) não se submetem ao poder local, possuem outra cultura, têm dificuldades de diálogos e entendimentos com os agentes políticos locais a respeito dos encaminhamentos para a promoção do turismo. Na medida em

que a atividade turística assume relevância, a classe dominante local tradicional quer assumir o controle da atividade, além de participar dos dividendos propiciados pelo turismo, desencadeando conflitos entre os dois grupos distintos: de um lado os empresários do setor turístico (*outsiders*) e, do outro, os empresários e grupo político local tradicional (*insiders*).

Outro participante do conflito é a população local que vem sofrendo impactos diretos do desenvolvimento do turismo, passando por grandes adaptações com o “boom” turístico de Pipa, sendo em um primeiro momento afastados do local em virtude da invasão de investidores que supervalorizaram suas propriedades e os seduziram a venderem suas residências.

Em seguida, tornam-se funcionários dos novos empreendimentos, tendo outras oportunidades de emprego e substituindo as antigas habilidades produtivas para trabalharem na área turística. Todavia, percebe-se insatisfação com as novas condições de trabalho, os subempregos que são submetidos, sendo em alguns casos, atraídos pelo tráfico e prostituição.

Nesse sentido, alguns entrevistados reforçam que é uma questão muito mais de trabalhar auto-estima, empoderamento e conscientização do próprio nativo, podendo ressaltar que:

“Pipa não se destaca como destino de atração para o turismo sexual, mas pela situação de baixa escolaridade e poucas perspectivas de vida, a própria população começa a se inclinar por esse lado.” (Depoimento de E11).

“Eu tô vendo os paraísos serem extintos assim, com a conivência dos nativos que não percebem que seus filhos vão cair no tráfico, que não tem emprego, emprego vem para gente de fora que é treinado, os donos de hotéis não trazem uma escola, num fazem um curso para treinar os meninos, então os meninos não tem capacitação, vão todos ser prostitutas.” (Depoimento de E20).

A distribuição financeira provenientes do turismo tem sido motivador de muitos conflitos, tendo em vista que os retornos econômicos acabam sendo concentrados em poucas mãos, não havendo uma distribuição igualitária e justa entre os grupos, sendo a comunidade local normalmente os mais prejudicados nessa divisão (YANG et al., 2013).

A população ainda sente os efeitos negativos por parte das autoridades locais, que normalmente priorizam as obras públicas para atender as necessidades dos turistas, em vez de destinar infra-estrutura local e serviços públicos de qualidade, despertando sentimento de insatisfação e em alguns casos, conflito entre sociedade e poder público (HAIJA, 2011).

Em relação à sociedade civil, Brandão (2013, p.190) expõe que:

Pode ser enquadrada como causa e consequência de um sem-número dentre as transformações ocorridas nas dinâmicas territoriais dos balneários, foi se tornando cada vez mais complexa e heterogênea e, por isso mesmo, mais exigente de diferentes demandas, que incluem o atendimento a interesses específicos de grupos como os moradores mais antigos e os novos moradores (entre os quais se deve incluir estrangeiros e brasileiros de outros estados), os migrantes temporários (proprietários de segundas residências e força de trabalho evocada nos períodos de alta estação) e os turistas.

O fluxo migratório dos que chegarem em Pipa, mesmo representando um embate para os costumes da população nativa, reflete benefícios desse intercâmbio, sendo alguns espaços de convivência perfeitamente compartilhados. Evidencia-se a existência de interação entre essa miscigenação que envolve forasteiros, estrangeiros, turistas e moradores nascidos no lugar:

“Muito bem, eles frequentam aqui, eu frequento a casa deles, é bem misturado. Eu faço aula de hidroginástica, por exemplo, é o máximo da globalização (risos), porque tem gente do mundo inteiro e tem famílias de nativos. Mas sempre foi assim, agora nem tem tantos estrangeiros, mas já houve época de ter muito estrangeiro, e todo mundo junto, não tem nenhuma distinção, isso é o que eu acho mais legal aqui, porque aqui você realmente vive. (Depoimento de E14).

Cada grupo de participantes segmentados no conflito pode ser agrupado por coalizões, tendo em vista o interesse em comum e o agrupamento dos setores como alternativa estratégica para fortalecimento das decisões.

“Mas que o setor público ele entenda que tem o suporte do setor privado e que juntos a gente consiga chegar no nosso objetivo que é melhorar a qualidade do destino pipa.” (Depoimento de E3).

Assim, o poder público pode ser representado pelos membros da gestão local, tais como secretarias e câmara municipal; o Mercado também apresenta suas coalizões, constituído pelas diversas associações vinculadas ao *trade* turístico- hospedagem, restaurantes, vendedores; por fim, a população local pode ser agrupada em coalizões, representados pelos colegiados, associações e conselhos que visam objetivos semelhantes, como a conservação da destinação turística, buscando desenvolvimento socialmente mais justo e equilibrado (quadro 7).

Quadro 7- Possíveis coalizões dos grupos envolvidos no conflito

PODER PÚBLICO	
Possíveis coalizões	Definição de metas
<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura Municipal • Secretaria Municipal de Turismo • Secretaria de Meio Ambiente • Câmara Municipal • Secretaria de Educação, Cultura e Desporto 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter o controle sobre o uso e ocupação do solo; • Desapropriar construções irregulares que desrespeitam as leis ambientais; • Conseguir efetivar um planejamento turístico com metas a longo prazo; • Tornar Pipa atrativa para os turistas, mas principalmente para a população local, atendendo aos anseios e necessidades básicas da população; • Incentivar os conselhos participativos, ouvindo efetivamente as aspirações da sociedade sobre os direcionamentos que almejam; • Fiscalizar a utilização indevida dos recursos naturais e atuar junto aos demais órgãos competentes, tais como IDEMA e IBAMA.
MERCADO	
Possíveis coalizões	Definição de metas
<ul style="list-style-type: none"> • Associação de Bares e Restaurantes de Pipa/Tibau (ABREST) • Associação dos Hotéis de Tibau do Sul e Pipa (ASHTEP) • Associação dos Barraqueiros da Praia da Pipa • Associação dos Moradores e Amigos da Pipa (AMAPIPA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar as ferramentas de divulgação e propagação do destino turístico; • Cobrar ações da gestão pública quanto à melhoria da infraestrutura básica; • Conter as construções de equipamentos turísticos em áreas preservadas; • Maior rigidez em relação a responsabilidade socioambiental; • Seguir as diretrizes para um desenvolvimento turístico mais sustentável; • Absorver e capacitar a população local, fornecendo maiores possibilidades de ascensão na atividade turística.
POPULAÇÃO	
Possíveis coalizões	Definição de metas
<ul style="list-style-type: none"> • Núcleo Ecológico de Pipa (NEP) • EDUCAPIPA • Associação Catavento • Associação de <i>surf</i> • Conselho Comunitário de Pipa • Grupo Ecológico Salva Vidas • Associação dos moradores da praia da Pipa 	<ul style="list-style-type: none"> • Ser inserida no planejamento turístico; • Participar ativamente das decisões relacionadas a praia da Pipa; • Manter o patrimônio natural da localidade, com preservação das unidades de conservação; • Fazer parte do processo de desenvolvimento endógeno; • Monitorar e reagir as irregularidades diante as explorações dos recursos de uso comum; • Ter maior consciência sobre direitos e deveres diante a conservação dos recursos naturais.

Fonte: Elaboração própria.

Com a pesquisa de campo, foi possível detectar a abertura de alguns atores para ampliar as representações, sendo a união dos membros de cada grupo uma estratégia para fortalecer os segmentos e atuar de maneira mais ordenada.

No entanto, é válido reforçar que as coalizões devem ser pensadas como estratégias para as ações coletivas, e não focadas em interesses individuais.

“Talvez, porque começam a olhar pra seu próprio umbigo e deu, alguns aí que já tentaram, mas depois aquela fogueira das vaidades, começam a ficar muito vaidosos porque “foi eu que fiz”, cara “eu não faz nada, nós fazemos”, mas sempre teve aqueles que aproveitavam o momento e começava “eu, porque eu” e isso deu muita desunião, entendeu?! Muita coisa não andou, e muitos eram os que poderiam, que tinham condições pra fazer acontecer e mesmo assim, Pipa é isso aí que a gente vê hoje, imagine se fosse mais bem organizado, mesmo assim, a gente tem um lugar maravilhoso.” (Depoimento de E10).

Portanto, torna-se necessário ultrapassar as limitações de trabalho isolado e em causas próprias, para começar a pensar no coletivo. Casos anteriores evidenciam que as iniciativas isoladas não surtiram efeito, e agora é preciso seguir outro caminho para alcançar resultados propensos às aspirações do grupo em geral.

“Hoje, Pipa se encontra cada um por si, todos estão extraindo tudo que pode para seu lucro particular. E se esquecem que o que atrai o turismo aqui é a natureza.” (Depoimento de F2).

É possível destacar que os grupos apresentam posições, interesses e necessidades específicas. Por isso, baseados na fundamentação do Cap-Net (2008) e das constatações *in loco*, foi possível agrupar essas questões (quadro 8):

Quadro 8- Posições, interesses e necessidades dos grupos da pesquisa

PODER PÚBLICO		
Posições	Interesses	Necessidades
Contrários ao monopólio do <i>trade</i> turístico	Manter as relações de poder	Efetivo planejamento turístico
MERCADO		
Posições	Interesses	Necessidades
Almejam o crescimento do turismo	Benefícios econômicos	Permanecer no mercado turístico
POPULAÇÃO		
Posições	Interesses	Necessidades
Favoráveis ao desenvolvimento turístico	Mais oportunidades na atividade turística	Desenvolvimento endógeno com participação no planejamento turístico

Fonte: Elaboração Própria, com base no Cap-net (2008).

Como é possível observar, cada grupo apresenta posições, interesses e necessidades próprias, mas todos estão interligados aos anseios vinculados ao desenvolvimento da atividade turística na praia da Pipa.

Traçando um paralelo com o triângulo dos conflitos (GALTUNG, 1996, p.72 *apud* PIGNATELLI, 2000, p.22), é possível fazer uma análise sobre o conflito em Pipa/ RN, envolvendo os três grupos divergentes do caso analisado- população local, mercado e poder público:

- Atitudes (emoções): revolta da população local contra a exclusão dos nativos do processo de desenvolvimento turístico, ocasionando insatisfação em relação a apropriação desenfreada dos *outsiders* e da ineficiência da gestão pública.

- Comportamentos: os agentes econômicos são responsáveis pela (re)territorialização de Pipa, agindo em busca de interesses econômicos e desrespeitando em alguns momentos os limites ambientais, sociais, culturais e políticos.

- Contradição: o poder público é ineficiente nas ações de fiscalização e controle de ocupação do solo, sendo por vezes omissos quanto ao planejamento turístico do destino, princípios de sustentabilidade e aos anseios da comunidade local.

Em alguns momentos, os grupos se confundem, sendo membros da população local também representante do setor privado, políticos como agentes do setor privado e às vezes, ocupam os três grupos, ou seja, político, empresário e população local. Yang et al. (2013, p.88) reforçam que pode haver essa sobreposição em distintos grupos, “membros de um grupo pode ter vários interesses em que os desenhe em um segundo ou mesmo terceiro grupo, como no exemplo de um local que está envolvido no governo e é também envolvido com uma pequena empresa.”

Em conformidade com ponderações de E12, o conflito entre poder público, privado e população é muito antigo, sendo um dos fatores limitantes para gestão de Pipa como um dos 65 destinos indutores do Ministério do Turismo. Portanto, tendo como base as peculiaridades dos grupos apresentados, serão delineadas as etapas que envolvem o desdobramento do conflito.

4.2.2 Progressão do conflito socioambiental em Pipa

Em consonância com Cap-Net (2008) e com Ostrom (1990), o conflito em questão pode ser identificado como de tipo intergrupo, por envolver participantes de grupos e interesses distintos, e intragrupo, por ser identificado posições diferentes dentro de um mesmo grupo, como o caso constatado na população.

Da mesma forma que um sistema turístico não é um todo coerente, a comunidade local de Pipa não é uniforme frente ao desenvolvimento econômico. Alguns grupos se opõem ao turismo, outros se acomodam, outros aproveitam suas oportunidades, outros assumem seus custos sem ter acesso a seus benefícios. Nem a comunidade local é sinônimo de comunidade nativa, pois a história turística do lugar e a imigração que o acompanhou há induzido um processo de heterogeneização (ALEDO et al, 2015, p.243).

De fato, existem manifestações que evidenciam a aceitação conturbada dos forasteiros pelos autoctónes. Nesse sentido, F3 pondera as relações impositivas do nativo de Pipa com os chamados “de fora”, afirmando “que os nativos até hoje sentem-se donos da praia.” Já na percepção de E15, “há uma boa interação dos que nasceram no lugar com os de fora, porque sabem que irão ter algum proveito das relações.”

Sabe-se que a aculturação trazida pelos *outsiders* foi responsável por novos hábitos e marginalização de uma significativa parcela da população, que se revolta com as novas condições de moradia e invasão de moradores que passam a dominar o povoado.

“Pode ir lá nos becos e ruelas que tá a miséria e aqui todo mundo faz uma maquiagem né! E pronto, e deixa lá, porque a Pipa é a entrada dali das belas vitrines até ali na praça e acabou, e não, não é assim. O turismo não conhece a outra realidade, e eu grito pelo outro lado da Pipa. Porque que tem droga aqui? Porque ela tá lá do outro lado, porque que tem um arrastão aqui? Porque eles estão lá do outro lado. Então vamos limpar tudo, vamos trabalhar um todo, porque se tem que ter turismo, uma hora o turismo vai conhecer, porque aquele que tá lá do outro lado, ele vai vim pra praia, ele vai ter o contato com o turista e ele vai apresentar o lado negativo.” (Depoimento de E7).

O discurso da nativa está rodeado de insatisfação e apontamentos sobre a marginalização do outro lado de Pipa, da periferia, que apesar de tentar ser escondido, acaba sendo presente e se misturando com o turismo. É preciso superar essas barreiras e buscar unidade nas ações.

A sociedade também cobra maior empenho e atuação do setor público para uma gestão mais eficiente, sentindo-se excluídos do processo de desenvolvimento turístico do lugar.

O impacto a esses espaços naturais não se restringe apenas a natureza, a comunidade local e sua cultura também sofrem estes impactos, desde quando o cotidiano da cidade é modificado e novos valores são introduzidos na comunidade. Quando esta cultura importada passa a predominar, a cultural local perde seu valor, causando verdadeiros conflitos entre a população nativa que não consegue se adequar aos novos costumes (OLIVEIRA, 2007, p.197).

Nesse contexto, a população nativa teve que se adaptar as novas condições impostas pela atividade, mas ainda evidenciam dificuldade de aceitação de alguns fatores, como é percebido na fala de N1 “dentre outras coisas, sinto muita falta dos vizinhos, e mesmo morando em uma localização privilegiada, na rua do Céu (centro de Pipa), estou cercada por empreendimentos e poucas casas residenciais. Até os filhos moram longe.”

De maneira geral, a população de Pipa é beneficiada com a infra-estrutura turística e recursos destinados a praia, com ampliação das oportunidades de emprego e renda proporcionados pela atividade, no entanto, ainda falta muito para atender aos anseios básicos, como disposto:

“A população é extremamente carente de lazer (a praia acaba sendo a única opção de lazer para os jovens), escolas precárias, saúde incipiente (apenas o básico).” (Depoimento de N8).

“Um problema grande aqui eu acho de espaço, tem aquela praça grande, mas não tem muita utilidade, as crianças realmente não tem muito onde brincar, onde correr...” (Depoimento de E14).

Diante as injustiças detectadas pela população, N2 relata que em muitos momentos de revolta os nativos já “chegaram a fazer justiça com as próprias mãos, citando como exemplos: destruição de escadarias construídas em áreas protegidas, sempre combatiam construções irregulares.”

A exemplo do que foi exposto, cansados da morosidade dos órgãos competentes, em muitas ocasiões os moradores agem por conta própria, como é o caso da praia das Minas, local de desova das tartarugas. Mesmo existindo placas de proibição de tráfego de veículos (fotografia 8), permanecia sendo invadido pela prática de passeios de quadriciclos, levando os moradores a organizar um mutirão para coibir a ação, fechando o acesso (fotografia 9) com troncos de coqueiros.



Fotografia 8- Placas de proibição
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.



Fotografia 9- Fechamento do acesso à praia das Minas
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

“Reuni uns 30, 40 surfistas, contratamos um empresário de uma kitanda de fruta que é um nativo, tem um caminhão e aí fomos juntos todos e fomos fazer esse trabalho de conscientização, fechando a praia e aí todo mundo viu né que não pode, que é o berçário de Tartaruga.” (Depoimento de E7).

Sobre os impactos da ação agressiva dos homens na natureza, E5 analisa como tem atingido diretamente as tartarugas, apontando a questão dos obstáculos que encontram na praia no momento da desova, que já houve inclusive situação de encontrarem tartarugas nas espreguiçadeiras na praia. Discorre ainda que o caminho tumultuado para chegar nas encostas das falésias, faz com que as tartarugas retornem ao mar e voltem em outro momento para tentar novamente e, as vezes, até mudam o local da desova. Outro fato agravante trata-se do tráfego de veículos transitando pelas praias, o que acaba passando por cima de muitos ninhos.

Assim, as barracas em localizações irregulares e o próprio trânsito de veículos pelas praias, penalizam o ritmo natural da espécie marinha das tartarugas que tem período de desova na Pipa. Sobre o potencial das praias, Zacarias (2015, p.187) pondera que isso “muitas vezes se converte no principal mecanismo de destruição das mesmas, especialmente quando os mecanismos de gestão pública não muito eficientes e o uso recreativo das praias é realizado sem o devido acompanhamento das autoridades.”

Ainda de acordo com N2, falta fiscalização e há omissão de órgãos como IDEMA e IBAMA diante de tantas irregularidades nas apropriações dos recursos naturais. Corroborando, alguns entrevistados narram exemplos de omissão.

“Várias vezes fizemos denúncia lá em Natal, na procuradoria do Meio Ambiente, lá no patrimônio da União. O patrimônio da União é responsável pelas praias, aí num vem, não vem porque não quer correr risco, eles ameaçam mesmo.” (Depoimento de E20).

“O poder público é o grande omissor do processo, percebe-se um discurso revoltado dos moradores com a forma que o público tem se posicionado, tendo esperança que a evolução do lugar aconteça de maneira mais consciente, já que despontou naturalmente e até hoje persiste sem planejamento.” (Depoimento de E15).

Expressando as relações conturbadas entre sociedade e poder público, é possível mencionar:

“O descaso que o município encontra-se, notadamente reflexo das gestões anteriores, e que tem expectativas que com a transição de gestão algo possa ser feito para melhorar e reverter o contexto.” (Depoimento de E20).

Percebe-se insatisfação da sociedade com várias administrações públicas passadas, mas alguns revelam esperança que o cenário possa começar a se modificar, já que em 2017 teve início uma nova gestão e ainda leva um pouco de tempo para visualizar as ações. Em alguns discursos percebe-se o intuito da população em colaborar com a gestão pública na tentativa de resultados mais amplos:

“E vamos ajudá-lo, independente de partido, não interessa, o que interessa é a nossa cidade.” (Depoimento de E16).

“Eu acho que agora com esse prefeito novo, começou dando uma mudança geral na Pipa, meio que um choque sabe?! Eu acho que vão mexer nas praias que é necessário, né?! Porque isso aqui é o segundo destino turístico do estado, tá largado, chega na praia do amor virou uma favela aquilo lá, os bandidos tomaram conta, começaram a construir, eles constroem uns troços lá e alugam, ali em cima que tem o tráfico, que tem tudo, entendeu?!” (Depoimento de E10).

Outro entrave é a descontinuidade das ações em virtude das mudanças de gestão municipal. O fomento do turismo precisa ser conduzido por intermédio de metas definidas e continuar sendo praticado independente de partido político que assumir o poder. Portanto, um passo primordial é contar com uma secretaria de turismo composta de equipe técnica, com mais autonomia e condições mínimas para empreitar projetos de representatividade turística.

O discurso de F3 remete que o setor privado que fez Pipa (e não o setor público), foram os empreendedores os responsáveis pela transformação e estruturação turística. Confirmou também que há conflitos de interesses entre setor público, privado e moradores. Nesse ínterim, é plausível analisar que:

“A população está submissa, amarrada em troca de interesses pessoais que os favoreçam. Acredita que Pipa possa ser o “diamante” do RN e desenvolve-se por causa da vocação turística, mas principalmente porque já havia um destaque

estrutural (proporcionado pelos empresários de fora- gastronomia e hospedagem) e se exaltava em relação aos demais destinos do RN.” (Depoimento de E15).

Analisando mais profundamente a progressão do conflito em Pipa, serão apontadas algumas constatações vinculadas aos princípios abordados no Cap-Net (2008):

Quadro 9- Progressão conflito em Pipa

ETAPAS DE FORMATAÇÃO DO CONFLITO
Side form (Formação de lados)
Os grupos envolvidos no conflito passam a contar com aliados, também possível considerar como coalizões, no qual os novos membros são incorporados de acordo com as semelhanças e afinidades quanto as reivindicações de cada grupo (Poder Público, Mercado e População). No estudo, o conflito se desenha com a distinção de três lados com interesses diversos, e aos poucos, há uma associação natural de outros representantes de cada setor formando as chamadas coalizões.
Positions Harden (Posições difíceis)
Os atores conflitantes ficam cada vez mais distantes, havendo comunicação prioritariamente entre os membros pertencentes a cada segmento, restringindo assim, as possibilidades de diálogo entre as partes envolvidas. Com isso, os interesses individuais passam a ser ainda mais evidentes, prejudicando possíveis acordos.
Communication Stops (A comunicação pára)
Momento em que a situação já está tão tensa que as comunicações são encerradas, deixando de haver diálogo entre os grupos opostos. Dessa maneira, o distanciamento e as dificuldades de acordo aumentam, prejudicando as tentativas de resolução do conflito.
Resources are Committed (Recursos estão comprometidos)
A exploração desenfreada e sem planejamento coloca em risco a manutenção da atividade turística, em virtude dos impactos imensuráveis afetando diretamente os bens de uso comum, notadamente com a degradação dos recursos naturais.
Conflict Goes Outside the Community (Conflito sai para fora da comunidade)
O conflito incorpora uma dimensão maior, atingindo outros personagens que passam a se preocupar e tentar minimizar os impactos provenientes dos desdobramentos da crise. Nesse momento, pesquisadores, a academia e o próprio ministério público podem entrar em ação para analisar e propor possíveis métodos de resolução para os conflitos identificados.
Perceptions Become Distorted (Percepções distorcidas)
À medida que o conflito evolui, as partes integrantes ficam cada vez mais fechadas e omissas a compartilhar as percepções dos demais grupos, ampliando o sentimento de detentor da razão, agindo em causa própria e sem deixar espaço para entender as demais situações.
Sense of Crisis Emerges (Sensação de crise emerge)
A crise emerge com a especulação imobiliária e ocupação desenfreada de segundas residências por <i>outsiders</i> , excluindo a população nativa do seu hábitat natural. A (re)territorialização e as dificuldades de acordo diante ao crescimento da atividade turística faz com que os grupos sintam-se prejudicados e começa o embate diretamente.
Outcomes Vary (os resultados variam)
Os reflexos provenientes do turismo variam de acordo com o modelo que tem sido adotado. A falta de planejamento efetivo no processo de desenvolvimento turístico atrelado ao pouco envolvimento dos autóctones torna-se um grande complicador na trajetória do conflito, culminando diretamente nas implicações proporcionadas pela atividade.
Costs of Conflict and Non-Negotiated Outcomes (Custos do conflito e resultados não-negociados)
A exclusão dos nativos do seu hábitat natural, apropriações em áreas irregulares e reordenamento do uso do solo geram danos incalculáveis para o meio ambiente, colocando em risco a própria manutenção da atividade turística. A falta de parcerias entre os agentes envolvidos no <i>trade</i> turístico ocasiona dificuldades na gestão da atividade, minimizando os retornos e os benefícios positivos que o turismo poderia gerar.

Fonte: Elaboração própria, pautada no Cap-Net (2008).

É cabível explicitar as relações de ganho e perda quando trata da gestão de conflitos vinculada a teoria dos jogos, como coloca Vargas (2007, p.194):

O conflito então se transforma de um jogo de soma zero em um jogo onde o ganho de uma das partes não significa necessariamente a perda da outra. Isto se atinge por meio de estratégias de barganha e negociações que sejam capazes de distribuir as perdas e os ganhos de forma equitativa. Ao se omitirem as causas subjacentes dos conflitos, procuram-se estratégias para atingir situações de ganho para todas as partes.

Alguns grupos demonstram evidente distinção de lados, como o Poder público e Mercado que apresentam aspirações e atuação divergente. Assim, é claro o conflito entre os interesses envolvidos, tendo os órgãos públicos como elementos para fortalecer as decisões públicas, e o Mercado segmentado em associações como partes para consubstanciar a luta pelos ideais em comum. Yang et al. (2013, p.85) reforçam essa concepção apontando que “os interesses e as posições comuns na sociedade de cada grupo e os antagonismos recíprocos conservam divisões e sistemas de estratificação social”, culminando assim, na segmentação em busca de objetivos e interesses próprios.

As decisões públicas acabam sendo escassas, deixando o planejamento estratégico em segundo plano. Os empresários não aceitam a inércia das autoridades locais quanto às medidas estratégicas para alavancar a atividade, resultando em sérias divergências nas ações e negociação entre as partes envolvidas no conflito.

Com base no entendimento geral em relação aos antagonismos e parcerias entre os grupos envolvidos no conflito socioambiental em Pipa, torna-se possível apresentar as principais interações e relacionamentos que os envolvem, detectando os aspectos que suscitaram os conflitos e possíveis alianças (quadro 10).

Quadro 10- Conflitos e alianças entre os grupos

GRUPOS	CONFLITOS	ALIANÇAS
PODER PÚBLICO	A gestão pública tem sido ineficiente quanto ao planejamento turístico, fiscalização e normatização das leis ambientais, perdendo o controle sobre a (re)territorialização, uso e ocupação do solo, dando mais atenção as demandas dos turistas e suprimindo os anseios da população local. Omissos em alguns casos referentes a preservação ambiental como ferramenta para sustentabilidade local da destinação turística.	Podem ser efetivadas no intuito de promover uma instância de governança mais atuante e envolvida com as questões sociais e mercadológicas, buscando um consenso nas ações deliberadas que atendam as aspirações de ambos os grupos.
MERCADO	Desacordos quanto ao uso e ocupação do solo, apropriações irregulares, processo de (re)territorialização, degradação ambiental com desrespeito as leis municipais, desconsiderando os locais ambientalmente frágeis, aculturação, desejo de crescimento do turismo a curto prazo.	Aumento das possibilidades de emprego e renda para a comunidade local, fornecendo possibilidades reais de inserção e crescimento profissional. Bem como, estruturação de equipamentos para atender a demanda turística, ações de <i>marketing</i> com responsabilidade socioambiental, estreitando parcerias e apoio do poder público.
POPULAÇÃO	Não existe um desenvolvimento endógeno, sendo excluídos do planejamento do turismo, afastados para as áreas mais periféricas e reprimidos a subempregos na área. Ainda há entraves na atuação conjunta que envolvem nativos e “forasteiros”.	União entre nativos e forasteiros para fortalecer as ONG’s e associações que lutam por causas coletivas vinculadas aos aspectos sociais e ambientais, tendo voz mais ativa e participação efetiva nas decisões de cunho turístico.

Fonte: Elaboração própria.

Diante do exposto, verifica-se que há muitos entraves que inibem uma atuação conjunta dos grupos narrados. Todavia, é possível detectar várias ações isoladas que tem tido um efeito positivo e promissor, com fortalecimento e até criação de novas associações e ONG’s. Assim, integrando um número cada vez maior de participantes, tendo como missão principal agir em prol da manutenção e recuperação dos recursos de uso comum na praia da Pipa, impactando gradativamente na mudança de concepção sobre atuação coletiva.

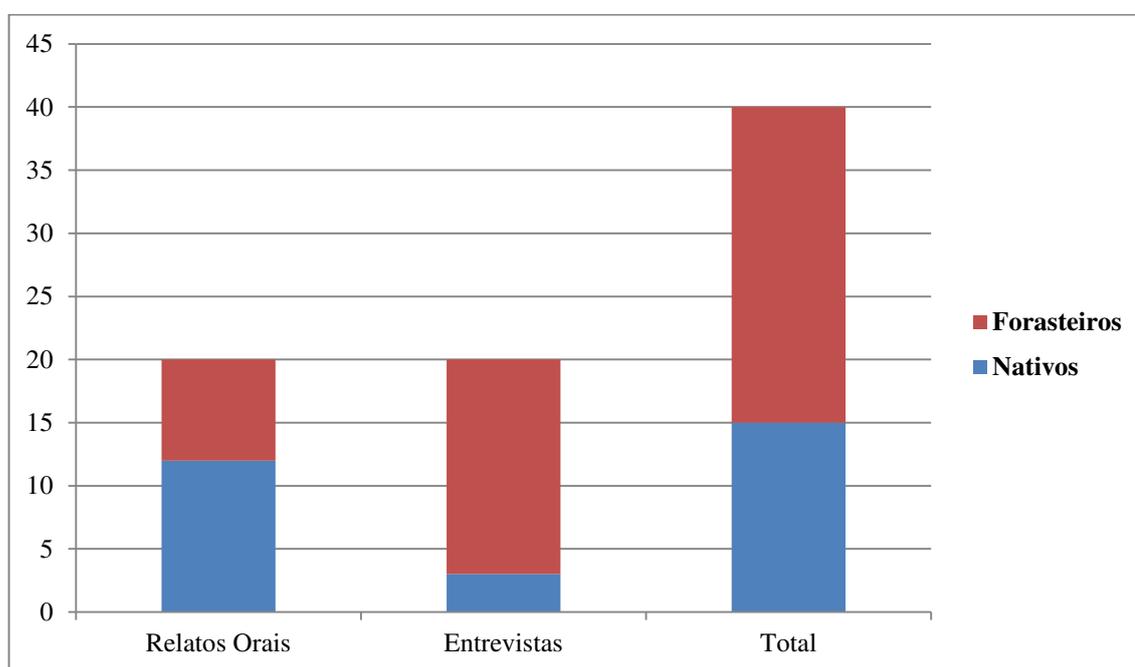
4.3 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL RELATIVAS AO TURISMO EM PIPA

Junto ao advento do turismo na praia da Pipa, surgem espontaneamente agrupamentos de classes no intuito de fortalecer determinados segmentos e ter uma organização mais estruturada para combater os impactos provenientes do turismo. Associações, núcleos e ONG's são criados e impulsionados, em sua grande maioria, por lideranças, sejam constituídos por nativos e/ou forasteiros.

Ao longo da história turística da destinação, percebe-se a influência assídua desses movimentos em luta por causas sociais, ambientais, culturais e educacionais, no intuito de melhorar a qualidade de vida dos pipenses.

Dentre a totalidade dos investigados na pesquisa, considerando os 20 entrevistados, com auxílio de roteiro semiestruturado, e também, os 20 investigados por meio de relatos orais, aponta-se a seguinte configuração (gráfico 1):

Gráfico 1- Nativos x forasteiros investigados



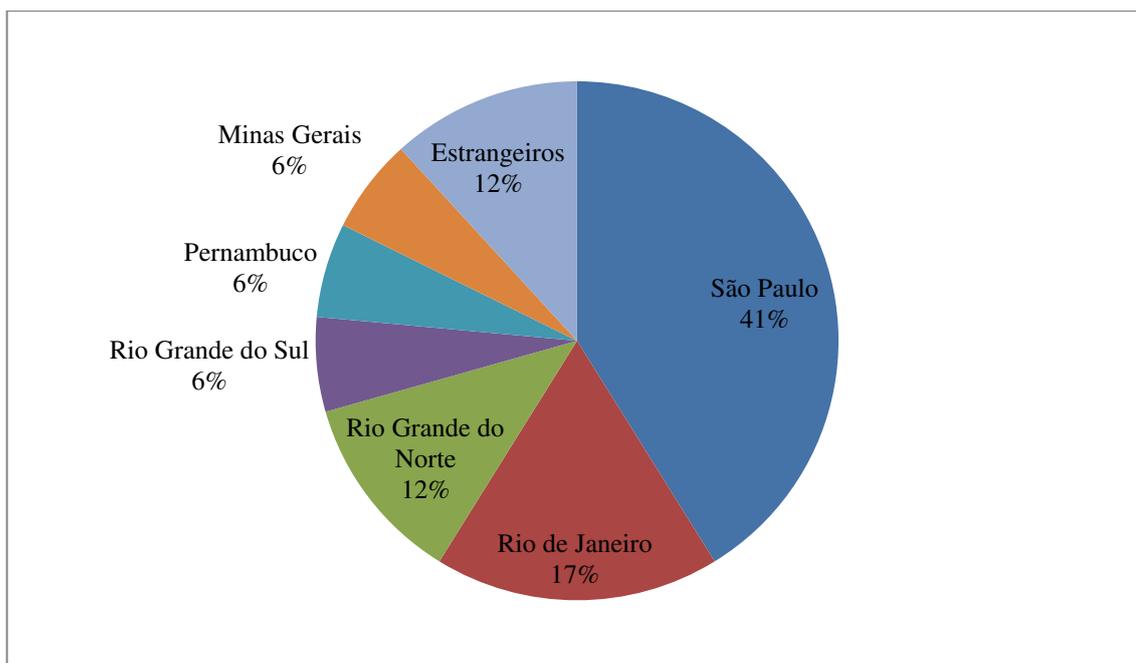
Fonte: Elaboração própria.

Foi possível constatar *in loco* que muitas lideranças e/ou empreendedores envolvidos com associações e ONG's são representados por forasteiros. Isso confirma as informações que

muitas pessoas de fora se fixaram em Pipa e se empenharam na tentativa de reverter o cenário de desgaste ambiental/social/cultural provenientes de um turismo predatório.

Pode-se destacar que a maioria dos forasteiros investigados tem nacionalidade brasileira, conforme gráfico 2:

Gráfico 2- Naturalidade dos forasteiros



Fonte: Elaboração própria.

É notório a diversidade geográfica que habita em Pipa. Muitos relatos discorrem que saíram da cidade grande em busca de sossego e tranquilidade, mas ao chegar em Pipa acaba querendo atribuir um ritmo semelhante ao que já são acostumados. Isso pode ser um motivador para os julgamentos dos forasteiros em relação à vida desacelerada que levam os nativos, havendo inclusive, embates quanto a isso.

O fato é que a maioria dos forasteiros investigados na pesquisa, apesar de não terem nascido em Pipa, já vivem na destinação há muitos anos (tabela 1), conseguiram fixar raízes e evidenciam o sentimento de pertencimento ao lugar.

Tabela 1- Anos de moradia em Pipa

Identificação (entrevistados)	Tempo de moradia em pipa	Identificação (Relatos Oraís)	Tempo de moradia em pipa
E1	6 anos	F1	30 anos
E2	28 anos	F2	5 anos
E3	8 anos	F3	50 anos
E4	30 anos	F4	15 anos
E5	10 anos	F5	13 anos
E6	17 anos	F6	15 anos
E8	12 anos	F7	10 anos
E9	12 anos	F8	30 anos
E10	19 anos		
E11	8 anos		
E12	13 anos		
E14	15 anos		
E15	36 anos		
E17	14 anos		
E18	18 anos		
E19	20 anos		
E20	14 anos		

Fonte: Elaboração própria.

Ao serem questionados sobre os motivos que os fizeram mudar para Pipa, alguns relatos esclarecem os motivos:

“Eu vim passar férias e gostei do local e estava um pouco insatisfeita com o meu trabalho, apesar de ser um trabalho bom e bem remunerado, na Avenida Paulista, mas eu estava um pouco insatisfeita com a rotina e quis sair. E eu sempre tive um sonho de morar na praia, em um lugar de sol no Nordeste. E gostei muito de Pipa.” (Depoimento de E19).

“Eu sempre quis morar em um lugar menor, onde você pudesse interferir, pudesse fazer alguma diferença.” (Depoimento de E14).

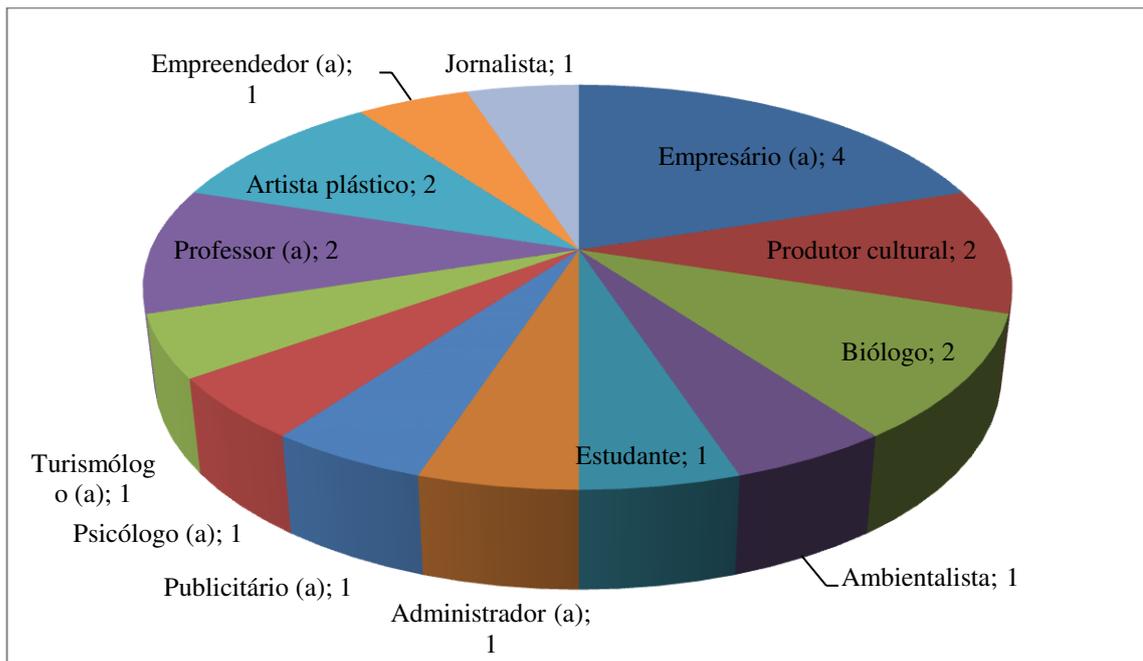
“Substitui a vida atribulada na capital de São Paulo pela tranquilidade e novos horizontes profissionais na praia da Pipa” (Depoimento de E15).

Outro aspecto identificado por E15 é a transição de empresários estrangeiros de diferentes nacionalidades. Ou seja, chegam, passam algum tempo e quando não estão mais lucrando o suficiente, acabam migrando para outros lugares mais atrativos, culminando em uma “onda” passageira. Em virtude dessa porcentagem alta de migração de estrangeiros, as pessoas não sabem se vão ficar e acabam agindo de maneira imediatista, com “desunião”, não pensando no bem coletivo como prioridade.

Em meio a esses imigrantes, encontra-se um número considerável de pessoas que tiveram oportunidade de ter formação superior, apresentam alto nível intelectual e

conhecimento de princípios socioambientais, que ao escolherem Pipa como local de moradia, sentem-se inquietos para atuar na preservação e defesa dos recursos naturais e aspectos sociais. Um fato interessante identificado é que muitas das representações são lideradas por pessoas que vieram de outras partes, a grande maioria, com vivência de mundo e capacitação em áreas diversas.

Gráfico 3- Profissão dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria.

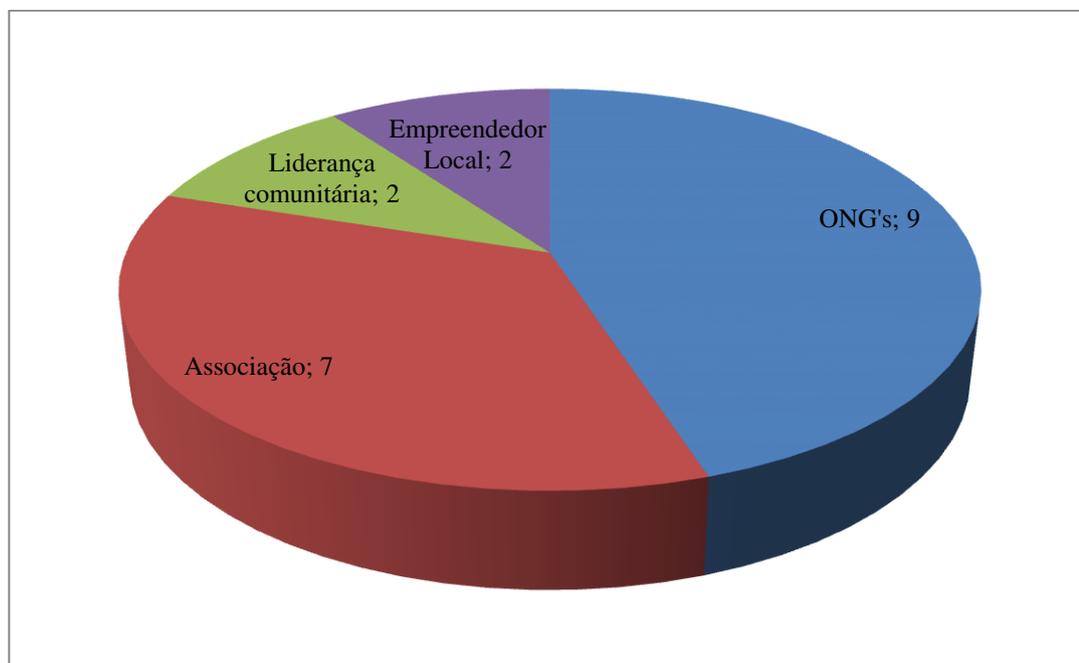
O gráfico demonstra as principais profissões dos investigados, mostrando que a maioria possui ensino superior completo. Conforme constatado em campo, a grande parte das associações e organizações são conduzidas por forasteiros que sinalizam preocupação e interesse em integrar os nativos nas ações gerais.

“Envolver a comunidade local porque tudo bem, a gente é empreendedor e tudo, mas a gente não pode atropelar a população que já viveu aqui.” (Depoimento de E8).

É possível citar as ONG's e associações atuantes no local investigado, combatendo os impactos socioambientais e estruturando determinados segmentos para atuar de maneira mais ordenada diante os desafios da atividade turística. Dessa forma, buscou-se contato direto com essas lideranças para entender o contexto de organização social que encontra-se a praia

da Pipa. Assim, apresenta-se o quantitativo das ONG's, associações e lideranças e empreendedores locais que representaram o levantamento de dados:

Gráfico 4- Representação dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria.

No gráfico, é possível observar que a maioria dos entrevistados pertencem a ONG's ou associações. Os demais se apresentaram como empreendedores locais e lideranças comunitárias. É cabível esclarecer que os moradores entrevistados, independente da representação, tem um histórico de atuação na destinação turística, desempenhando papel importante na comunidade, sendo reconhecidos pelas conquistas ao longo dos anos.

Detectou-se que as lideranças, envolvidas com as associações, ONG's e demais iniciativas locais, independente de serem forasteiros, residem na localidade há muitos anos, o que fornecem a essas pessoas o sentimento de pertencimento e responsabilidade pelo lugar que escolheram para viver.

Durante o período de análise dos dados, constatou-se um forte empenho da comunidade para reativação da associação de moradores, pautados em reivindicações que envolvem o bem-estar e segurança da população local.

É válido destacar que em 2000 já houve movimento semelhante, momento que foi instituído o conselho comunitário.

“Olha, foi muito difícil porque falta muito comprometimento das pessoas. A Pipa aqui é um lugar onde as pessoas (os nativos) são muito desconfiadas hoje, já há muito tempo com quem vem de fora né. Então o conselho comunitário era pra eles e para a necessidade da cidade e da população que não tinha nenhuma representação.” (Depoimento de E12).

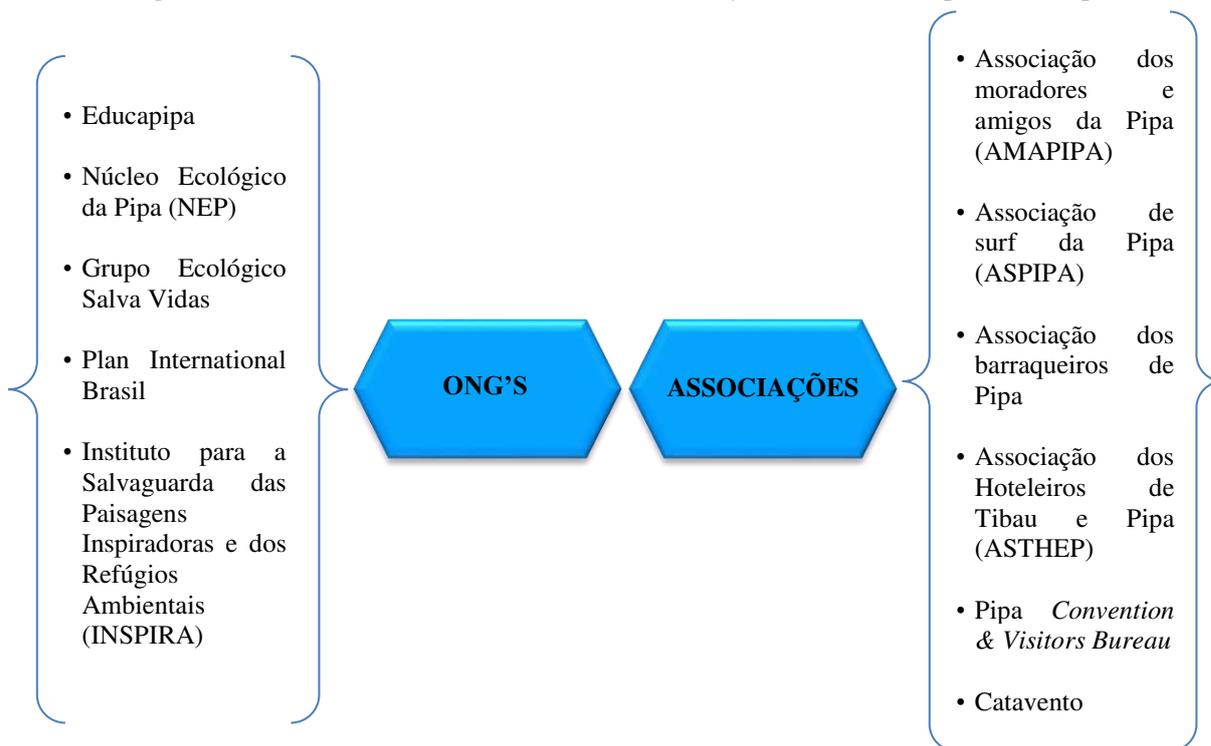
A pesquisa de campo possibilitou explorar com maior propriedade o destino turístico investigado, conhecendo suas peculiaridades e principais entraves, sendo perceptível a dificuldade de envolver nativos e forasteiros nas mesmas representações, havendo sentimento de desconfiança. Portanto, percebe-se uma distinção nas relações sociais, existindo ainda um distanciamento entre os “locais” e os de “fora”. Chama atenção a dificuldade de interação conjunta dessas pessoas, que apesar de pertencer à mesma comunidade, aparentam atuar como grupo não coeso. Zacarias (2015, p.181-182) faz ponderações nesse sentido, “existindo contextos diferentes de usufruto da experiência turística, é normal que os grupos menos beneficiados (em muitos casos as comunidades residentes) sintam dificuldades em assimilar o desenvolvimento do turismo e a convivência com outros grupos.”

A seguir, serão apresentadas as ONG’s e associações atuantes no local investigado, combatendo os impactos socioambientais e estruturando determinados segmentos para atuar de maneira mais ordenada diante os desafios da atividade turística.

4.3.1 Associações e ONG’s atuantes na praia da pipa

Durante a pesquisa de campo, foi possível verificar *in loco* as principais representações dispostas no contexto estudado, com destaque para as ONG’s e associações com significativa relevância para o destino turístico.

Figura 15- Levantamento das ONG's e associações atuantes na praia da Pipa

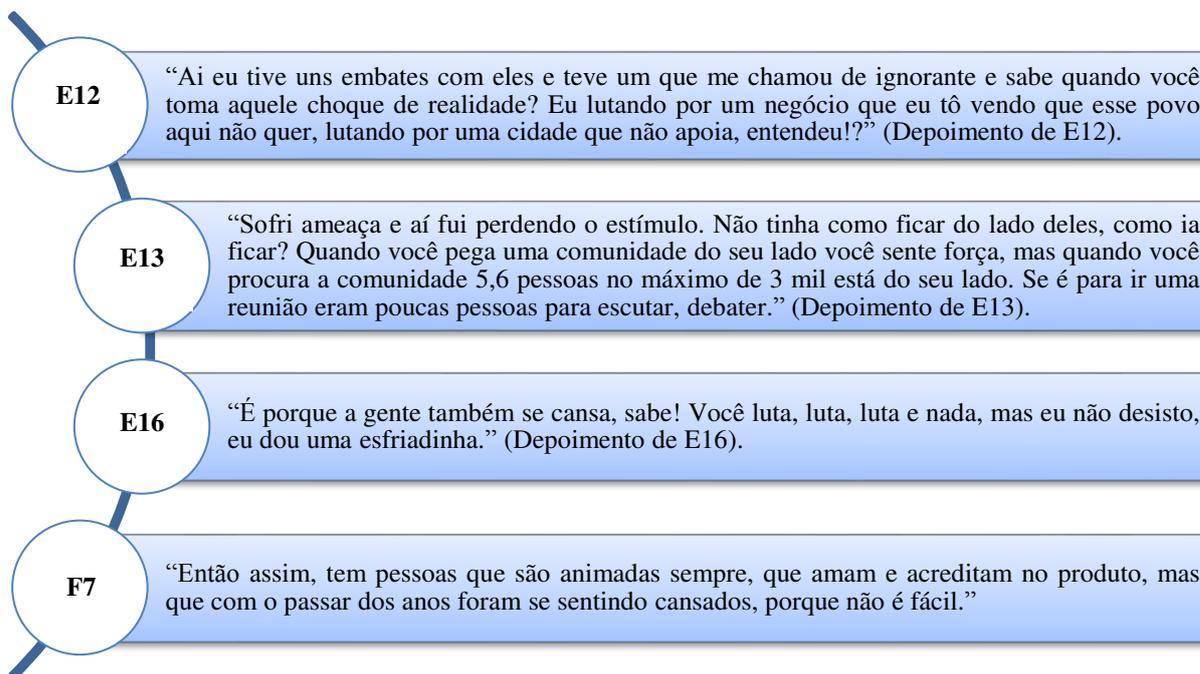


Fonte: Elaboração própria.

Sabe-se que a atuação de ONG's e associações sempre foi presente no contexto investigado, sendo verificado nos discursos o poder de mobilização e fiscalização dessas entidades, no sentido de preservar o patrimônio natural da praia da Pipa.

Contudo, com a observação *in loco*, percebe-se que fortes lideranças, que já foram muito engajadas e envolvidas com associações e ONG's, passaram por crises de resistência e alguns desistiram de permanecer na luta. A desmotivação foi a principal causa apontada nos relatos dos moradores como justificativa para abandonarem causas que acreditavam.

Figura 16- Motivos do enfraquecimento das representações



Fonte: Elaboração própria.

A desarticulação de algumas associações e grupos também se deu pela falta de apoio da própria comunidade local, conforme narrado por alguns entrevistados. A fragilidade, e até rompimento de algumas entidades, pode ser configurado ainda como reflexo do descrédito do setor público em apoiar as propostas e ações dos movimentos, que foram gradativamente induzidos a cessar as lutas, deixando de atuar por julgarem não ter voz ativa diante os interesses dos poderosos.

Isso evidencia que as relações de poder são condutoras para impulsionar conflitos de diferentes magnitudes.

“E pra você ter ideia, eles, quem é de fora, não vou dizer todos, mas chega aqui com autoridade, acham que dinheiro é tudo, quer passar por cima de você, quer tomar suas...” (Depoimento de E7).

Passados alguns anos, algumas representações enfraqueceram-se em decorrência da forte influência do setor político e dos seus desmandos, culminando inclusive na desarticulação de ONG's e associações consolidadas. Segundo relatos, houve muitas represarias como é possível constatar nos discursos:

“O núcleo ecológico era, é, e ainda tinha o meu apoio porque o núcleo ecológico veio para juntar, para apoiar todas as pessoas, vinham para a reunião e mostrar como deveria seguir Pipa. Aí foi quando aconteceu o que eu te falei. A influência do capitalismo, as pessoas que não entenderam a posição do núcleo começaram a fazer o efeito contrário. Começaram a pregar que o núcleo ecológico de Pipa veio para prejudicar, para travar o desenvolvimento.” (Depoimento de E13).

“Eu aprendi a não ter medo, porque se não, daqui a pouco eu vou tá morando aonde?” (Depoimento de E7).

A comunidade visivelmente revoltada com o cenário de abandono, criminalidade e destruição do patrimônio natural, por meio do impulso de lideranças, começaram a agir novamente em busca de atitudes mais concretas, não aceitando mais o fato de serem apenas expectadores inertes.

“Eu ainda acredito, eu acredito porque eu busco conhecimento, certo! Foi através dele que eu consegui muita coisa, porque se eu fosse uma pessoa que olhasse desse lado, “ah, os de fora podem, então eu vou fazer isso”, seria ignorante, não, existe a lei, ela tá no papel, tá, mas o direito só é morto para aqueles que morrem.” (Depoimento de E7).

Assim, o ano de 2017 é considerado como um marco importante. Destaca-se o impulso de pessoas que voltaram a confiar que a luta é viável e começam a atuar de maneira mais organizada e estruturada, com a reativação de ONGs e associações enfraquecidas. As novas manifestações são majoritariamente conduzidas por atores jovens que mostram-se entusiasmados, além das demais lideranças que nunca desistiram de agir a frente das suas representações.

Portanto, o sentimento de desistência e abandono foi convertido em decorrência do ressurgimento e fortalecimento de associações e ONG's, além da criação de outras entidades, sendo evidenciado, em campo, o empenho de novas lideranças que ascenderam à posição de impulsionadores para reconstituição de grupos que estavam desarticulados.

“Eu acho que estamos indo, porque há 5 anos atrás não tinha tudo isso, ou eu não conhecia porque não estava muito envolvida, comecei a me envolver do ano passado para cá.” (Depoimento de E1).

“Porque a gente também já cansou de bater e bater quem sabe na mesma tecla e as vezes até parecer como chato, entendeu?! Acho que tá na hora desse pessoal mais novo também tomar atitude porque eles são mais responsáveis e são quem mais tão sofrendo isso, que vão sofrer né.” (Depoimento de E10).

Sempre houve um sentimento muito forte de pertencimento e identidade, no sentido de preservar o que consideram como propriedades naturais do lugar, tais como: dunas, falésias, chapadões, vegetação nativa. Talvez por isso, sempre tiveram o hábito de fiscalizar e cuidar com afinco do seu patrimônio, e em decorrência da falta de confiança e ineficácia dos órgãos públicos, em várias situações, já agiram de maneira autônoma, em forma de mutirão, para combater injustiças e salvaguardar os recursos ambientais.

A própria manutenção de uma reserva de vegetação nativa, o atual Santuário ecológico, só tornou-se possível devido o pensamento revolucionário e comprometido de um forasteiro que vislumbrou há muitos anos a riqueza ecológica daquele espaço. Desde então, vem atuando assiduamente na conservação e manutenção desse patrimônio para a humanidade, transformando-o em área de preservação ambiental.

Fotografia 10- A estrada de acesso a Pipa, à esquerda, parte do Santuário Ecológico e a Baía dos Golfinhos



Fonte: Arquivo digital do @pipafotos, autoria de Gustavo Mitilene Cordeiro- Besouro Branco (2017).

Ao longo da pesquisa etnográfica, percebe-se a preocupação do forasteiro com o nativo, demonstrando interesse em compartilhar conhecimentos e atuarem juntos na caminhada relativa a um desenvolvimento mais justo. Os forasteiros apontam que muitos entraves deve-se ao baixo nível educacional dos nativos, decorrentes das condições de vida que foram submetidos e as poucas oportunidades que tiveram.

“É o seguinte, o pessoal em si nativo, local, que já estão aqui há muitos anos, são leigos, não vou dizer todos, mas o “meu povo” que eu falo assim, que eu conheço, que é nativo e tudo, eles não tem muito conhecimento né, formal... Eles são muito revoltados né! com tudo, porque há um paradigma entre quem chegou aqui, o empresário, que não é daqui- que construiu, com o nativo- com o local.” (Depoimento de E7).

É notório que muitos forasteiros chegaram a Pipa vislumbrando oportunidade de negócios, e infelizmente, agiram sem respeito e falta de princípios sociais e ambientais. Isso pode ter deixado resquícios fortes que levaram os nativos, por muito tempo, a apresentar resistência e falta de confiança nesses novos moradores que dividem o mesmo espaço.

O discurso de E12 confirma que já houve tentativas de envolver os nativos junto aos cargos das representações (tesouraria, secretaria, presidência), mas não foi um processo fácil, considerando que mesmo tendo consciência da importância do movimento, eram leigos e não tinham habilidades básicas que permitissem desenvolver o trabalho burocrático, não tinham noção do que era aquilo, por isso, foi tão difícil integrá-los. No entanto, reconhecem que pode haver uma troca e disseminação do conhecimento, já que a maioria dos *outsiders* que estão em Pipa tem grande vivência de mundo, além de serem portadores de habilidades que podem ser compartilhadas com os locais.

“A ideia é basicamente essa, mas em todas as áreas, pode ser educação, saúde, arte, esporte, enfim, tudo, porque temos gente qualificada para atuar em todas as áreas, às vezes precisa do lugar e das pessoas. Várias pessoas fariam muita coisa de graça, só precisa ter acesso às pessoas que estão precisando.” (Depoimento de E14).

As ONG's foram inicialmente fundadas em Pipa com o direcionamento de combater irregularidades ambientais e proporcionar ações de cunho social, educacional e cultural para a população.

Há destaque significativo para o Núcleo Ecológico da Pipa (NEP), pelo reconhecido desempenho ao longo dos anos, com atuação a frente de causas importantes, sendo responsável por movimentos que lutaram bravamente pela preservação de áreas naturais. O núcleo é atuante desde o ano de 1998, e foi idealizado pensando na sustentabilidade do destino turístico:

Foi fundado por um grupo de moradores preocupados com os danos ambientais de um visível processo de ocupação desordenada do território, com pousadas, hotéis, condomínios e até casas particulares sendo construídos de forma não sustentável, que mais cedo ou mais tarde trariam grandes danos à qualidade de vida das famílias que moram aqui. Até hoje somos todos residentes aqui e acima de tudo, gente que

ama profundamente a beleza deste pedaço do mundo. Há professores e professoras, biólogas, jornalistas, poetas e românticos que são membros atuantes do NEP. (TRECHO EXTRAÍDO DO BLOG NÚCLEO ECOLÓGICO, 2013).

O NEP sempre foi vigilante em relação às irregularidades que implicavam danos ao meio ambiente, com denúncias ao Ministério Público, IDEMA e IBAMA. Todavia, o grupo sempre foi alvo de ameaças, por combaterem ilegalidades do setor privado, notadamente empresários estrangeiros que ameaçavam a integridade ambiental para construção de grandes projetos turísticos.

“Já não quer mais aparecer, ficou todo mundo com medo, porque vieram especuladores grandes, pessoas grandes, italianos, espanhóis, portugueses, com muito dinheiro e muito ódio, e essas pessoas não brincam né?!” (Depoimento de E20).

O discurso remete ao poder intimidador dos grandes poderosos sobre os membros de ONG's, principalmente de cunho ambiental, pois acabavam sendo tratados como empecilhos para os grandes planos empresariais. Junto ao desbravamento de Pipa, chegou também capital estrangeiro, dispostos a burlar qualquer tipo de lei para impor o modelo de crescimento vinculado à exploração de belezas naturais. Nesse sentido, os ambientalistas foram fundamentais no combate contra os grandes investidores.

A missão do NEP de zelar pelos recursos ambientais também se mostrou efetiva nos projetos de conscientização, sensibilização e mobilização da população, mostrando-se como aliada no combate aos impactos ambientais, sendo idealizadora de eventos com essa vertente:

“O NEP era que sempre fazia. Trazia promotor, na semana do meio ambiente, fez vários eventos para conscientizar as pessoas com o ministério, com palestra do IDEMA, do IBAMA, de ONG de representatividade na parte ambiental, o santuário ecológico de Pipa.” (Depoimento de E13).

A associação educacional comunitária do município de Tibau do Sul- EDUCAPIPA, também tem uma reconhecida atuação. É uma entidade sem fins lucrativos, voltada as questões educacionais e culturais, com apoio a eventos gastronômicos, projetos sociais e esportivos.

“A EDUCAPIPA hoje ela na realidade tem um baú de projetos. Ela tinha um telecentro, mas que perdeu um pouco a utilidade porque hoje todo mundo tem internet em casa, então na época era muito bom.” (Depoimento de E4)

Ao longo dos 12 anos de fundação, tem representado a população nativa em vários conselhos, envolvimento com ações de capacitação, projetos voltados ao estímulo de práticas esportivas como alternativa para jovens talentos, além dos trabalhos sociais. É reconhecido o envolvimento da comunidade com os projetos da EDUCAPIPA:

“Se envolveu, nós fizemos muita coisa, muita coisa mesmo, teve vários cursos de audiovisual, fizemos muita coisa, e ainda fazemos.” (Depoimento de E16).

A EDUCAPIPA estimula os aspectos tradicionais da comunidade, com ações destinadas a fortalecimento da gastronomia como elemento de atração de visitantes, sendo um fator para segmentação turística do destino.

Outra ONG investigada é o Grupo Ecológico Salva Vidas, com performance voltada aos aspectos de preservação do meio ambiente e o bioma da Mata Atlântica, sua fauna e flora, defendendo os interesses da comunidade. Tem destaque na atuação junto ao Ministério Público, no sentido de combater injustiças e impedir irregularidades.

A Plan International Brasil é uma organização não-governamental voltada a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, com combate a exploração de jovens em situação de vulnerabilidade. Em Tibau do Sul, a ONG atua com combate sexual, exploração infantil, capacitações de jovens, mobilização e sensibilização do *trade* turístico para o controle de situações de exploração.

É necessário esclarecer que Pipa não tem sido alvo direto de turismo sexual, mas há várias situações adversas que justificam a preocupação da ONG, tais como o assédio de jovens nativos aos turistas, cultivando a esperança de relacionamentos amorosos com estrangeiros que possam proporcionar uma vida melhor.

“O problema daqui eu acho que tá muito mais numa consciência do gringo príncipe encantado, relações de poder bem estabelecidas, homem e mulher, rico ou pobre, gringo e brasileiro, bem específico, aonde os nativos estão sempre no lugar de desprivilegiado. Então acho que é uma questão muito mais de trabalhar auto-estima, empoderamento, conscientização do próprio nativo.” (Depoimento E11).

Há casos de famílias que induzem seus filhos a se relacionarem com estrangeiros na expectativa de obterem lucros financeiros, deixando de lado questões fundamentais que precisam ser trabalhadas no contexto de sociedade. Dessa forma, a Plan estabelece um papel importante na destinação turística.

O Instituto para a Salvaguarda das Paisagens Inspiradoras e dos Refúgios Ambientais (INSPIRA) é responsável pela manutenção e preservação de uma importante reserva de Mata Atlântica, o Santuário Ecológico da Pipa.

Fotografia 11- Vista aérea do Santuário Ecológico da Pipa



Fonte: Arquivo digital do @pipafotos, autoria de Gustavo Mitilene Cordeiro- Besouro Branco (2017).

Em decorrência da iniciativa privada de um ativista, esse recorte espacial foi transformado em Reserva Particular, com manutenção e preservação de importantes espécies nativas. O Santuário é aberto à visitação e oferece uma programação diversificada, proporcionando aos moradores e turistas possibilidades de conhecer essa importante reserva natural.

“Aquele área privilegiada ainda resiste ao desenvolvimento desordenado de Pipa porque logo no início do desbravamento do destino o atual proprietário conseguiu adquirir o empreendimento e fez questão de manter o mais intacto possível, com o mínimo de impacto e conservação das características naturais, mantendo a flora e fauna do lugar. A natureza tem um poder de regeneração e que mesmo tendo pouca mata atlântica que resiste ao cenário de construções, ainda há uma diversidade da fauna e flora no santuário.” (Depoimento de E5).

No contexto em estudo, percebe-se a existência de vários agrupamentos de classe, buscando consolidação por meio de associações para reivindicarem aspirações de cada

categoria. Pode-se citar a AMAPIPA, catavento, ASTHEP, *Pipa Convention & Visitors Bureau*, associação de *surf* e dos barraqueiros, sendo todos alvos de investigação na pesquisa.

Dentre as associações, destaca-se o trabalho desempenhado pela AMAPIPA, fundada em 2005 e reativada no ano de 2017, depois de um longo período de desarticulação. A criação surgiu pela necessidade de:

Um órgão que preenchesse as lacunas deixadas pelo poder público em certas áreas, como saúde, meio ambiente, infra-estrutura, arte, cultura e educação. Com a missão de buscar uma maior união de todas as categorias a fim de proporcionar o fortalecimento da atividade turística sustentável, o resgate da cultura local, a inserção social (TRECHO EXTRAÍDO DO BLOG DO AMAPIPA).

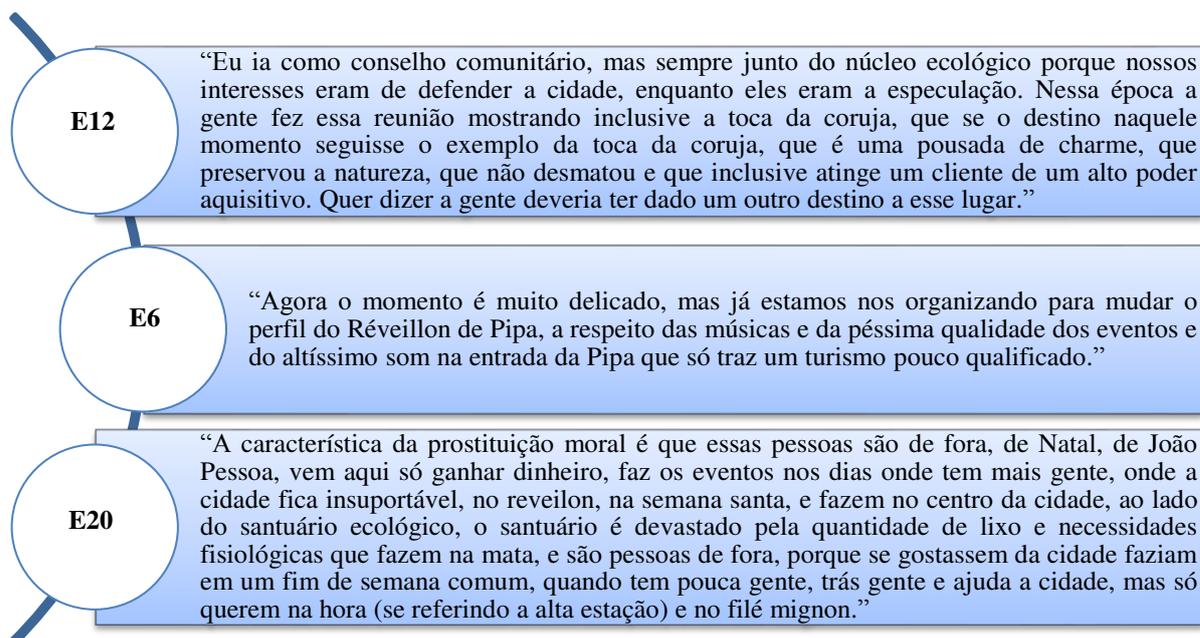
A retomada da associação se deu em um momento que a população voltou-se aos problemas básicos, tais como insegurança, sendo uma das causas impulsionadoras para o grupo ser reerguido.

“Tem que sanar alguns problemas como de segurança, ajudar, na verdade, porque nossa obrigação é ajudar, isso é um dever do estado e do município, mas como empresários e geradores de emprego temos o dever também de colaborar e como a gente tá unido agora, estamos nos unindo mais, priorizamos a parte da segurança pública.” (Depoimento de E3).

Começou a articulação de resgate da AMAPIPA devido à busca por instrumentos de negociação na tentativa de agir contra a insegurança do município, que tem atingido diretamente os estabelecimentos privados. Essa foi a motivação inicial para conseguir articulação financeira para a primeira ação, remetendo a compra e doação de pneus para viaturas e câmeras para auxiliar a polícia militar no monitoramento da praia da Pipa. A associação é composta majoritariamente por empresários, no qual se preocupam em estender a vida útil da localidade, fomentar novas ações. No discurso, percebe-se interesse em mudar o perfil do público frequentador de Pipa, já que o turismo de massa tem dominado e deixado impactos maléficis nas dimensões sociais e ambientais.

Sobre a expansão do turismo de massa, a preocupação é recorrente, já que há anos faz parte da pauta de reivindicações de grupos defensores de Pipa:

Figura 17- Preocupação com a disseminação do turismo de massa



Fonte: Elaboração própria.

Em reunião com os membros do AMAPIPA, esse debate foi reestabelecido, demonstrando insatisfação e conflito com o poder público, mas não querem ser inconsequentes na oposição, por isso, a tentativa de junção de forças no intuito de melhorar a qualidade da destinação turística.

“Em Pipa não tem índio. Todo mundo só quer ser cacique”, diz um amigo meu. Assim, as associações não tem vida fácil e, geralmente, curta. A comunidade, às vezes, se une para manifestar algum descontento geral (falta de segurança, principalmente), mas são ações esporádicas. Atualmente, alguns empresários reativaram a associação AMAPIPA.” (Depoimento de E9).

Muitos nativos relatam receio em relação aos reais interesses da AMAPIPA, alegando que anteriormente tinha uma atuação focada em aspirações do setor privado em detrimento do bem da comunidade como um todo, mais interessados na busca de representativa para defender causas próprias e do mercado.

Talvez por tal convicção, os nativos mostram-se desacreditados para se unirem a associação:

“É isso que eu digo, depende desse caminhar pra mim me associar.” (Depoimento de E4).

“Sobre as associações, diz que as empresas não entendem bem a função, o que é priorizado é a mentalidade pequena dos hoteleiros em busca de coisas menores, que estejam associados aos benefícios próprios.” (Depoimento de E15).

“E estão fazendo agora umas lixeiras que é uma ação legal e tudo mais, só que a gente não confia muito, quem conhece, quem sabe que o outro é mais pra fazer confusão.” (Depoimento de E12).

Um dos objetivos discutidos pelos associados é fomentar estratégias para aumentar o número de sócios, e assim, ter recursos em caixa para as iniciativas planejadas e fortalecimento da AMAPIPA. Para se tornar sólido, é interessante que a associação seja de fato representativa do setor privado e da sociedade, sendo debatido em reunião a possibilidade de parcela dos membros ser preenchida por nativos, trocando mensalidade por mão-de-obra (serviço), sendo um caminho para integrar outras pessoas.

“O mais viável era que todos se unissem além de ter essas associações individuais que se formassem uma só.” (Depoimento de E13).

Remetendo a preocupação das várias associações trabalharem por interesses próprios, vinculado apenas a uma categoria, quando na verdade, deveriam pensar em algo maior, uma junção de forças para atuação e reivindicação mais generalizada.

A associação de *surf* também tem um notório trabalho social com a população nativa de Pipa, sendo liderados por nativos que se preocupam com as demandas ambientais do entorno. Tal associação, além das causas ambientais, preocupa-se com as questões que atingem os nativos mais humildes, e sempre que possível, idealizam ações focadas no bem estar da população. É notável o papel do grupo na conservação das praias, com ações de limpeza e proteção de áreas naturais.

Outras associações atuantes no contexto do turismo em Pipa é a dos barraqueiros e dos Hoteleiros de Tibau e Pipa (ASTHEP). A associação dos barraqueiros é constituída por representantes das barracas localizadas na praia do centro. Diante o cenário de informalidade e ocupação desordenada de ambulantes nas praias, o grupo que apresenta legalização de funcionamento das barracas de praias atua no combate às irregularidades e por melhores condições para o serviço prestado aos turistas. Já a associação dos Hoteleiros de Tibau e Pipa, é uma representação para defender os anseios dos empresários dos meios de hospedagem. O grupo tem atuação em busca de interesses da categoria, unindo forças para proteger direitos da classe.

“A ASTHEP ela surgiu em resposta ao núcleo ecológico porque o que aconteceu, começou a surgir umas denúncias e aí o IDEMA resolveu ir trabalhar. E aí fez um arrastão, mutirão na Pipa em várias pousadas. E aí foram lá mostrar trabalho e várias pousadas tiveram que regularizar a situação tá. E aí os empresários seguiram pressionando e resolveu fundar a ASTHEP e foi assim que a ASTHEP surge em resposta mesmo a pressão do Núcleo Ecológico e foi bem nessa época entre 98/2000/2001.” (Depoimento de E19).

Ao ser debatido sobre a existência de grupos e associações, N2 relata que as poucas existentes, como *Convention Bureau* e ASTHEP estão enfraquecidas, e muitas associações são criadas em momentos de turbulência, “depois que a briga esfria, o grupo se desfaz”. Diz que o caminho não é bater de frente, mas as pessoas acabam não percebendo isso.

O *Pipa Convention & Visitors Bureau* trata-se de outra associação privada presente no contexto investigado. Encontra-se ativo desde 2012, porém, com baixa representatividade diante o cenário de eventos locais.

Apesar do exposto, também verifica-se *in loco* a criação de cooptações envolvidas com causas mais amplas e interesses coletivos. Diante as inquietações para mudar o cenário disposto, percebe-se a consolidação de outras iniciativas, como a fundação da associação Catavento. Surgiu com o direcionamento de agir em áreas diversas, englobando esporte, cultura, educação, saúde, arte e esporte, pois contam com uma quantidade significativa de colaboradores com habilidades diversas, precisando ter mais acesso as pessoas e suas aspirações imediatas para fornecerem estímulos direcionados.

“Tem uma associação Catavento que começou agora, tem uma perspectiva que é juntando vários empresários, várias pessoas que tão tentando se unir assim pra dizer: “vamos fazer uma coisa”, mas também não tá sendo feito que ainda estão “como? O que?” Que as demandas são tão grande que como é que entra num consenso do que fazer!” (Depoimento de E11).

A maioria dos membros da Catavento é composta por forasteiros, e tem foco de atuação voltada para todos os públicos, com especial atenção as demandas dos nativos, no intuito de contribuir com formação e ensinamentos para a comunidade.

Remetendo ao passado, muitos entrevistados reconhecem êxito em reivindicações anteriores:

“Então foi uma luta muito grande, e apesar de tudo, de uma implantação que ninguém sabia muito o que era, e com isso a gente conseguiu fortalecer as outras associações para que realmente a gente fosse um conselho né? Ai pronto, isso foi

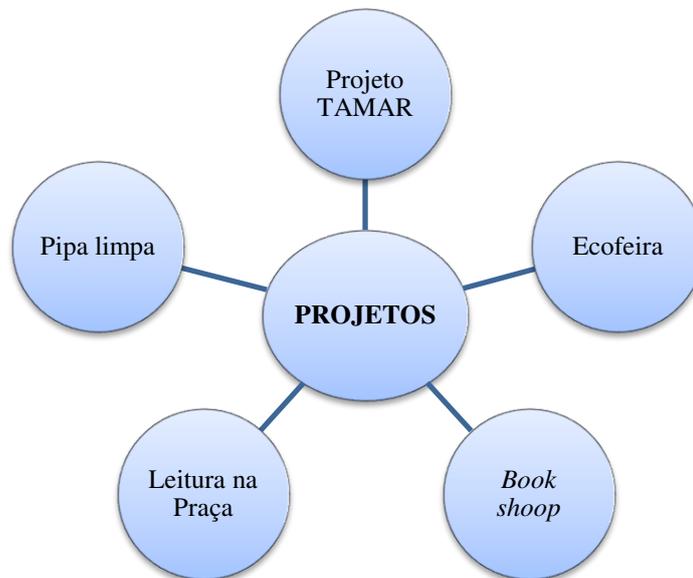
muito importante porque houve muitas reuniões, associações se movimentaram.” (Depoimento de E12).

De fato, as ONG’s e associações da praia da Pipa carregam em seu histórico de atuação muitas conquistas e lutas incessantes pela sustentabilidade da destinação turística. Concomitante, outros projetos também desempenham papel de cunho ambiental, social, cultural e educacional, contribuindo com iniciativas coletivas.

4.3.2 Projetos voltados para preservação ambiental na praia da pipa

Além das ONG’s e associações, é notório o empenho de projetos de significativa importância para a destinação turística, podendo citar projetos como: TAMAR, ecofeira, *book shop*, pipa limpa, leitura na praça:

Figura 18- Projeto da praia da Pipa



Fonte: Elaboração própria.

O projeto TAMAR tem notável representação nacional, tendo sede de atuação no Santuário Ecológico da praia da Pipa. Vem desenvolvendo um trabalho de conscientização e sensibilização da população, com empenho na conservação de ninhos de tartarugas e preservação da espécie marinha. Atua com educação ambiental e ações de manutenção dos recursos naturais.

Fotografia 12- População acompanhando a soltura de filhotes de tartarugas em direção ao mar



Fonte: Arquivo digital do @pipafotos, autoria de Gustavo Mitilene Cordeiro- Besouro Branco (2016).

O TAMAR conta com a adesão da população, que se envolve com as ações e participam de atividades de educação ambiental idealizados pela coordenação do projeto.

Sobre educação ambiental, foi relatado por E9 que o NEP faz campanhas de conscientização desde 1998, sendo realizadas no total 17^a edições da Semana do Meio Ambiente (SMA) de Pipa e Tibau do Sul.

“O NEP atuava em educação ambiental principalmente na semana do meio ambiente né. Então o que era a semana do meio ambiente? Era uma semana mesmo com várias atividades, tinha mutirão de limpeza, tinha oficinas na escola, tinha gincana com as crianças, e isso foi se mantendo por muito tempo. Mas eu sempre fui uma pessoa que sempre fez uma crítica a essa semana do meio ambiente porque eu acho que uma atividade que faz educação ambiental não pode ser algo pontual tá.”
(Depoimento de E19).

Figura 19- Divulgação da 17ª Semana do Meio Ambiente de Pipa e Tibau do Sul



Fonte: site Pipa (<http://www.pipa.com.br/noticias?id=850>)

Outra ação que tem adquirido representatividade na praia da Pipa trata-se da ecofeira. A ideia partiu da iniciativa de pequenos produtores que queriam mostrar seus produtos e surgiu o movimento de concentrar em feira.

“A 1ª edição foi muito bacana, e perceberam que nas seguintes o número de visitantes só aumentava. Acontece há três anos, desde o mês de junho, das 16h às 20h.” (Depoimento de F4).

O formato da feira é coletivo, com reuniões mensais onde as decisões são tomadas em conjunto, tendo todos os participantes voz ativa. O grupo é dividido em comissões temáticas para tratar de aspectos específicos, principalmente nos temas relativos a *marketing*, logística, organização das barracas, etc.

A proposta está centrada nos princípios da agricultura familiar, rede solidária, produção artesanal de alimentos e agroecologia. Em comemoração aos três anos de fundação, o projeto promoveu o “Festival da Ecofeira da Pipa”, com rodas de conversas, palestras, cineclube, ações de sensibilização.

Outro projeto elencado no contexto estudado, trata-se da proposta do *book shop*, um lugar interativo que funciona como biblioteca desde 1998, com a proposta de disseminar conhecimento e estimular a leitura para grupos com maior dificuldade de acesso.

“O book shop é um lugar sem fim lucrativo e sem qualquer vínculo a instituições públicas ou privadas. Na prática é uma biblioteca privada (tem livros em 18 idiomas) que funciona como pública, pois se emprestam os livros a quem vive na comunidade. O book shop promove também cinema, palestras, lançamentos de livros, exposições e outras atividades culturais inteiramente grátis para moradores e visitantes.” (Depoimento de E18).

Também é possível mencionar o trabalho desenvolvido pelo projeto “leitura na praça”, proposta de cunho social que tem contribuído com a educação de comunidades carentes, agindo com estímulo à leitura para moradores, notadamente crianças, de Pipa, Sibaúma, Umari e Piau.

Na percepção de E11, as idealizadoras da leitura na praça “tem esse interesse mesmo de fazer junto e tem vontade de aproximar da galera daqui com esse cuidado e respeito que eles merecem.” A ideia surgiu em 2016 e tem persistido com empenho de levar livros até as crianças, estimulando uma prática antes pouco habitual entre o público alvo do projeto.

O processo de coleta de dados permitiu enxergar muitas pessoas com pensamento de responsabilidade e vontade de contribuir com a sociedade, principalmente no aspecto social:

“Sinceramente eu sou uma eterna sonhadora, gosto de trabalho social, quero fazer algumas coisas porque exatamente vejo a necessidade de ter que fazer alguma coisa, mas, bom se eu tô tentando fazer uma coisa é porque eu acredito que alguma coisa possa mudar né.” (Depoimento de E11).

Quaresma e Campos (2006, p.142) remetem que “as teorias de ação coletiva são importantes para o desenvolvimento sustentável no qual o turismo sustentável busca sua efetivação.” Nesse contexto, além dos projetos enunciados, serão detalhadas outras iniciativas de ação coletiva que tem contribuído para o contexto de planejamento turístico da praia da Pipa.

Sobre a inclusão dos nativos nas ações gerais, E16 menciona que quando são chamados participam sim, e apesar da omissão em muitos momentos, eles contam com lideranças que os representam e demonstram mobilização quando são convidados:

“Mas se eu convocar para fazer uma reunião e dizer “olhe isso aqui tá assim”, vou explicando e tal, eles vem.” (Depoimento de E7).

“Porque todos me conhecem, sabem que eu vim pra isso, porque eu digo eu vim para servir, eu num quero nada.” (Depoimento de E16).

Apesar de terem menos iniciativas, contam com o suporte de representações estabelecidas na comunidade, e as pessoas que adquirem sua confiança, pelo notável trabalho em defesa dos nativos, conseguem a adesão notória desse grupo quando são instigados a se envolver.

Os atos dos nativos sempre estiveram incumbidos de disposição e vontade de lutar por seus ideais, podendo ser comprovado pelas muitas ações identificadas como iniciativas da população diante os sérios impactos que identificam na praia.

“Toda a maré baixa a gente sai de madrugada sem chamar atenção na praia, tipo eu não postava, mas 3 vezes por semana eu ia de madrugada e catava sacos e sacos de lixo tirava foto aí eu dizia: olha isso aqui foi um passeio que eu fiz hoje na Baía dos Golfinhos. Sempre fazia isso, toda semana fazia isso, aí a galera foi se interessando e querendo me ajudar, eu quero te ajudar.” (Depoimento de E17).

Algumas pessoas acabam não tendo iniciativa, mas diante a motivação de lideranças, acabam se interessando e ajudando nas ações propostas. Há a sensibilização, e como consequência, induz a mobilização de grupos em busca de causas comuns.

“Aí eu sempre fico com a bandeira, galera apoia os projetos, vão junto, vão ser voluntário também na limpeza, aparece, chama seu amigo para ir também.” (Depoimento de E1).

Além das iniciativas enunciadas, destaca-se também o instrumento das mídias sociais como ferramenta aliada nesse processo, podendo citar a influencia do projeto “Ke Saber?” e Pipa limpa, que tem utilizado as redes sociais como canal de denúncia e mobilização da comunidade para atuarem juntos em prol da preservação dos recursos de uso comum.

Na atualidade, a internet tem contribuído para propagação de projetos, tendo a capacidade de atingir maior contingente de pessoas que são acionadas. Com base nessa vertente, moradores de Pipa idealizaram a ferramenta “Ke Saber?” para atuar como um fórum de debate.

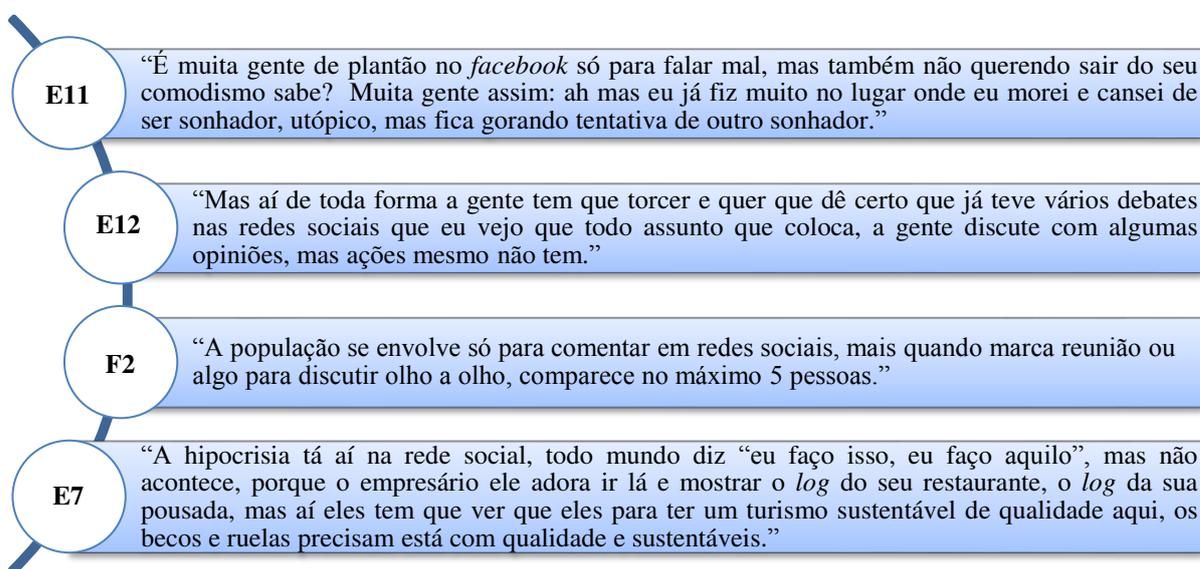
“Hoje em dia a gente reivindica pelas redes sociais, porque antes a gente tinha as audiências públicas.” (Depoimento de E12).

“Poucas pessoas chegam ao poder público. Hoje em dia com a internet as pessoas estão com mais coragem, porque você joga ali né e todo mundo joga ali, é muita gente que joga tudo, então você não dá para ficar marcando quem é quem.” (Depoimento de E1).

“Pondera que as pessoas estão querendo trabalho e ação e usam a ferramenta “Ke Saber?” para se pronunciarem, denunciar e cobrar atitudes.” (Depoimento de E19).

A ciberetnografia permite avaliar que os debates têm participações assíduas, contando com adesão de uma parcela significativa da população. Percebe-se que essa ferramenta tem sido utilizada para divulgação de ações, convites, reflexões, denúncias e cobranças. No entanto, o empenho e esforço demonstrado na divulgação nas redes nem sempre tem sido acompanhado de trabalho propriamente dito, conforme relatados nos discursos a seguir:

Figura 20- Redes sociais como ferramenta de debate



Fonte: Elaboração própria.

De fato, as comunicações via internet podem surtir efeito pelo alcance e poder de mobilização, tendo em vista as muitas manifestações e indagações nas redes sociais. Todavia, é possível constatar que o discurso não tem sido acompanhado por ações, referindo-se as muitas manifestações e indagações nas redes sociais que não são seguidas por atos efetivos de transformação do contexto.

Um exemplo claro trata-se dos movimentos de denúncia de abandono e lixo nas praias, porém, quando há movimentos de mutirão poucas pessoas se dispõem ajudar, acaba sendo sempre as mesmas pessoas que se responsabilizam por fazer diferente.

O “Pipa limpa” representa uma das organizações que fazem um trabalho exaustivo junto a limpeza das praias, já que há omissão dos serviços públicos para tal função. Há também outro grupo de mobilização permanente para recuperação da sujeira deixada nas

praias, esse composto prioritariamente por nativos e surfistas. Apesar de atuarem com a mesma missão, os dois grupos de limpeza das áreas naturais atuam com segregação, evidenciando a dificuldade de lidar com a heterogeneidade da população:

“Tem outro grupo dos nativos que a moça da Pipa limpa chamou para unir, porque o do Pipa limpa não tem nenhum nativo, é engraçado isso, não consegue se juntar entendeu?! Tem aquela rincha ainda, é muito forte.” (Depoimento de E1).

Com base nas constatações *in loco* e o acompanhamento constante dos debates em grupos de *internet*, é preferível que fale-se menos e tenha mais agilidade nos atos concretos, percebendo que as redes sociais podem ser aliadas, mas também mascaram o verdadeiro comprometimento das pessoas. Não basta reclamar e apontar as falhas, já que cada um pode fazer alguma coisa para ajudar.

Constata-se que a participação dos nativos em audiências e reuniões públicas são mais limitadas, e as redes sociais tem servido como motivação para expor pensamentos e se envolver mais nas questões gerais que atingem a comunidade, mas ainda não é o suficiente.

“Eu não vejo muita gente tendo iniciativa em uma questão social, de fato emponderadora de trazer os nativos para junto e acreditar no nativo gerindo seu espaço, sabendo o que ele tá fazendo com seu espaço, ou minimamente, dando espaço para ele tá junto das coisas, não sei nem se colocando em primeiro lugar, mas minimamente tá junto. Mas não, é fazer por eles de forma de caridade e não tira eles também desse lugar de comodismo que é grande.” (Depoimento de E11).

Assim, é preciso avançar no que tange o desenvolvimento participativo e consciente da comunidade.

Blanco (2011) verifica determinantes da ação voluntária relacionados à gestão dos recursos comuns (CPR), pautados na teoria de Ostrom sobre sistemas socioecológicos, para aplicação a um setor específico, como o turismo, onde os usos não-extrativos são os dominantes do contexto.

Outra iniciativa voluntária voltada a preservação ambiental, diz respeito ao projeto 1000 árvores, idealizado por membros da comunidade preocupados com o futuro do lugar:

“O projeto 1000 árvores é uma iniciativa pessoal de plantar 1000 árvores em Pipa e entorno. Ele é realizado por ação voluntária de amigos e simpatizantes do projeto. O plantio em propriedade privada se mostrou mais seguro, pois muitas mudas nas ruas foram arrancadas, atropeladas, roubadas e até queimadas. Até maio de 2017 foram plantadas 700 mudas.” (Depoimento de F5).

É possível correlacionar os tipos de usuários mencionados por Ostrom et al. (1999) com os personagens do caso de estudo, Pipa/RN, com destaque para o tópico III que remete aos que se mostram dispostos iniciar a cooperação recíproca na expectativa que outros se envolvam. Essa pode ser uma alternativa para restabelecer o planejamento das ações coletivas em busca da manutenção e preservação dos recursos naturais. Portanto, foi constatado que:

As iniciativas ambientais voluntárias no turismo ilustra, em primeiro lugar, que iniciativas ambientais voluntárias de sucesso em destinos turísticos com base na natureza são SES complexas.[...] os resultados sobre os atributos que caracterizam as iniciativas voluntárias bem-sucedidas em destinos turísticos com base na natureza são parcialmente compatíveis com as evidências obtidas até agora em outros CPR. (BLANCO, 2011, p.46).

Sobre ações ambientais voluntárias, tem sido aplicadas principalmente em contextos turísticos que encontram-se em fase de desenvolvimento conflitante, com grau de estagnação dos recursos naturais. O exemplo do “projeto 1000 árvores” se enquadra nessa concepção e vem tendo notável atuação no contexto estudado, se detendo ao replantio de espécies importantes para manutenção das características originais da fauna.

“O rendimento obtido através da indústria do turismo pode incutir nas comunidades locais um sentimento de orgulho no meio ambiente, bem como destacar a conexão entre o turismo e seus meios de subsistência.” (WU e TSAI, 2016, p.67). Os autores defendem que a partir da concepção que a natureza é usada como subsistência para gerar renda e desenvolvimento, por intermédio do turismo, isso pode levar a um maior grau de conscientização e valorização dos recursos naturais.

“Isso aí que eu achei muito legal essa ideia dele, porque ele pegou um material, além de ser alternativo, é artesanal que a população local utiliza né, então ele conseguiu envolver uma mão de obra local valorizando assim o costume do nativo daqui né, e podendo mostrar que se fizer caprichado fica muito bom, então tudo palha de coco.” (Depoimento de E8).

Durante a conversa com F3 também fica explícito o cuidado e zelo com a administração de um estabelecimento local, deixando clara a preocupação com a inserção de mão-de-obra prioritária de nativos. Percebe-se a preocupação e incentivo de alguns empreendedores em utilizar a matéria-prima local, como maneira de valorizar a identidade do lugar e harmonizar as relações entre nativos e forasteiros.

É válido ressaltar que esse sentimento tem maior probabilidade de ser despertado quando a população autóctone está satisfeita com a maneira que o turismo foi implementado,

porém, quando a atividade é imposta e sem envolvimento dos locais, pode suscitar insatisfação, revolta e desvalorização do patrimônio natural. Para Bramwell e Lane (2011), a participação diversificada dos vários atores ligados ao turismo pode contribuir para tomada de decisão por meio de processos mais democráticos e associados às bases do desenvolvimento sustentável.

4.4 PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA DE OSTROM NO CONTEXTO TURÍSTICO DE PIPA

A presente tese investiga o cenário de exploração turística de Pipa, no intuito de expor alternativas viáveis para uma gestão mais sustentável da destinação. Para tanto, foram testados conceitualmente os princípios institucionais de Ostrom (1990), visando obter caminhos para gestão dos recursos de uso comum próximo do desejado.

Em seus estudos, Ostrom (1990) menciona que a maneira de autogovernar os bens comuns podem ser os fundamentos para proporcionar equilíbrio e acesso de maior parcela da população (NAGENDRA et al., 2014). Assim, os estudos de Ostrom serão direcionados para um novo parâmetro de investigação em comunidades locais e/ou tradicionais brasileiras, tendo alvo de investigação os recursos comuns, sendo a atividade turística o caminho delimitado para análise dos usuários dos bens naturais de Pipa/RN.

Tendo em vista a reconhecida representatividade turística perante o cenário internacional, é um destino que precisa de instrumentos que direcionem melhor a gestão desse patrimônio, visando prioritariamente minimizar os conflitos existentes e fornecer estratégias que melhorem as condições de sustentabilidade.

Portanto, é fundamental pensar em uma gestão dos recursos de uso comum preocupada com o futuro da destinação, apontando regras pautadas em prospecções de desenvolvimento que priorizem a conservação desse bem natural, que é a praia da Pipa.

Figura 21- Conjuntura sobre regras específicas, particulares e diferentes

REGRAS	Embora as regras específicas que são usadas dentro destes vários cenários não possam fornecer a base para uma explicação da robustez institucional e sustentabilidade através destes CPRs, parte da explicação que eu ofereço é baseada no fato de que as regras particulares são diferentes.
	As diferenças nas regras particulares levam em conta os atributos específicos dos sistemas físicos relacionados, as visões culturais do mundo e as relações econômicas e políticas que existem no cenário.
	Sem regras diferentes, os apropriadores não poderiam tirar vantagem das características positivas de uma CPR local ou evitar potenciais armadilhas que poderiam ser encontradas em um ambiente, mas não em outros.

Fonte: OSTROM (1990, p.89).

Assim, Ostrom esclarece que cada contexto deve ser analisado de acordo com suas características particulares, sendo necessário agir de acordo com o cenário do recurso de uso

comum disposto. “Em vez de recorrer às regras específicas, volto a um conjunto de sete princípios de *designer* que caracterizam todas essas instituições robustas de CPR, além de um oitavo princípio usado nos casos maiores e mais complexos.” (OSTROM, 1990, p.89-90).

Optou-se pela fundamentação teórica e metodológica de Ostrom como vertente norteadora para o caso proposto, tendo em vista a notoriedade e validação dos princípios ao redor do mundo. Ostrom examinou várias instituições que regem seus CPRs “nas quais os apropriadores desenvolveram sistemas de governança que sobreviveram por longos períodos de tempo em ambientes caracterizados por incerteza e mudança consideráveis.” (OSTROM, 1990, p.103). Isso evidencia que a aplicabilidade dos princípios de governança podem ser ferramentas aliadas na gestão dos recursos de uso comum. Por isso, serão detalhados os oito princípios institucionais de Ostrom vinculados ao caso de estudo:

4.4.1 Limites claramente definidos

Ao se tratar de um destino litorâneo, notadamente com predomínio do turista de massa, onde não há restrição de acesso, os riscos de destruição dos CPR é bem considerável. Nota-se a falta de consciência e responsabilidade ambiental, atrelada à ineficiência dos gestores no que diz respeito a um plano de gerenciamento condizente com as peculiaridades da localidade. Ostrom (1990) considera a delimitação dos limites e a identificação dos utilizadores como direcionamento primordial para ação coletiva.

Apesar da praia ser um local livre e de acesso coletivo, a gestão das atividades e comércio que acontece em sua delimitação geográfica deve ser de responsabilidade delimitada, visando evitar maiores impactos. No caso de Pipa, percebe-se uma restrição quanto à responsabilidade e deveres dos reais apropriadores. A marinha é a “detentora” da posse das áreas costeiras, órgãos públicos como, IBAMA e IDEMA, são órgãos reguladores, além da prefeitura municipal que tem permissão para gerir os contornos urbanos, mas falta diálogo e unificação do discurso.

Portanto, em virtude desse descompasso, nota-se a utilização ilimitada dos recursos. Falta ordenamento do grupo apropriador autorizado para delimitar a utilização, sendo ausentes os responsáveis pelo controle rígido em relação à forma que as unidades de recursos estão sendo consumidas.

“Se houver um número substancial de apropriadores potenciais e a demanda por unidades de recursos for alta, e se a todos é permitido extrair unidades de CPR, o potencial destrutivo poderia fazer que a taxa de desconto utilizada pelos apropriadores se elevasse em

100%.” (OSTROM, 1990, p.91). Isso significa que a omissão de normas e determinação dos apropriadores legalizados para utilização dos recursos, culmina na permissão de uso para todos, e de certa maneira, uso desenfreado, já que hoje não há quem estabeleça mecanismos de controle e fiscalização quanto às formas de apropriação.

A falta de controle tem culminado em vários impasses na praia da Pipa, sendo observado *in loco* manifestação da comunidade (por meio de associações, ONGs, lideranças) em agir para salvaguardar o patrimônio natural diante uma prática desordenada do turismo de massa.

“É o tal da pipa planejada, é você planejar em que momento você abre as portas e em que momento você fecha as portas, porque nós temos esse poder que é direcionar esse público de acordo com estudo, previsões e expectativas. Acho que o que a gente não tem hoje na pipa é expectativa formada. Minha impressão é essa.” (Depoimento F7).

Assim, mesmo estabelecendo limites, é crucial definir regras restringindo a apropriação e/ou exigindo providências necessárias para o controle (OSTROM, 1990). No caso do estudo, é possível sinalizar para a necessária e urgente redefinição dos apropriadores da praia da Pipa, referindo-se diretamente a faixa costeira que constitui a localidade, abrangendo desde a Baía dos Golfinhos até a Praia do Amor.

Na verdade, as barracas instaladas na praia do centro tem autorização da marinha e termo de posse, e os barraqueiros estão organizados em associação, porém, a venda de mercadorias por ambulantes foi tomando uma proporção cada vez maior.

“É ambulante, mais o pessoal que tá invadindo, invadiu lá e é aquela coisa, começa a construir né, porque antes tinha lá 2,3 que iam lá, agora tem um pessoal, você chega lá é plástico pra caramba, é sujeira, entendeu?! Então tu começa vê, cara, essa praia aqui tem um diferencial, baía dos golfinhos, isso aqui é uma área de preservação, aqui sempre foi uma praia de contemplação, não é pra ninguém ficar sentado aqui o dia inteiro comendo coisa lá e sujando a praia....” (Depoimento de E10).

Estendeu-se o comércio para cadeiras e guarda sol na areia da praia, sendo um número expressivo e sem nenhum tipo de legalização. Por isso, tem ocasionado uma gama de efeitos danosos ao meio ambiente, comunidade e mesmo aos turistas que tem sentido a desarticulação desse tipo de negócio, ficando incomodados com a situação.

Enquanto não houver definição dos recursos que podem ser utilizados e os indivíduos autorizados a ter acesso, fica complicado estabelecer uma administração coerente

(OSTROM, 1990). Em Pipa, fazendo uma analogia aos sistemas de recursos (CPR) podem ser enquadrados:

Quadro 11- Demonstrativo Sistemas Sócio Ecológicos (SEE) Pipa

SISTEMAS SÓCIO-ECOLÓGICOS (SEE)			
SISTEMA DE RECURSOS	UNIDADES DE RECURSOS	SISTEMAS DE GOVERNANÇA	USUÁRIOS
• Mata da Pipa	Fauna e flora da mata Atlântica, Agricultura	Governo estadual, órgãos ambientais e conselho gestor do PEMP	Nativos
• Praia	Pesca, passeios de barco, barracas de sol	Marinha, órgãos ambientais e gestão municipal	Moradores e turistas
• Falésias/chapadão	Esportes radicais Passeios turísticos	Órgãos ambientais e gestão municipal	Moradores e turistas

Fonte: Elaboração própria.

Na praia da Pipa, é necessário entender quem tem direito de usufruir as unidades de recursos, tais como barracas na praia, passeios de barco, esportes e trajeto nas falésias. Os limites do recurso precisam ser esclarecidos para que os CPR sejam utilizados da maneira menos impactante possível.

“A praia do madeiro já era. Vai ser muito difícil as pessoas fazerem alguma coisa, se não for a marinha ou a união. Na verdade, tem que entrar no ministério público, ele chama a união, mas isso demora.” (Depoimento de E1)

“A praia do amor eu nem vou lá de tanta decepção. É infinito de barraco.” (Depoimento de E13).

Ou seja, estabelecer quem tem direito e quais deveres precisa atender, para não ultrapassar a limitação permitida. A falta de estudos de capacidade de carga, prioritariamente nas reservas mais frágeis, como a Baía dos Golfinhos e falésias, tem incidido em fortes impactos ambientais. Esses sistemas de recursos tem gerado conflitos relacionados ao uso e ocupação das áreas, já que os vendedores ambulantes tem se “apropriado” das areias das praias para os mais diversos tipos de comércio, sem fiscalização ou controle de quem utiliza as unidades de recursos.

Se não está clara a definição dos apropriadores, os respectivos direitos e deveres, cabe revisar e ordenar o espaço que foi cedido indevidamente, reaver os critérios de concessão de posse dos CPR, para assim, o grupo ter condições de agir coletivamente e estabelecer novos parâmetros e critérios de uso.

4.4.2 Congruência entre as regras de apropriação e provisão com as condições locais

As regras definidas têm de ser adequadas às condições locais (época, espaço, tecnologias disponíveis, quantidades de recursos disponíveis). As normas precisam ser coerentes com as peculiaridades da destinação turística, sendo plausível de ajuste.

“A adição de regras adequadas de apropriação e provisão dos CPRs ajuda a explicar a perseverança desses. Em todos esses casos, as regras refletem os atributos específicos do recurso particular.” (OSTROM, 1990, p.92). A autora remete a vários casos empíricos que teve a irrigação como elemento chave da investigação, no entanto, apesar da água ser o recurso analisado, os parâmetros de aplicação das regras de abastecimento e uso mudavam para cada realidade estudada. Dessa forma, não adianta tentar implantar regulamentos pré-definidos e advindos de outras instâncias. Torna-se fundamental pensar no contexto turístico de Pipa como um todo e assim, estabelecer direcionamentos de acordo com as características da localidade, ressaltando a importância das regras estarem em consenso com o contexto geral inserido.

A concordância com os parâmetros locais não deve ser confundido com favorecimento de regras para interesses de determinada classe, como se tem visto em algumas situações. Assim, é necessário ultrapassar a barreira das limitações e partir para ações concretas e coletivas que possam fazer a diferença na manutenção dos recursos.

“Quase todos os grandes empreendimentos de Pipa são proibidos. Primeiro, isso é coisa básica, é uma lei federal, é proibido você construir numa área onde não haja possibilidade de serviço de água e esgoto. Bom, Pipa não tem água e esgoto, a água é deficiente, no verão falta água, muita gente fica sem água, hoje tem muita gente sem água entende?!” (Depoimento de E20).

Incumbidos da responsabilidade que cada um tem papel importante no sistema, os resultados tendem a ser mais promissores. A união dos atores é fundamental para um planejamento pautado nas diretrizes do desenvolvimento turístico mais responsável.

Como exemplo notório na praia da Pipa, pode-se citar o Santuário Ecológico de Pipa, que por meio de uma iniciativa privada, vem mantendo quase intacto o ambiente, resguardando a flora e fauna natural, em meio a tantos usos indevidos e ocupações irregulares em locais que deveriam ser mantidas como patrimônio de todos.

“Porque se o estrangeiro pode construir, se o pessoal que vem lá de fora pode construir, o nativo não pode naquela área, e foi aí que eu comecei a me revoltar. O

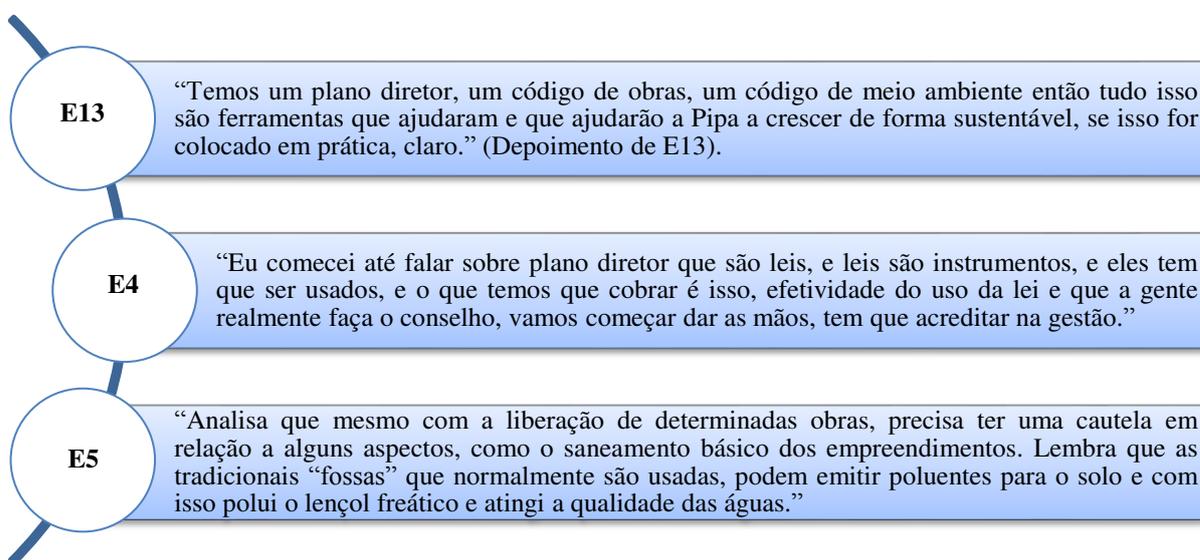
governo do Estado veio, com a polícia ambiental querendo cercar todas as áreas que tinha do nativo e a gente nós não aceitamos, aí veio a tribuna do norte, e aí reuni a comunidade e foi aí que não, não é bem assim, porque como pode querer cercar uma área que não tá em cima de duna, a do parque. A do parque eu cresci sabendo que era Mata, mas tem áreas que eles querem cercar que não é da mata, o nativo sobreviveu daquilo, plantando feijão, arroz, é, exatamente, então assim, eu sei o que que é mata, o que que é aquela área.” (Depoimento de E7).

O discurso narrado mostra a revolta do nativo em cercar as áreas deles na mata, enquanto as construções e destruição permanecem nas falésias e outras áreas proibidas. No ponto de vista dos nativos, há discrepância entre as regras e normas atribuídas.

“Em 1997, ali na praia do madeiro tinha um hotel de portugueses que em frente era uma área de mata atlântica, o IBAMA autorizou o desmatamento. E aí algumas pessoas começaram a se reunir e foram falar que era o primeiro grande desmatamento que estava havendo ali e aí isso gerou um novo laudo do IBAMA, então emitiu dois laudos um dizendo que era mata atlântica e o outro que não era.” (Depoimento de E19).

Pode-se confirmar que o município de Tibau do Sul conta com legislação específica, abrangendo a praia da Pipa.

Figura 22- Ponderações sobre as leis locais



Fonte: Pesquisa de campo.

Os discursos confirmam a existência de documentos legais que deveriam regular o uso e ocupação do solo, quando na verdade, poucas orientações tem sido consideradas. Portanto, há espaço para idealização de normatizes pelos próprios usuários, desde que essa delimitação dos possíveis apropriadores seja definida atendendo critérios técnicos.

4.4.3 Arranjos de escolha coletiva

As instituições de CPR que usam este princípio estão mais aptas para adaptar suas regras às circunstâncias locais, porque os indivíduos que interagem diretamente uns com os outros e com o mundo físico podem modificar as regras ao longo do tempo a fim de ajustá-las melhor às características específicas de seus cenários[...] A presença de boas regras, entretanto, não garante que os apropriadores as seguirão.” (OSTROM, 1990, p.93).

Quando os utilizadores participam da definição/adaptação das próprias regras, os acordos coletivos, maiores as expectativas de serem aceitas e respeitadas. Por isso, os indivíduos diretamente afetados com a exploração do turismo devem opinar sobre encaminhamentos da atividade.

De acordo com Ostrom (1990), os indivíduos, muitas vezes, estão dispostos a abdicar de retornos a curto prazo, desde que sejam instigados pelo coletivo a alcançar benefícios comuns de maior amplitude. Isso remete que os exemplos positivos são estímulos para outras ações que poderão se propagar, seguindo como referencial para novos planos e atitudes da comunidade. Um exemplo que reflete tal postura são as iniciativas de pequenos grupos de moradores que começaram a realizar multirões de limpeza na praia, motivando várias pessoas a aderir à causa ambiental, fortalecendo a ação e adquirindo uma grande adesão dos demais moradores.

Segundo a percepção de E19, até o final da década de 1990, as pessoas começaram a se organizar mais, paralelamente a alguns impactos negativos de grande dimensão, tal como liberações de desmatamento para construções e aparecimento de golfinhos mortos.

“Naquela época, então, as pessoas mais antigas começaram a pensar que precisavam fazer alguma coisa e entraram em contato comigo para participar da ideia naquela época que era formar uma ONG... E aí eu comecei a participar, naquela época mais ativamente do que agora. Então a nossa intenção era fazer trabalho nas escolas de educação ambiental. Mas tinha muita coisa errada acontecendo e a gente não podia ficar quieto. E a gente começou a fazer anúncios e aí após as denúncias a gente teve muito problema. Eu participei de algumas diretorias, mas depois de um tempo eu decidi trabalhar na escola porque realmente nós recebemos ameaças.” (Depoimento de E19).

O S.O.S. Baía dos Golfinhos também pode ser citado como outra iniciativa que tem gerado reflexão e mudanças de postura dos moradores. Esses passaram apoiar o movimento por entender que algumas lideranças estavam clamando por conservação daquele patrimônio natural, na esperança que as gerações futuras também tenham a possibilidade de usufruir

desse recurso. Nesse sentido, Ostrom (1990, p.33) defende que “o sustento econômico dos apropriadores depende de sua inteligência para resolver problemas individuais e conjuntos.”

Algumas constatações referem-se ao modo como o poder público e as relações de poder interferem na condução de determinadas ações.

“A gente tem essa possibilidade. Temos essa possibilidade, querendo, a população se unindo, mas a gente tem que ver também a parte política. A política aqui é muito forte, não conheço político e não quero conhecer, não quero fazer parte.” (Depoimento de E1).

“Antigamente, até os próprios nativos não tinham essa consciência, talvez pela falta de conhecimento e não imaginavam que o destino ia tomar essa dimensão.” (Depoimento de E8).

Hoje os moradores são dotados de maior domínio da situação, percebem que os acordos coletivos são fundamentais para reestabelecer o controle e tem consciência que podem fazer algo para contribuir.

4.4.4 Acompanhamento/Monitoramento

É importante supervisionar a maneira que os CPRs estão sendo utilizados, visando resguardar os recursos e evitar maiores danos, bem como, o controle sobre a maneira que os apropriadores extraem unidades de recursos. O monitoramento deve ser feito pelo próprio grupo, podendo ser definidos os responsáveis diretos por essa função, ou encarregando todos de tal acompanhamento. Essa vigilância aumenta a confiança de que os recursos serão usados de maneira equilibrada por todos aqueles que estão propícios a usufruir e também incumbidos da responsabilidade de preservar.

“Porque eu acho que eu sou uma pessoa que eu tô aqui, sou cidadã, estou defendendo uma coisa que é para todos e se alguém tiver que me ameaçar eu falo pra polícia, porque a polícia tá aqui pra me defender”. (Depoimento de E1).

O discurso supracitado reforça a importância de identificar o que há de errado, agir e denunciar, não devendo ficar omissos diante os descasos do monitoramento da gestão pública. Zacarias (2015) pondera que as praias acabam sendo destruídas quando não há gestão pública, monitoramento e controle para o uso recreativo. As falhas de monitoramento culminou, inclusive, na ineficiência do plano traçado pelo “Pipa Planejada”.

“Ali tinha que haver o acompanhamento, o acompanhamento era ali, dali por diante tem que acompanhar, tem que monitorar, quem vai monitorar?” (Depoimento de E4).

De maneira geral, os discursos demonstram a falta de compromisso dos órgãos públicos responsáveis pelo controle e fiscalização, podendo ser confirmado a seguir:

Quadro 12- Monitoramento e fiscalização dos órgãos públicos

MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS	
E1	“Foi totalmente omitido, os órgãos, a prefeitura daqui nunca se preocupou com nada. Ah eu quero colocar uma barraca aqui, agora e simplesmente a pessoa pega, coloca a barraca ali e pronto. Tem uma barraca na praia do madeiro, que é a desova da tartaruga, eu falei: a tartaruga vai ter licença para passar da banca, para o guarda sol?”
E13	“Existem leis, mas dentro das leis, nas entrelinhas, tem aquelas falhas né? Onde um bom advogado ele consegue. Então essas áreas que não poderia ser construída e foram [...] Mesmo a prefeitura mandando parar, não dando licença, mas o cara vem com a licença do IDEMA. Aí a prefeitura não dá licença do IDEMA. Por exemplo, aquela construção do <i>shopping</i> que tem aqui, até um dia desse no final não tinha recebido o <i>habits</i> , que a prefeitura não tinha dado, mas o cara construiu. Porque já tá feito e não vai demolir, mas porque o IDEMA tem uma licença prévia de ocupação. O conceito de liberar é da prefeitura, mas se o cara chega com a licença do IDEMA que é o órgão mais forte do município permitindo que ele use!”
E7	“Não, a minha filosofia é essa, aonde o dinheiro for e não resolver o problema é porque foi pouco. Ali, o <i>shopping</i> novo ali que foi construído cadê o plano diretor? É dinheiro filha, infelizmente é o dinheiro o câncer do nosso Brasil, ele é bom, mas ao mesmo tempo tá todo mundo se matando por ele.”
E9	“Não existe monitoramento nenhum. A ação dos órgãos competentes é completamente insatisfatória, seja a nível municipal, quer estadual [...] Existem leis, mas não existe fiscalização.”
E16	“O controle é o dinheiro, se eu tiver dinheiro eu construo aqui. Eu vou te dar uma ideia, ali na frente tem um prediozinho, são seis apartamentos que fizeram, o plano diretor diz que você tem que ter um recurso de metro e meio, o terreno dele de frente tem isso aqui (mostra uma ideia), então ele tem que ter um recuo de um metro e meio aqui, um metro e meio lá e dois de frente que é calçada. Tá parede assim oh (mostrando que são coladas, sem recuo), grudada. Pagou, o alvará saiu e ele construiu.”
E19	“Olha, tem um plano diretor, tem lá a documentação, tá toda lá, mas assim, eu não vejo muito controle não. Em construção, eu acho que o que interessa é a arrecadação de dinheiro realmente tá!”
E20	“A polícia aqui não tem gasolina, não tem carro, não tem pneu, não tem como fazer nada, os empresários tem que se cotizar para comprar pneu do carro, quer dizer, mas isso é intencional, porque eu acho que segurança e respeito à lei é uma coisa que tinha que ter.”
E8	“Pessoal denunciou e teve embargo mesmo, chegou a ter embargo do IDEMA tudo, depois eles viram que tinha autorização da Prefeitura e deixaram construir. Aí depois disso também teve outras denúncias, teve um promotor de Goianinha que denunciou e foi pro Ministério Público a denúncia, porém Ministério Público deu parecer favorável.”

Fonte: Pesquisa de campo.

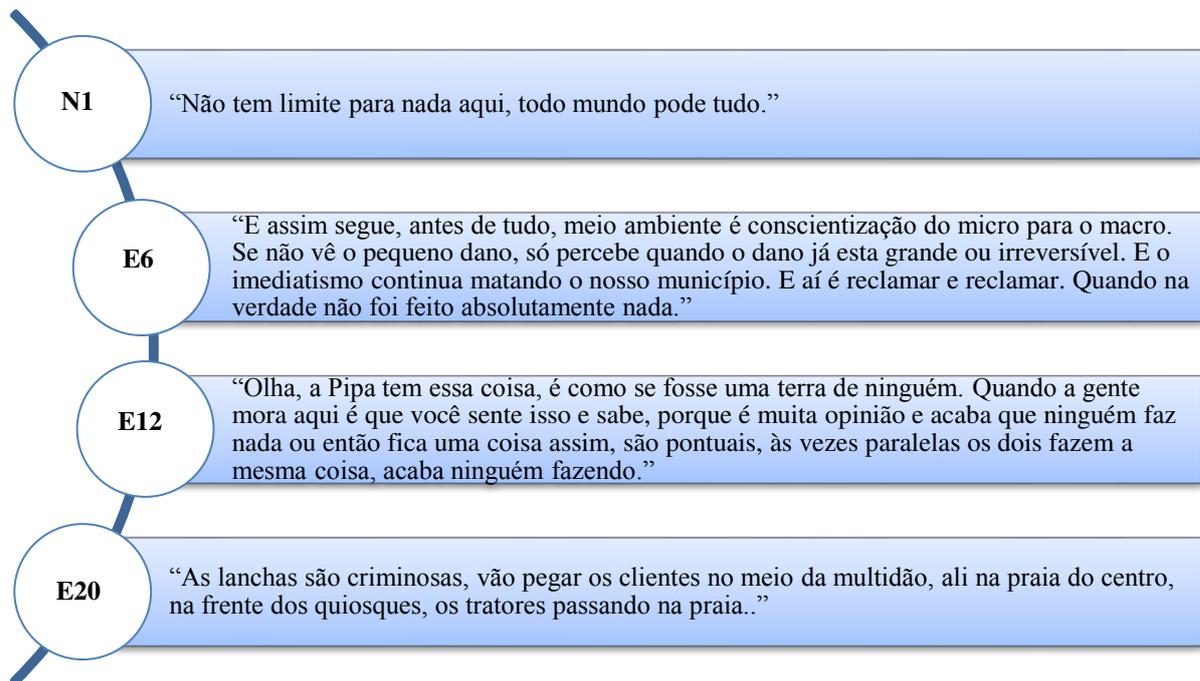
E5 menciona que às vezes até há fiscalização dos órgãos ambientais, em relação ao impedimento do funcionamento de barracas de praias irregulares, mas por não ter uma continuidade das ações, principalmente de maneira educativa para barrar a invasão nos locais fiscalizados, logo em seguida, esses empreendimentos são reerguidos e voltam a funcionar.

Detectou-se que várias construções foram sendo “legalizadas” ao longo dos anos em decorrência desse desajuste de conduta entre os órgãos competentes. Em determinado momento, a prefeitura municipal possuía a tutela de emitir licenças para construção, mesmo em desacordo com as normas estaduais.

A falta de diálogo entre os órgãos e déficit na fiscalização, fez com que muitas construções em áreas irregulares fossem erguidas sem nenhum controle ou punição. Segundo relatos, alguns empreendedores chegaram à localidade com compromisso social e ambiental, inclusive pensando em medidas compensatórias.

Os problemas de gestão e fiscalização, de maneira geral, ficam muito evidentes durante a observação participante na localidade estudada. Alguns nativos narram que o turista quando chega a Pipa pensa que pode fazer de tudo, sem limites, que é um lugar sem controle, e de fato, percebe-se o descaso das autoridades públicas com o zelo e rigorosidade em cumprir as diretrizes legislativas locais.

Figura 23- Omissão no controle e fiscalização dos recursos naturais



Fonte: Pesquisa de campo.

Os fluxos de benefícios proporcionados pela gestão comum são diretamente relacionados aos custos de utilização. Como o sistema público tem se mostrado insuficiente para controle de todos os recursos, a população precisa ficar vigilante às ações que desobedecem à legislação e defender o patrimônio coletivo.

O quarto e quinto princípios “tomam seu lugar como parte da configuração dos princípios de *design* que podem trabalhar em conjunto para permitir que os apropriadores constituam e reconstituam instituições sólidas de CPR.” (OSTROM, 1990, p.99). Assim, sanções que serão atribuídas estão diretamente relacionadas à fiscalização e monitoramento.

4.4.5 Sanções graduadas

Quando os apropriadores de CPR elaboram suas próprias regras operacionais (princípio de *design* 3) a serem aplicadas por indivíduos que são apropriadores locais ou são responsáveis perante eles (princípio de *design* 4), usando sanções graduadas (princípio de *design* 5) que definem quem tem direitos para retirar unidades dos CPCs (princípio de *design* 1) e que restringem com eficácia as atividades de apropriação, dadas as condições locais (princípio de *design* 2), o problema de comprometimento e monitoramento são resolvidos de forma inter-relacionada (OSTROM, 1990, p.99).

A supervisão sobre a utilização dos recursos faz parte do processo, e ao detectar irregularidades, os infladores devem receber sanções compatíveis com o grau de gravidade da

falta cometida. Além de punir pelo ato executado, ao mesmo tempo, deve disciplinar, visando despertar para importância coletiva da responsabilidade com os bens coletivos que estão usufruindo. “O indivíduo que encontra um infrator das regras ganha *status* e prestígio por ser um bom protetor dos bens comuns. O infrator perde *status* e prestígio.” (OSTROM, 1990, p.96). As penalizações podem ser tidas como parte do processo educativo, já que tem o papel de corrigir as falhas e mostrar os reflexos negativos que tal ação pode gerar para o grupo em sua totalidade.

É válido ressaltar que o “monitoramento e sanções são empreendidas não por autoridades externas, mas pelos próprios participantes.” (OSTROM, 1990, p.94). Então, as sanções são definidas pelo grupo com intuito de desencorajar os apropriadores para descumprir as regras. Simultaneamente, compartilha confiança entre os demais membros do grupo.

Os criadores de CPR criam seu próprio controle interno para “(1) dissuadir aqueles que são tentados a quebrar as regras e, assim, (2) assegurar cumpridores quase voluntários de que outros também cumprem.” (OSTROM, 1990, p.95). Essa confiança adquirida pela totalidade fortalece os laços coletivos e os CPRs tendem a ser utilizados de maneira mais coerente e responsável. “Se os apropriadores adotarem estratégias contingentes - cada um concordando em seguir um conjunto de regras, desde que os outros também as sigam - cada um precisa ter certeza de que os outros cumprem e que seu cumprimento produz o benefício esperado.” (OSTROM, 1990, p.97). É válido ressaltar a importância de dotar os apropriadores com condições de monitoragem e subsídios de coibir os atos irregulares.

“Ressalta que as pessoas precisam de treinamento para ter conhecimento e conseguir explicar e educar os motivos das proibições, tentando assim, conscientizar melhor as pessoas, e não apenas proibir.” (Depoimento de E5).

Na percepção de E9, o desenvolvimento descontrolado do turismo foi acompanhado da falta de interesse da administração pública, assim como dos órgãos competentes em fiscalizar os abusos. Conseqüentemente, não há devidas punições sobre todos os atos ilegais.

Sobre os instrumentos de punição para quem desrespeita as normas ambientais em Pipa, F2 enaltece que no papel existem sim, mas em prática não são efetivados. Mesmo sabendo do baixo índice de punição diante os descontroles ambientais, foram verificadas várias ações no sentido de coibir abusos. Como punições que mais se destacam, cita-se o caso de uma escola que foi construída com recursos de uma multa de compensação ambiental.

Quadro 13- Sanções ambientais

SANÇÕES AMBIENTAIS	
E13	“O NEP deixou uma herança pra pipa, por exemplo, o colégio Domitila foi devido uma construção irregular que tinha na Pipa. O padrão lá estava fugindo do tamanho onde era o antigo sítio verde. Foi construído lá, então o NEP entrou com uma ação e a prefeitura embarcou a obra, o cidadão teve que deixar e pagar mais a multa. E com essa multa o NEP exigiu junto com o promotor que fizesse uma escola.”
E19	“Então a gente já teve um conselho comunitário que foi muito ativo. Então já foi muito ativo na época que o NEP era muito ativo também tá. O conselho comunitário, por exemplo, chegou a receber do Ministério Público uma verba, houve uma denúncia, o promotor foi lá e fez uma vistoria em pipa e de repente ele parou em um determinado momento “eu acho que isso aqui tá além do gabarito de 7 metros e meio”, mandou medir e estava. E aí aquele lugar recebeu uma multa e esse dinheiro foi repassado ao conselho comunitário e foi construído uma escola.”
E12	“Aí a dificuldade do conselho foi justamente essa. Mas foi uma luta grande, a gente teve reuniões com a governadora na época, o ministério publico, todas as entidades presentes e uma das minhas reivindicações foi escola. E eu sei que dessa reivindicação a gente conseguiu com a prefeitura e com promotor, através de uma multa ambiental de uma construtora aqui um terreno da prefeitura que eles doaram esse espaço para construir em volta tipo um espaço público, uma praça. E a gente conseguiu construir uma escola aqui para crianças. Então o conselho comunitário acabou tendo essa coroação, conseguimos na luta trazer alguma coisa concreta para a cidade.”
E16	“No plano diretor, o plano diretor é belíssimo, inclusive temos que fazer a revisão agora, porque em dezoito ele já perde (a validade), aí a gente tem que fazer agora, eu vou esperar que alguém se manifeste pra eu poder tá junto, porque participei também do outro, e no plano diretor diz que você pode compensar, por exemplo, uma área que foi total construída você pode compensar com outro, em outro local, compra um pedaço e faz aí, tem um manejo aí que é permitido, mas nesse caso ali foi dinheiro e acabou-se.”

Fonte: Pesquisa de campo.

Diante dos fatos, deve ser realizada a monitorização das regras por parte dos utilizadores, com penalizações para os transgressores. Os relatos demonstram que é possível, considerando que no passado muitas conquistas foram alcançadas em detrimento da coletividade, evidenciando que força de vontade, união e ideais comuns são capazes de vencer batalhas.

4.4.6 Mecanismos de resolução de conflitos

Em destinações que tem arrecadação prioritária proveniente do turismo, é importante aperfeiçoar as técnicas de mediação dos conflitos. “Embora a presença de mecanismos de resolução de conflitos não garanta que os apropriadores possam manter instituições duradouras, é difícil imaginar como um sistema complexo de regras poderia ser mantido ao longo do tempo sem tais mecanismos.” (OSTROM, 1990, p.101).

As opções são conflitantes, pois se percebe uma busca incessante de domínio, seja dos representantes públicos ou empresários, preocupando-se necessariamente com a

acumulação de renda e exploração econômica, sem respeito e responsabilidade com a manutenção dos recursos naturais.

Os problemas de pequena escala devem ser analisados de maneira isolada, ultrapassando as aplicações generalistas de resolução de problemas, considerando que independente da dimensão do CPR, esses podem ser demasiadamente complexos e difíceis de gerenciamento. Por isso, Ostrom (1990) defende a estruturação de um quadro teórico contendo as variáveis que estão envoltos do contexto dos CPRs autogeridos e governados pelos apropriadores, demonstrando ainda, os motivos que podem levar ao fracasso. Isso pode contribuir para desenhar modelos mais propensos, e ainda, contribuir para detectar variáveis que devem ser observadas nos campos empírico e teórico.

Dentre os princípios institucionais estabelecidos por Ostrom (1990), é possível constatar um direcionamento para questões que podem minimizar e/ou resolver conflitos, apresentando estratégias condutoras para uma gestão mais participativa e envolvida com a manutenção dos bens coletivos. De acordo com Dietz et al. (2003), os envolvidos apresentam perspectivas variadas que contribuem para governança ambiental, e os conflitos, mesmo que não sejam solucionados, proporcionam aprendizado e transformações.

As lideranças podem servir como mediadores dos conflitos, apesar dos discursos exaltar como é difícil agir em Pipa, conciliando interesses diversos, como o caso do Parque Estadual Mata da Pipa (PEMP).

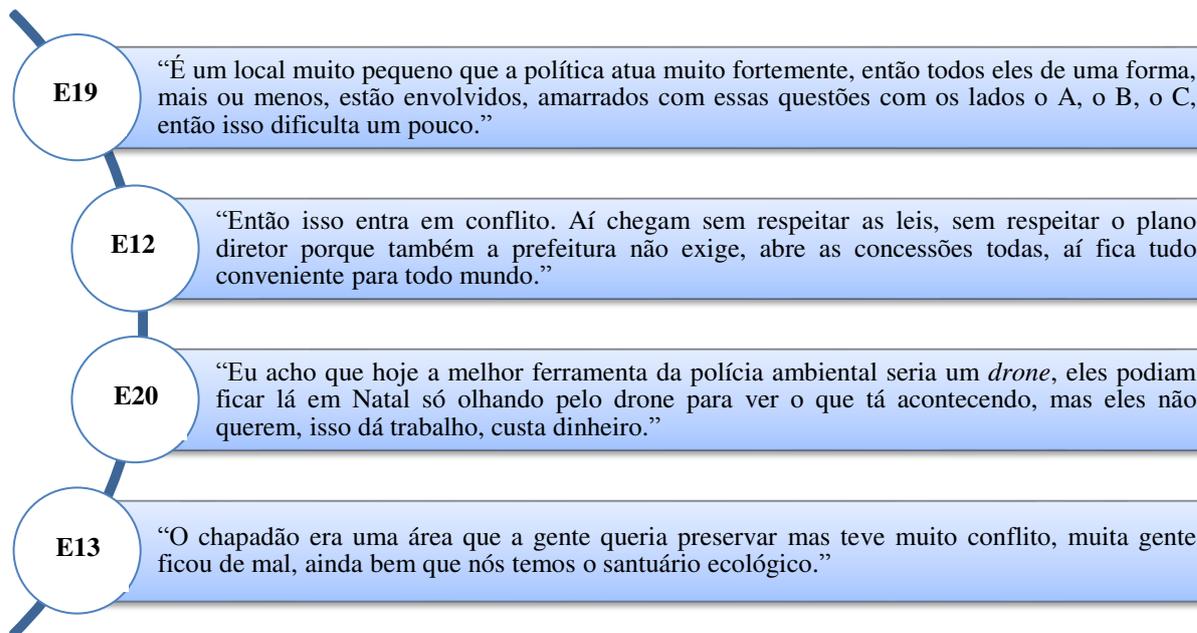
“Que a questão ambiental aqui é muito séria. Os interesses são diversos, tanto por parte dos empresários, como dos nativos. Diversos, tô falando da parte da vegetação, mas Pipa vive de meio ambiente, de praia, de flora. Então é muito delicado e pra você ser, hoje, um líder de Pipa você precisa saber atingir vários interesses, você precisa lidar com os empresários, saber lidar com o pescador, com o agricultor, com o pessoal que tá na praia, você precisa fazer uma análise de como fazer isso.” (Depoimento de E13).

Sabe-se que o diálogo entre população, órgãos públicos e setor privado em relação aos direcionamentos do turismo é bastante limitado. Apesar de haver manifestações que relatam o interesse em estreitar parcerias, já que o objetivo comum é o bem e progresso de Pipa.

“Eu tô aqui pra dizer que somos parceiros, porque eu sou Pipa, eu sou daqui, eu tenho um título de cidadão, ganhei na câmara o título de cidadão porque eu fiz alguma coisa por aqui e eu sou o teu parceiro, o que eu puder ajudar eu tô dentro.” (Depoimento de E4).

É preciso ultrapassar os interesses individuais e ter as cobranças asseguradas por motivos reais e justos, generalizados para o coletivo. Enquanto houver interesses particulares, maiores os entraves para avançar sobre resultados convictos com os direcionamentos legais.

Figura 24- Percepções sobre o conflito em Pipa



Fonte: Pesquisa de campo.

O chapadão sofreu impactos ambientais severos em decorrência da ocupação irregular, acentuando os conflitos de gestão. Já o santuário ecológico foi salvo porque permanece sob o comando de um ativista, com responsabilidade sobre o território onde está inserido. Infelizmente, a ausência de planejamento e as acentuadas relações conflituosas permitiram transformar espaços naturais em territorialização turística. Isso confirma posicionamento de Bob e Bronkhorst (2010) que os conflitos podem ocasionar desde estragos físicos, até atingir condições de produtividade e desenvolvimento econômico.

Taibi (2016) analisa que muitas questões básicas não são discutidas ou levadas em consideração para um planejamento comprometido que minimize seus impactos. De tal maneira, à medida que o problema vem à tona, as relações conflituosas também vão surgindo, como é possível constatar na praia da Pipa/RN.

Como mediação para o conflito, acredita-se que a população local pode se empenhar com maior afinco para eleger representantes políticos éticos e comprometidos. A fiscalização e empenho das associações e conselhos no sentido de estabelecer mecanismos de

desenvolvimento mais equilibrados. Os apropriadores devem manter o controle das ações e medidas preventivas que inibam a atuação desordenada do empresariado que visa, sobretudo, o retorno econômico a curto prazo. Contar com o apoio da outra parcela de empresários engajados e preocupados com os desdobramentos da exploração desenfreada.

Uma opção para minimizar os problemas apresentados diz respeito a maior eficiência da instância de governança local, com envolvimento dos representantes envolvidos no conflito. Além de espaço democrático, de participação ativa da população, para opinar sobre o planejamento da destinação turística. Em conformidade com Ramires Júnior et al. (2015), o engajamento da comunidade proporciona não apenas o desenvolvimento de programas, contribuindo notadamente, para sua continuidade. Outra estratégia necessária diz respeito ao maior empenho das autoridades locais em relação à fiscalização e controle do uso e ocupação do solo, com medidas mais eficazes para punição das construções irregulares.

4.4.7 Reconhecimento mínimo dos direitos de organização

Nesse princípio, há o reconhecimento das regras da comunidade pelas autoridades externas.

Os detentores freqüentemente elaboram suas próprias regras sem criar jurisdições governamentais formais para esse fim [...] Mas se as autoridades governamentais externas presumirem que somente elas têm autoridade para estabelecer as regras, então será muito difícil para os apropriadores locais sustentarem a longo prazo uma CPR regida por regras. (OSTROM, 1990, p.101).

Mesmo em uma sociedade que tem o governo como gestão principal, nada impede que a comunidade se autoorganize para fundamentar regras e normas que possam fundamentar uma atuação, pautada em direcionamentos sustentáveis. Para isso, torna-se crucial dotar as pessoas de ferramentas, conhecimento e poder de ação.

*“Trabalho social, trabalho de conscientização, palestra pública, meio ambiente.”
(Depoimento de E7).*

“Nunca foi feito realmente um trabalho para dar oportunidade de fato para esses nativos. Especialmente eu falo, não é nem trabalho de capacitação, acho que é trabalho de valorização deles. Porque uma pessoa que se sente incapaz você pode dar o tanto de capacidade que for que ela vai continuar se sentindo incapaz, não consegue enxergar esse valor e o que mais o turismo fez aqui foi extrair esse valor deles, infelizmente.” (Depoimento de E11).

Nota-se com o discurso, que os órgãos adquiriram, ao longo dos anos, descrédito por agirem com ações não condizentes com a legislação. Há vários escândalos com pessoas envolvidas com os órgãos competentes que confirmam evidências de atos ilegais e obscuros, que favoreceram determinados projetos.

Em setembro de 2017 veio à tona mais um escândalo público envolvendo acordo de troca de interesses pessoais entre diretor do IBAMA e hoteleiros de Tibau do Sul, comprovando irregularidades na permissão de construção de hotel em área de preservação ambiental (AGÊNCIA BRASIL, 2017).

“Porque muitos, até hoje eles passam pra extorquir dinheiro, não que eles estejam passando pra fiscalizar, eles pegam um processo qualquer lá no departamento, ver o endereço onde é e fala ah vamos lá, aí fica pressionando.” (Depoimento de E8).

“Isso aqui é o curral eleitoral e o curral financeiro, eles vão vendendo para diferentes especuladores e garantem, olha se comprar eu garanto que consegue a licença, as coisas ficam assim, as praias de Pipa, por exemplo, são um escândalo nacional.” (Depoimento de E20).

Os discursos supracitados remetem aos gestores de órgãos públicos que fazem os emaranhados para facilitar as licenças, burlando as diretrizes legais para garantir a venda e comercialização. A corrupção começa na própria máquina pública e envolve, principalmente, grandes transações internacionais. É válido ressaltar que o comportamento de determinados estabelecimentos não podem comprometer o trabalho e reputação de órgãos de reconhecido trabalho ao estado em várias áreas, remetendo que há muitos colaboradores fiéis ao seu ofício.

Sobre o caráter de mudanças institucionais, segundo Ostrom (1990, p. 52) é relevante entender:

1. As alterações nas regras utilizadas para ordenar as ações em um nível se dão dentro de um conjunto de regras geralmente "fixas" em um nível mais profundo.
2. As mudanças nas regras de nível mais profundo geralmente são mais difíceis e mais dispendioso para realizar, aumentando assim a estabilidade de expectativas mútuas entre os indivíduos que interagem de acordo com um conjunto de regras.

Munidos de representação, as associações e ONG's podem atuar de maneira comprometida com as diretrizes ambientais. Com base nas evidências, é plausível que as regras sejam reformuladas, confiando que algumas representações podem adquirir o *status* de apropriadores dos sistemas de recursos.

É possível ultrapassar as imposições políticas e a própria comunidade se organizar para gerir determinados setores. As representações e lideranças comunitárias, por meio de instâncias de governanças com poder deliberativo, podem ser aliadas nesse processo.

Estabelecer novas condutas e responsáveis pelo controle, faz-se necessário como alternativa para combater os desajustes sociais e ambientais. A introdução de normas, estratégias e regras que possam ser geridas por representantes dos apropriadores dos sistemas de recursos e reconhecidas com valor legal, podem fazer diferença.

4.4.8 Entidades aninhadas

Trata-se de empreendimentos articulados na forma de rede, em diferentes níveis, mas com pequenos arranjos institucionais de grupos locais na base. Refere-se então, a articulação de instituições de distintos graus incorporadas, havendo uma ligação na gestão de recursos de menor escala com os de maior escala, partindo do particular para o geral.

“Estabelecer regras em um nível, sem regras nos outros níveis, produzirá um sistema incompleto que pode não durar a longo prazo.” (OSTROM, 1990, p.102). A intervenção de regras a nível municipal, estadual e nacional tornam-se importantes para o gerenciamento do destino como um todo, já que as normas locais atendem apenas critérios específicos, sendo necessário contar com suporte das demais instâncias para planejamento e gestão turística.

Nesse ínterim, Quaresma e Campos (2006) analisam que muitos projetos públicos de cunho turístico não alcançam resultados eficazes porque o Estado não tem a competência de gerir e comandar as ações. Reforçam então, a importância da participação colaborativa da população em geral, para de fato, avançar na concretização do turismo. Assim, a descentralização política torna-se fundamental no sentido de efetivar práticas condizentes com a participação endógena, subsidiando a cooperação entre os atores envolvidos.

De acordo Ostrom (2009, p.421), “se o conjunto inicial de regras estabelecido pelos usuários, ou por um governo, não forem congruentes com as condições locais, a sustentabilidade a longo prazo pode não ser alcançada.” Isso se aplica ao contexto da Mata da Pipa, a injunção de regras dos órgãos gestores, sem participação da comunidade, poderá resultar em insustentabilidade do parque. Decorrentes da atuação ineficaz, desrespeito as regras impostas, falta de fiscalização e descumprimento das ações previstas no plano de implantação, causando revolta e insatisfação da grande maioria da população.

A delimitação de órgãos gestores, tais como conselhos deliberativos, fará com que a gestão seja descentralizada, dando autonomia e poder de atuação a atores verdadeiramente comprometidos com a causa ambiental. Em conformidade com Ostrom (1990), um condicionante para os apropriadores locais cooperar com os sistemas de recursos é conter direcionamentos concretos vinculados às unidades de recursos, dando maior credibilidade.

A implantação do conselho comunitário e municipal de turismo, como órgãos deliberativos, atrelado à atuação dos demais conselhos (saúde, direito, educação, meio ambiente) possibilitaria aos usuários definir as regras mais cabíveis ao contexto. Sobre o conselho de turismo, N2 esclarece que foi criado em 2008, e reativado em 2013. No momento, encontra-se enfraquecido e sem ações concretas, devido a esse descrédito que as pessoas estão passando, pois deixaram de acreditar que era possível mudar e muitos deixaram de frequentar as reuniões (deixando de acontecer por falta de quórum). Quem tinha participação cativa era o projeto EDUCAPIPA, colônia de pescadores, representante dos taxistas, pessoal dos eventos.

No contexto da governança vinculada à política nacional de regionalização, tem-se a proposição de instâncias de gestão em níveis regionais e locais sendo denominadas de “grupos gestores dos destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, instituídas com o objetivo de realizar articulação com representantes do poder público, iniciativa privada e terceiro setor para execução das ações voltadas ao desenvolvimento do turismo.” (FERNANDES E CORIOLANO, 2015, p.249).

Com esse intuito, o Programa de Regionalização do Turismo (Roteiros do Brasil) foi traçado como direcionamento do Plano Nacional, tendo uma elaboração coletiva que inclui a participação de vários atores que fazem parte dos segmentos turísticos (ALEIXO et al., 2011). Essa possibilidade de autonomia para os representantes locais favorecerá o contexto de controle, manutenção e preservação dos recursos de uso comum.

4.4.9 Autogestão e o turismo em Pipa

Ostrom (1999) faz alerta sobre as consequências da utilização desenfreada dos recursos, tendo na governança eficiente o caminho mais propício para diminuir os impactos. É preciso alertar que falhas na gestão dos sistemas de recursos culminarão na escassez das unidades. Os exemplos empíricos de Ostrom acentuam as possibilidades reais de autogestão de complexos CPR, desde que haja organizações instituídas e compromissadas para tal fim.

Na realidade investigada, percebe-se que ainda não estão devidamente estruturados, mas os indícios de ação coletiva mostram perspectivas positivas, sendo um processo viável de ser ordenado. Apesar das limitações existentes, há pressupostos que demonstram a viabilidade da autogestão como mecanismo de preservação e mediação para os conflitos existentes.

Não trata-se de uma proposta de fácil execução, tendo em vista o histórico de desbravamento e exploração desordenada. Obstante, a comunidade apresenta ferramentas concretas de reverter o cenário, desde que, continuem se integrando e ultrapassem a vertente do individualismo, passando a focar verdadeiramente no bem coletivo.

Em consonância com Sjah e Baldwin (2014), os indivíduos tem o poder de articulação para gestão dos recursos de uso comum, mas não esquecendo que os governos também possuem função nesse processo. Então, mesmo com o melhor ordenamento para autogestão, o poder público permanece tendo responsabilidades reais. Assim, o modelo sugere que a comunidade passe a ter maior participação sobre o gerenciamento dos recursos de uso comum, tendo em vista que além de utilizadores e maiores impactados, chega o momento de superar a ineficiência pública e deixar de ser expectador diante todos os descasos constatados.

Há duas possibilidades concretas de cenário. Uma que denota decadência, caso não sejam tomadas medidas cabíveis. E outra, sugere a possibilidade real de autoorganização no sentido de retomar o controle da situação e agir de maneira mais prudente.

Os dados mostram que a sustentabilidade do local está condicionada a mudanças radicais na forma de condução e gestão da destinação turística. Em conformidade com os resultados, a comunidade está receptiva. Dotada de lideranças que podem agir para articulações mais concretas e efetivação de normas que possam retomar o controle socioambiental. Esse mesmo grupo pode se mostrar eficaz no monitoramento e fiscalização sobre o controle dos recursos de uso comum.

Também é válido reforçar, em conformidade com Vollan e Ostrom (2010), os resultados dependem do grau de envolvimento da comunidade. Se um número significativo de moradores se envolverem, sejam por representação de ONG's, associações e conselhos, as expectativas de benefícios coletivos são evidentemente maiores.

Ultrapassar o comodismo de continuar esperando atuação eficiente dos órgãos públicos e agir de maneira mais emponderada, já que o controle e sustentabilidade dos recursos estão sendo feitos de maneira defasada e descompromissada. Dietz et al. (2003) corroboram com o fato das redes sociais servirem como embasamento para comunicação, permitindo maior interação e participação das pessoas. Quando há transparência e ampla divulgação de resultados, maior o nível de confiança adquirido.

Como direcionamentos significantes para ações coletivas eficientes, Schmidt et al. (2016, p.251) determina em suas pesquisas três elementos para análise:

- (I) racionalidade individual *versus* coletiva;
- (II) o tamanho dos grupos; e
- (III) heterogeneidade dos grupos.

No caso de Pipa, a heterogeneidade do grupo estudado pode ser investigada pelos pontos frágeis e fortes. Sobre debilidades, pode-se afirmar que a diversidade do grupo provoca conflitos sociais, incidindo sobre desconfiança e falta de união, tanto dos nativos em relação aos de fora, como dos forasteiros que em alguns momentos querem mostrar superioridade em relação à comunidade mais simples. No entanto, vendo os aspectos favoráveis, essa heterogeneidade permite uma troca mais intensa de ensinamentos e valores, considerando que os forasteiros, em sua maioria, são pessoas dotadas de vivência de mundo e experiências valorosas, podendo ser segmentada com os nativos que, por sua vez, compartilham os fundamentos primordiais relacionados ao pertencimento do lugar, as raízes e identidade cultural. Essa miscigenação pode incidir em desfechos arrojados, com oportunidade de criar produtos inovadores, mas mantendo sempre os aportes primordiais relacionados à origem e peculiaridades do lugar, lembrando que foi o encanto de praia paradisíaca que levou Pipa a ser internacionalmente reconhecida.

É válido ressaltar que não necessariamente irão encontrar a presença dos oito princípios nos casos de gestão pautada nos recursos comuns. Porém, o esforço para seguir o maior número de diretrizes dará maior perspectiva de obter êxito na autoorganização.

A autora não simplesmente supõe que determinada situação ou princípio pode ser importante, mas se propõe a comprovar a influência de cada um através de estudos, não somente seus, mas, também do seu grupo e de outros grupos de pesquisa. Desta forma, assevera sobre como cada princípio de desenho proposto influi na situação das comunidades, de seus recursos e de sua gestão intracomunidade via uma instituição central.” (SOARES e SAHR, 2016, p.114).

Com o referencial de Gari et al. (2017), foram elencados escala quantitativa e qualitativa correspondente a cada princípio de governança do contexto analisado (quadro 14).

Quadro 14- Avaliação quantitativa e qualitativa dos princípios de Ostrom para o SSE estudado

CASO DE ESTUDO- PIPA	FREQUÊNCIA (0-1)	CONCLUSÃO
Princípio 1	Às vezes presente (0,5)	Fraco
Princípio 2	Às vezes presente (0,5)	Fraco
Princípio 3	Raramente presente (0,25)	Frágil
Princípio 4	Raramente presente (0,25)	Frágil
Princípio 5	Às vezes presente (0,5)	Fraco
Princípio 6	Às vezes presente (0,5)	Fraco
Princípio 7	Às vezes presente (0,5)	Fraco
Princípio 8	Às vezes presente (0,5)	Fraco

Fonte: Elaboração própria, pautado em Gari et al. (2017).

Baseado nas análises de Gari et al. (2017), consubstanciado pela vasta investigação de pesquisas ao redor do mundo, há diversos elementos que podem envolver o manejo da CPR, constatando que mesmo CPRs frágeis possuem indícios para progredir e se transformar em instituições robustas, se adaptando a contextos específicos. Assim, será detalhada uma síntese que apresenta as dimensões do caso em estudo e principais diretrizes que podem ser adotados para realidade investigada (quadro 15).

Quadro 15- Síntese dos Princípios de Ostrom na praia da Pipa

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS	DIMENSÕES PARA O CASO EM ESTUDO	DIRETRIZES
1. Limites claramente definidos	<ul style="list-style-type: none"> - Definição da utilização dos recursos naturais, relacionados diretamente ao uso e ocupação pelo turismo, com limites mais rigorosos. - Regulamentação quanto à apropriação desenfreada dos elementos da natureza para atender necessidades da atividade. - Estabelecer parâmetros de controle da capacidade de carga. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de conselho deliberativos; - Delimitar grupos apropriadores; - Incluir a comunidade nas instâncias de gestão; - Controlar a ocupação do espaço para práticas turísticas
2. Regras claras sobre apropriação e provisão de recursos comuns, adaptadas às condições locais	<ul style="list-style-type: none"> - As leis ambientais serem atribuídas, com maior rigor quanto ao uso dos recursos de uso comum. - Regular as unidades que estão sendo exploradas, tendo maior controle sobre a ocupação do solo. - Adotar os direcionamentos das legislações urbanísticas, ambientais, código de obra e plano diretor. 	<ul style="list-style-type: none"> - Exigir que as normas ambientais federais sejam sobrepostas sobre os encaminhamentos municipais; - Buscar auxílio do Ministério Público para combater artifícios ligados a interesses pessoais; - Estabelecer códigos de conduta, normas e regras condizentes com a realidade da destinação turística; - Combater as diretrizes vinculadas às relações de poder.
3. Arranjos de escolha onde os acordos coletivos permitem que a maioria participe do processo de tomada de decisão	<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar participação efetiva dos membros nas instâncias de governança, por meio dos conselhos deliberativos dos Pólos Turísticos de desenvolvimento e planejamento da atividade. - Possibilidade da população decidir sobre as estratégias de desenvolvimento sustentável do turismo. - As associações, agrupamentos e ONG's se tornar um amplo espaço de debate, sendo representados por lideranças para divulgar o posicionamento do grupo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reativação do Conselho comunitário da Pipa; - Institucionalização do Conselho municipal de turismo; - Agrupamento das diferentes representações; - Conselhos com poder deliberativos, não sendo apenas consultivos; - Ampliação das audiências públicas, com veiculação para comunidade em geral; - Fortalecer os acordos coletivos.
4. Monitoramento do comportamento dos participantes	<ul style="list-style-type: none"> - Fiscalização para aplicação das leis ambientais e direcionamentos do plano diretor municipal. - Promoção de programas de educação ambiental, palestras de conscientização, conservação dos recursos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> - IDEMA e IBAMA apresentar sistema de fiscalização mais eficazes; - Recursos que propiciem diálogo entre os órgãos competentes; - Criação de uma área específica de monitoramento, vinculado aos conselhos e associações; - Controle interno dos próprios moradores.
5. Escala de sanções graduais para quem viole as regras comunitárias	<ul style="list-style-type: none"> - Punição e multa por uso indevido dos recursos naturais. - Cobrança de taxas de compensação para os responsáveis pela exploração irregular dos recursos de uso comum. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contar com fiscalização e atuação permanente dos órgãos responsáveis; - Apoio do ministério público que tem um papel importante de cobrança; - Controle das regras por parte dos utilizadores; - Punição estabelecida pelos apropriadores para os transgressores.
	<ul style="list-style-type: none"> - O poder público tem uma influência grande no contexto investigado, então a 	<ul style="list-style-type: none"> - Definir práticas de gestão coletivas; - Ampliar o debate entre os agentes do

<p>6. Mecanismos de resolução de conflitos de fácil acesso</p>	<p>forma como se governa reflete historicamente no surgimento ou apaziguamento de conflitos, sejam eles de cunho ambiental ou social.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empenho das autoridades locais, empresariado e população no controle das irregularidades. - Dirimir impasses que surgem em virtude do predomínio de relações de interesses/amizade/apadrinhamento. - Direcionar para acordos institucionais legais e representativos 	<p><i>trade</i> turístico;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Maior transparência, diálogo e decisões conjuntas; - Promover ações educativas de sensibilização e mobilização; - Sobrepor ações coletivas sobre interesses pessoais; - Intermédio de lideranças com voz ativa; - Instâncias de governança atuantes; - Nomear representantes éticos e comprometidos; - Fortalecer alianças entre a comunidade local, diminuindo a segmentação entre nativos e forasteiros.
<p>7. Reconhecimento mínimo dos direitos de organização</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A população e o mercado ter autonomia para estabelecer mecanismos de gestão e fiscalização em defesa da manutenção dos recursos escassos, tendo controle e acesso sobre os sistemas de uso comum. - Tem havido uma mudança de pensamento e as pessoas começam a ter mais liberdade para reivindicar e denunciar. - Percebe-se o empenho da comunidade em se organizar em grupos para fazer ações sociais ou mutirões em torno de causas ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de confiança entre os envolvidos e atuação educativa nutrindo as representações de conhecimento para atuar; - Dotar as representações/lideranças de instrumentos deliberativos; - Utilizar as redes sociais como uma ferramenta instantânea de diálogo; - Fornecer ferramentas para a comunidade visualizar e denunciar os problemas. - Reconhecer que a comunidade pode e deve ser aliada no planejamento turístico.
<p>8. Iniciativa aninhada</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Redes de gerenciamento em diferentes níveis para maior domínio sobre o cumprimento das normas ambientais e decisões sobre a gestão voltada para sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Grupos de gestores vinculados as instâncias de governança de turismo e da comunidade; - Maior articulação dos níveis de governança; - Autogestão de sistemas de recursos e unidades de recursos; - Autonomia para os gestores locais intervir na gestão turística.

Fonte: Elaboração própria.

Em consonância com Ostrom (1990), remete-se a importância de alguns direcionamentos para avançar sobre os resultados, tais como: o total de envolvidos nas decisões, desde que estejam centrados em obter benefícios coletivos, com interesses semelhantes e contando com lideranças engajadas.

Apesar dos princípios não serem visualizados em sua integridade no caso analisado, visualiza-se os pontos elencados como positivos para caminhar no sentido da auto-organização.

4.5 DIRECIONAMENTOS DE AÇÃO COLETIVA NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO

Um desafio geral é conseguir ferramentas que possibilitem melhor gestão dos recursos de uso comum. Por isso, no presente estudo, é dado ênfase nos aspectos envolvidos da utilização desenfreada dos recursos naturais, pensando em alternativas mais viáveis de autogestão pela própria comunidade.

Percebe-se que o entusiasmo dos mais jovens introduzidos aos movimentos reativou a esperança e deu ânimo para acreditar em novas perspectivas, visualizando nitidamente uma maior mobilização da população pipense para atuar de maneira coletiva. É possível apontar os recursos provenientes das redes sociais como forte aliada nesse processo, sensibilizando novos atores por ser uma ferramenta que, na atualidade, tem grande poder de propagação, alcançando adesão de outros participantes e fortalecendo os representantes que há anos lutam por um destino turístico mais planejado.

Alguns nativos investigados reconhecem a preocupação dos forasteiros no sentido de realizar trabalhos coletivos:

“A gente sabendo o que as pessoas querem e onde estão essas pessoas, a gente consegue mais coisa e muitas ações não precisam de muito esforço nem monetário, digamos assim, eu gosto muito de incentivar a troca também, quase tudo comigo é na base da troca, eu troco tudo, incentivar isso também, não ficar todo mundo preso ao valor, ao dinheiro em si.” (Depoimento de E14).

“Para você ter uma ideia, todos os líderes que tentaram fazer algo por Pipa foram de fora, porque às vezes dentro da cidade ninguém se dispunha.” (Depoimento de E13).

No entanto, avaliam sem criticar os demais nativos, porque não tiveram oportunidades favoráveis que os dotassem de perspicácia para agir de outra maneira. Também percebe-se um maior empenho dos filhos dos nativos, possuidores de outro nível de instrução e maior consciência, tendo preocupação mais evidente tanto com os aspectos ambientais, quanto focados na dimensão social.

“Eu fui a primeira pessoa a dar essa importância para o lado social daqui de Pipa, porque muitas pessoas vieram de fora e começaram a ter um cuidado maior do que os próprios nativos, mas aí eu também não culpo minha família nativa porque eles não tiveram oportunidade no conhecimento, aqui não tinha né?!” (Depoimento de E7).

De fato, foi possível constatar que os forasteiros estão mais engajados nos movimentos de ações coletivas do que os nativos propriamente ditos. Tal fato potencializa uma distinção de lados, com difícil articulação de ações simultâneas envolvendo a integridade da população.

“Sim, mas não são nativos. A gente tentou por diversas vezes incluir nativos. A história antiga, a gente tentou por diversas diretorias envolver nativos. Então, já teve alguns nativos presidentes, mas acabou que a coisa não dava e nas últimas, infelizmente, tem sido mais gente de fora mesmo né...” (Depoimento de E19).

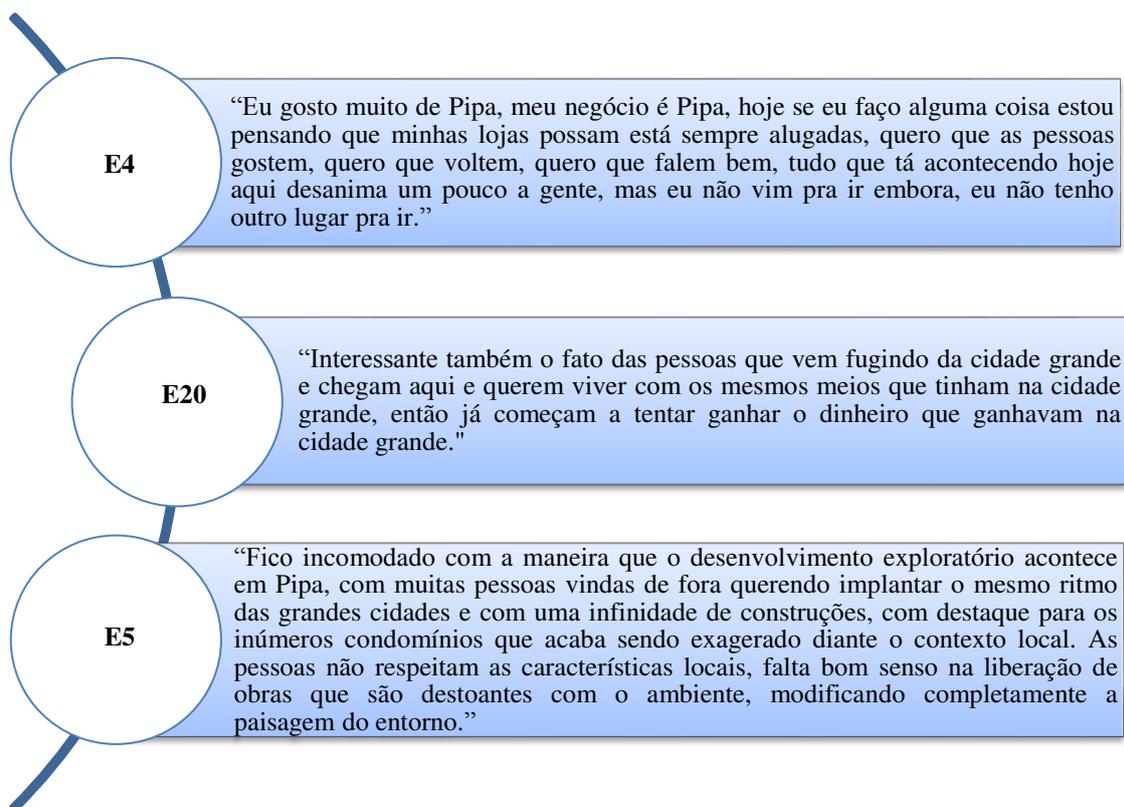
Algumas lideranças, representados principalmente por forasteiros, demonstram interesse em uma maior articulação para fortalecer as ações conjuntas, já que reconhecem a vontade identificada nos diversos movimentos isolados.

“Sim, várias pessoas que querem fazer ação coletiva, tem super vontade. O que a gente tá querendo agora com o resgate da ONG é que se transforme em uma entidade para todos e não seja para um grupo fechado, seja pra cidade inteira para fazer ação em escolas, para convidar alunos a participar.” (Depoimento de E1).

“Eu tô certa, eu não fecho porque isso que eu quero, fazer o bem sem olhar a quem.” (Depoimento de E16).

Durante a entrevista, E9 deixa claro que não queria que a ONG acabasse, e está em conversa com algumas pessoas que demonstraram interesse e motivação em continuar com as ações a frente do NEP. As pessoas demonstram estarem preocupadas, principalmente por considerar que as mudanças constatadas alertam para sinais danosos que poderão ter reflexos incontornáveis. Os momentos de crise também servem para perceber quem está realmente preocupado com os impactos do crescimento desordenado, evidenciando o vínculo de pertencimento, independente de ter nascido no local:

Figura 25- Preocupação com os impactos do turismo



Fonte: Elaboração própria.

Esse descontentamento e percepção crítica sobre a maneira que estão conduzindo o território turístico, deve-se aos sinais evidentes já percebidos no contexto da praia da Pipa, despertando na população o impulso para agir de alguma maneira. Por isso, a comunidade investigada foi questionada sobre a percepção da ação coletiva para reestruturação do destino turístico Pipa. A seguir, quadro com os principais apontamentos:

Quadro 16- Ponderações sobre ação coletiva

PERCEPÇÃO AÇÃO COLETIVA	
E11	“São as próprias pessoas que também já chegaram aqui e fizeram alguma coisa, são as que estão gorando essa outra geração que chega tentando sonhar alguma coisa e ainda assim, eu acho que as pessoas mais engajadas que chegam aqui: “Ah tem que ser feito alguma coisa” é muito mais ou um lado social de dó, muito mais de caridade, ou ligada ao meio ambiente, tem que ser feita alguma coisa, que a natureza tá se acabando. Ainda é uma lógica de usuário. Eu tô querendo fazer uma coisa pela natureza, não pela natureza, mas porque eu quero morar em um lugar que continue sendo bonito. Não é realmente pela lógica do coletivo, não é realmente para uma lógica além disso.”
E14	“Sim, com certeza, essa é a ideia. A ideia era isso, a gente juntar ações, depois eu te dou só a primeira parte do estatuto para você ter uma ideia, ações que melhorem o lugar, que dê acesso as pessoas, e a outras coisas né, que as pessoas entendam o que que elas podem querer coisas, ajudar a mostrar para as pessoas que elas tem direitos e deveres.”
	“Mas é preciso que a comunidade se engajasse mais, criasse associações forte, associações de bairro, associações comunitária, mas que com uma única função do bem comum da coletividade porque aí

E13	eu até fazia parte, mas se for pra criar associação para usar como interesse próprio, eu tô fora.”
E18	“A questão é exatamente essa: Não existe (ou é deficiente) ação coletiva em Pipa, porque cada empresário do turismo só pensa no seu próprio negócio... Não quero ser injusta porque há exceções. Se as diversas atividades turísticas tivessem a mesma postura de defesa do meio ambiente, seria sim o caminho para a reestruturação do destino turístico. Mas a realidade é outra...”
E6	“SIM, se fosse do interesse da comunidade eles já teriam, nestes 9 anos, se mobilizado para que o parque estadual pudesse ser transformado numa unidade de conservação sustentável e usada para visitação pública controlada, se todos se movessem para construir um turismo menos predador e mais ecologicamente organizado.”
E9	“Cada um tem que fazer a sua parte, e a comunidade tem o dever de cobrar da administração pública e dos órgãos competentes as ações necessárias para a preservação ambiental e o desenvolvimento turístico sustentável. Infelizmente, estas cobranças, quando feitas, não chegam a ter grandes resultados.”
E1	“Precisa ter gente com vontade. Eu acho que falta gente com vontade, mas se tiver gente com vontade, com certeza. Não sei essas ações que a gente vai fazer agora, tem esse da Catavento, da AMAPIPA, do NEP, da Pipa limpa porque se essas crescerem já é meio caminho andado.”

Fonte: Pesquisa de campo.

O quadro expressa considerações em torno da possibilidade de atuação se todos se unirem verdadeiramente, deixando seus interesses individuais em segundo plano, já que as medidas atingirão vários segmentos. Se as pessoas entenderem que terão retorno coletivo a longo prazo, e não individuais, a curto prazo, esse pode ser um caminho para alcançar os direcionamentos para o bem coletivo.

4.5.1 “Iniciativas locais” como alternativa para planejamento mais sustentável do turismo

Na praia da Pipa há empenho de junção de forças pensando em colaborar com o próximo, sendo necessário intensificar o número de ações dessa natureza. Um caso notável de união em prol de uma causa comum foi o recolhimento de assinaturas (abaixo-assinado) de apoio ao movimento para desapropriação irregular das praias e defesa da baía dos golfinhos. A seguir, trecho introdutório referente ao abaixo-assinado S.O.S. Baía dos Golfinhos:

Nós, abaixo assinados, vimos requerer que sejam tomadas providências visando coibir a ocupação irregular e o conseqüente desrespeito às leis ambientais que vem ocorrendo na Praia do Curral, também conhecida como Baía dos Golfinhos. A Praia do Curral tem uma grande importância ambiental, turística e cultural para o município de Tibau do Sul. Pertence a APA-Bonfim-Guaráras e é cercada pela RPPN Santuário Ecológico da Pipa (Reserva Particular do Patrimônio Natural). Nas suas águas, que fazem parte da Reserva Faunística de Tibau do Sul e Pipa (REFAUTS), se alimentam golfinhos/botos e tartarugas marinhas, dentre outras espécies. É considerada uma das dez praias mais belas do Brasil e, historicamente, abrigou currais de peixes que tiveram grande importância para a comunidade local, daí sua denominação nativa: Praia do Curral (TRECHO EXTRAÍDO DA PETIÇÃO *ON LINE*- S.O.S. BAÍA DOS GOLFINHOS, 2016).

Fotografia 13- S.O.S. Baía dos Golfinhos

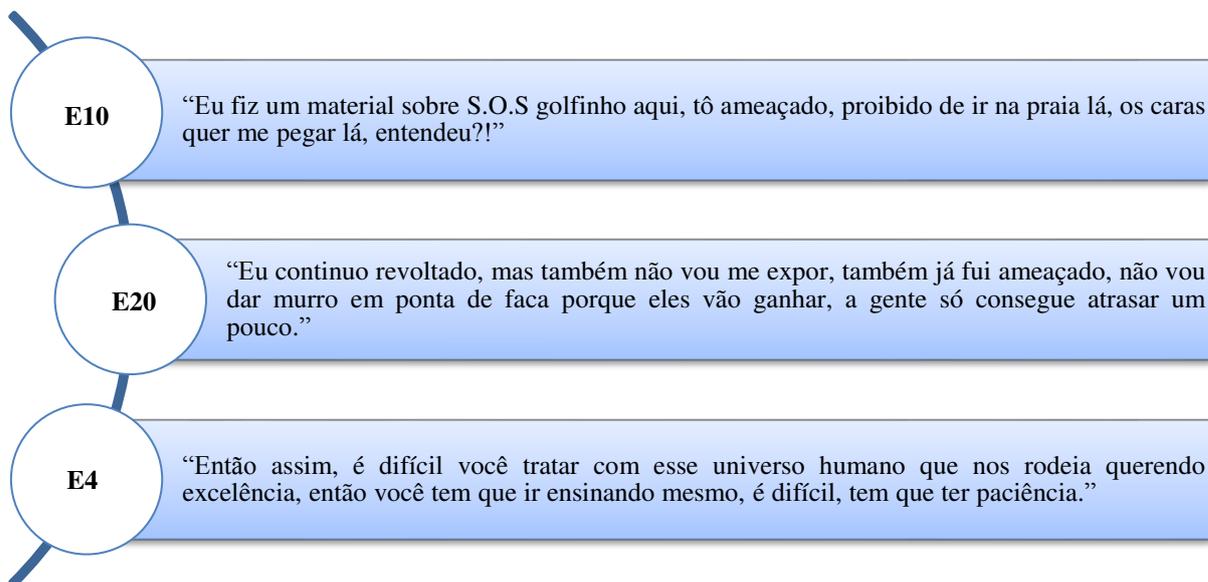


Fonte: Petição *on line* referente ao abaixo-assinado (S.O.S. BAÍA DOS GOLFINHOS, 2016).

“O NEP, com suas batalhas de cunho ambiental, tem poucos sócios, colaboradores, apoiadores. Contudo, o abaixo-assinado para a preservação da Baía dos Golfinhos que o NEP encabeçou em 2016, recolheu mais de duas mil assinaturas.” (Depoimento de E9).

Tal ponderação ratifica o poder de mobilização quando a comunidade se debruça sobre alguma causa, seja ambiental ou social. Sobre a preocupação com a Baía dos Golfinhos, E1 diz que pensaram estratégias para agir coletivamente e optaram pelo abaixo-assinado para começar a mobilização. No entanto, foi alertada por E15 que “a gente pode se envolver e pode ter problema, o NEP já recebeu ameaças, você pode receber ameaças por estar participando dessa ação.” O NEP, assim como outras associações, e até cidadãos que decidiram agir em prol do combate sobre alguma irregularidade, notadamente sofrem fortes restrições, no sentido de inibir as iniciativas.

Figura 26- Opressão sobre as ações



Fonte: Elaboração própria.

O histórico de lutas e ameaças rodeia a vida de muitos moradores que já se envolveram e tentaram mudar a realidade, tentando cultivar as características peculiares da destinação turística. Sobre o contexto de ameaças, enunciados em variados discursos, a maioria dos investigados mostram-se resistentes:

“Eu não tenho medo, a gente não pode ter medo. A gente não tá comprando uma briga normal, a gente tá comprando uma briga coletiva a favor da população toda [...] Se todo mundo for pensar em ameaça, ninguém vai fazer nada. Vamos ver como vai ficar, conseguimos mais de duas mil assinaturas, 10% da população, e não é pequena porque a população de Tibau do Sul já passou dos 10.000 habitantes, então eu acho que é um número considerável”. (Depoimento de E1).

Falando sobre as embarcações que visitam a baía dos golfinhos, E5 mencionou o impacto comprovado por pesquisas, já que uma das formas de comunicação dos animais são os sons emitidos. Disse que poderia tá pior se não fosse a regulamentação da “Área de Proteção Ambiental”- APA Bonfim-Guarairas, que delimita o número de embarcações.” A Reserva Faunística Costeira de Tibau do Sul (REFAUTS) refere-se a resguarda da fauna, enquanto que o santuário ecológico é uma reserva privada, ambas localizadas em Pipa. Com a REFAUTS percebe-se um impulso na consolidação de ações, já que existem vários conselhos e representações que defendem os interesses coletivos. A REFAUTS “tem como principais objetivos a conservação da biodiversidade costeira e marinha, especialmente as tartarugas

marinhas e o boto-cinza, *Sotalia guianensis*, frequentemente encontrado nas enseadas do Madeiro e dos Golfinhos.” (NASCIMENTO, 2016, p.10).

“A ocupação das praias vai virar favela, a praia do amor tá uma vergonha, eu cheguei aqui 14 anos atrás não tinha um quiosque na praia, a Baía dos Golfinhos acabou. O que acontece, a Baía dos Golfinhos é um lugar de baixa visitação, deveria ser como Fernando de Noronha, controlado, então antigamente iam 10 pessoas, ficavam no calor, não tinha sombra, nada para beber, o cara ia embora, então tinha um controle ecológico da praia que é um parque municipal marinho.” (Depoimento de E20).

Bacal (2007) pondera que o crescimento do turismo em países em processo de desenvolvimento é seguido de transformações que envolvem os campos social, cultural e ambiental. Nesse ínterim, as pessoas já enxergam os impactos agressivos do turismo de massa, e almejam o desenvolvimento de um turismo mais seletivo, tendo a consciência da necessidade de mudar o foco do *marketing*.

Estimular o fluxo intenso de visitantes pode ser comparado a uma “bola de neve”, que ganha impulso e dimensão quando rola para baixo. Assim, os agentes de mudança que estimulam o desenvolvimento do turismo como uma pequena bola de neve não tem ideia da rápida e devastadora consequência da exploração do turismo de massa (SHOEB-UR-RAHMAN e SHAHID, 2012).

Na tentativa de reverter o perfil dos visitantes de Pipa, há o estímulo e propagação de atividades com outro foco de atração. Cabe mencionar os eventos consolidados, tais como festival literário alternativo da Pipa (FLIPAUT), festival gastronômico e festival de jazz, com representatividade e visão mais atenta a destinação.

“Eu acho que daria pra fazer muito mais coisa, eu acho que todo evento da cidade tinha que ter muito mais gente mobilizada, as pessoas tinham que pensar maior. Nesse FLIPAUT eu fiz isso, eu peguei o lixo, transformei as latas de lixo em propaganda, o pessoal pagou as latas, a gente usou no festival, depois cada um levou a sua. Mas tudo na cidade podia ser assim, no carnaval, no São João, no Natal. O próprio lixo da cidade virar arte, com oficinas com as pessoas, esse seria o meu ideal né?!” (Depoimento de E14).

Os eventos podem impulsionar outro nicho e segmentação de mercado. No entanto, está condicionado ao perfil e estilo do evento.

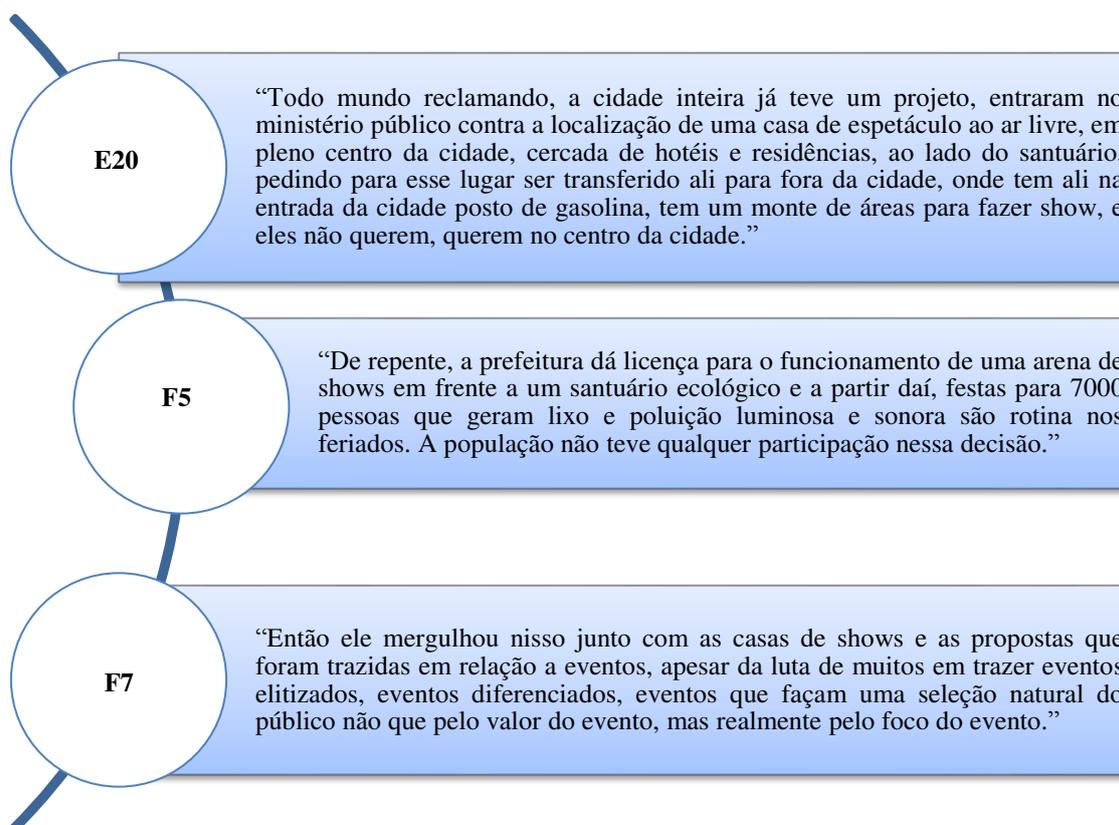
“Até essa questão que começaram se questionar os eventos que estavam trazendo pra cá, musicais, por exemplo, num é público pra trazer para aqui como os caras estão trazendo em feriado, enche, mas não deixa um centavo, é só gente que vem pra

fazer bagunça. Então a gente prefere, por exemplo, melhorar a qualidade do que se traz pra cá, tem o Festival de Jazz que é uma coisa que tem sabe?! Aqui tem dois festivais literários, esse tipo de eventos culturais, e o público.” (Depoimento de E10).

De fato, os eventos focados na atração de multidões estão envoltos de críticas e insatisfação da maioria dos moradores, principalmente, por serem realizados em uma área tão próxima ao Santuário Ecológico, ocasionando impactos ambientais de diferentes proporções.

Há tentativas de mudar o foco do público de Pipa, notadamente quando refere-se ao esforço dos promotores de eventos em substituir os shows de fenômenos do forró, que atraem prioritariamente jovens, por atrações mais culturais, passando a focar em um perfil de público mais consciente e maduro. A falta de local adequado, associado com os interesses mercadológicos e ausência de responsabilidade socioambiental, faz refletir sobre a continuidade dos shows realizados na arena multiuso “*Pipa Open Air*”.

Figura 27- Espaço de shows *Pipa Open Air*



Fonte: Elaboração própria.

Mesmo os nativos relatando que os movimentos locais estão desarticulados e enfraquecidos, a garra e determinação na luta por ideais de conservação ambiental e social ainda permanece presente na voz dos moradores.

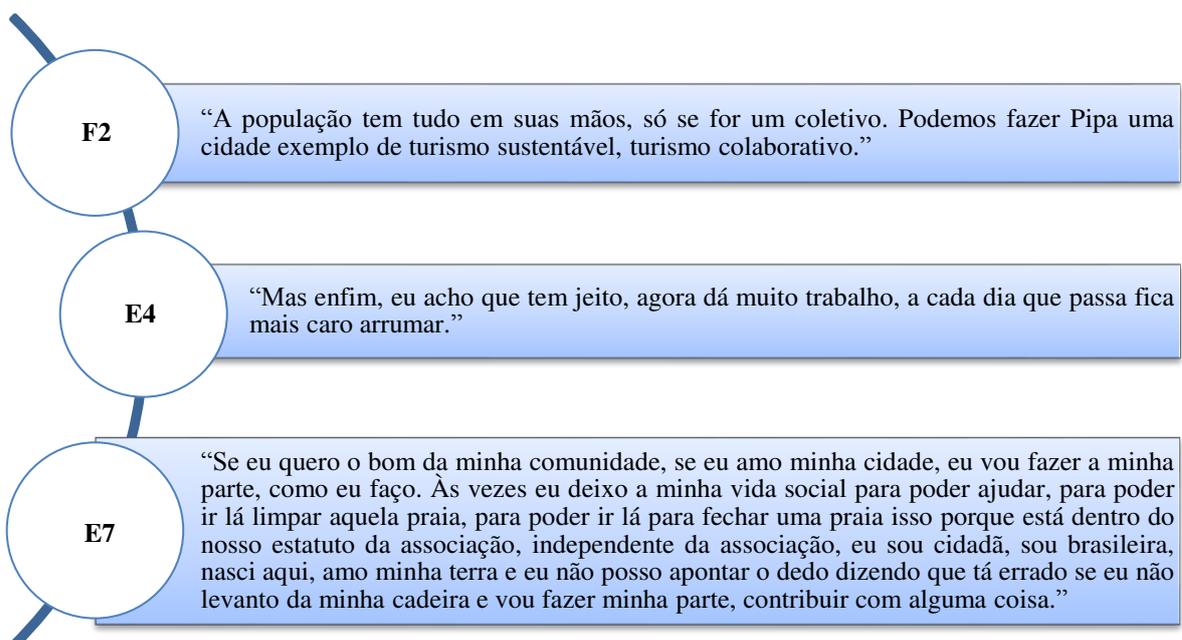
Outra iniciativa é o cuidado com o Parque Estadual Mata da Pipa, talvez preservado e mantido até o momento pela insistência e vigilância da própria população que continua permanentemente na luta pela preservação.

“Então o parque, PEMP- Parque Estadual Mata da Pipa, legal, tá aí, se não fosse a minha anuência, a minha ingerência, não tinha acontecido, se perdia mais uma coisa, daqui a pouco estaria tudo ocupado, então, sabe, as pequenas coisinhas que vou fazendo, eu tô muito feliz sabe, fico muito satisfeito de ter feito essas coisas.” (Depoimento de E4).

“Plano de Manejo do Parque Estadual da Mata da Pipa, um parque maravilhoso, uma ideia fantástica que está sendo invadido, destruído, ocupado com a total conivência, através da isenção do IDEMA, e do governo do Estado que não faz absolutamente nada, da polícia ambiental que não tem gasolina, que não tem nada para vim, toda vez que eles vem prendem alguém, mas aí é o filho do pescador, da comunidade, acabam soltando todo mundo.” (Depoimento de E20).

Quaresma e Campos (2006, p.143) esclarecem que o turismo sustentável tem relação próxima com as teorias de ação coletiva, considerando que buscam minimizar impasses sociais provenientes do exercício massivo vinculado ao turismo, já que tem suscitado dilema na utilização dos bens de livre acesso.

Figura 28- Empenho da comunidade



Também foi identificado discursos que enaltecem a dificuldade de agir diante o fluxo intenso de pessoas que circulam por Pipa, muitas vezes com estadia temporária e desprendidos de comprometimento com a preservação do lugar:

“Você ver mais da metade é gente de fora, que não tem um compromisso, a maioria, um compromisso real com a comunidade, com o futuro, com sabe... fora uns locais que também não tem, que entraram nessa viber de vamos ganhar hoje porque amanhã tô nem aí, vou ganhar hoje, e aí isso vai matando né, vai minando...” (Depoimento de E4).

Apesar do descontentamento, evidencia-se de maneira geral, muitas pessoas com compromisso e empenhados em lutarem por um destino mais estruturado.

Quadro 17- Reflexões sobre a destinação turística

REFLEXÕES SOBRE A DESTINAÇÃO TURÍSTICA	
E10	“Tem que pensar o município como um todo, tem que incluir esse pessoal todo, entendeu![...] Agora eu vejo com bons olhos sempre, eu acho que isso aqui não tem como, eu acho que agora também os empresários meio que deram uma acordada e sentiram que o destino tá indo sabe?! Ou faz alguma coisa agora ou...”
E8	“O certo seria unir mais esses destinos, mas num sei, parece que existe uma rixa, as vezes, entre Pipa e Tibau.”
E4	“De alguma maneira eu tenho que contribuir, eu não quero ir embora, diferente de muita gente que vem, não deu certo, tá mal num sei o que, arruma a mala e vai embora, com esse tempo que eu tô aqui você imagina quantas, pessoas boas, pessoas ruins, pessoas trabalhadoras, outras nem tanto, mas enfim, é uma dinâmica de ir e vim aqui que é impressionante, é impressionante.”
E11	“Acredito que possa sim ter mais pessoas, tem mais pessoas vindo para cá e sente esse vazio do que que adianta eu tô aqui numa comunidade que tem uma vida qualidade de vida, mas não estou ajudando em nada esse lugar e eu só tô vendo dia a dia esse lugar indo para o saco [...] Por fim, são as minhas esperanças, essas pessoas que acreditam na real comunhão com as pessoas, com a cultura local né... Com o ambiente local e que chega com respeito. Chega realmente para usufruir, mas também dá de volta de outras formas.”
E19	“Inclusive alguns que estão envolvidos no turismo mesmo que trabalham acho que até com barco, eu acho que alguns são conscientes sabe que a coisa tá desorganizada demais e tá indo por um ponto que não vai ter mais como voltar atrás, eles sabem sim. Mas talvez eles não saibam como fazer, o que fazer, e precisam de um direcionamento.”
F2	“Todo tipo de comunidade tem o potencial, mais isso é trabalho de formiga, aos poucos e com muita paciência.”
E3	“A bandeira branca ela tá levantada sim e até porque não tem pra que ter outro tipo de bandeira, se o objetivo comum é que a comunidade fique bem, os empresários fiquem bem para que possam gerar mais empregos para a cidade e que o poder público ele entenda que os empresários estão aqui para ajudar e ajudar a sanar sim, porque nós temos hoje problemas incalculáveis.”

Fonte: Elaboração própria.

E5 menciona o descaso que o município encontra-se, notadamente reflexo das gestões anteriores, e que tem expectativas que com a mudança de gestão algo possa ser feito para melhorar e reverter o contexto. Falta de apoio da gestão municipal para iniciativas

simples, como coleta seletiva, tais como relata E8, “coleta seletiva a gente tenta fazer, mas sendo só com as latinhas porque a prefeitura junta tudo e joga no aterro.”

Sobre o diálogo da comunidade com os órgãos públicos ou com o setor privado, em relação aos direcionamentos do turismo, há algumas tentativas, todavia nem sempre com êxito.

“Sim, estabelece, mas muitas vezes não é ouvida. Eu continuo a tentar fazer a minha parte, esperando que algum dia todos entendam que se continuamos a ter mais barracas na praia, mais lanchas com motor, mais lixo, mais barulho, mais gente sem respeito pelo lugar, Pipa perderá a sua maior riqueza (já tão mal tratada): a natureza em todas as suas formas- flora, fauna, o mar, o ar, a terra fértil, etc.” (Depoimento de E18).

Nesse sentido, F1 enaltece que os nativos precisam ser alertados sobre os impactos ambientais para terem mais consciência sobre os sérios riscos que a faixa litorânea está disposta, citando o caso da desordem da Avenida Baía dos Golfinhos (“desordenada, se não organizar vai se perder”), da preocupação com os golfinhos e da carência de associações ou ONG’S ambientais.

Quadro 18- Envolvimento da comunidade no desenvolvimento turístico

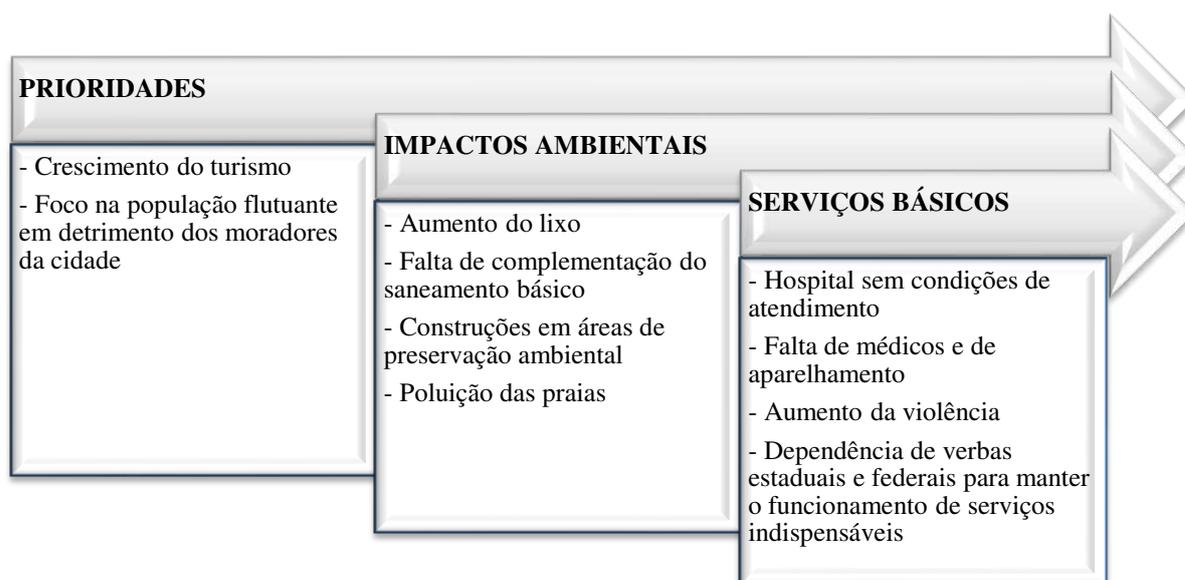
ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	
E6	“Sim a comunidade tem procurado aperfeiçoar a parte profissional em relação ao atendimento ao cliente com cursos oferecidos pelo SEBRAE e pelo SENAC. Mas quanto ao envolvimento direto com os empresários não, neste caso eles são observadores atentos, as decisões tomadas pelos gestores e pelo IDEMA com construções sem nenhuma preocupação com as belezas naturais e com a preservação ambiental em uma área que pertence ao patrimônio da união e a marinha e o próprio parque estadual.”
E9	“Cada um tem que fazer a sua parte, e a comunidade tem o dever de cobrar da administração pública e dos órgãos competentes as ações necessárias para a preservação ambiental e o desenvolvimento turístico sustentável. Infelizmente, estas cobranças, quando feitas, não chegam a ter grandes resultados.”
E10	“Ah tem, dá pra ver, principalmente na parte de limpeza, o pessoal surfista estão se mobilizando pra limpar a praia, eles estão se dando conta disso, questão dos golfinhos sabe?! Eles mesmos sabem o que tá errado, mas ao mesmo tempo o lugar que eles curtem, eles vivem disso, tem que dá uma mudança? tem. Tem que fazer alguma coisa? Tem.”
E18	“Algumas coisas foram feitas, mas a maioria sem resultados animadores. Fizeram-se encontros no <i>Book Shop</i> em que, sob o nome Papo na Pipa se debatiam principalmente questões relacionadas ao crescimento desordenado e ao caminho catastrófico que Pipa estava a tomar. Foram também elaborados abaixo-assinados para impedir barracas nas praias que estão a acabar com a natureza do lugar. Houve outras iniciativas e algumas vitórias, mas não é uma luta fácil.”
E11	“Eu não vejo muita gente tendo iniciativa em uma questão social, de fato emponderadora de trazer os nativos para junto e acreditar no nativo gerindo seu espaço, sabendo o que ele tá fazendo com seu espaço, ou minimamente, dando espaço para ele tá junto das coisas, não sei nem se colocando em primeiro lugar, mas minimamente tá junto. Mas não, é fazer por eles de forma de caridade e não tirar eles também desse lugar de comodismo que é grande.”
	“Mais ou menos. Porque é como a gente diz que aqui todo mundo tem o seu telhado de vidro, então cada um que não queira falar. Porque um que não deixou calçada, um que tá lavando dinheiro. Então

E12	é mil coisas que acontece aqui, então fica assim que ninguém se envolve demais e quando você convoca fica aquela coisa como a gente fazia que para convocar para uma reunião era a maior dificuldade do mundo entendeu!?”
E13	“Eu acho que o nativo tem que ter mais oportunidade de participação.”
E16	“Não, porque é pra poucos, os nativos não tem direito a nada. Na última reunião que eu tive com a outra gestão que tem um projeto muito bom pra urbanização da rua principal, da Avenida Baía dos Golfinhos, porque as pessoas pensam que existe Baía dos Golfinhos até a praça, quando a parte principal é essa outra aqui, onde pega a maioria dos nativos. Ninguém pensa ali, aí ali se aloja boca de fumo, prostituição, bebedeira, tudo nessa rua e aqui não tem mais pra onde crescer, tem que crescer pra aquele lado, então a gestão tem que dar infraestrutura para que cresçam um comércio bom, que ajude esses nativos a fazer alguma coisa, mas não, não pensa no nativo, o nativo só é pensado na hora do voto, só. As pessoas não gostam quando eu falo isso, mas eu falo.”

Fonte: Elaboração própria.

Em consonância com alguns entrevistados, E6 remete que “os excessos cometidos nos idos de 2002 a 2015 vieram prejudicar amplamente o meio ambiente pelo crescimento acelerado e completamente sem sustentabilidade.” Tal postura gerou reflexos negativos, com causas e consequências, conforme demonstrado a seguir:

Figura 29- Causas e consequências provenientes da falta de estratégias de planejamento



Fonte: Elaboração própria.

Nesse sentido, Taibi (2016) pondera que o turismo tem levado a urbanização do litoral para tornar mais acessível às praias para os turistas, suscitando em impactos ambientais que atingem a esfera social e também os aspectos econômicos.

Alguns moradores, assíduos nas discussões do NEP, em determinado momento, alertaram para necessidade de agir com outro foco, reunindo para fundação da nova associação, constituídos por nativos e forasteiro.

“Agora a gente abriu essa outra. Porque? Qual era minha briga? Eu não sou uma pessoa de conversar, sou uma pessoa de fazer coisas, entendeu?! Não era briga, eu falava assim “a gente fica aqui só discutindo tudo que tá errado?! Isso a gente sabe, acho até interessante saber o porquê que as coisas chegaram naquele ponto.... Não sou contra, cada um... mas eu sou mais a favor de ações do que de conversa, entendeu?!” (Depoimento de E14).

O discurso narra momentos passados quando o NEP tinha ações efetivas de ouvir a população sobre os impactos do turismo, no intuito de ter mais subsídios para lutar pelas reivindicações da sociedade. No entanto, conforme inquietação de alguns moradores, só o debate não bastava, queria ações mais concretas e por isso, surgiu um grupo com a proposta de criação de outra associação, com o propósito de atuar de maneira mais ativa junto à própria comunidade.

Atividades práticas envolvendo arte, cultura, socialização e instruções para desenvolver novas habilidades, voltadas também a ensinar outros ofícios que pudessem se tornar fonte de renda para os envolvidos. Iniciativas como as mencionadas demonstram expectativas promissoras, sendo evidente o caminhar no sentido de ações de cunho coletivo.

4.5.2 Encaminhamentos pautados na realidade local

Diante do que foi retratado na pesquisa, propõem-se encaminhamentos para aplicabilidade no contexto estudado.

- **Superar impasses entre nativos e forasteiros, com estímulo às ações compartilhadas**

“Então que eu acho que tem que envolver os nativos mesmo para ter mais força, mas ao mesmo tempo, essa coisa da rivalidade, não sei se você percebeu isso lá com nativos, o confronto de forasteiros e nativos, e isso é uma coisa muito evidente que impede um pouco da coisa andar e avançar.” (Depoimento de E19).

“Sozinhos não conseguem resolver o problema, o caminho seria estreitar parcerias, quebrar o círculo vicioso, falta consciência e essência.” (Depoimento de E15).

É necessário e urgente ultrapassar esse reducionismo, a união do grupo dos moradores é um ponto crucial para conseguir avançar. A análise permite ponderar que há

abertura de ambos os lados, forasteiros e nativos, precisando que os mediadores, podendo ser representado pelas lideranças, tenham um diálogo mais próximo e aberto.

Reconhecer o empenho dos forasteiros envolvidos com o adequado manejo do lugar e a identidade enraizada dos nativos. Romper essas limitações poderá render muitos resultados coletivos.

- **Buscar gestores com perfil mais condizente com o zelo e preservação dos bens comuns**

As constantes indicações de gestores para representar pastas públicas demonstra como as relações de poder são fortes. Mesmo algumas pessoas demonstrando incompetência anterior em uma importante pasta, nada impede de ser reconduzido, considerando os interesses políticos.

Sobre a rotatividade de secretários a frente da pasta do turismo, acaba sendo um fato rotineiro quando trata-se do sistema político brasileiro, mostrando a dificuldade e falta de credibilidade das ações de continuidade dos projetos turísticos. Esse é um cenário negativo, tendo em vista que muitos cargos públicos são alcançados em virtude dos apadrinhamentos, não sendo priorizados as competências técnicas para assumir a gestão pública de determinado órgão.

Não é justo generalizar, já que alguns gestores tem tido maior atenção a esse critério, priorizando um corpo técnico e capacitado para conduzir os assuntos do turismo, obstante, a atuação muitas vezes esbarra em falta de autonomia e recursos para atuar de maneira mais ordenada. Por isso, a população demonstra preocupação com os rumos futuros de acordo com a falta de competência de alguns gestores a frente de importantes secretarias do município.

É preciso mudar o perfil dos administradores, deixando de lado partidarismo, tão evidente em contextos interioranos, e partir ao encontro de gestores com formação e compromisso com a realidade local.

“Eu não tenho muita esperança não. Sinceramente o que eu tenho visto é uma administração pior que a outra e assim eu torço para que a coisa mude, mas eu não sei, não tenho muita esperança por essa trajetória, pelo histórico que eu já presenciei. O prefeito, ele nunca foi prefeito, já foi vice-prefeito e eu torço para que ele faça alguma coisa boa, mas assim ele tá dando muito ouvido aos empresários. Ah então ok, se deve dar ouvido aos empresários, mas eu acho que talvez esteja tendo um peso além da conta agora no início do governo.” (Depoimento de E19).

“Se o município, o poder público cuidasse da parte da saúde, com palestras públicas, se o conselho, se o direito da criança e do adolescente né, fizesse um trabalho legal aqui a gente não tinha uma prostituição, certo! Se a secretaria de saúde junto com a ação social fizesse um trabalho de conscientização, se eles trouxessem o PROED isso e aquilo outro, a gente não precisava de câmara aqui.” (Depoimento de E7).

O poder público exerce um papel importante no contexto de qualquer localidade, e se tratando da gestão de uma destinação como Pipa, o jogo de interesses envolvendo manobras particulares, principalmente a troca de favores eleitoreiros, faz com que levante desconfiança e descrédito.

“Agora é secretário de obras, meio ambiente e urbanismo. Quer dizer, meio ambiente é colocado dentre da secretaria de obras que é a contradição, normalmente o secretário de obras é o oposto do secretário de meio ambiente. Quando o novo prefeito junta as duas, que até o outro não era assim, é sinal do que vem aí [...] e não é urbanismo, porque eles não tem urbanismo, o urbanismo deles é quanto mais eles conseguem ganhar, ganhar comissão da corrupção, da venda dos terrenos e da facilitação para conseguir as licenças, porque quase tudo é proibido.” (Depoimento de E20).

É preciso pensar em estratégias para um plano de ação, definindo as atividades que deverão ser realizados, quais idealizadores capazes de execução e tempo previsto. O curso de modificação dessa realidade pode ser dirigido pela comunidade, que possuem o controle sobre o voto e eleição dos seus representantes legais.

Chega o momento de rever posturas adotadas e alertar para responsabilidade individual de cada ato. Continuar elegendo representantes com desvio de conduta e incapacidade administrativa denota irresponsabilidade também dos que apontam as falhas e injustiças. O grau de envolvimento e preocupação com o futuro deve ser expresso nas ações de lideranças empenhadas e comprometidas com o bem coletivo.

“Olha, não tem uma pessoa que você pergunte e não diga que os votos são comprados, todo mundo compra voto, é a coisa mais escancarada, dinheiro, no dia da eleição você vê o dinheiro rolando, todo mundo vê e fica horrorizado.” (Depoimento de E20).

A população tem o discernimento para romper com o sistema. Para isso, precisa deixar de ser conivente com práticas ilegítimas e seguir princípios básicos de normas de conduta.

- **Fiscalizar, monitorar, denunciar e cobrar providências.**

Parar de aceitar os desmandos de determinados órgãos em relação a licenças e autorizações irregulares. Apesar da corrupção intrínseca em muitos departamentos públicos, é notório o envolvimento de gestores éticos, e a junção de pessoas sérias, ligadas a vários órgãos correlacionados, pode ser visto como um passo para reverter e inibir ações fraudulentas.

A ineficiência de órgãos públicos confirmam ainda mais a necessidade da comunidade está estruturada e atuante. Fratucci (2014) leva a refletir sobre a apropriação dos espaços para criação de outros territórios, e esse processo de criações conduzem a formatação do território turístico. Por isso, torna-se primordial controlar e exigir que haja trâmites para coibir atos que priorizem unicamente a turistificação. Por isso, é fundamento definir os limites legais, quem são os apropriadores responsáveis por cada recurso e ingerência sobre sanções graduais.

- **Os órgãos ambientais precisam retomar credibilidade**

Mesmo com a introdução de novos utilizadores responsáveis pela condução das ações, os setores públicos continuam tendo papel legalizado sobre controle e fiscalização de determinadas áreas. Nesse ínterim, se faz necessário empenho para reverter atos irregulares e assumir determinadas carências de recursos humanos.

“Quanto ao meio ambiente este tem sido agredido em toda a extensão e sem nenhum perfil de administrador competente e interessado na solução dos problemas.” (Depoimento de E6).

“E justamente é assim, se você pega um terreno, qualquer área que seja, faz alguma coisa sem falar nada para ninguém, aí você faz, agora se você for procurar tirar todas as licenças antes, você não consegue fazer mais nada, nem que for um negócio total, 100% sustentável tudo mais, você não consegue licença.” (Depoimento de E8).

As pessoas estão desconfiadas dos órgãos públicos, e muitas acreditam que em algumas situações, mesmo agindo corretamente, é praticamente impossível receber concessões ambientais se agirem sem interesses obscuros.

No momento em que os órgãos ambientais recuperarem a confiança da população local, esses poderão atuar juntos, como aliados, no controle e fiscalização ambiental.

- **Superar o comodismo e agir**

Diante toda realidade apresentada, permanecer inerte aguardando o posicionamento do setor público, não levará a retornos e expectativas planejadas. Chega o momento de parar de reclamar e apontar erros, para atuar de verdade. Cada um fazendo sua parte constituirá uma corrente ampla e forte. De fato, a ação coletiva poderá ser um passo importante para obter condições de autogerir essa destinação turística.

“Vamos se unir e salvar Pipa! Mas salvar Pipa precisa da colaboração desses que seriam os mais afetados. Pra Pipa continuar sustentável é preciso ter medidas sérias que atinja qualquer setor, mas que seja para o bem da população.” (Depoimento de E13).

“Na hora que eu fizer assim, que eu chamar, tá todo mundo junto, todo mundo junto.” (Depoimento de E16).

Percebe-se que o sentimento está incumbido, há pessoas com poder de mobilização capaz de agregar outras em busca de uma causa em comum. Resta alcançar uma notoriedade maior entre os usuários dos recursos de uso comum.

- **Chegar a consenso sobre os interesses coletivos**

Ao estabelecer os limites e demarcações sobre os apropriadores dos recursos, deve-se focar nos interesses coletivos e planejar ações para resguardar os recursos naturais e manter estratégias a longo prazo.

“As opiniões são muito divergentes e você acaba não chegando em um consenso porque é muito jogo de interesse e isso que a gente sente que as coisas aqui acabam não andando porque é interesse demais, ninguém chega em um consenso e as coisas vão se arrastando.” (Depoimento de E12).

“O problema é que todos ficam esperando que alguém faça. E mesmo indo atrás da solução nem sempre se consegue rápido, mas como o povo anda sem persistência e sem a menor visão, como pode cobrar ou correr atrás de seus interesses, se os próprios gestores, acham que meio ambiente não pode nada e que tudo é proibido e que nós somos uns ecochatos contra o crescimento da cidade, e a desculpa, é que crescimento dá emprego e como a população nativa é carente e vulnerável acabamos passando por criadores de obstáculos.” (Depoimento de E6).

Não aceitar mais o discurso que exalta o turismo como panaceia para todos os problemas. Os empregos e a renda atribuídos dessa atividade não tem surtido os efeitos esperados. Na verdade, tem estimulado a desigualdade e beneficiado uma pequena minoria, permitindo os impactos negativos sobreporem os benefícios. Os interesses coletivos devem prevalecer sobre os individuais.

“Existe, não sei se é em todo lugar, mas aqui é ... sabe! O empresariado que você vai dizer “ah, o nativo é assim, assim, assim”, o nativo não, aqui não é o nativo, aqui somos NÓS, certo?! aqui nós estamos passando, então, eu tenho que fazer minha parte, você tem que fazer a sua, cada um fazendo a sua parte a gente vai ter uma cidade legal.” (Depoimento de E7).

O discurso supracitado mostra a consciência do nativo e sentimento de coletividade em busca de um bem comum, viver em harmonia. Para isso, os líderes devem adquirir confiança e apoio dos utilizadores. A confiança e exemplos legítimos comprovando a viabilidade de preservar os bens de uso comum, irá consubstanciar o diálogo entre os apropriadores.

- **Empoderamento dos nativos**

Os nativos precisam se sentir capazes e estarem preparados para, de fato, fazer parte do desenvolvimento endógeno, com participação ativa. Os forasteiros devem ter maior abertura para aceitá-los e integrá-los sem tantas críticas, mudar a posição que foi preeminente por tanto tempo a esse grupo.

“Eu falo com algumas pessoas que são mais voltados pro setor privado e eles falam que o nativo não quer nada. Quer sim, eles fazem questão de empurrar o nativo pra trás, e eu, quero puxar.” (Depoimento de E16).

“O povo vem pra cá e infelizmente, muito mais para observar o que falta aqui, do que para elogiar o que tem. Em primeira instância diz: Ah é lindo, quero viver essa vida, é maravilhoso. Mas depois que começa a viver aqui é só para falar que falta isso, que falta aquilo e não percebe que essas faltas, inclusive, continua mantendo o lugar bonito por causa disso. É outra mentalidade de consumo, de forma de lidar com o cliente; que por mais que possa ser visto como atrasado, como uma crítica negativa, na verdade é o que mantém o lugar com essas características e esse encanto. E a gente esquece de enfatizar e trabalhar isso junto ao nativo, eu acho.” (Depoimento de E11).

Valorizar as raízes e identidade desse povo que pode muito contribuir, já que os nativos tem afincado pelo lugar e medo da sua destruição. Para superar os impasses, pode adotar as experiências compartilhadas, no intuito da comunidade está sempre em interação e dispostos a ensinar. Dar sentido as habilidades das pessoas, valorizá-las e mostrar que cada um pode contribuir de alguma forma, e todos estão no mesmo patamar, sem escala hierárquica.

“Mas perguntar também qual seu sonho pessoal, o que você tem vontade de aprender? Russo, tango, arco e flecha, qualquer coisa, o que seja... O que você acha que pode ensinar? Diz uma coisa que você sabe que acha que é diferente? “eu não sei nada”, faz de conta que está entrevistando uma senhora de 80 anos e diz que ouviu falar que ela faz um bolo de rolo que ninguém mais sabe fazer, faz uma renda, qualquer coisa, sempre tem alguma coisa que alguém pode ensinar.” (Depoimento de E14).

Adquirir consciência que cada cidadão tem seu valor e juntos poderão ter avanços significativos.

- **Reativação do centro comunitário**

No segundo semestre de 2017 além da movimentação dos grupos enunciados, tem ocorrido uma mobilização para reativação do centro comunitário, diante os anseios e angústias da população para agir em prol de um desenvolvimento mais participativo. Reivindicam soluções para problemas que afligem a localidade como um todo.

“O interesse de reativar o Centro Comunitário surgiu porque o nativo tem sido afastado das decisões, ficando o setor privado como condutor das ações, sem nenhuma integração da população. Por isso, quer agir diante os problemas enunciados e fazer sua parte, não apenas apontando os erros, mas lutando para minimizá-los. O público jovem tem tido essa consciência dos problemas socioambientais, extinção das antigas tradições culturais e destruição do patrimônio, limitações sociais e culturais e estão abraçando a causa, os problemas e querem tomar alguma atitude. Não querem mais ficar a mercê do poder público, começam a se manifestar e lutar pelos interesses do coletivo.” (Depoimento N8).

É válido mencionar que essa alternativa mostra-se viável diante do atual contexto vivido na localidade investigada, onde a população encontra-se insatisfeita com o panorama político e se recusam apenas esperar as iniciativas públicas, postura predominante em tempos passados.

Mostra-se assim, disposta a lutar por seus ideais, partindo para atitudes concretas, percebidas por meio de várias lideranças, como interlocutoras, o empenho nas ações para resguardar e manter os recursos de uso comum.

Foi possível constatar as mobilizações paralelas de dois grupos no intuito de resgatar o centro comunitário, porém, um lado composto de nativos e outro constituído, em sua maioria, por forasteiros. Essa atitude demonstra as dificuldades de interação e parceria conjunta entre membros de um mesmo segmento, constituintes da população local, demonstrando os entraves de atuação colaborativa.

“De tirar o nativo desse lugar que sempre foi colocado para ele, o lugar da inferioridade, o lugar da crítica, que o nativo é isso e aquilo, que é muito reiterado na fala de quem veio de fora o tempo inteiro, e eles cresceram ouvindo isso.” (Depoimento de E11).

Em consonância com o que foi exposto, torna-se necessário superar esse impasse entre nativos e forasteiros, dando valor e aceitando os hábitos locais, tentando ajudá-los a ultrapassar as barreiras e integrá-los junto às iniciativas idealizadas. A união desse grupo é importante para pensar em ações conjuntas de reestruturação do destino Pipa. A reativação do conselho comunitário deve estar condicionada a totalidade do grupo, ou seja, oportunidade de integrar nativos e forasteiros em um mesmo projeto. Ter em mente que ambas as segmentações tem muito para contribuir.

- **Avançar a partir da avaliação de medidas que não surtiram efeito, agir de outra maneira**

A população pipense deve ir além das críticas à gestão pública adotada, e não mais esperar por uma atuação eficiente diante anos de descaso com os bens naturais. Deve partir para um agrupamento de atores que tem objetivos comuns quanto à manutenção dos sistemas de recursos, tais como a praia, lagoa, mata, falésias.

“A ideia era fazer essa ponte entre pessoas que estão dispostas a ensinar alguma coisa, a mostrar outros caminhos, e outras que precisam, porque é isso que eu vi que não acontece.” (Depoimento de E14).

O debate e ciclo de reuniões são importantes, no entanto, muito já foi feito nesse sentido, com poucos resultados reais. É preciso prosseguir para ações de cunho mais concreto, tentar sanar barreiras que já foram diagnosticadas e agir no combate.

“É que as vezes a comunidade diz assim: “é obrigação do poder público manter tudo isso e aquilo outro”, mas se o poder público não tem, quem é que tem que ajudar? É a comunidade.” (Depoimento de E7).

A citação supracitada representa a consciência da população que não podem mais esperar atuação pública, são também responsáveis e devem agir em prol do bem coletivo.

“O que eu vejo hoje na Pipa é que a galera se aproveita da natureza, se aproveita do turismo, mas não dá nada em troca. A galera só quer sugar, sugar, sugar... e eu fico muito chateado com isso sabe, me desanima muito.” (Depoimento de E17).

Inadmissível continuar aceitando a maneira predatória que turista, moradores, empresários e o próprio poder público estão utilizando os recursos naturais, sem apego e consciência sobre as consequências dos seus atos.

As pesquisas de Ostrom se debruçam na concepção de que “a autogestão de recursos naturais ou produtivos escassos só seria possível mediante a criação ou adoção de instituições, entendidas como criações humanas, para promover e favorecer o desenvolvimento.” (BAIARDI, 2011, p. 207). Com base em tal perspectiva, acredita-se que a comunidade pipense pode ser identificada como uma criação humana capaz de propor um desenvolvimento turístico mais equilibrado dos sistemas e unidades de recursos comuns.

Chega o momento de cada um repensar seus atos individuais para começar a pensar em grupo, ultrapassando barreiras e agindo em direção a atos mais conscientes. Não é uma mudança fácil e rápida, mas levando em consideração a percepção *in loco* e os discursos de manifesto, há fortes indícios que seja viável e exequível.

- **Punições mais duras para compensação ambiental**

Casos anteriores comprovam que punições ambientais podem ser adotadas, desde que exista verdadeiro comprometimento dos órgãos competentes em atuar em conformidade com a lei. Para tanto, é preciso sensibilizar e estabelecer equipes capacitadas e empossadas sem vinculação política, assim, tendo maior autonomia para exigir o cumprimento da legislação.

Diante do cenário brasileiro, sendo a impunidade aliada da corrupção, de fato, não será um item fácil, mas plausível de efetivação se foram selecionados profissionais treinados, honestos e comprometidos, como se tem registros de vários que passaram por Pipa e deixaram legado.

Um ponto importante para isso é a percepção em campo que a população encontra-se preocupada com o destino e começa agir em busca de ações mais concretas e ligadas ao bem estar da população local, considerando ainda, a preservação/ manutenção dos seus recursos naturais.

- **Planejar com responsabilidade e pautados nos princípios de sustentabilidade**

Os planejadores e gestores do turismo precisam alertar para os vários impactos que a atividade pode causar. E, por isso, necessitam se preocupar com os mecanismos de planejamento que deverão ser adotados para os rumos turísticos de Pipa, sendo possível trabalhar adequadamente buscando assim, evitar maiores impactos futuros.

“Na verdade o que acontece muito, mas tem uma natureza maravilhosa, tem uma coisa que impulsiona a cidade, tem uma energia muito forte no lugar que parece que isso ninguém acaba. Apesar da desorganização, sujeira, mas ninguém deixa de vim e tem até pessoas que tem sonho em vim.” (Depoimento de E12).

Isso mostra a potencialidade do destino, e mesmo diante de fatores negativos, permanece forte diante um mercado tão competitivo. Tal constatação revigora o sentimento de que é possível reinventar esse destino, dessa vez, de maneira mais séria e ordenada com um plano estratégico viável de ser executado.

Se a comunidade acreditar no seu poder para mudar o cenário, terá condições de se estruturar em associações/agrupamentos para estabelecer mecanismos de planejamento para manutenção e preservação do turismo.

Balastrieri (2006, p.312) remete que o fato dos sujeitos do turismo estarem no mesmo espaço “não garante, de fato, sua cooperação, a qual depende, antes de tudo, da capacidade de construir novas territorialidades através de um consenso local que permita a união de forças, tendo em vista um objetivo comum.” Esses direcionamentos são indispensáveis na tentativa de desenvolver o turismo, tendo como base suas capacidades, limites e aspirações. No entanto, a ausência de preocupação com os recursos naturais e sua exploração desordenada pode conduzir a atividade no sentido contrário ao desejado.

Cruz (2006) enaltece que planejar envolve olhar para o passado, no sentido de superar erros, além de focar no presente para identificar a situação atual. A partir daí, tem-se ferramentas mais sólidas para traçar cenários desejados.

“Sempre sou otimista, apesar de tudo sou otimista, porque um lugar como esse não tem, olha que eu conheço praia de Canoa Quebrada, Jericoacoara até o Rio Grande do Sul, já fiz isso de praia várias vezes, viajando, fotografando e como Pipa não tem. Pipa tem uma coisa que é diferente, porque Pipa tem falésia que tu vai encontrar na Bahia, Pipa tem duna que tu vai encontrar no Ceará, Pipa tem Lagoa, Pipa tem onda, aqui tem praia pra surfar, é como eu digo no meu trabalho, Pipa um resumo do litoral nordestino num lugar só, entendeu?! Ele resume tudo num lugar só, tem uma boa gastronomia, tem noite, tem charme, tem estrutura, eu acho que falta um grande centro de convenções pra fazer eventos sabe?!” (Depoimento de E10).

Para Queiroz e Rastrollo-Horrillo (2015, p.53) “envolve possuir recursos e capacidades na área do turismo, ou seja, treinamento, recursos financeiros, tempo para participar, informação e apoio de recursos tecnológicos para as áreas de atividade”. Não basta dar voz ativa a comunidade no processo de planejamento das ações turísticas, é imprescindível fornecer as condições mínimas de capacitação e conhecimento da área para que essas escolhas sejam condizentes e responsáveis com os princípios de sustentabilidade.

CONCLUSÕES

O turismo é uma atividade com muitas disparidades, sendo capaz de proporcionar progresso e melhorias para as destinações turísticas, ao mesmo tempo, podendo refletir uma série de colisões agressivas. Ao investigar o desenvolvimento turístico do caso em estudo, permite-se entender que Pipa também tem sido alvo dessas ambiguidades.

Com a contextualização histórica, foi possível traçar as fases que constituem a ocupação turística de Pipa até os dias atuais, com levantamento intensivo de informações baseadas em bibliografia variada e fontes diversas que foram transformados em arquivos de trabalho, permitindo entender o momento que a vila de pescadores passa a ser alvo de atração para forasteiros que passaram a vislumbrar o desejo de residir na praia paradisíaca.

É válido ressaltar que os impactos negativos, muitas vezes, sobressaem os positivos, e no caso investigado, identifica-se um conflito socioambiental que envolve setor privado, público e comunidade. Nessa conjuntura, foi possível perceber a progressão do conflito socioambiental, decorrente do processo de utilização dos recursos de uso comum relacionados à atividade turística na praia da Pipa. Estão em vigor interesses individuais dos grandes empresários, em decorrência do poder do capital estrangeiro que está sendo injetado, ou mesmo, as relações de poder intrínsecas, ocasionando direcionamentos prejudiciais ao desenvolvimento turístico.

Durante os períodos de alta estação, por exemplo, há um momento delicado de convivência entre turistas e moradores, em decorrência da presença massiva dos visitantes, os recursos básicos tornam-se escassos, principalmente, nas periferias, tendo a população local que se adaptar as condições impostas, aumentando a tensão e os conflitos pré-existentes. Por isso, antes de qualquer iniciativa para planejar o turismo, é preciso acolher as aspirações da comunidade, deixar o destino propício a atender as necessidades locais, para em seguida, pensar no contexto geral de ações. Ou seja, acolher a população local deve ser prioridade, e no caso estudado, percebe-se atuação mais focada na atração dos turistas, embora, a localidade não esteja pronta para atender nem os serviços básicos aos seus moradores (saúde, educação, energia, abastecimento de água, tratamento dos esgotos, destino adequado dos resíduos). É preciso investir em benfeitorias para suprir as carências e anseios da população local, além de estar atento a manutenção dos equipamentos e bens naturais que proporcionam o desenvolvimento da atividade turística.

Ao longo da análise, foi possível detectar cada um dos atores que fazem parte do cenário de crise, apresentando os conflitos eminentes, latentes e possíveis alianças entre as

coalizões. De tal modo, foi constatado que o conflito circunda basicamente em torno das relações de poder, processo de (re)territorialização do espaço e ineficiência do planejamento turístico. A especulação imobiliária, acompanhado do aumento da quantidade de condomínios, é outro sério reflexo do crescimento desordenado de Pipa. Hoje é caracterizado como uma localidade com paisagens completamente diferentes de quando começou o desenvolvimento turístico.

Como alternativas para resolução do conflito, sugerem-se algumas ações mitigatórias, tais como: maior integração dos grupos em busca de uma causa em comum e plano de atuação condizente com a realidade local. Desde que priorize o desenvolvimento endógeno, proporcione condições de manutenção da atividade e prioritariamente, pensem em estratégias que visem o respeito aos limites da natureza.

Detectou-se que as formas de organização social evidenciam que a comunidade demonstra capacidade para participar ativamente da reestruturação do destino, com poder de articulação para gestão dos recursos de uso comum.

Por muitos anos, o destino enfrentou desânimo na manutenção de associações, ONG's e grupos ativos em prol da sociedade e dos recursos naturais. Cenário que tem mudado e adquirido força notável nos últimos meses, podendo ser evidenciado, principalmente, pela reativação e empenho de ONG's de significativa importância histórica na localidade, tais como o "Núcleo Ecológico de Pipa" e o "EDUCAPIPA", resgate da "AMAPIPA", além da implantação de novas associações como a "Catavento". Outro impasse que precisa ser superado para adoção das medidas propostas, trata-se da atuação conjunta do grupo relativo aos moradores, integrando nativos e forasteiros na mesma base de atuação. É necessário ampliar as possibilidades de participação, envolvendo a população nas decisões que visam o desenvolvimento do destino turístico, com valorização e integração desse grupo que pode fazer a diferença.

É visível o trabalho insistente voltado aos aspectos sociais, como os projetos da associação do surf, grupo voluntário de resgate ao lazer e educação de crianças e jovens, além dos grupos voltados a preservação do meio ambiente, com destaque para o Santuário Ecológico de Pipa e Projeto TAMAR.

A análise dos princípios de governança no contexto investigado permitiu apontar diretrizes para autogestão, pautadas na atuação mais expressiva da comunidade. O fortalecimento da instância de governança é um ponto importante, com diálogo e negociação entre os conselheiros representantes dos grupos do conflito, envolvimento da população, além de priorizar deliberações para a efetiva demarcação dos recursos e seus apropriadores.

Os sistemas de governança devem está pautados em estratégias, normas e regras. Por sua vez, devem ser pensadas conjuntamente pelos apropriadores, tendo assim, maior probabilidade de serem exequíveis. Assim, torna-se fundamental pensar nas partes integradas ao todo, almejando perspectivas mais amplas de atuação coletiva e colaborativa. A junção de forças do grupo dos moradores, heterogêneo em sua essência, poderá determinar novos caminhos para ação coletiva do turismo em Pipa. E ainda, suscitar uma autogestão mais compatível com os princípios da sustentabilidade, contribuindo para minimizar os conflitos socioambientais visualizados em sua conjuntura atual.

Há a necessidade de maior cuidado com a degradação dos recursos naturais, com regulamentação e vigor na fiscalização das leis. Utilizar os instrumentos de comando e controle, tais como cotas, padrões, zoneamento e aplicação de punições para coibir a destruição e deterioração do patrimônio ambiental. Logo, foram delimitados alguns direcionamentos de ação coletiva para planejamento e reestruturação do destino turístico, pautados em norteadores condicionados à realidade local.

Infelizmente, um dos grandes entraves para o desenvolvimento turístico de muitos municípios trata-se da inexistência de um planejamento eficiente, que realmente leve em consideração a idealização de metas em longo prazo. Por isso, as ações devem está pautadas em Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, com proposições e estratégias a curto, médio e principalmente, a longo prazo, pensando responsabilmente o que almejam com o futuro da atividade.

Na pesquisa, propõe-se uma série de medidas que podem ser adotadas, pautadas na autogestão da comunidade, focados em ações coletivas para salvaguardar os recursos de uso comum. Almeja-se que sejam adotados e a comunidade possa reaver o comando sobre esse patrimônio natural.

O estudo piloto em Pipa, tendo os princípios de Ostrom como norteadores, poderá ser adotado para análise de outros contextos de turismo em zonas costeiras, notadamente, na região nordeste do Brasil, por detectar vários destinos em situações semelhantes ao caso proposto. Então, como recomendações para pesquisas futuras, a base metodológica pode ser aplicada em outros cenários turísticos, constatando como a comunidade possa ser ativamente inserida na gestão dos destinos.

Portanto, a tese alcançou os objetivos delimitados e com os instrumentos de coleta de dados consegue-se de forma bem sucedida responder às questões impostas, sendo possível a análise do conflito socioambiental com diretrizes para nortear a autogestão dos recursos de uso comum vinculados ao turismo. Como contribuição, a pesquisa estrutura um plano de ação

para que a comunidade possa se integrar e agir, visando ter maior autonomia sobre os bens naturais.

Espera-se que os resultados da tese possam conduzir a uma nova forma de gestão, servindo de modelo também para outras destinações em fase de reestruturação. Com adoção da auto-organização na utilização dos bens de uso comum, com interseção e participação ativa da comunidade realmente envolvida e preocupada com o futuro do destino turístico, podendo ser um diferencial para manutenção da atratividade desse lugar com características peculiares.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Superintendente do IBAMA no Rio Grande do Norte é afastado em operação da PF (2017). Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-09/superintendente-do-ibama-no-rio-grande-do-norte-e-afastado-em-operacao-da-pf> Acesso: 12 set. 2017.

AIRES, Jussara Danielle Martins. **Histórias e relatos sobre Pipa**: a praia internacional do Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2012.

ALBAN, Marcus. A Insustentabilidade do Turismo no Brasil e o Sucesso de Praia do Forte: uma análise exploratória com base na nova economia institucional. **Turismo em Análise**, São Paulo, v.19, n.1, p.3-24, maio. 2008.

ALEDO, Antonio; ANDREU, Hugo García; ORTIZ, Guadalupe. Evaluación participativa de los impactos sociales del turismo residencial y meta-análisis de resultados: un caso de estudio en Pipa (Rio Grande do Norte, Brasil). **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 16-41, 2013.

ALEDO, Antonio; Loloum, Tristan; ANDREU, Hugo García.; ORTIZ, Guadalupe. Actores en disputa: procesos, relaciones y estructuras en la expansión del turismo residencial en Pipa. **In: Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**, Belém, Brasil, Editorial NAEA, p.226-253, 2015. ISBN: 978-85-7143-136-2

_____. El turismo residencial internacional en el Nordeste de Brasil: un análisis de partes interesadas. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, 142, p.3-24, 2013.

ALEIXO, Danilo de Oliveira; HOLANDA, Lucyanno Moreira Cardoso de; CANDIDO, Gesinaldo Ataíde. **A governança regional em turismo**: uma análise do processo de implantação no município do Conde-PB. Gestão estratégica: inovação colaborativa e competitividade. In: Congresso Internacional de Administração. Ponta Grossa/PR. 2011.

ALMEIDA FILHO, Paulo Gomes de. **“Aqui se faz gostoso”**: uma etnografia do turismo em São Miguel do Gostoso (RN). Dissertação (mestrado em antropologia social)- Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2014.

ALVES, Josemery Araújo. **Políticas públicas e as transformações socioespaciais correlacionadas ao turismo no município de Caicó**: uma análise do período 2000 a 2010.

Dissertação (Mestrado em Turismo pelo Programa de pós graduação em Turismo).
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

ALVES, Josemery Araújo; AZEVEDO, Francisco Fransualdo. O poder público e suas ações correlacionadas ao turismo no município de Caicó/RN. **Turismo: Estudos & Práticas** (RTEP/UERN), Mossoró/RN, v. 2, n.1, jan./jun. 2013.

ALVES, Maria Lucia Bastos. Reflexões sobre a pesquisa qualitativa aplicada ao turismo. **Turismo em análise**, v.22, n.3, p.599-613, 2011.

ANDERIES, John M.; JANSSEN, Marco A.; OSTROM, Elinor. A framework to analyze the robustness of social-ecological systems from an institutional perspective. **Ecology and Society**, v.9, n. 1, art. 18, 2004. Disponível em:
<http://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss1/art18>

ARAÚJO, Maria Cristina Cavalcanti. **Uma viagem insólita:** de um território pesqueiro a um “paraíso” turístico- Pipa/RN. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2002.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; FIGUEIREDO, Silvio; NÓBREGA, Wilker; MARANHÃO, Christiano. Turismo em foco: globalização e políticas públicas. *In:* _____. **Turismo em foco**. Belém: NAEA, 2013.

BACAL, Sarah Strachman; MELO, Ana Julia de Souza; WIDMER, Gloria Maria; PEREIRA, Raquel Da Silva. Turismo sustentável no Brasil: utopia ou possibilidade? **Revista Gerenciais**, v. 6, n. 2, p. 175-181, 2007.

BAIARDI, Amilcar. Elinor Ostrom, a premiação da visão unificada das ciências humanas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 203-216, 2011.

BALASTRERI, Adyr Rodrigues. Turismo e territorialidades plurais– lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. **En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo**. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

BARQUÍN, Rocío Serrano; BARQUÍN, Carolina Serrano; PANOSSO NETTO, Alexandre; NÉCHAR, Marcelino Castillo; GUERRERO, Gandhi González. Reflections on tourism, development and Sustainability. **Tourismos: an international multidisciplinary journal of tourism**. University of the Aegean (Grécia), v.7, n.1, pp. 343-358. 2012. Disponível em:
http://www.chios.aegean.gr/tourism/VOLUME_7_No2_art17.pdf. Acesso em: 20 jan. 2016.

BAXTER, Pamela; JACK, Susan. Qualitative Case Study Methodology: Study Design and Implementation for Novice Researchers. **The Qualitative Report**, v.13, n.4, p.544-559, 2008. Disponível em: <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR13-4/baxter.pdf> Acesso em: 16 nov. 2016.

BEETON, Sue. The Case Study in Tourism Research: a Multi-method Case Study Approach. In: Ritchie, B.W., Burns, P. and Palmer, C. (eds). **Tourism research methods: integrating theory with practice**. CAB International, Wallingford, UK, p.37-48, 2005.

BENI, Mário Carlos. Como certificar o turismo sustentável? **Turismo em análise**. São Paulo, ECA/USP- ALEPH, 14 (2), p.3-16, 2003.

BERNADINO, Renata Venturim. Contribuições da abordagem empiricista de Elinor Ostrom para os estudos sobre a gestão dos recursos naturais renováveis e coletivos. In: Colóquio do grupo de estudos de teoria política, v. 2, n. 1, 2014, **Anais eletrônicos**. Espírito Santo: Getpol. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/getpol/article/view/8164/5824>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

BLANCO, Esther. A social-ecological approach to voluntary environmental initiatives: the case of nature-based tourism. *Policy Sciences*, 44, p.35-52, 2011. DOI 10.1007/s11077-010-9121-3

BLOG NÚCLEO ECOLÓGICO DE PIPA. **Pipa é um paraíso que precisa de atenção e cuidado**. Pipa, 17 jun. 2013. Disponível em: <<http://ecopipa.blogspot.com.br/?view=classic>>. Acesso em: 21 set. 2017.

BLOG AMAPIPA. **Introdução Associação de Moradores e Amigos da Pipa**. Pipa, agosto 2010. Disponível em: <<https://www.blogger.com/profile/09303122026235881272>>. Acesso em: 15 agosto 2017.

BOB, Urmilla; BRONKHORST, Salomé. Environmental Conflicts: Key Issues and Management Implications. **African Journal on Conflict Resolution**, África do Sul, v.10, n.2, p. 9-30, 2010.

BRAMWELL, Bill; LANE, Bernard Lane. Critical research on the governance of tourism and sustainability. **Journal of Sustainable Tourism**, Reino Unido, v. 19, n. 4-5, p.411-421, 2011.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Territórios do turismo, territórios de todos?: um estudo comparado sobre urbanização e formação de territórios em balneários turísticos do Nordeste do Brasil**. 2013. 303 f. Tese (Doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

BRASIL. Ministério do turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_2013.pdf>. Acesso em: 11 set. 2014.

_____. Ministério do turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2011** / Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Organizador) – Brasília, DF: SEBRAE, 2012.

_____. Ministério do turismo. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil :: Turismo e Sustentabilidade**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/conteudo_fundamental_turismo_e_sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2014.

BUTLER, Richard. The concept of a tourist area cycle of evolution: Implications for management of resources. **Canadian Geographer**, 24, 5-12, 1980.

CAERN. **Relatório anual 2016: qualidade da água de Tibau do Sul/RN**. Disponível em: <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/caern/DOC/DOC00000000108565.PDF>>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

CAMPOS, Domingos Fernandes.; MAIA, Dalila Nathalia Bezerra. Factores de atraktividad y calidad de losservicios turísticos. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Argentina, v. 24, p. 205-221, 2015.

CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde; VASCONCELOS, Ana Cecília Feitosa de; SILVA, Edlúcio Gomes da Silva. Índice de desenvolvimento sustentável para municípios: uma proposta de metodologia com a participação de atores sociais e institucionais. *In*: CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde (org). **Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: Formas de aplicações em contextos geográficos diversos e contingências**. Campina Grande, PB: Ed. UFCG, 2010.

CAP-NET. **Conflict resolution and negotiation skills for integrates water resources management**. Training manual. International network for capacity building in integrated water resources management, 2008.

CARDOZO, Poliana; FERNANDES, Diogo; SOARES, Joélcio; HOLM, Carla. Cooperación y participación en el proceso de planificación y desarrollo turístico: Un estudio de caso en comunidades étnico-rurales en el estado de Paraná – Brasil. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Documentos Especiales, v. 25, pp. 88 – 109, 2016.

CARNEIRO, Eder Jurandir; ASSIS, Mauro Francisco da Costa. Conflitos ambientais em Minas Gerais: exploração da água na microrregião de São Lourenço. **Estudios sociales**. 2013, vol.21, n.41, p. 9-29.

CARPIO, Catalina; MENESES, Sebastián. **Guia para el manejo de conflictos especialmente socio-ambientales**. Centro Ecuatoriano de Derecho Ambiental, Quito, 2006.

CASTILLO, Sergio Colin; WOODWARD Richard T. Propuesta metodológica para medir el potencial de autogobierno. **Análisis Económico**, v. XXIX, n. 70. 2014.

CHAPMAN, Anya; LIGHT, Duncan. Exploring the tourist destination as a mosaic: The alternative lifecycles of the seaside amusement arcade sector in Britain. **Tourism Management**, 52, 254–263, 2016.

CHOU, Ming Che (2013). Does tourism development promote economic growth in transition countries? A panel data analysis. **Economic Modelling**, 33, 226–232.

CHOW, T.; WEEDEN, B. **An Introduction to Ostrom's Eight Principles for Sustainable Governance of Common-Pool Resources as a Possible Framework for Sustainable Governance of Space**. Secure World Foundation. ISU Symposium, 2012. Disponível em: <http://swfound.org/media/61531/ISUSymposium2012Paper_TChowBWeeden.pdf> Acesso em: 15 fev. 2015.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Considerações finais. In: Eustógio Wanderley Correia Dantas, Angela Lúcia Ferreira, Maria do Livramento Miranda Clementino [coordenação]. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

COLE, Stroma. Action Ethnography: Using Participant Observation. In: RITCHIE, B.W., BURNS, P. and PALMER, C. (eds). **Tourism research methods: integrating theory with practice**. CAB International, Wallingford, UK, p.63-72, 2005.

CONTI, Bruna Ranção; ANTUNES, Diogo de Carvalho. Conflitos na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina: entraves ao desenvolvimento local na vila de Trindade (Paraty, RJ). **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 213-223, jul./dez. 2012.

COX, Michael; ARNOLD, Gwen; TOMÁS, Sergio Villamayor. A review of design principles for community-based natural resource management. **Ecology and Society** 15(4): 38, 2010. [online] URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol15/iss4/art38/>

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. En publicación: **América Latina: cidade, campo e turismo**. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. ISBN 978-987-1183-64-7

DIETZ, Thomas; OSTROM, Elinor; STERN, Paul C. The Struggle to Govern the Commons. **Science**, Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS), n. 302, p.1907-1912, 2003.

FERNANDES, Laura Mary Marques; CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. A governança na política nacional de regionalização do turismo: estudo dos grupos gestores dos destinos indutores do Ceará. **Revista Turismo - Visão e Ação** - Eletrônica, Vol. 17 - n. 2 - mai. - ago. 2015.

FIRMINO, Fabiana dos Santos. **Dinâmica do turismo na zona costeira nordestina: questões conflitantes do desenvolvimento turístico da praia dos Carneiros (Tamandaré/PE)**. Dissertação (Mestrado em gestão e políticas ambientais)- Universidade Federal de Pernambuco. Recife/PE, 2016

FONTOURA, Leandro Martins Fontoura; ANDRADE, Sabrina de Assis. **Turismo e geografia: o Planejamento Territorial do Turismo**. Anais do II Fórum internacional de turismo do Iguazu 25 a 28 de junho de 2008. Foz do Iguazu/ Paraná, Brasil.

FRATUCCI, A.C. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, p.87-96, 2014.

GARI, Sirak Robele; NEWTON, Alice; ICELY, John D.; DELGADO-SERRANO Maria Mar. An Analysis of the Global Applicability of Ostrom's Design Principles to Diagnose the Functionality of Common-Pool Resource Institutions. **Sustainability** 9, 1287, 2017. Doi:10.3390/su9071287

GONÇALVES, Salete. **Turismo em jogo: a dinâmica da reterritorialização em Tibau do Sul/RN**. Dissertação (Mestrado em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2010.

GONÇALVES, Salete; FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. A dimensão política do processo de territorialização turística em Tibau do Sul/RN. **Revista Geografia em Atos-GEOATOS**. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 12, v.2, p. 20-38, julho a dezembro. 2012.

GRANDE, Mariana Benetti de. **Impactos sociais da atividade turística: um estudo de caso em Tibau do Sul/RN**. Dissertação (Mestrado em Políticas e Gestão Públicas; Gestão Organizacional) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/ 2009.

GRIMM, Isabel Jurema; LOOSE, Eloisa Beling; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo, comunicação e sustentabilidade: reflexões e possibilidades para educação ambiental. **Cad. Est. Pes. Tur.** Curitiba, v. 2, p. 26-42, jan/dez. 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização a multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

HAESBAERT, Rogério; RAMOS, Tatiana Tramontani. **O mito da desterritorialização econômica**. *GEOgraphia*- Ano. 6, n.12. 2004.

HAIJA, Ahmed Abu Al. Jordan: Tourism and conflict with local communities. **Habitat International**. v.35, n.1, p.93-100. 2011.

HALL, Michael C. A typology of governance and its implications for tourism policy analysis. **Journal of sustainable tourism**. v. 19, p.437-457. 2011.

HALL, Michael C.; VALENTIN, Andrea. Content Analysis. In: Ritchie, B.W., Burns, P. and Palmer, C. (eds). **Tourism research methods: integrating theory with practice**. CAB International, Wallingford, UK, p.191-209, 2005.

HANAI, Frederico Yuri. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté/SP, v. 8, n. 1, p. 198-231, jan/abr. 2012.

HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. **Science**, Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS), New Series, v. 162, n. 3859. 1968.

IBGE. **Censo demográfico de Tibau do Sul**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/tibau-do-sul/panorama>>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

IGARZA, L. M. Zuñiga; CAMPDESUÑER, R. Perez. Desarrollo local turístico bajo la concepción de una metodología para gestión ambiental urbana em Gibara, Cuba. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Argentina, v. 21, p. 339 – 354. 2012.

IMBIRUSSÚ, Érica; OLIVEIRA, Gilca Garcia de. **Reprodução social da comunidade tradicional de Fundo de Pasto do Paredão do Lou:** uma análise dos recursos de uso comum à luz do pensamento de Ostrom. XX Encontro Nacional de Economia Política - 2015, Foz do Iguaçu.

KNAFOU, Remy. Turismo e território- por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balatreri (org). **Turismo e geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais.- 2.ed.- São Paulo, Hucitec, 1999. (p.62-74).

LANCASTER, Darienne; HAGGARTY, Dana. R.; BAN, Natalie C. Pacific Canada's Rockfish Conservation Areas: using Ostrom's design principles to assess management effectiveness. **Ecology and Society** 20(3):41, 2015.
<http://dx.doi.org/10.5751/ES-07815-200341>

LAURIOLA, Vincenzo. Elinor Ostrom: Um nobel heterodoxo e rosa-verde. Sinal de esperança? **ECOCE-** Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Brasília, n. 21. 2009.

LEFF, Enrique. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In PHILIPPI JR., A., TUCCI, C.E.M., HOGAN, D. J., NAVEGANTES, R. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais.** São Paulo: Signus Editora, p. 19-51. 2000.

LOLOUM, Tristan. **Derrière la plage, les plantations.** Ethnographie d'une « situation touristique » dans le Nordeste brésilien : le cas de Tibau do Sul, RN. Thesis review. Mondes du Tourisme, 2015.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa,** São Paulo, v.30, n.2, p.289-300, 2004.

MARUJO, Noémi. A pesquisa em turismo: reflexões sobre as abordagens qualitativa e quantitativa. **Revista de investigación en turismo y desarrollo local,** v.6, n.14, p. 1-16, 2013.

MAYER, Bernard. **The dynamics of conflict resolution:** a practioner's guide. San Francisco: John Wiley & Sons, 2000.

MUSEU DIGITAL DA PIPA. Disponível em:
<https://www.facebook.com/groups/museudigitaldaPipa/?fref=ts>. Acesso em: 02 set. 2014.

NAGENDRA, Harini; GHATE, Rucha; RAO, Jagdeesh. Governing India's Commons: The Influence of Elinor Ostrom's Ideas. In: **Policy matters 2014: remembering elinor Ostrom**. IUCN Commission on Environmental, Economic and Social Policy, Issue 19, 2014.

NASCIMENTO, Larycynthia Luana Sousa do. **Caracterização da Reserva Faunística Costeira de Tibau do Sul - REFAUTS, Rio Grande do Norte**: proposta de ordenamento do turismo. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade, 2016. 90 f.: il.

NÓBREGA, Wilker Ricardo Mendonça. **Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira**: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, oeste do estado do Pará. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2012.

NUNES, Maria Rita Oliveira. As consequências das segundas residências no mercado de hospedagem de Tibau do Sul - RN. **Revista de Turismo Contemporâneo-RTC**, Natal, v. 4, n.1, p. 88-111, jan./jun. 2016.

OLIVEIRA, Elton Silva. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré – Bahia. **Interações Revista Internacional de desenvolvimento Local**. Campo Grande, v. 8, n. 2, p.193-202, 2007.

OLIVEIRA, Vanderlei Mendes de. **Turismo, território e modernidade**: um estudo da população indígena Krahô, Estado do Tocantins (Amazônia Legal Brasileira). Tese (Doutorado em Geografia pelo Programa de pós-graduação em geografia humana). Universidade de São Paulo, São Paulo/SP. 2006.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons**: The Evolution of Institutions for Collective Action. New York (The Political Economy of Institutions and Decisions): Cambridge University Press, New York, 1990.

_____. A diagnostic approach for going beyond panaceas. **PNAS**, v. 104, n. 39, p. 15181–15187, 2007.

_____. **How do institutions for collective action evolve?** Workshop in Political Theory and Policy Analysis – Department of Political Science/ Indiana University, Center for the Study of Institutional Diversity - Arizona State University, 2008.

_____. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. **Science**, 325, p.419–422, 2009.

_____. Um Quadro Geral para analisar a sustentabilidade da Sistemas Sócio-Ecológicos. **Science**, Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS), v. 325, p. 419-422. 2009.

OSTROM, Elinor; BURGER, Joanna; FIELD, Christopher B.; NORGAARD, Richard B.; POLICANSKY, David. Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges. **Science**, Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS), n. 284, 278. 1999.

PANIZZA, Andrea de Castro; ROCHA, Yuri Tavares; DANTAS, Aldo. O litoral brasileiro: exploração, ocupação e preservação - um estudo comparativo entre regiões litorâneas dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Norte. **O Espaço Geográfico em Análise- R. RA E GA**, n. 17, p. 7-16, 2009. Editora UFPR.

PÉREZ, Leticia Merino. Perspectivas sobre La gobernanza de los bienesy La ciudadanía em la obra de Elinor Ostrom. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v.76, núm. Especial, p.77-104, 2014.

PIGNATELLI, Marina. **Os conflitos étnicos e interculturais**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas- Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

POPESCU, Delia. Contemporary approaches and challenges of tourism sustainability. **Amfiteatru Economic**, Romania, v.16, n.8, p.1045-1047. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL. **Plano diretor participativo de Tibau do Sul**. Lei complementar nº 06 de 30 de dezembro de 2008 que dispõe sobre o plano diretor participativo de Tibau do Sul, 2008.

_____. **Código de meio ambiente**. Lei municipal nº 383 de 31 de dezembro de 2008 que dispõe sobre o Código do Meio Ambiente do Município de Tibau do Sul e cria o Sistema Municipal de Meio Ambiente, 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUARESMA, Helena Doris de Almeida Barbosa; CAMPOS, Raul Ivan Raiol de. Turismo como instrumento de ação coletiva urismo como instrumento de ação coletiva em áreas

pesqueiras do litoral da Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 139-147. 2006.

QUEIROZ, Françoise; RASTROLLO-HORRILLO, María-Ángeles. El estado del arte engobernanza de destinos turísticos. **Tourism & Management Studies**, Faro, Portugal, v.11, n.2, p.47-55, 2015.

RAMIRES JUNIOR, Sérgio Paulo; NEVES, Silvia Soares; RUIZ, Mauro Silva; GALLARDO, Amarilis Lucia Casteli Figueiredo; CÔRTEZ, Pedro Luiz; CERÂNTOLA, Adriana Ponce Coelho. Governança colaborativa aplicada à gestão de conflitos socioambientais na despoluição de córregos na cidade de São Paulo. **Rev. Bras. de Gest. e Desenv. Regional**, Taubaté/SP, v. 11, n. 1, p. 113-134, jan-abr/2015.

RITCHIE, Brent W.; BURNS, Peter; PALMER, Catherine. Introduction: reflections on the practice of research. In: Ritchie, B.W., Burns, P. and Palmer, C. (eds). **Tourism research methods: integrating theory with practice**. CAB International, 2005.

RODRIGUES, Carmem Lúcia. Abordagem Participativa e Arranjos Institucionais Voltados à Conservação na Mata Atlântica. In: IV ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, **Anais eletrônico**, Brasília-DF, 2008. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT2-458-163-20080510211958.pdf> . Acesso em: 14 out. 2015.

ROMÁN, Beatriz; FONT, Xavier. Turismo sustentable como herramienta de competitividad em Chile. **Estudios y perspectivas en turismo**, Argentina, n.23, p. 421-446. 2014.

SANTANA, Vladimir Fernandes de.; FONTES FILHO, Joaquim Rubens; ROCHA, Saulo Barroso. Gestión local de recursos de uso común en turismo: La perspectiva de Elinor Ostrom. **Estudios y perspectivas en turismo**, Argentina, v.24, n.1, p. 56-75. 2015.

SANTOS, Noberto Pinto. Turismo, gestão e território. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, p.66-86, nov. 2014.

SANTOS, Victor Marques. **Cooperação e conflito na sociedade internacional**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas- Universidade Técnica de Lisboa, 2009.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: geografia, região, espaço e Território**. Geo UERJ - Ano 12, nº. 21, v. 2, 2º semestre de 2010.

SCHMIDT, Carla M.; CIELO, Ivanete D.; WENNINGKAMP, Keila R.; TOMIO, Marialva. Collective actions in sustainable rural tourism: a case study of the western region of Paraná. **Systems Research and Behavioral Science- Syst. Res.**, 33, p.249-258, 2016. DOI: 10.1002/sres.2380

SCÓTOLO, Denise; NETTO, Alexandre Panosso Netto. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **CULTUR**, v. 09, n. 01, p. 36-59, 2015.

SHOEB-UR-RAHMAN, Muhammad; SHAHID, Rokeya Binte. A growing dilemma of tourism diffusion and sustainability: Wows and woes for Bangladesh eco-tourism! **UTMS. Journal of Economics**, v.3, n.1, p. 57–69, 2012.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. Estratégias do Mercado e Investimento Privado Imobiliário Turístico no Nordeste Brasileiro. In: **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Eustógio Wanderley Correia Dantas, Angela Lúcia Ferreira, Maria do Livramento Miranda Clementino [coordenação]. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

SILVA, Ana Cristina Souza da. **Análise institucional da governança da água para adaptação à variabilidade e mudança climática um caso no semiárido brasileiro (1997-2013)**. Tese (Doutorado em Recursos Naturais pelo Programa de pós graduação em Recursos Naturais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande /PB. 2014.

SILVA, Maria Emília Martins; SIERRA, Eduardo Juan Soriano. Gestión sustentable de la orla marítima de destinos turísticos. **Estudios y perspectivas em turismo**, Argentina, v.22, n.5, p.805-827.

SILVA, Edilma Fernandes; OLIVEIRA, Jorge Lins Eduardo. Gestão Territorial e Ocupação do Solo no Município de Tibau do Sul/RN – Brasil. **Sociedade e Território**, Natal, v. 25, n. 1, p. 62-79, jan./jun. 2013.

SILVEIRA, Deniso Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil- UAB/UFRGS e pelo curso de graduação tecnológica- Planejamento e Gestão para o desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SIMÕES, João; MACEDO, Marta; BABO, Pilar. **Elinor Ostrom: “governar os comuns”**. Dissertação (Mestrado em economia e política do ambiente) - Faculdade de economia da universidade do Porto, Portugal, 2011.

SJAH, Taslim; BALDWIN, Claudia. Options for future effective water management in Lombok: A multi-level nested framework. **Journal of Hydrology**, v.519, p. 2448–2455, 2014.

SOARES, Érica Beranger Silva; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; MONTEIRO, Lara Pereira. Gestão pública no turismo e o desenvolvimento de destinos turísticos em um estado da Federação Brasileira: uma análise do planejamento estratégico do turismo em Minas Gerais (2007-2010). **Tourism & Management Studies**, Faro, Portugal, v. 9, n.2, p.50-56. 2013.

SOARES, Joélcio Gonçalves; SAHR, Cicilian Luiza Löwen. Ação coletiva, cooperativismo e turismo: Estudo de caso da Comunidade Menonita de Witmarsum (Paraná/Brasil). **PASOS-Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v.14, n.1, p.111-125, 2016. ISSN 1695-7121

SONAGLIO, Kerlei Enele. Aproximações entre o turismo e a resiliência: um caminho para a sustentabilidade. **Revista turismo- visão e ação**, v.20, n.1, p.80-104, 2018.
Doi:10.14210/rtva.v20n4.p80-104

S.O.S. BAÍA DOS GOLFINHOS. Ministério público do Rio grande do Norte: A preservação total da Praia do Curral – Baía dos Golfinhos. **Petição on line**. Disponível em: https://secure.avaaz.org/po/petition/ministerio_publico_do_Rio_Grande_do_Norte_A_preservacao_total_da_Praia_do_Curral_Baia_dos_Golfinhos/edit/ Acesso em: 06 jul. 17.

SUÁREZ, Leonardo Güiza; TORO, Beatriz Londoño; BARAJAS, Crithian David Rodríguez; ZULUAGA, Juliana Zuluaga. Las agendas interinstitucionales ambientales: un instrumento para La resolución de conflictos ambientales. **Rev.estud.soc.**, n.53, jul/ept, p. 29-42, 2015.

TAIBI, Nasr-Eddine. Conflict Between Coastal Tourism Development and Sustainability: case of Mostaganem, Western Algeria. **European Journal of Sustainable Development**, 5, 4, p.13-24, 2016. ISSN: 2239-5938 Doi: 10.14207/ejsd.2016.v5n4p13

TEBET, Guilherme; TRIMBLE, Micaela; MEDEIROS, Rodrigo Pereira. Using Ostrom's principles to assess institutional dynamics of conservation: lessons from a marine protected area in Brazil. **Marine Policy** 88, 174–181, 2018.
<https://doi.org/10.1016/j.marpol.2017.10.037>

TYSON, William. Using social-ecological systems theory to evaluate large-scale comanagement efforts: a case study of the Inuvialuit Settlement Region. **Ecology and Society** 22(1):5, 2017. <https://doi.org/10.5751/ES-08960-220105>

TOMIO, Marialva; ULLRICH, Danielle Regina. Valoración económica ambiental en el turismo. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Argentina, v. 24, p. 172-187, 2015.

TOTTI, Maria Eugênia; AZEVEDO, Sérgio. Gestão de Recursos Naturais de uso Comum: Peculiaridades e Abordagens Teóricas. **RBRH – Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, Porto Alegre/RS, Brasil, v.18, n.3, Jul/Set, p.41-51. 2013.

_____. Plano diretor é motivo de polêmica (2008). Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/plano-diretor-e-motivo-de-polemica/94899> Acesso: 20 out. 17.

VARGAS, Gloria Maria. Conflitos Sociais e Sócio-Ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.19, n.2, p.191-203, dez. 2007.

VASCONCELOS, Fábio Perdigão.; CORIOLANO, Luzia Neide. Impactos Sócio-Ambientais no Litoral: Um Foco no Turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no Estado do Ceará/Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, n.8, v.2, p.259-275, 2008.

VIEIRA, Zédna Mara de Castro Lucena; RIBEIRO, Márcia Maria Rios. A Methodology for first- and second-order water conflict analysis. **Water Policy**, n.12, p.851-870. 2010.

VOLLAN, Björn; OSTROM, Elinor. Cooperation and the Commons. **Social Science**, Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS), v. 330, 2010.

WU, Chia-Chi; TSAI, Huei-Min. Capacity building for tourism development in a nested social-ecological system- a case study of the South Penghu Archipelago Marine National Park, Taiwan. **Ocean & Coastal Management**, 123, p. 66-73, 2016.

XAVIER, Roberta Fabrício. **As Influências do desenvolvimento do Turismo nas Relações de Posse e Propriedade da Terra na Região Turística de Pipa**, Município de Tibau do Sul, Estado do Rio Grande do Norte, Brasil. Dissertação (mestrado em ciências geográficas)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2008.

YANG, Jingjing; RYAN, Chris; ZHANG, Lingyun. Social conflict in communities impacted by tourism. **Tourism Management**, n.35, p.82-93. 2013.

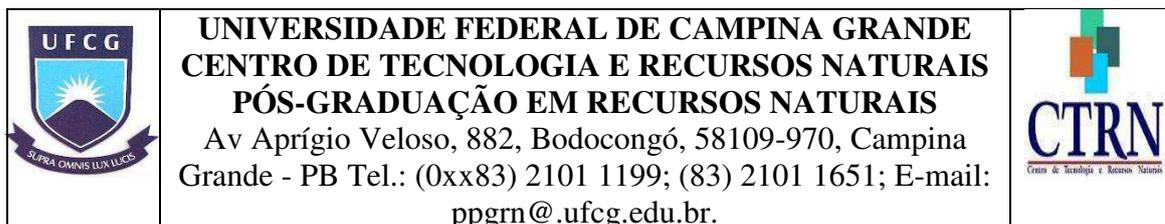
YU, Haiyan Helen; EDMUNDS, Mike; WAINWRIGHT, Anna Lora, THOMAS, David. Governance of the irrigation commons under integrated water resources management: A

comparative study in contemporary rural China. **Environmental Science & Policy** 55, p.65–74, 2016.

ZACARIAS, Daniel Augusta. Turismo em áreas balneares: uma análise da interação entre residentes e visitantes na Praia do Tofo, Moçambique. **Journal of Integrated Coastal Zone Management**, 15(2), p. 179-191, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA



A pesquisa intitulada “TURISMO, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E OS RECURSOS DE USO COMUM EM PIPA- TIBAU DO SUL/RN: UMA PERSPECTIVA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DE OSTROM” corresponde à tese de doutorado da discente Josemery Araújo Alves, desenvolvida no programa de pós-graduação em Recursos Naturais, da UFCG, tendo como objetivo geral: Analisar os conflitos socioambientais relacionados à utilização dos recursos de uso comum (*common-pool resource* – CPR) pelo turismo em Pipa- Tibau do Sul/RN, à luz dos princípios de Ostrom (1990), visando disponibilizar alternativas de ação coletiva para melhor condução do desenvolvimento mais sustentável do destino.

A pesquisadora agradece a atenção e disponibilidade para responder a entrevista.

ROTEIRO DE ENTREVISTA- SEMIESTRUTURADA

DADOS PESSOAIS

Nome-

Profissão-

Naturalidade-

Tempo de moradia em Pipa-

PLANEJAMENTO DO TURISMO

- 1- O senhor(a) faz parte de alguma associação/cooperativa/grupo relacionado à atividade turística?
- 2- Como o turismo tem se desenvolvido na praia da Pipa?
- 3- A comunidade tem se envolvido nas decisões em torno do desenvolvimento turístico de Pipa? Em caso positivo, como? Em caso negativo, por quê?
- 4- A ação coletiva da comunidade (representada pelas diversas atividades turísticas) poderia ser o caminho para reestruturação do destino turístico?
- 5- A comunidade pipense tem condições de se estruturar em associações/cooperativa para estabelecer mecanismos de planejamento para manutenção e preservação do turismo?

CONTROLE SOCIOAMBIENTAL DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS

- 1- Existe monitoramento e/ou controle em relação ao uso e apropriações dos espaços para o turismo?
- 2- Há algum instrumento de punição para quem desrespeita as normas ambientais em Pipa?
- 3- O senhor (a) tem conhecimento de alguma ação de educação ambiental, palestras de conscientização e/ou conservação dos recursos naturais com intenção de preservar a praia da Pipa?
- 4- A comunidade estabelece algum diálogo com os órgãos públicos ou com o setor privado em relação aos direcionamentos do turismo?
- 5- As associações/cooperativas exercem algum instrumento de gerenciamento para maior domínio sobre o cumprimento das normas ambientais e decisões sobre a gestão voltada para sustentabilidade?

APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO (COMITÊ DE ÉTICA)

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS Av Aprígio Veloso, 882, Bodocongó, 58109-970, Campina Grande - PB Tel.: (0xx83) 2101 1199; (83) 2101 1651; E-mail: ppgrn@ufcg.edu.br.	
---	---	---

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**ESTUDO: Turismo, conflitos socioambientais e os recursos de uso comum em Pipa-Tibau do Sul/RN: uma perspectiva à luz dos princípios de Ostrom**

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

Eu _____ (nome e profissão), residente e domiciliado na _____

_____ portador da Cédula de identidade, RG _____, nascido(a) em ____/____/____, abaixo

assinado(a), concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) do estudo “Turismo, conflitos socioambientais e os recursos de uso comum em Pipa- Tibau do Sul/RN: uma perspectiva à luz dos princípios de Ostrom”. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

- I) O presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse e a outra na posse do responsável pelo projeto;
- II) A pesquisa “Turismo, conflitos socioambientais e os recursos de uso comum em Pipa- Tibau do Sul/RN: uma perspectiva à luz dos princípios de Ostrom” pretende analisar os impactos socioambientais relacionados à utilização dos recursos de uso comum pelo turismo em Pipa- Tibau do Sul/RN;
- III) O estudo se faz necessário para apontar direcionamentos para um planejamento pautado na ação coletiva da comunidade como alternativa para melhor condução do desenvolvimento mais sustentável do destino turístico da praia da Pipa;
- IV) Caberá ao (à) voluntário (a) discorrer sobre os principais aspectos que envolvem o conflito socioambiental decorrente do processo de utilização dos recursos naturais relacionados à atividade turística na praia da Pipa, identificando lideranças que podem contribuir para mobilização e sensibilização de associações e/ou grupos para agir juntos em prol de um desenvolvimento mais sustentável. Desta forma, poderá haver desconforto em compartilhar a opinião ou sentir incômodo em falar em público;

- V) O benefício do estudo irá gerar informações que podem auxiliar na gestão turística da praia da Pipa/RN, podendo ser adotada a auto-organização na utilização dos recursos turísticos, com interseção e participação ativa da comunidade no planejamento do destino.
- VI) Os resultados obtidos durante a pesquisa serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados;
- VII) Caso eu deseje, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa.
 Desejo conhecer os resultados desta pesquisa.
 Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.
- VIII) Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários (as) deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao (à) voluntário (a) e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável;
- IX) Tenho a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo; e
- X) Caso eu me sinta prejudicado (a) por participar desta pesquisa, poderá recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos – CEP, do Hospital Universitário Alcides Carneiro - HUAC, situado a Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n, São José, CEP: 58401 – 490, Campina Grande-PB, Tel: 2101 – 5545, E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br; Conselho Regional de Medicina da Paraíba e a Delegacia Regional de Campina Grande.

Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

_____, ____ de _____ de _____.

 Assinatura ou impressão datiloscópica do (a) voluntário (a)

Testemunha 1: _____

Testemunha 2: _____

Responsável pelo Projeto: _____

Josemary Araújo Alves

(Discente do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais- UFCG)

Contato:

Celular: (84) 99972-3494 E-mail: josemaryalves@hotmail.com

ANEXO

UFMG - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
ALCIDES CARNEIRO DA
UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 1.941.573

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trabalho não possui inadequações éticas e segue o que preconiza a resolução 466/12 do CNS.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado acatou o parecer APROVADO do relator em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2017.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_839304.pdf	17/02/2017 09:34:52		Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_SEMIESTRUTURADA.pdf	17/02/2017 09:33:24	JOSEMERY ARAUJO ALVES	Aceito
Outros	TERMO_DE_AUTORIZACAO_PARA_GRAVACAO_DE_VOZ.pdf	20/12/2016 16:47:44	JOSEMERY ARAUJO ALVES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_tese.pdf	20/12/2016 16:46:08	JOSEMERY ARAUJO ALVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento.pdf	20/12/2016 15:46:36	JOSEMERY ARAUJO ALVES	Aceito
Outros	Termo_divulgacao_resultados.pdf	20/12/2016 14:52:42	JOSEMERY ARAUJO ALVES	Aceito
Orçamento	Orçamento.pdf	20/12/2016 14:52:05	JOSEMERY ARAUJO ALVES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_compromisso_do_pesquisador.pdf	20/12/2016 14:32:31	JOSEMERY ARAUJO ALVES	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	20/12/2016 14:31:08	JOSEMERY ARAUJO ALVES	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	20/12/2016 12:07:14	JOSEMERY ARAUJO ALVES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n **Município:** CAMPINA GRANDE
Bairro: São José **UF:** PB **CEP:** 58.107-670
Telefone: (83)2101-5545 **E-mail:** cep@huac.ufcg.edu.br